

Adalson de Oliveira Nascimento

Exercícios físico-militares em escolas civis  
brasileiras e portuguesas na passagem do  
século XIX para o XX

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
2009

Adalson de Oliveira Nascimento

Exercícios físico-militares em escolas civis  
brasileiras e portuguesas na passagem do  
século XIX para o XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Educação da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal de Minas  
Gerais, como requisito parcial à obtenção do  
título de Doutor em Educação.

Orientadora: Professora Thais Nivia de Lima e  
Fonseca

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
2009

## AGRADECIMENTOS

À professora Thais Fonseca, pela orientação precisa, pelo apoio no desenvolvimento da tese e pelo incentivo para o estágio "sanduíche";

Ao professor Justino Magalhães, da Universidade de Lisboa, pela recepção amigável e pela orientação no desenvolvimento das atividades do estágio que realizei ao longo do primeiro semestre de 2008, em Portugal;

Aos professores Tarcísio Mauro Vago, Andrea Moreno e Cynthia Greive, que muito contribuíram para o desenvolvimento das discussões em sala de aula durante as disciplinas que cursei;

A todos os professores do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE), da Faculdade de Educação da UFMG, pelas reflexões e sugestões sobre o trabalho;

Aos professores Rodrigo Patto e Luciano Mendes, que me apoiaram e incentivaram a seguir os rumos da história da educação;

Aos professores Amarílio Ferreira Neto e Cynthia Greive, que compuseram a banca de qualificação e fizeram considerações fundamentais para o encaminhamento e a organização final da pesquisa;

Aos muitos colegas do GEPHE, pela convivência descontraída e pela amizade construída nas atividades do grupo na UFMG e nos eventos científicos pelo Brasil afora;

Aos amigos e colegas do APCBH e da Funedi/UEMG, que muito me apoiaram na realização do doutorado;

A todos os amigos, novos e antigos, que, de diversas formas, me ajudaram e apoiaram;

A todos os familiares, sempre presentes: minha mãe e meu pai, meus irmãos e minha irmã, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, primos e primas;

De modo mais que especial, à Cecília, conhecê-la foi a melhor parte do doutorado. Nossa história começou no GEPHE e foi durante o curso que namoramos e casamos. Sem a sua presença, eu não teria conseguido concluir esta etapa;

À Fapemig, que concedeu bolsa de doutorado por meio do Programa de Capacitação de Recursos Humanos, durante os quatro anos de curso, e à Capes, que financiou a pesquisa em Portugal, por meio de bolsa "sanduíche", de quatro meses.

*Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o coração,  
porque dele procedem as fontes da vida.*

*(Provérbios 4:23)*

## RESUMO

Exercícios físico-militares em escolas civis brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o XX

Este estudo analisa, comparativamente, a trajetória histórica dos exercícios físico-militares em escolas civis brasileiras e portuguesas primárias e secundárias na passagem do século XIX para o XX. Naquele contexto, em diversos sistemas escolares nacionais, a educação física se consolidou como disciplina escolar. Havia um grande debate sobre os fins e o significado dessa disciplina, que caminhava entre o saber médico, higienista, e o saber militar, que apregoava os exercícios físico-corporais como meio de preparação do corpo dos indivíduos para a defesa nacional. Por meio do diálogo com a historiografia relacionada ao tema, buscou-se perceber o funcionamento dos exercícios físico-militares que englobam as evoluções militares e a instrução militar obrigatória no Brasil, a instrução militar preparatória em Portugal e os batalhões escolares nos dois países. A historiografia brasileira e a portuguesa destacam, de maneira geral, a partir de estudos centrados em fontes legislativas e oficiais, o papel dos indivíduos e instituições militares na consolidação da educação física e dos exercícios físico-militares nos sistemas educacionais dos dois países. A pesquisa aqui apresentada, visando explicitar o funcionamento dos exercícios físico-militares dirigidos por professores e por instrutores militares, deteve-se em fontes documentais produzidas nas escolas, como relatórios de inspeção e correspondências, e no debate pedagógico realizado em revistas educacionais. As fontes escolares foram utilizadas especialmente no estudo do caso brasileiro e os periódicos educacionais para o caso português. A legislação educacional foi largamente utilizada para o estudo das duas realidades. A investigação demonstrou a existência de oposição à implantação dos exercícios físico-militares nas escolas. Essa resistência partiu de indivíduos envolvidos com o debate intelectual pedagógico naquele contexto e de pais e alunos ligados às escolas. Concluiu-se, também, que os militares não foram os únicos a atuar no interior das escolas civis, havendo grande diversidade de formação e origem entre os responsáveis pela direção dos exercícios físico-militares.

Palavras chave

Exercícios físico-militares - História comparada - História da educação - Brasil - Portugal

## RÉSUMÉ

Les exercices physiques et militaires dans les écoles civiles brésiliens et portugais à la passage du XIXe au XXe siècles.

L'étude analyse comparativement la trajectoire historique d'exercices physiques et militaires dans les écoles civiles brésiliens et portugais primaires et secondaires à la passage du XIXe au XXe siècles. Dans celui contexte, dans plusieurs systèmes scolaires nationales, l'éducation physique a été consolidée comme sujet d'études. Il y avait un grand débat sur le but et l'importance de cette discipline qui marchait entre le connaissance médical, l'hygiéniste et le savoir militaire qui proclamé les exercices physiques et corporels comme un moyen de préparer le corps des individus à la défense nationale. Par le dialogue avec l'historiographie relative à la matière, nous avons cherché à comprendre le fonctionnement d'exercices physiques et militaires qui incluent des évolutions militaires et l' Instruction Militaire Obligatoire au Brésil, l'Instruction Militaire Préparatoire au Portugal et des Bataillons Scolaires dans les deux pays. L'historiographie brésilienne et portugaise dégagent, en général, à partir d'études concentrer sur les sources législatifs et officielles, le rôle des individus et des institutions militaires dans la consolidation de l'éducation physique et des exercices physiques et militaires dans les systèmes éducatifs des deux pays. La recherche présentée ici, afin de comprendre le fonctionnement d'exercices physiques et militaires dirigées par des enseignants et des instructeurs militaires, se arrête dans les sources documentaires produites dans les écoles, comme les rapports d'inspection et correspondances, et dans le débat pédagogique réaliser dans les magazines éducatifs. Les sources scolaires ont été utilisés en particulier dans le cas du Brésil et magazines pédagogiques pour le cas portugais. La législation sur l'éducation a été largement utilisé pour l'étude de deux réalités. La recherche a montré l'existence d'une opposition à l'implantation d'exercices physiques et militaires dans les écoles. Cette résistance provenaient d'individus s'engager dans le débat pédagogique dans ce contexte et de la société en général. Il a été conclu aussi que les militaires n'étaient pas le seul acte dans le intérieur de l'école, il ya une grande diversité de la formation et la origine de ceux chargés de la direction des exercices physiques et militaires.

Mots-clés

exercices physiques et militaires - histoire comparatif - histoire de l'éducation - Brésil - Portugal

## ABSTRACT

Physical-militaries exercises in Brazilian and Portuguese civil schools from the XIX century to the XX

This paper comparatively analyses the historical trajectory of the physical-militaries exercises in primary and secondary Brazilian and Portuguese civil schools from the passage of the XIX century to the XX century. In that context, in many schools national systems, The Physical education consolidated as a school subject. There was a big debate about the reason and meaning of such subject, which was in different fields of knowledge such as medicine, hygienist and the military knowledge which announced that physical exercises was a way to prepare the body to a national defense. Through the dialog with historiography related to the theme, there was a need to understand the way physical-exercises that embrace the military evolution and the compulsory military instruction in Brazil, the preparatory military instruction in Portugal and the Army Schools in both countries work. The Brazilian and Portuguese historiography in general point out that from the focused studies of legislatives and official sources, the role of individuals and military institutions in the consolidation of the physical education and the physical militaries exercises in the educational system in both countries. This research aims to understand the way physical-militaries exercises leaded by teachers and military instructors work. It is a result of documental sources produced in schools, like inspection reports and correspondence, and in pedagogical debates presented in educational magazines. The schools resources were specially used to study the Brazilian subject and the educational periodic to study the Portuguese subject. The educational policies were largely used to study both realities. The investigation asserts that there is opposition to implant the physical-militaries exercises in schools. This resistance comes from people involved with the pedagogical discussion in that context and society in general. It also concludes that the militaries were not the only ones to be part of the civil schools, there was a big diversity in the formation and origin between the people responsible to direct the physical-militaries exercises.

Key words: physical-militaries exercises, compared history, The history of education, Brazil, Portugal.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>Capítulo 1 - Nacionalismo, educação e militares no Brasil e em Portugal: Definições e historiografia</b> .....	26
Entre Brasil e Portugal: A relevância do estudo comparado para a história dos exercícios físico-militares.....	27
A historiografia brasileira e os exercícios físico-militares nas escolas.....	36
A historiografia portuguesa e os exercícios físico-militares nas escolas....	63
Militares e educação: Possibilidades de estudo.....	68
<b>Capítulo 2 - Escola contemporânea e saber militar</b> .....	74
Exercícios físico-militares e educação: Breve histórico.....	75
Os métodos ginásticos e a escola contemporânea: Entre o higenismo e a defesa nacional.....	77
O nacionalismo na Europa do século XIX.....	89
<i>Nação armada</i> e escola contemporânea: algumas possibilidades de interpretação.....	96
<b>Capítulo 3 - Evoluções militares, batalhões escolares e instrução militar obrigatória no Brasil</b> .....	114
A educação popular e os exercícios físico-militares nos pareceres de Rui Barbosa.....	117
A legislação e a normatização das práticas militares na educação civil escolar brasileira.....	120
Evoluções militares: professores e instrutores militares no ensino primário em Minas Gerais.....	128
A Lei do Sorteio Militar e a instrução militar obrigatória nas escolas secundárias em Minas Gerais.....	166

<b>Capítulo 4 - Batalhões escolares e instrução militar preparatória em Portugal.....</b>	<b>178</b>
A educação física escolar em fins do século XIX: entre a higiene e a defesa nacional.....	179
Os batalhões escolares na cidade de Lisboa.....	187
Portugal republicano e a instrução militar preparatória.....	193
<b>Considerações finais.....</b>	<b>211</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>221</b>
<b>Fontes documentais.....</b>	<b>229</b>
<b>Anexo 1 - Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918).....</b>	<b>234</b>

## Introdução

A gênese desta pesquisa aconteceu ainda durante o meu curso de graduação de História. Primeiro, de licenciatura e, posteriormente, de bacharelado. Ao iniciá-lo, precisava elaborar um projeto de pesquisa para ser desenvolvido e gerar uma monografia. Na época, trabalhava no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, lidando com os arquivos permanentes. Iniciei, a partir dessa documentação, a busca de um tema de pesquisa. Dentre os diversos fundos e coleções de origens e temas variados, interessei-me por uma coleção de documentos reunidos por um chefe escoteiro mineiro nas décadas de 1920 e 1930. Eu já me interessava pelo campo da educação, em especial pela história da educação e pelo ensino de história.

O acervo que resolvi investigar era riquíssimo. O chefe escoteiro que produziu e acumulou essa coleção de documentos foi líder do escotismo mineiro e, durante sua militância viajou por todo o estado fundando grupos e assessorando entidades ligadas ao movimento. A coleção era formada, basicamente, por fotografias, correspondências, relatórios de atividades, prospectos de eventos e recortes de jornais. Todos os documentos diziam respeito ao escotismo mineiro daquele período.

Os documentos registravam o grande desenvolvimento alcançado pela prática escoteira em Minas Gerais após a chamada “Reforma educacional Francisco Campos”, implementada em 1926. A monografia teve como foco de análise os vínculos mantidos pelas entidades escoteiras no estado com o Poder Público e o funcionamento de grupos escoteiros no âmbito das escolas mineiras. Interessava discutir o amplo apoio financeiro e moral oferecido pelo Governo estadual ao escotismo.

Na pesquisa de mestrado, continuei a investigar o escotismo, buscando verificar as suas aproximações com grupos conservadores no Brasil durante a primeira metade do século XX. O escopo documental foi alargado e incluiu fontes disponíveis em diversas instituições de memória e patrimônio mineiras e nacionais. Uma das questões que mais chamou minha atenção naquela investigação foi a grande proximidade entre indivíduos e instituições militares e o movimento educacional

criado pelo general inglês Baden-Powell. Percebi naquela pesquisa que houve um significativo investimento por parte dos militares para difundir o escotismo no Brasil, ainda que não houvesse um projeto organizado para isso. Verifiquei que havia também um interesse dos meios militares em relação à educação civil. E, para além disso, havia uma relação genérica (na minha visão) entre caserna e escola. Como proposta para o doutorado, interessava-me entender melhor a relação entre militares e educação.

Um pré-projeto foi formulado com base em bibliografia do campo da história política que tratava de um projeto educacional militar traduzido na expressão *função educativa das forças armadas*. As leituras sobre a história da educação e, mais especificamente, sobre a atuação de militares no campo da educação civil, foram aos poucos demonstrando as diversas possibilidades de pesquisa, ao mesmo tempo em que verificava a escassez de estudos dessa natureza. Os estudos caminharam no sentido do amadurecimento do projeto de pesquisa que, ao ser apresentado na seleção do curso de doutorado, já apresentava um escopo bem demarcado, porém, amplo.

Essa proposta inicial tinha as seguintes características: Propunha-se a analisar práticas militares no âmbito da educação civil brasileira, primária e secundária; a demarcação temporal era ampla, entre fins do século XIX e meados do século XX, e incluía a experiência dos batalhões escolares<sup>1</sup>, criados em diversos estados brasileiros, a partir da década de 1880; incluía a instrução militar obrigatória, criada no contexto da Lei do Sorteio Militar, de 1908, que pretendia iniciar jovens com mais de 16 anos na prática de exercícios físico-militares, e da Juventude Brasileira, organização nacional criada na década de 1940 que tinha por objetivo mobilizar crianças e jovens nas escolas, garantindo formação cívica e, em menor medida, militar; propunha estudar todo esse período a partir da hipótese de que as diversas ações citadas faziam parte de um projeto militar de atuação e conformação da educação primária e secundária brasileira; deve-se reconhecer que seria difícil lidar com aquela hipótese, tanto para comprová-la quanto para negá-la. Também haveria

---

<sup>1</sup> Alguns documentos e autores utilizam a expressão *batalhões infantis*. Neste trabalho, será utilizada a expressão batalhões escolares.

dificuldades com a extensa amplitude temporal e com a diversidade de elementos que o pré-projeto de pesquisa englobava.

Ao longo do tempo, as disciplinas cursadas, o diálogo com a orientadora e com os demais professores da linha de pesquisa e as leituras caminharam no sentido da revisão e do aperfeiçoamento dos objetivos e dos diversos marcos da pesquisa. Uma das grandes alterações em relação ao projeto inicial foi a realização do estudo comparado entre Brasil e Portugal. A ideia surgiu a partir da constatação de uma série de *coincidências* entre os dois países em relação à história dos exercícios físico-militares. O intenso contato que tem sido mantido entre os historiadores brasileiros e portugueses, especialmente dos que se dedicam ao tema da educação, foi um alento e tornou possível a consecução do estudo comparado por meio de um período de estágio em Portugal.<sup>2</sup>

Os temas relacionados à questão dos militares e da educação civil básica foram ainda pouco explorados e compreendidos pela historiografia, tanto no Brasil quanto em Portugal. A partir do século XIX, especialmente nas décadas finais, do período entreguerras, no século XX, houve uma aproximação entre a caserna e a educação civil, que ocorreu em um contexto em que o nacionalismo político que advogava o fortalecimento dos exércitos e a preparação das nações para a guerra adquiriram sustentação popular. Hobsbawm indica que a própria palavra *nacionalismo* surgiu pela primeira vez em fins do século XIX para nomear a doutrina de ideólogos franceses e italianos que defendiam a nação contra os inimigos internos e externos, e a expansão agressiva de seus próprios estados.<sup>3</sup>

Nesse movimento de fortalecimento das identidades nacionais e de valorização política da doutrina nacionalista, constituiu-se a ideia da *nação em armas*, ou *nação armada*, que perpassou diferentes sociedades a partir da segunda metade do século XIX e que está intrinsecamente ligada ao ideário nacionalista. Ainda que esse

---

<sup>2</sup> A justificativa e a argumentação acerca da relevância do estudo comparado serão desenvolvidas no primeiro capítulo. A bibliografia e as fontes portuguesas apresentadas nessa tese foram recolhidas em Portugal ao longo do primeiro semestre de 2008. Durante quatro meses, realizei estágio “sanduíche”, orientado pelo professor Justino Magalhães, na Universidade de Lisboa. O estágio foi custeado por meio de bolsa “sanduíche” da CAPES.

<sup>3</sup> HOBBSAWM, Eric J. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. In: \_\_\_\_\_. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 202-203.

processo necessite ser matizado e compreendido, especialmente para o caso brasileiro e português, alvo do estudo proposto, pode-se afirmar que a relação entre militares e educação civil ganhou impulso no contexto da formulação do princípio de que em uma nação não apenas os exércitos profissionais deveriam estar preparados para defender os interesses nacionais. Todos os indivíduos deveriam ser *cidadãos-soldados* e a preparação para a guerra deveria ser permanente e iniciar-se ainda na escola. Dessa maneira, o chamado “espírito militar” difunde-se socialmente para além da caserna ou dos profissionais da guerra, em um processo lento e progressivo. Em função do exposto, as instituições militares ganharam força política. O trecho a seguir sintetiza bem o papel atribuído às forças armadas naquele contexto:

O cenário militar europeu era, nessa época, dominado pela noção de ‘Nação em Armas’, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de ‘escola de nacionalidade’, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional. Com isso, o Exército via-se ideologicamente diretamente ligado à Nação, entidade da qual, mais que guardião, era também formador.<sup>4</sup>

A educação escolar também passou por importantes transformações ao longo do século XIX. A escolarização elementar universalizada e leiga tornou-se bandeira de diversos governos constitucionais em vários países, ampliando-se o número de cidadãos alfabetizados. A constituição de amplos sistemas escolares controlados pelo Estado e a popularização da educação na época contemporânea foram marcadas pela afirmação do chamado “mito da educação”, movimento em que a educação ganha centralidade política e social, e passa a ser percebida como elemento fundamental à formação do indivíduo.

Nas leituras sobre a história da educação e a história política no final do século XIX, contexto do chamado “mito da educação” e do nacionalismo, que difundiu a doutrina da nação armada, verificam-se, de forma recorrente, análises que inter-relacionam temas como: “nacionalismo”, “escolarização”, “militares”, “republicanismo”, “renovação pedagógica”, “civismo”, “ampliação de sistemas escolares públicos” e

---

<sup>4</sup> CASTRO, Celso. In corpore sano, os militares e a introdução da educação física no Brasil *Antropolítica*, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem., 1997, p. 3.

“regeneração social”. Também se encontram referências sobre as origens militares da ginástica ou educação física<sup>5</sup> escolar, ou melhor, sobre um dos significados dessa disciplina, que, em sua gênese, remete aos militares e à preparação para a guerra. A educação física constituiu-se como disciplina escolar associada aos fins higienistas de combate à degenerescência física e moral, processo identificado por médicos, pedagogos e ideólogos e movimentos políticos conservadores, e de preparação do corpo para a defesa nacional.

Nessa medida, um dos possíveis temas de estudo sobre militares e educação é a história da educação física escolar e seu vínculo com a preparação do corpo para a defesa nacional. Aliás, esse é o tema que mais tem mobilizado a historiografia brasileira e portuguesa, que se debruça sobre o contato entre a escola e a caserna. Outros temas de estudo são possíveis, como: “a construção de uma visão de história militar, por meio do ensino de história”. A história constituiu-se como disciplina com um método científico de produção de conhecimento próprio ao longo do século XIX. Ao mesmo tempo, consolidou-se a disciplina escolar história, marcada por uma função política de formação das identidades nacionais. É possível perceber no saber histórico escolar a presença de narrativas que visavam glorificar os grandes feitos e personagens militares por meio da história das batalhas e dos acontecimentos memoráveis. Essas narrativas de história, contadas a partir de uma visão militar positiva, podem ser também um dos temas de estudo acerca da relação entre militares e educação. O trecho de um artigo de um militar francês publicado no Boletim de uma Sociedade de Instrução Militar Preparatória de Portugal resume bem o poder atribuído à história na formação das consciências ou, nesse caso específico, de uma visão militar:

[...] pelo ensino de história, pela instrução cívica, pelo espírito geral da educação, podemos, na nossa obra de educação popular, preparar a criança ou o adolescente pra ser um bom soldado.

---

<sup>5</sup> Nesta tese, as expressões *educação física* e *exercícios físicos* são consideradas sinônimas de ginástica e significam a disciplina que se constituiu ao longo do século XIX, a qual se ocupava das exercitações corporais calculadas, seriadas, repetitivas. Para designar tal disciplina, será utilizado, preferencialmente, o termo *educação física*. Entende-se que a educação física difere-se dos *esportes* e *jogos*, que são caracterizados como disputa, conflito regulado e competição.

E pelo conhecimento das glórias do nosso país, das suas desgraças, da sua prosperidade e dos seus sacrifícios, que nós formamos o amor profundo e ardente que constitui o verdadeiro patriotismo.<sup>6</sup>

Portanto, existem várias possibilidades de estudo relacionadas ao tema “Os militares e a educação”, como o ensino da história. Diante dessa diversidade e tendo em vista a minha trajetória de pesquisa exposta anteriormente, optei nesta tese pela análise dos exercícios físico-militares nas escolas civis primárias e secundárias brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o século XX. Por exercícios físico-militares entendem-se as iniciativas estatais destinadas às escolas que visavam à preparação militar ou pré-militar. Essas ações podem ser sintetizadas nos seguintes eventos: criação dos batalhões escolares<sup>7</sup>, que funcionaram principalmente na década de 1880 no Brasil e em Portugal; instituição da prática das evoluções militares, que constituíam parte da educação física nas escolas, especialmente no ensino primário, de diversos estados brasileiros; instituição da instrução militar obrigatória no Brasil, no contexto da Lei do Sorteio Militar de 1908, e da Instrução Militar Preparatória em Portugal, em 1910, no contexto da implantação do regime republicano em Portugal. As ações apontadas nesses dois países visavam ao desenvolvimento de exercícios físico-militares nas escolas secundárias. No caso português, a instrução militar preparatória destinava-se também ao ensino primário.

O objetivo principal da tese é verificar o grau de estabelecimento dos exercícios físico-militares na educação primária e secundária no Brasil e em Portugal. A historiografia dos dois países reconhece a participação de indivíduos e instituições militares no processo de constituição da educação física escolar a partir do século XIX. No entanto, os estudos sobre o tema centram-se, de maneira geral, em análises externas à instituição escolar, estando voltados, sobretudo, para as intenções expressas na legislação educacional, nos programas de ensino e nos debates intelectuais publicados em periódicos e livros.

---

<sup>6</sup> Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória. Sociedades de Instrução militar Preparatória, Lisboa, S. 1, nº 2, jun. 1913.

<sup>7</sup> Os batalhões escolares originaram-se na França após a Revolução de 1789. Tinham por objetivo adestrar crianças e jovens, preparando-as para defender os ideais revolucionários. Já no final do século XIX, os batalhões escolares ressurgiram na França e em muitos outros países, inclusive no Brasil e em Portugal.

A proposta de investigação aqui apresentada foca os exercícios físico-militares no âmbito interno da escola, e por isso remete às seguintes perguntas: “Como se deu o funcionamento dos exercícios físico-militares nas escolas?”, “Quem eram os responsáveis por essas práticas: professores ou instrutores militares?” “Em que consistiam esses exercícios e qual o seu conteúdo e objetivo?”, “Havia distinção entre o ensino primário e secundário?” e “Havia resistências por parte de pais e alunos em relação aos exercícios físico-militares?”.

O foco de análise não é totalmente inovador, mas guarda certo grau de originalidade já que poucos são os estudos nessa perspectiva. Outro objetivo do trabalho é analisar em perspectiva comparada a realidade brasileira e a portuguesa. Não há estudos sistemáticos sobre o tema em perspectiva comparada entre os dois países. O estudo comparado permitirá perceber de que forma os discursos defensores da implantação de exercício-físico militares voltados para a infância e juventude que circularam internacionalmente impactaram as duas realidades nacionais.

O marco cronológico centra-se nas duas décadas finais do século XIX e nas duas décadas iniciais do século XX, tanto para o Brasil quanto para Portugal. No Brasil, o marco inicial da pesquisa é a publicação dos pareceres de Rui Barbosa elaborados no âmbito de uma Comissão na Câmara dos Deputados para avaliar a reforma educacional conhecida como “Reforma Carlos Leôncio de Carvalho”, implantada 1879. Nesses pareceres, Rui Barbosa prescreve os exercícios físico-militares para a educação primária e secundária brasileira. Ainda na década de 1880, várias reformas educacionais estaduais no Brasil tomaram como referência os escritos de Rui Barbosa e instituíram os exercícios físico-militares nas escolas. A pesquisa encerra-se no final da década de 1920. Naquele momento, a prática de evoluções militares no ensino primário perdeu força. Essa constatação refere-se sobretudo à situação em Minas Gerais, que foi o alvo principal da pesquisa. Outro fator que levou à demarcação do marco temporal final foi a limitação de fontes documentais. Os registros escolares referentes à educação primária existentes no Arquivo Público Mineiro utilizados no estudo encerram-se no ano de 1918. Esse acervo é formado por uma longa e rica série documental, o que justifica sua utilização ainda que haja essa limitação. Há, também, uma limitação temporal da documentação escolar referente ao ensino secundário que se encontra no Arquivo Nacional. O acervo

limita-se ao ano de 1911. A partir daquela data, foi extinto o cargo de delegado fiscal, responsável por realizar a *ponte* entre os estabelecimentos de ensino secundário estaduais (colégios e ginásios), equiparados ao Ginásio Nacional, e o Governo Federal, que fiscalizava esses estabelecimentos. Essa situação interrompeu a produção de documentos escolares pelos delegados fiscais que retratavam, dentre outros temas, o funcionamento dos exercícios físico-militares. Também no ensino secundário, os exercícios físico-militares criados a partir da instituição da instrução militar preparatória perderam força a partir do final da década de 1910.

O marco de investigação em Portugal também é o ano de 1882, quando foram fundados os primeiros batalhões escolares, no município de Lisboa. Essa iniciativa ocorreu em um contexto já de discussão sobre os exercícios físico-militares e sua institucionalização em escolas portuguesas de forma fragmentada. O marco final da investigação é o final da década de 1910, quando a instrução militar preparatória perdeu força, até ser extinta no início da década de 1920.

A pesquisa está centrada no período em que vigorou o princípio da *nação em armas* na Europa, ou seja, final do século XIX e início do XX. Esse princípio também circulou em diversos países fora do continente europeu e relaciona-se à formulação do aparato legislativo que impulsionou os exercícios físico-militares nas escolas. Um trecho do verbete *Armamentismo* do Dicionário Crítico do Pensamento da Direita<sup>8</sup> auxilia no entendimento do princípio da *nação em armas*:

O armamentismo está intrinsecamente ligado a outro fenômeno característico do século XX, o militarismo. Em um sentido lato, ambos compartilham a mesma perspectiva: as atitudes e práticas sociais que vêem a guerra e sua preparação como atividades sociais normais e desejáveis. No período compreendido entre o final do século XIX e meados do século XX, a corrida armamentista, estimulada pela competição imperialista ou por ideologias de revanche e expansão, mobilizou os recursos industriais das potências imperialistas, assim como quase toda sua população.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> O dicionário não contém a definição de *nação em armas* ou *nação armada*.

<sup>9</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. Armamentismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000.

O limite cronológico da pesquisa, fim da década de 1920, coincide com o encerramento da Primeira Guerra Mundial (1918). Nesse momento, os discursos antimilitaristas e pacifistas ganharam força. A mobilização militar e o discurso nacionalista xenófobo na política das nações europeias não desapareceram e a maior prova de sua permanência é a Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, o fim da Primeira Guerra certamente é um marco em relação à prática dos exercícios físico-militares na educação civil, na medida em que o conflito bélico real deixa de existir. Na década de 1920, outros movimentos infanto-juvenis não estatais que de alguma forma propunham uma formação militar ou pré-militar ganharam espaço no Brasil e em Portugal e é possível pensar que, em alguma medida, substituíram ou passaram a *concorrer* com as iniciativas estatais. Exemplo disso é o movimento escoteiro.<sup>10</sup> No limiar da Segunda Grande Guerra, os governos autoritários criaram organizações infanto-juvenis visando à educação cívica e à prática de exercícios físico-militares. Esse é o caso da Juventude Brasileira<sup>11</sup> e da Mocidade Portuguesa<sup>12</sup> que, apesar de serem experiências bem diferentes, guardam semelhanças em um contexto de políticas de enquadramento da infância e juventude.

Definidos os marcos cronológicos, agora serão apresentadas as fontes documentais investigadas. A legislação relacionada aos exercícios físico-militares foi fonte de pesquisa tanto no Brasil quanto em Portugal. As leis, decretos e portarias contendo reformas educacionais e programas de ensino permitiram realizar um mapa geral acerca do conteúdo dos exercícios físico-militares. Alguns dos diplomas estudados

---

<sup>10</sup> Sobre o assunto, ver: NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Sempre Alerta! O movimento escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil (1910-1945)*. 2004. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PINTASSILGO, Joaquim. Preparação Militar e educação cívica. In: \_\_\_\_\_, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

<sup>11</sup> A Juventude Brasileira foi criada em 1940 e extinta em 1945. A criação dos núcleos da Juventude Brasileira prevista na legislação foi bastante limitada. Nessa medida, durante sua existência, foi uma organização frágil que praticamente não se constituiu como previsto na legislação. Sobre a Juventude Brasileira, ver: HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

<sup>12</sup> A Mocidade Portuguesa foi criada em 1936 e extinta em 1974, com o fim do governo salazarista. Foi a organização de mobilização cívico-infanto-juvenil criada no período entre-guerras de maior duração na Europa. Sobre a Mocidade Portuguesa, ver: ARRIAGA, Lopes. *Mocidade Portuguesa, Breve História de uma Organização Salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976. KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos Anos 30. Anteprojetos e instauração de uma Organização da Juventude. In: *Análise Social*, 122, 4ª série, vol. XXVIII, 3º, 1993. VIANA, Luís. *A Mocidade Portuguesa e o liceu*. Lisboa: Educa, 2001.

permitiram, também, entender as justificativas apresentadas pelos legisladores no momento de inserção dos exercícios físico-militares nas escolas. Para o caso brasileiro, foram consultadas diversos tipos de fontes. De forma sistemática, predominou a consulta às chamadas “fontes escolares”: relatórios de inspetores escolares, delegados fiscais, diretores e professores que apresentam aspectos do cotidiano educacional. Além dos relatórios, foram consultadas correspondências trocadas entre as escolas e os órgãos centrais de administração educacional. Para o caso português, também há diversidade de fontes, e predominam livros, opúsculos e periódicos educacionais de época.

A escolha das fontes de pesquisa tem relação direta com os objetivos da investigação. A perspectiva de análise mais voltada para a escola exigia registros que abordassem as percepções de atores envolvidos diretamente com a prática dos exercícios físico-militares, pedagogos, professores, instrutores militares, pais e alunos.

A escolha das fontes documentais foi realizada tendo em vista um dos princípios teóricos que embasam o trabalho que remetem às categorias *figuração* e *habitus*, desenvolvidas por Norbert Elias.<sup>13</sup> O conceito de *figuração* caracteriza-se por incluir os indivíduos em sua definição. Elias entende que existem teias de dependência e interdependência que caracterizam as relações entre os indivíduos e as figurações sociais. Nessa medida, os estudos sociais e históricos devem levar em consideração a relevância e a ação dos indivíduos. O conceito *habitus*, desenvolvido pelo autor, também foi aplicado ao estudo. Em sua perspectiva, nas figurações nacionais dos séculos XIX e XX, o *habitus* dos indivíduos incorporou um duplo código simbólico de normas contraditórias, e a educação escolar teve importante papel nesse processo. Um desses códigos é o nacionalista, caracterizado pela disposição para a defesa da pátria. Nesta tese, defende-se que os exercícios físico-militares no Brasil e em Portugal integram o processo de incorporação desse código pelos indivíduos.

Existem outros tipos de fontes que podem ser investigadas na abordagem do tema dos exercícios físico-militares nas escolas. As fontes literárias de narrativas de

---

<sup>13</sup> O desenvolvimento da definição desses conceitos e a justificativa de sua aplicação na investigação foram realizados ao longo do capítulo 2.

memórias e as biografias, por exemplo, permitem entender a visão de personagens envolvidos com esses exercícios, e, nessa medida, são fontes que demonstram as apropriações feitas por esses atores. A título de exemplo, citam-se alguns trechos de obras literária que exemplificam o potencial desse tipo de fonte.

A biografia de Noel Rosa relata suas impressões sobre o batalhão escolar e sobre a instrução militar preparatória. Em vários trechos, fica evidente a explícita antipatia do artista em relação aos exercícios físico-militares. Nos dois trechos seguintes, aparece a opinião irônica de Noel Rosa sobre o batalhão de sua escola e as suas ações para subverter as disciplinas militares.

Já a outra instituição militar, o Batalhão Escolar, nunca é cedo para fazer parte dela. Antes mesmo de passarem pela admissão, os meninos já se integram a esta curiosa corporação, formando um jovem e despreocupado exército de colegiais. Soldados, cabos, sargentos, tenentes e capitães imaginários obedecendo a uma hierarquia ditada pela idade e pela disciplina (mais por esta do que por aquela). O São Bento, como muitos colégios de padres desta época, parece acreditar tanto na educação militar como na religiosa, quanto tanto na espada quanto na cruz.<sup>14</sup>

Noel, ao contrário de alguns colegas como Antônio Fernandes Lopes, Lucílio Urrutigaray, Moacyr e o irmão Sylvio Mattos de Oliveira, não tem a menor vocação para a vida militar. Já deixou isso claro como integrante do Batalhão Escolar, aquele exército de mentirinha que o colégio mantém até hoje na esperança de que seus alunos se habituem desde cedo à disciplina. Noel foi rebaixado algumas vezes de posto. Numa delas, sargento, comandava o pelotão numa dessas paradas cívicas de que o colégio participa no centro da cidade. Vinha à frente dos outros, passo certo, a espada desembainhada. Em dado momento, decidiu trocar a postura marcial pela de um desengonçado boneco a fazer palhaçadas em plena marcha, rebolando, girando sobre os calcanhares, rodando a espada no ar como se fosse baliza. O pelotão inteiro desacertou o passo no meio de tanta risada. E Noel, o sargento, virou cabo.

Foi ele quem ensinou a Alceu de Miranda que mais vale um sujeito esperto que um soldado cumpridor dos deveres. Num começo de ano, o Batalhão Escolar tendo de tirar do depósito os fuzis cobertos de graxa, cada aluno devendo limpar o seu, o compenetrado Alceu já ia arregaçando as mangas quando Noel chegou perto e murmurou:

- Deixe que algum trouxo limpe isso pra você.

E assim que viu um fuzil livre de graxa, brilhando nas mãos de um dos colegas, esperou que esse se distraísse e trocou-o pelo seu, sujo. Alceu viu como se fazia e passou a fazer igual.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> MAXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1990, p. 47.

<sup>15</sup> MAXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1990, p. 83-84.

As memórias de Pedro Nava relatam situações relacionadas aos exercícios físico-militares. Serão apresentados dois trechos de obras diferentes. Na primeira citação, o autor, após narrar diversos delitos e casos de indisciplina ocorridos no internato do Colégio Pedro II, onde estudou, fala do desentendimento entre dois colegas durante a instrução militar obrigatória, na década de 1910. No segundo trecho, compara o professor de Ginástica e o instrutor militar.

Esses delitos, essas sanções, pedem comentário e até um pouco de comprovação, tanto alguns parecem extraordinários e de pura invenção. É, por exemplo, o caso da tentativa de morte. Parece mentira, mas tenho notícias de duas. A primeira, nos princípios do século passado, vem contada por Moreira de Azevedo. Dentro de aula, aluno dispara um tiro de pistola sobre condiscípulo que lhe enchera a cara de tapas. Não acertou e o engraçado é que foram ambos expulsos. A segunda passou-se no meu tempo, durante exercícios no Stand General Faria, da Linha de Tiro Carlos Maximiliano, do Batalhão do Internato. Isso foi entre terceiranistas de 1916 ou quartanistas de 1917... O mesmo motivo: bofete. O que tomou, empunhava um fuzil Mauzer 1908 carregado com pente inteiro de projéteis de guerra. Nem hesitou. Mirou o agressor e – fogo! Também errou o alvo. Não houve expulsão porque o caso nem chegou à alçada do Quintino. Ficou na justiça Militar e o Capitão Batista, depois de ouvidas as partes, disse que o agressor tinha feito muito bem de enfiar a mão na cara do outro, porque isso de nome de mãe é coisa sagrada mas, também, que a reação de um homem armado só podia ser uma e legítima. À bala. Eram elas por elas. Que não fizessem outra, meia-volta, volver! e em forma! Para continuarem os exercícios. Um dos heróis tornou-se meu amigo. Diplomata, mostrou-me, anos depois, muita coisa de Paris.<sup>16</sup>

Com tudo que contei das aulas, professores, bedéis, dos longos dias e das longas noites do Internato, vamos chegando ao fim do primeiro ano letivo e ao limiar das grandes férias de novembro a abril. Mas antes desse termo temos de referir duas atividades de natureza física, cívica e guerreira. A ginástica, ensinada por mestre Guilherme Herculano de Abreu – o *Bolinha*. O exercício militar, ministrado pelo bravo Tenente depois Capitão Batista de Oliveira.

A ginástica que tínhamos no internato era tudo quanto podia haver de mais errado. Dada turma por turma, cada qual no seu horário, durante o dia, entre aula e outra. Excluía-se dela a alegria dos conjuntos numerosos e aquilo virava uma rotina enfadonha apesar do garbo atlético e da voz de fanfarrão do nosso excelente *Bolinha*. Era um homem de cerca de quarenta anos, calvície bem começada, grisalhando, bigode enrolado *en croc*, gordote mas apesar de tudo numa leveza que punham-no sempre correndo e sempre na ponta dos pés. Para nos mostrar como era, ele abordava os instrumentos (as escadas verticais, as deitadas, as paralelas, as cordas, as barras) com uma espécie de sapateado circense de acrobata que vai começar seu número.

(...) Mas apesar de um ou outro se distinguir – por vocação especial dada pelo seu biótipo congenitamente atlético – aquela ginástica feita de botinas, calça comprida, camisa abotoada e punhos descidos – não aproveitava a ninguém. Não era culpa do *Bolinha* não. Era do regime escolar que fazia dos exercícios físicos aula como qualquer e dada em horário impróprio.

---

<sup>16</sup> NAVA, Pedro. *Balão cativo*. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999, p. 352-353.

Muito mais viva era a instrução militar. Em tempos fora ministrada por oficial que deixava saudades pela sua delicadeza e maneiras gentis: o Tenente Amado Mena Barreto, substituído ao por 1914 ou 15 por duro troupiér – o Tenente e logo depois Capitão Batista de Oliveira. Capitão Batista é como vamos chamá-lo. Estou a vê-lo. Alto, claro, corpulência de Coronel, rapidez de soldado raso, à nossa direita, à nossa esquerda, lépido, ubíquo, súbito, repentino, na retaguarda e na vanguarda – espada desembainhada, conduzindo como um General. Seus gritos de comando nada tinham da música abaritonada do Bolinha. Eram rugidos de leão. Mas antes de irmos mais a fundo na pessoa do nosso instrutor, umas palavras. O Colégio Pedro II era instituição essencialmente civil, casa de humanidades nascidas dum seminário – mas aos poucos, semimilitarizada. Em 1831, Lino Coutinho manda ministrar aos alunos 'o manejo da guarda nacional' para que eles estivessem preparados não só para ganhar a vida num mister honesto como, para 'com as armas na mão, e como soldados da pátria (defenderem) o país e a ordem pública em caso de necessidade'. É o que conta Macedo no seu *Um passeio na Cidade do Rio de Janeiro*. Ao poucos esses pruridos guerreiros foram se afrouxando mas novamente voltaram a urticar quando, a 15 de janeiro de 1894, Cassiano Nascimento, Ministro da Justiça, assina o decreto que criava nosso Batalhão Escolar. Com altos e baixos ele veio marchando até meus tempos de São Cristóvão. No álbum de 1908 vemos fotografias de sarilhos d'armas, dum batalhão de sapadores, dos rapazes se adestrando na baioneta, do soldado-ambulância que acompanhava as paradas, do Estado-Maior dos oficiais-alunos (entre os quais meu primo Custodinho Ennes Belchior Filho), da Banda de Tambores e Cornetas, da Linha de Tiro e do próprio instrutor – o então Segundo-Tenente do 5 de Artilharia, Amado Mena Barreto. A direção Araújo Lima revigorou nossa estrutura militar com a introdução do uso de cantos patrióticos durante nossas marchas. Lembro o *nós-somos-da-Pátria-guardas* e um dobrado que chamávamos irreverentemente de *Três com Goma* (alusão à maneira de se pedir, nos botequins, três dedos de cachaça abrandados por uma dose adocicada de julepo).

(...) O álbum que referimos mostra os próprios inspetores fardados. Entretanto Afrânio de Melo Franco Filho referiu-me que, por volta de 1913 ou 14, os alunos vinham para o estudo, iam para o recreio, subiam para dormir, desciam dos dormitórios e entravam no Refeitório – em bando e palestrando. Quem acabou com essa esculhambação foi o Inspetor Lino que, veterano de Canudos, instruíra seus colegas de como nos comandarem naquelas ocasiões correntes da vida diária do colégio. Eles logo aprenderam e começou o brio dos à esquerda! à direita! volver – prááá; ordinário marche! um, dois, um, dois, um, dois, um...

A instrução dada pelo Capitão Batista era teórica e prática. A teoria era a do fuzil e rudimentos da maneira de defender a própria vida e tirá-la ao inimigo, durante a batalha. As aulas eram guardadas com tanto mais facilidade quanto eram dadas em duplo – nosso bravo instrutor jamais enunciando uma frase sem dobrar cada palavra de seu sinônimo, de modo que sua correntia exposição era, na verdade, constante de duas exposições trilhos paralelos. Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas) dá um exemplo dessa prodigiosa capacidade no capítulo 'Paradas', de suas *Memórias*, justamente o publicado no Diário Carioca de 29 de dezembro de 1946. É simplesmente lapidar a frase do nosso Capitão, por ele guardada para sempre – 'A bala, ou projétil, sai, ou parte, do fuzil, ou arma. Quando o homem, ou soldado, ouve, ou escuta, o silvo, ou ruído, da bala, ou projétil, joga-se, ou atira-se, por terra, ou chão.' Com numerosas variantes ouvi essa técnica de defesa, ou proteção, que o infante, ou praça, deveria empregar ou usar, ao primeiro sibilo, ou assovio da refrega, ou combate. Era deitar imediatamente e contratacar dessa posição, tentando de todos os modos exterminar, ou matar, o inimigo, ou adversário. Devia-se mirar cuidadosamente o crânio, mandar bala no dito e se a distância era grande, não permitindo requintes de pontaria, tentar-se-ia acertar no centro, o meio, da silhueta, ou vulto e

destarte, ou assim, era certo, ou seguro, atingir, ou ferir, o abdome, ou ventre. Nestes casos o soldado era sempre posto fora de combate e morria depois – porque aquilo era peritonite certa. Forrados dessas noções sumárias, todos passávamos a nos julgar estrategos e táticos da maior competência. Principalmente porque armávamos e desarmávamos o fuzil Mauser de 1908, lixávamos o aço do seu cano, untávamos o sistema do gatilho, da alça de mira e encerávamos bem polida a guarnição do cano e o madeirame restante da culatra. No *Stand General Faria* nos adestrávamos a valer, na pontaria, ou mira, com projetis de guerra. O Capitão Batista valorizava sua propriedade humanitária de penetração graças à sua forma cônica, à sua cápsula de aço e reprovava a feia traça de usar balas de chumbo entalhadas – o que as tornava capazes de ferimentos tão terríveis quando os das dum dum cujo emprego, sabíamos pelos jornais, era uma das mais conhecidas e correntes *atrocidades* alemãs.<sup>17</sup>

Por último, apresentam-se dois trechos de crônicas de Lima Barreto. No primeiro, o autor comenta com muita ironia e humor a notícia de um jornal sobre a realização de um combate simulado na cidade de Salvador, em 1919, que envolveu integrantes de linhas de tiro civis. No segundo, discorre sobre a “mania militar” que imperava em 1919.

O combate realizou-se em um dos últimos domingos; e, continua o jornal, ‘tão animados, tão senhores dos seus respectivos papéis se mostraram os jovens soldados, que muitos deles, ou quase todos, terminada a prova, a que de bom grado se submeteram, estavam realmente feridos, machucados, ensangüentados, como se tivessem tomado parte numa luta de verdade, e com inimigos perigosíssimos.’

Causou-me pasmo semelhante novidade. Até agora, eu estava convencido de que as linhas de tiro eram a coisa mais inofensiva deste mundo, mesmo mais do que os batalhões escolares e os pelotões de escoteiros, compostos de meninos que ainda têm saudades da mamadeira...

Quando vi o doutor Calmon, todo fardadinho de atirador, muito pimpão na Avenida, disse cá com os meus botões: isso deve ser uma nova moda de vestuário masculino: não pode ser outra coisa.

Houve uma parada no campo de São Cristóvão; o batalhão do doutor Calmon formou. Ele lá estava na fila. Bem. Logo que o presidente passou revista, o bravo doutor Calmon saiu de forma e embarcou na sua limousine de muitos contos de réis, com espingarda e tudo.

Se a guerra tivesse que contar uns três guerreiros como esse, de há muito que a paz pairaria sobre o mundo...

Outro guerreiro de tiro que dava mais força a essa convicção minha, era o garboso doutor Denis Júnior.

Quando o vi, na Avenida, fardado de alferes de tiro, com um espadim que mais parecia um porrete que mesmo uma durindana belicosa, refleti de mim para mim: temos uma nova encarnação da Guarda Nacional; isto de atiradores de guerra vem a ser, nada mais, nada menos, que um avatar de ‘briosa’. Ainda mais.

Na data do descobrimento da América, o Tiro da Imprensa fez uma festa, no Campo de Santana, a que compareceu o marcial Kalogheras, ministro da Guerra.

---

<sup>17</sup> NAVA, Pedro. *Chão de Ferro: memória*, 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976, p. 87-91.

Pensam os senhores que houve evoluções, manobras? Qual o quê! O que houve foram discursos. Houve sete, meus senhores, dos quais dois não foram pronunciados no campo, mas no quartel-general. Só o meu amigo Heitor Beltrão, presidente do tiro, proferiu dois.

Por estas e outras, eu tinha as linhas de tiro como a coisa mais inocente deste mundo. Agora, porém, com o exemplo baiano, não penso mais assim. As linhas de tiro, se não são adequadas a guerras externas, são muito próprias para a guerra civil, como ficou demonstrado na Bahia. Ainda bem que elas revelam possuir algum préstimo belicoso...<sup>18</sup>

Essa mania militar que se apossou de quase todos os países do globo, inclusive o nosso, levou todos eles a examinar e a imitar a poderosa máquina guerreira alemã.

Os seus códigos e regulamentos militares vão sendo mais ou menos estudados e imitados, quando não são copiados. Não se fica só nisso. A tendência alemã, ou melhor, prussiana, de militarizar tudo, os mais elementares atos da nossa vida civil, por meio de códigos, regulamentos, penas e multas, vai-se também apossando dos cérebros dos governantes que, com afã, adotam tão nociva prática de asfixiar o indivíduo num fatras legislativo.<sup>19</sup>

Essa breve exposição de fontes literárias permite vislumbrar as diversas possibilidades de perspectivas em relação à questão dos exercícios físico-militares nas escolas. Estudos a partir dessas fontes podem remeter à apropriação das pessoas em relação à prática desses exercícios e revelar informações que dificilmente serão encontradas nos chamados “documentos escolares”, que, apesar de narrarem com riqueza de detalhes a vida escolar, são oficiais e, por isso, são pouco opinativos e bastante pragmáticos. A referência às fontes literárias aqui tem o único objetivo de apontar possibilidades de estudo sobre o tema dos exercícios físico-militares nas escolas. Esse tipo de registro não foi utilizado na investigação. A revisão historiográfica realizada não encontrou nenhum estudo brasileiro e nem português que tenha utilizado sistematicamente as fontes literárias para o entendimento dos exercícios físico-militares.

O primeiro capítulo apresenta, inicialmente, a perspectiva teórica de história comparada que embasou o trabalho. Em seguida, realiza-se um estudo acerca do estado da arte da historiografia brasileira e portuguesa sobre o tema dos exercícios físico-militares. A partir da apresentação e análise dessa historiografia, discutem-se as possíveis contribuições desta tese para o avanço do conhecimento sobre o tema.

---

<sup>18</sup> LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Linhas de tiro. In: \_\_\_\_\_. *Toda Crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p. 61-62.

<sup>19</sup> LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. A questão dos ‘poveiros’. In: \_\_\_\_\_. *Toda Crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p. 61-62.

No segundo capítulo, analisa-se o processo de constituição dos métodos ginásticos europeus e de escolarização da educação física ao longo do século XIX e suas funções higiênicas e de defesa nacional. Esse processo é analisado à luz de conceitos que embasam teoricamente o estudo. Toda a discussão realizada nesse capítulo teve por objetivo demonstrar a leitura de que os exercícios físico-militares praticados nas escolas constituem parte do saber militar que passou a fazer parte dessa instituição na contemporaneidade em um contexto marcado por profundas transformações na escola.

No terceiro e no quarto capítulos, realizam-se a investigação e a análise dos exercícios físico-militares nas escolas brasileiras e portuguesas, respectivamente. A investigação está compreendida entre os anos iniciais da década de 1880 e o final da década de 1910. A partir dos registros documentais já citados, procede-se à análise que buscou problematizar diversas questões acerca da prática dos exercícios físico-militares nas escolas.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Em todo o trabalho, a ortografia das fontes e textos brasileiros foi atualizada, bem como a ortografia das citações de fontes documentais portuguesas. A ortografia das citações da bibliografia portuguesa contemporânea foi mantida tal qual o original.

## Capítulo 1

### Nacionalismo, educação e militares no Brasil e em Portugal: Definições e historiografia

Como explicitado na Introdução, a investigação desta pesquisa está focada nos anos finais do século XIX e nos anos iniciais do século XX. O marco cronológico explica-se por ser este um período caracterizado por grande efervescência no contato entre a escola civil e a caserna. É o período de implantação das evoluções militares e da instrução militar obrigatória no Brasil e da instrução militar preparatória em Portugal. Também é o momento em que os batalhões escolares e os exercícios físico-militares tiveram grande desenvolvimento. O fim da Primeira Guerra Mundial levou ao arrefecimento dos discursos nacionalistas radicais. As doutrinas nacionalistas não desapareceram e, posteriormente, o nazi-fascismo e os regimes políticos autoritários que antecederam a Segunda Grande Guerra foram alimentados, em larga medida, pelas ideias políticas de valorização do particularismo nacional.

Neste capítulo, realiza-se uma breve análise da relação entre nacionalismo, educação e militares no Brasil e em Portugal. Dito de outra forma, procedeu-se a uma contextualização desta questão para demonstrar, posteriormente, a leitura que a historiografia produziu sobre o tema. É necessário lembrar que o objetivo principal do trabalho é explicitar de que forma ocorreu a implantação da instrução militar obrigatória e das evoluções militares na escola brasileira e a instrução militar preparatória em Portugal e dos batalhões escolares nos dois países e mostrar qual foi o nível de estabelecimento dessas práticas relacionadas à caserna. Nessa medida, a leitura da historiografia será orientada por este objetivo central. Serão analisadas as obras que tratam da questão dos exercícios físico-militares no período de interesse. Inicialmente, será realizada uma avaliação da relevância da comparação entre Brasil e Portugal, e, posteriormente, será avaliada a historiografia brasileira e a portuguesa sobre o tema.

Os estudos comparados têm-se estabelecido cada vez mais no campo da história, na medida em que permitem o aprofundamento dos problemas levantados pelo historiador, pois opõem realidades históricas em diferentes tempos ou espaços. Em

relação ao tema dos exercícios físico-militares, acredita-se que a análise comparativa entre Brasil e Portugal poderá gerar o aprofundamento do conhecimento das duas realidades.

### **Entre Brasil e Portugal: a relevância do estudo comparado para a história dos exercícios físico-militares**

Os estudos comparados sobre o passado caracterizam-se pela busca de similaridades e diferenças entre processos históricos sincrônicos ou diacrônicos em realidades históricas regionais ou nacionais. A escolha de um campo de observação duplo ou múltiplo é também uma característica definidora dos estudos comparados.

José D'Assunção Barros<sup>21</sup> classifica a história comparada como uma abordagem. Isso significa um modo próprio de fazer a história, uma metodologia própria. O autor realizou uma análise historiográfica, apresentando a contribuição de Marc Bloch e Charles Tilly para a definição da "História Comparada". O método comparativo vai além do uso cotidiano da comparação intuitiva e caracteriza-se pela observação e pela análise mais profunda e sistematizada. A definição sobre o que é possível comparar e como se deve comparar é um passo importante na metodologia dessa abordagem.

A proposta de estudo comparado apresentada aqui se caracteriza pela proximidade temporal do objeto de estudo nos dois países, pela sincronia. A consolidação dos exercícios físico-militares no Brasil e em Portugal se deu no mesmo período. A legislação que criou os batalhões escolares também ocorreu em um período muito próximo e a própria existência e o desaparecimento dos Batalhões também foram aproximados. A instituição da instrução militar obrigatória e da instrução militar preparatória também guarda similaridades, a começar pela proximidade de criação do arcabouço legal que instituiu essas práticas. No caso do Brasil, a instituição se deu a partir de 1908; no caso de Portugal, de 1910. A proximidade temporal do objeto de estudo foi um dos fatores que inicialmente levou à reflexão sobre a relevância de um estudo comparativo.

---

<sup>21</sup> BARROS, José D'Assunção. História comparada, um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, jun. 2007.

Nessa medida, dentre as primeiras perguntas formuladas, pensava-se sobre as *coincidências* cronológicas que perpassavam as experiências nos dois países. Em seguida, outras questões surgiram, por exemplo: “Qual seria a relação entre a instrução militar obrigatória no Brasil e a instrução militar preparatória em Portugal?”, “Eram práticas destinadas a sujeitos de uma mesma faixa etária?”, “Ficavam sob a responsabilidade de militares ou de professores civis?”, “Ou por ambos?”, “Eram consideradas *disciplinas escolares*?”, “Qual o conteúdo dessas práticas?”. Havia muitas outras questões sobre a educação física e sua relação com os militares. Sobre os batalhões escolares, logo nas primeiras leituras percebeu-se que a historiografia nos dois países apontava resistências ao seu funcionamento. Essas indagações e constatações iniciais mostraram a necessidade, relevância e viabilidade do estudo comparado.

Inicialmente, como exposto na Introdução, a proposta de estudo abrangia um período histórico mais alargado, que incluía a ditadura varguista e o período inicial do salazarismo.<sup>22</sup> Aquela formulação abarcava também a comparação entre a Juventude Brasileira e a Mocidade Portuguesa. Apesar de constituírem experiências bem diferentes, aquelas organizações fazem parte de um mesmo processo de mobilização cívica da juventude que ocorreu em diversos países especialmente nas décadas de 1930 e 1940. Alterada a proposta inicial, a possibilidade de um estudo comparado se tornou ainda mais evidente, porque as aparentes semelhanças dos processos históricos ocorridos nos dois países no período até fins da década de 1910 eram intrigantes. O funcionamento dos batalhões escolares nos dois países concentrou-se nas duas últimas décadas do século XIX, período em que iniciou-se a prática de exercícios físico-militares. A instrução militar obrigatória no Brasil foi instituída em 1908 e a instrução militar preparatória em Portugal em 1910. Além da proximidade temporal, há, entre essas duas iniciativas, diversas semelhanças que as aproximam.

---

<sup>22</sup> A primeira gestão de Getúlio Vargas na Presidência do Brasil foi de 1930 a 1945. Antônio Salazar assumiu a chefia do Governo português em 1932 e manteve-se até 1968. O salazarismo encerrou-se em 1974, com a queda de Marcelo Caetano.

Também é intrigante a constatação de que o republicanismo parecia ser um ponto de convergência das questões relacionadas ao tema “Os militares e a educação”. Tanto no Brasil quanto em Portugal a República fôra um marco importante da expansão da escolarização e da prática de exercícios físico-militares. Em Portugal, na realidade, a República só veio a ser instituída em 1910. Dez dias após a Revolução Republicana, ocorrida em 5 de outubro, o Ministério da Guerra nomeou uma comissão encarregada de elaborar um projeto de regulamento de instrução militar preparatória. O ato do Ministério da Guerra é significativo, pois revela a concepção do cidadão-soldado característico das Repúblicas européias, que ganhou força com a Revolução Francesa.

Por outro lado, a constituição dos batalhões escolares e os exercícios físico-militares existentes nas escolas portuguesas ainda no século XIX poderiam ser explicados pela necessidade de preparação para a defesa nacional, no contexto do nacionalismo belicista europeu, e pela difusão das ideias republicanas ainda durante a Monarquia. Como explica Joaquim Pintassilgo, em Portugal, antes mesmo da implantação da República, já havia, na década de 1870, a circulação de ideias republicanas cujas traves-mestras eram a do federalismo e a do associativismo. Após esta data, o republicanismo intensifica-se, e desaparece o elemento socialista, “o federalismo é abandonado, sendo substituído por um nacionalismo cada vez mais acentuado”.<sup>23</sup> Essa questão será debatida no capítulo específico sobre a experiência portuguesa. O que se deseja aqui é ressaltar que nos dois países ocorreu uma arrancada no contato entre a caserna e a escola civil a partir da implantação do regime político republicano no caso brasileiro e, no caso português, antes mesmo da implantação do Estado republicano, mas no contexto da circulação de ideias republicanas. Nos dois países, percebe-se a grande atenção dada à educação, na busca da reforma social, no contexto republicano.

Apesar do distanciamento geográfico-espacial, há certa contiguidade cultural, construída a partir da relação histórica desde o período colonial entre as duas sociedades, e isso talvez permita pensar em influências mútuas entre elas. Esse compartilhamento cultural entre Brasil e Portugal pode permitir também pensar como

---

<sup>23</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 48.

os mesmos fatores externos influenciaram diferentemente uma e outra sociedade. Ainda mais se se pensa que a constituição da escola moderna e o seu contato com o saber militar ocorreram em muitos países na Europa ao longo, sobretudo, do século XIX. Assim, pode-se questionar como esse processo internacional se deu no Brasil e em Portugal. O questionamento ganha significado pelo fato de os dois países manterem vínculos políticos intensos até o ano de 1822. Assim, é possível questionar se isso marcou, de alguma forma, o processo educacional focalizado nesta tese. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que após a Independência e, especialmente, no período regencial a influência dos portugueses no cenário político brasileiro reduziu-se sensivelmente.

Quais são as similaridades e as diferenças da relação entre os militares e a educação civil no Brasil e em Portugal no período em estudo? Ao propor tal questão como eixo de desenvolvimento da pesquisa comparada, busca-se uma abordagem comparatista *diferenciadora*, de acordo com a teorização de Charles Tilly. Segundo José Barros,<sup>24</sup> Tilly elaborou uma tipologia de perspectivas comparatistas, quer seja: a universalização, a globalização, a individualização e a diferenciação. Na perspectiva diferenciadora, escolhem-se alguns traços, ou questionamentos, que permitem tirar conclusões sobre as diferenças em cada caso.

Outra forma de *comparação* que não exclui a história comparada diferenciadora é a chamada "história cruzada".<sup>25</sup> Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de se reconhecer nos estudos relacionais a impossibilidade de equidistância do observador em relação a seus objetos de observação. Dessa forma, deve-se aceitar que a posição do pesquisador é descentrada, e daí a necessidade de procedimentos corretivos que diminuam os efeitos indesejáveis de assimetria. Uma das características dos estudos comparados é que permitem compreender aquilo que é novo a partir de bases já conhecidas. Ao se comparar aquilo que é mais familiar, tende-se a lançar luz sobre o que é menos conhecido.

---

<sup>24</sup> BARROS, José D'Assunção. História comparada, um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, jun. 2007.

<sup>25</sup> WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*. Brasília, v. 11, n. 1/2, 2003.

Este estudo parte dos dois princípios descritos. Em primeiro lugar, busca-se elencar traços e questionamentos comuns aos dois países em estudo. A partir dessas perguntas comuns, buscam-se conclusões que apontem as semelhanças e as diferenças de cada caso. Em segundo lugar, reconhece-se que a posição do observador/pesquisador em um estudo comparado é descentrada. Ainda mais em estudos que envolvem realidades nacionais diferentes e, também, tradições historiográficas diferenciadas. Operar com essa perspectiva torna-se um desafio, pela dificuldade de uma visão equidistante entre duas realidades distintas, como alertam Michael Werner e Bénédicte Zimmermann ao pensarem os estudos relacionais ou comparativos no texto intitulado *Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade*.

Os estudos comparativos entre Brasil e Portugal justificam-se sobretudo pelas relações de proximidade política, mantidas mais fortemente no passado, e pelo conseqüente compartilhamento cultural entre os dois países. O crescente intercâmbio científico entre os países tem propiciado trabalhos conjuntos e o levantamento de questões comuns entre investigadores brasileiros e portugueses.

Exemplo de esforços de contato entre pesquisadores dos dois países que visam à discussão de temas envolvendo a relação histórica luso-brasileira são as publicações de obras que reúnem textos de autores brasileiros e portugueses a partir de uma problemática comum. A constituição de grupos de pesquisa com integrantes portugueses e brasileiros, e as publicações conjuntas também demonstram o esforço de contato. Nessa direção, pode-se citar o livro *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*,<sup>26</sup> resultado de intercâmbio entre historiadores dos dois países.

No âmbito da história da educação, esse contato tem sido profícuo, e o livro *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais* é demonstração disso. A obra é produto de um projeto de pesquisa que reúne duas equipes de trabalho, uma sediada na Universidade de Lisboa e outra na Universidade de São Paulo, que buscam “compreender como se desenvolveram, em

---

<sup>26</sup> SZESZ, Christiane Marques. *et al.* (org.). *Portugal – Brasil no século XX. Sociedade, Cultura e Ideologia*. São Paulo: EDUSC, 2003

Portugal e no Brasil, os processos concomitantes de construção de um modelo escolar de educação e de afirmação de uma cultura escolar”.<sup>27</sup> O projeto tem como pressuposto a ideia de que

[...] no âmbito da história da escola e da escolarização, portugueses e brasileiros têm interesses em comum no que diz respeito à reavaliação histórica e historiográfica dos processos de circulação e apropriação de modelos pedagógicos e culturais.<sup>28</sup>

Compartilha-se do citado interesse de reavaliação de processos relacionados à educação e, especificamente, de um *modelo escolar de educação*. Nessa medida, o trabalho aqui proposto pode contribuir, a partir do estudo comparado de um dos temas que compõem esse processo.

Também se deve ressaltar que a pesquisa insere-se em um movimento mais amplo de intercâmbio entre o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE), da UFMG, e a academia portuguesa. Nesse movimento, tem havido uma constante troca de experiências envolvendo o envio de professores para a realização de pós-doutorado ou para do desenvolvimento de atividades docentes como professores visitantes em Portugal e de alunos, especialmente doutorandos, para realização de estágios de pesquisa. No sentido inverso, muitos professores portugueses desenvolvem trabalhos na Faculdade da Educação da UFMG a convite do GEPHE. O projeto *A infância e sua educação (1820-1950): materiais, práticas e representações*, desenvolvido entre 2002 e 2005, é exemplo desse movimento, que nem sempre é formalizado por projetos de pesquisa, mas está previsto em convênios de intercâmbio firmados entre a UFMG e universidades portuguesas e entre o GEPHE e grupos de pesquisa portugueses.

A realização dos Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação, desde 1996, também faz parte do movimento de intercâmbio interatlântico entre pesquisadores

---

<sup>27</sup> PINTASSILGO, Joaquim. et al. (org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006.

<sup>28</sup> PINTASSILGO, Joaquim. et al. (org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006, p. 8.

da história da educação e da busca de desenvolvimento de interesses comuns e de comparação entre as duas realidades históricas.

Um exemplo de articulação entre pesquisadores brasileiros e portugueses a partir do tema envolvendo os militares e a educação civil foi a apresentação de trabalhos durante o VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, na mesa coordenada intitulada “Intelectuais Militares e História da Educação”, dirigida por Cláudia Alves.<sup>29</sup> No texto de apresentação da mesa, justifica-se:

A temática em torno da qual se construiu a presente proposta começa a despertar o interesse de pesquisadores que, frente a dados que emergiram de suas fontes, têm procurado contribuir com a reflexão a respeito das relações entre o campo militar e a educação escolar moderna. Os trabalhos que reúne abordam aspectos dessa relação em tempos e espaços diferenciados.<sup>30</sup>

Também não é inédita a proposta de estudo comparado acerca do tema: “Militares e escola civil” entre países latino-americanos e europeus. Em 2009, o periódico *Educar em Revista*, editado pelo Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, publicou o dossiê *Formas históricas de educação do corpo em países ibero-americanos*. Organizado por Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, a apresentação do volume explica que, inicialmente, a ideia do dossiê era “analisar a vinculação de diferentes projetos de educação do corpo com a cultura da caserna em alguns países ibero-americanos”.<sup>31</sup> Nessa perspectiva, pensava-se que a larga tradição de interferência militar na América Latina e na Península Ibérica e o investimento dessa tradição sobre o corpo seria fruto de continuidades das experiências latino-americanas em relação às matrizes coloniais ibéricas. O problema nuclear do dossiê seria o “relacionamento da intervenção militar na vida societária com as propostas,

---

<sup>29</sup> A mesa coordenada foi formada por quatro pesquisadores com os seguintes textos: Claudia Alves, “Intelectualidade militar e ensino secundário no século XIX”; Maria de Araújo Nepomuceno, “A contribuição dos intelectuais da ‘A informação Goyana’ para a história da educação”; Amarílio Ferreira Neto, “A pedagogia e a Educação Física em João Ribeiro Pinheiro”; e Joaquim Pintassilgo, “O coronel Frederico Ferreira de Simas e a Educação Nova em Portugal”.

<sup>30</sup> ALVES, Cláudia. Intelectuais militares e história da educação. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. Anais... Porto: SPCE; São Paulo: ANPEd, SBHE, 2008, p. 02.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Apresentação. *Educação em Revista*, Curitiba, n. 33, 2009, p. 15.

práticas, saberes mobilizados para efetivar um processo frequentemente autoritário de educação do corpo”.<sup>32</sup>

O organizador do trabalho explica que ao longo do processo de elaboração da publicação percebeu-se que a educação do corpo se materializava também com a contribuição da tradição militar, mas não apenas. Então, concluiu-se que

[...] como uma dimensão a mais da sociedade, o militarismo com freqüência forjou formas muito próprias de organização da cultura. Entrementes, em outras ocasiões não fazia mais que assumir e fomentar códigos produzidos em outras dimensões societárias.

E, ainda,

[...] não é possível uma leitura monolítica das relações entre saberes escolares e militarismo, mesmo para o caso das práticas corporais, a despeito da grande quantidade de produções acadêmicas que vinculam quase de forma causal uma e outra, não só no Brasil.<sup>33</sup>

O dossiê é, sem dúvida, um grande referencial para a investigação aqui apresentada. Trata-se de uma proposta de estudo comparado em que o tema articulador inicial – “tradição militar e educação do corpo” – foi relativizado. A unidade do dossiê se manteve pela temática proposta, “Formas de educação do corpo ao longo da história”.<sup>34</sup> Assim, o escopo foi ampliado e o foco na educação do corpo manteve-se, mas em uma relação mais difusa com a tradição militar. Essa mudança de perspectiva está de acordo com a nossa proposta de trabalho.

Nesta parte inicial, o objetivo foi justificar a proposta de estudo comparado e apresentar a perspectiva de comparação adotada. A seguir, realizam-se algumas considerações sobre a questão do nacionalismo, os militares e a educação no Brasil e em Portugal. Posteriormente, desenvolve-se um estudo sobre o estado da arte em cada um dos países.

---

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Apresentação. *Educação em Revista*, Curitiba, n. 33, 2009, p. 15.

<sup>33</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Apresentação. *Educação em Revista*, Curitiba, n. 33, 2009, p. 16.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Apresentação. *Educação em Revista*, Curitiba, n. 33, 2009, p. 17.

As interpretações de Eric Hobsbawm, Anthony Smith e Ernest Gellner são coincidentes ao verificarem que existiram ao longo da história diversos tipos de nacionalismo(s). No final do século XIX, os referidos autores verificam que as doutrinas nacionalistas se tornaram mais egoístas e populares ou mais difundidas socialmente. É nesse momento de maior democracia política que o nacionalismo se tornou uma bandeira política que levou à mobilização social belicista militarizante, culminando com as duas Grandes Guerras do século XX.

Smith está convencido de que ao longo no século XIX o número de nações bem definidas aumentou na Europa e na Ásia e que o projeto nacionalista estendeu a cidadania e incluiu todos os membros das nações “como cidadãos com igualdade jurídica dentro da comunidade nacional”.<sup>35</sup> O autor também reconhece o vínculo de alguns nacionalismos com a guerra e o militarismo: “alguns nacionalismos desempenharam um papel causal na gênese das duas guerras mundiais”.<sup>36</sup>

Também para Hobsbawm a *ascensão do nacionalismo na política* foi um subproduto da democratização do final do século XIX, e esse fenômeno político tinha características particularistas e pretensivas. As leituras desses teóricos do nacionalismo confirmam-se tanto na experiência brasileira quanto na portuguesa na passagem do século XIX para o XX. Foi um momento marcado pela defesa da doutrina nacionalista pela difusão e massificação do sentimento de identidade nacional. A escola era um importante espaço para a concretização desse código nacionalista que compunha o *habitus* dos indivíduos.

No ideário republicano brasileiro e português, a educação aparece como elemento capaz de aglutinar e construir o sentimento nacional. A ideia da educação como aspecto social regenerador pode ser entendida no âmbito daquilo que Cambi identifica como *mito da educação*.<sup>37</sup>

Faz parte da educação preconizada pelo Estado republicano um componente militar. Tanto no Brasil quanto em Portugal, foi no contexto do republicanismo que surgiu a

---

<sup>35</sup> SMITH, D. Anthony. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2001, p. 172-173.

<sup>36</sup> SMITH, D. Anthony. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2001, p. 203.

<sup>37</sup> CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 390.

formalização das práticas militarizantes nas escolas civis. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de o regime político republicano nos dois países ter nascido sob o signo do autoritarismo militar.

Segundo Joaquim Pintassilgo, até a década de 1870, em Portugal, antes da República, o federalismo e o associativismo eram traves-mestras do pensamento republicano. O republicanismo, ao se intensificar, abandona o socialismo e, paulatinamente, o federalismo foi substituído pelo nacionalismo. Para o autor, o fervor nacionalista republicano beira o imperialismo. Em seu estudo sobre a religiosidade cívica republicana na escola primária, percebe que “o culto da pátria (patriotismo, nacionalismo,...) é provavelmente, a mais importante forma de entre as assumidas pela referida religiosidade cívica”.<sup>38</sup> Outro tema de estudo nesta mesma obra sobre a educação primária na Primeira República portuguesa é a tentativa de militarização da juventude escolar.<sup>39</sup> Tomando esse estudo como referência, fica evidente a proximidade entre a República, o nacionalismo e os militares na educação portuguesa. Em Portugal, essa hipótese é corroborada também pela já citada instituição de uma comissão para planejar um regulamento de instrução militar nas escolas civis portuguesas dez dias após a implantação da República, no ano de 1910.

Para melhor entendimento sobre a questão dos exercícios físico-militares no Brasil e em Portugal, será realizado a seguir um estudo do *estado da arte* do tema na historiografia dos dois países. Posteriormente, finalizando o capítulo, será feita uma breve análise comparativa entre a leitura historiográfica brasileira e a portuguesa.

### **A historiografia brasileira e os exercícios físico-militares nas escolas**

A historiografia brasileira tem estudado largamente a questão da educação civil e dos militares. Em uma revisão sobre essa produção, a primeira constatação é o predomínio dos estudos sobre a educação do corpo. Nessa medida, a educação do corpo seria, provavelmente, o ponto de contato mais nítido entre a escola e a

---

<sup>38</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 158.

<sup>39</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 158.

caserna. Os estudos acerca desta temática vêm sendo desenvolvidos quase exclusivamente por investigadores da história da educação, especificamente da história da educação física. Outra constatação é que, além das pesquisas no campo da história da educação física, o tema aparece genericamente em muitos estudos e que a assertiva de que os militares desempenharam papel de destaque na educação por meio de sua ação no campo da educação física é comum.

A maioria dos estudos trata da questão dos militares e da educação civil com base em fontes normativas oficiais, especialmente por meio da legislação. A produção de intelectuais publicada em livros e periódicos também é fonte bastante usual nesses estudos. Poucos são os estudos preocupados em entender a aplicação das normas no âmbito da escola.

Na apresentação do estado da arte da produção brasileira, o primeiro estudo a ser referenciado é o de Cláudia Maria Costa Alves, intitulado *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. A obra é a mais consistente sobre o tema dos militares e a educação no século XIX. A autora busca perceber a ação da intelectualidade e os processos internos do exército brasileiro após a Guerra do Paraguai, entendendo que houve a construção de uma unidade de pensamento que permitiu a intervenção da corporação na vida política imperial. Tendo como fonte a *Revista do Exército Brasileiro*, organizada por oficiais no período de 1882 a 1889, a autora percebe que a intelectualidade militar autoatribuía ao exército a figura de grande educador, capaz de difundir os valores da cidadania. Essa percepção relaciona-se às práticas educativas desenvolvidas pelo exército desde a década de 1830 voltadas para diversos públicos, inclusive o civil. Nessa medida, discorda-se da visão de um exército imperial pobre, pouco ágil, burocrático, despreparado para a guerra e pouco significativo na vida social brasileira.

No estudo, comprova-se que no interior do exército organizou-se um campo educativo que visava “difundir a instrução, não só com a finalidade de formar quadros para a corporação, como também para levar conhecimentos mesmo que

elementares, a outros segmentos da população”.<sup>40</sup> Esse processo vincula-se ao impulso que a educação recebeu, apoiada no cientificismo, no positivismo comtiano e no darwinismo, rumo à civilização. Alves defende que a ideia do exército como grande educador, não hegemônica na corporação, circulou no exército brasileiro sob influência do quadro existente nos exércitos europeus. A necessidade de qualificar os quadros militares e de modernizar o exército passava pela educação da sociedade e contrastava com a estrutura social e política do império.

Nessa direção, na última década do oitocentos, no que diz respeito ao exército, ocorreu a

[...] transformação no interior do discurso produzido por sua intelectualidade. Nascido de preocupações corporativas, sua perspectiva havia se ampliado em direção aos problemas existentes na sociedade e, diante da imobilidade do Estado em empreender políticas mais conseqüentes com relação à educação do povo, o discurso da intelectualidade militar começou a edificar uma representação que conferia um lugar de liderança às forças armadas. Nesse discurso, o exército passou a ser caracterizado como responsável também pela educação dos cidadãos.<sup>41</sup>

Assim, o exército seria a instituição legítima e capaz de, mais do que instruir, transformar os indivíduos por meio da difusão dos valores nacionais e cívicos via educação. A autora explica que “a proposta de educar o cidadão dentro dos valores norteadores da prática militar resultava de um momento em que a associação entre cidadania e nacionalismo se solidificava no ocidente”.<sup>42</sup> Também destaca que havia uma associação entre o conceito de nação e a defesa de seu território. Essa educação militar, explica Alves, buscava espaço na escola, inclusive na escola primária e seria efetivada, também, via serviço militar obrigatório.

Em relação tanto aos soldados quanto aos civis, a autora explica que havia diversas iniciativas de escolarização e instrução elementar promovidas pelo exército. Havia escolas vinculadas ao exército, tanto para os adultos quanto para as crianças,

---

<sup>40</sup> ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 196.

<sup>41</sup> ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 202.

<sup>42</sup> ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 213.

especialmente para os “órfãos desvalidos”.<sup>43</sup> Isso revela a “interface do exército com a atividade pedagógica”, que não era exclusividade do contexto brasileiro, como especificado no trecho abaixo:

Portanto, a preocupação com a instrução, incluindo não só o interesse em difundi-la, mas a determinação de conteúdos e métodos de ensino e o próprio exercício da prática pedagógica estavam inseridas na vida militar do exército imperial. Isso se devia em parte à característica geral dos exércitos modernos que, ao mesmo tempo em que caminhavam para a profissionalização, constituíam instituições próprias destinadas à formação especificamente militar.<sup>44</sup>

A pesquisa de Alves é importante para este estudo, na medida em que observa que o papel educativo do exército, voltado não apenas para os militares mas também para os civis, tem início já no começo do século XIX. Portanto, a associação entre militares e educação no Brasil coincide com o início do processo de constituição do exército nacional. Apesar de o foco desta pesquisa ser a atuação militar nas escolas civis, Alves demonstra que havia escolas *não militares*, dirigidas por militares mas voltadas para o ensino elementar de civis.

Só na década de 1860 é que surgiu o treinamento militar para menores: “a formação especificamente militar destinada a menores de idade surgiu, não casualmente, no ano de irrupção da Guerra (do Paraguai)”.<sup>45</sup> Também a tese de que os militares possuíam uma experiência e um saber pedagógico antes mesmo da constituição de um campo pedagógico no Brasil corrobora com o princípio defendido aqui de que o saber militar compõe o saber pedagógico moderno.

A tese de que durante o Império o exército passou por transformações, dentre as quais o início da profissionalização e a conseqüente necessidade de maior qualificação intelectual de seus membros, não fora criação de Alves. Ela já havia sido desenvolvida por John Schultz em sua clássica obra *O exército na política, origens da intervenção militar*. No estudo, o brasilianista defende que o surgimento

---

<sup>43</sup> Uma das formas de educação de órfãos desvalidos promovidas pelo exército ocorria nos arsenais, que eram espaços de depósitos de material de guerra e de produção de artefatos. Nesses espaços, existentes no Brasil desde a chegada da família real, em 1808, meninos aprendizes trabalhavam e recebiam lições de primeiras letras e de produção dos artefatos produzidos nos arsenais.

<sup>44</sup> ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 226.

<sup>45</sup> ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 265.

de um exército politizado tem início em 1850, a partir da reforma do sistema de promoções instituído naquele ano. Essa reforma alterou a composição social do exército e tornou a formação dos oficiais mais sólida e necessária. Esse seria o marco inicial de um posicionamento institucional autônomo do exército em relação às questões políticas e sociais.<sup>46</sup>

A perspectiva do historiador militar Jehovah Motta apresentada em *Formação do oficial do exército* difere da de Alves. O autor tem como objetivo “mostrar como evoluiu o ensino de formação dos oficiais do exército desde a criação, em 1810, da Real Academia Militar”. O próprio autor classifica a obra como um ensaio de “História e um debate de assuntos pedagógicos e que em essência, aborda a questão das bases da estrutura intelectual da oficialidade brasileira”.<sup>47</sup> Motta observa o *pioneirismo* do exército no âmbito pedagógico da formação superior dos oficiais.

Ao investigar a formação no nível superior de oficiais na Escola Militar na década de 1880, o autor critica o ensino, segundo ele, muito teórico e cientificista. Diferentemente de Alves, Motta não percebe a contribuição dos militares para a introdução de disciplinas científicas no ensino secundário brasileiro. Também não verifica a constituição de um campo pedagógico no exército, cujo veículo de ideias era a *Revista do Exército Brasileiro*. Talvez por ser oficial do exército e por se dedicar aos estudos sobre a formação de oficiais no ensino superior, Motta não tenha percebido, como Alves, o papel educativo dos militares, especialmente nas décadas finais do XIX. Ou seja, a análise de Motta ficou muito restrita à formação superior no exército. E, além disso, o autor não associou pedagogia e política. A Escola Militar é tratada como um lugar de reunião da mocidade militar, insatisfeita com o Império, e não como um lugar onde se construiu um campo intelectual voltado para a consolidação de um saber pedagógico dirigido à instrução e educação dos militares e da sociedade civil.

As citadas obras de Alves, Motta e Schulz são relevantes para esta investigação, ainda que apenas tangenciem o tema de pesquisa. As produções de Amarílio

---

<sup>46</sup> SCHULZ, John. *O exército na política, origens da intervenção militar (1850-1894)*. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

<sup>47</sup> MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército, currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 7.

Ferreira Neto e José Silvério Baía Horta são, sem dúvida, as que mais se aproximam da temática investigada nesta tese.

A tese de Amarílio Ferreira Neto<sup>48</sup>, intitulada *A pedagogia no exército e na escola: a Educação Física brasileira (1880-1950)*, publicada em forma de livro com o mesmo título, defende que no Brasil “os militares teriam desenvolvido uma teoria pedagógica para o ensino da Educação Física nas escolas brasileiras”.<sup>49</sup> Isso se efetivou pelo contato entre a sociedade militar e a sociedade civil, ocorrido por meio de diversos vetores.

No estudo, desenvolvido a partir do periódico militar *A Defesa Nacional*, da *Revista de Educação Física*, publicada pela Escola de Educação Física do Exército, de programas de disciplinas de cursos de formação de professores militares e civis de educação física e de relatórios sobre a educação física nos estados, analisa-se o papel educativo desenvolvido pelo exército, tanto para a tropa quanto para a sociedade civil, a partir do final do século XIX. O autor busca nessas fontes identificar os elementos cívicos e militares propostos para a educação civil: a hierarquia, a disciplina e a educação física, a homogeneidade e a virilidade, dentre outros. Também analisa a base teórica da pedagogia e a didática no exército e historiciza a institucionalização da prática da educação física, demonstrando que com a criação da Escola de Educação Física do Exército a presença militar na educação civil torna-se mais duradoura, na medida em que esta escola formava também professores civis. Por fim, o autor discute a produção de Rui Barbosa, Fernando de Azevedo e Inezil Penna Marinho, buscando analisar as contribuições pedagógicas desses intelectuais para a educação física.

Ferreira Neto discute, portanto, as trilhas do processo de profissionalização do exército, de consolidação das organizações e da pedagogia militares e da educação

---

<sup>48</sup> Os estudos iniciados com a tese do professor Amarílio Ferreira Neto levaram ao desenvolvimento do projeto *A constituição de teorias da educação física no Brasil: o debate em periódicos no século XX*, no ano de 1999. Esse foi o primeiro projeto do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (PROTEORIA), liderado pelo professor Amarílio. Uma das finalidades do Instituto é promover publicações visando à difusão do conhecimento gerado em pesquisas que têm por objeto problemas situados na interseção dos campos da história, da educação e da educação física. O endereço eletrônico do Instituto é <http://www.proteoria.net/>

<sup>49</sup> FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola, a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999, p. 9.

física na escola brasileira, tendo como eixo de análise a criação de uma pedagogia educacional do corpo no âmbito da caserna, ao longo do período de 1880 a 1950.

O autor conclui em seu trabalho que o Estado, por intermédio do exército, tem a necessidade de preparar os indivíduos fisicamente para a defesa nacional. Buscando garantir a preparação para essa defesa, o exército projeta-se sobre a sociedade civil, intervindo na política, na economia, na administração e na educação. Nessa direção, o exército constituiu seu próprio sistema de ensino, inicialmente tradicional, *intelectualesco* e, posteriormente, assumindo o pragmatismo e o funcionalismo da Escola Nova. Concomitantemente, houve conflitos pela direção da instituição militar e a modernização a partir do contato dos militares brasileiros com o exército alemão e o francês. Para o autor, esse processo histórico permite afirmar:

A Pedagogia no Exército e na escola preconizada pelos militares tem seus pilares nos princípios doutrinários da disciplina e hierarquia, combinados com a Educação Física. Em relação a esta última, o estudo vem contribuir para que a comunidade científica se aproxime da realidade e o primeiro passo talvez seja admitir que o único projeto pedagógico criado e implantado nessa área tenha origem no Exército.<sup>50</sup>

O estudo de Ferreira Neto não deixa dúvidas quanto à proximidade da pedagogia e do método da educação física escolar com a pedagogia e o método da educação física da caserna. O autor percebe a presença militar na escola civil brasileira desde a virada do século XIX para o XX. Essa presença é marcada, principalmente, pela educação física.

Na leitura do trabalho, a ausência de fontes escolares é significativa e revela o desejo expresso pelo autor de investigar a questão do ponto de vista dos periódicos militares, dos relatórios sobre a educação física nos estados e da produção dos três intelectuais já citados. Dessa forma, a obra lança luz sobre o objeto de interesse desta tese, e contribui sobremaneira para a investigação aqui proposta. No entanto, destaca-se que seu olhar se dá em uma perspectiva diferente, com a consulta de fontes diversas.

---

<sup>50</sup> FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola, a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999, p. 148.

O livro de José Silvério Baía Horta, *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, originado na tese de doutorado do autor, também é de grande interesse para esta pesquisa. Apesar de o título da obra demarcar o estudo no período a partir de 1930, no primeiro capítulo, *Os militares e a educação*, o autor estuda os diversos projetos políticos existentes no exército na primeira metade do século XX, buscando mapear o discurso acerca da função educativa dos militares.

Na mesma direção que Ferreira Neto, Horta acredita que por meio da disciplina educação física os militares fizeram-se presentes nas escolas brasileiras e lideraram os esforços para a generalização da prática nos diferentes níveis de ensino. Em sua perspectiva, “a preparação militar pode ser apontada como das principais razões pelas quais uma determinada sociedade integra, em maior ou menor grau, a educação física em seu sistema educativo”.<sup>51</sup> Nessa medida, a educação física é pensada como disciplina com grande vínculo com a preparação guerreira.

Para o caso brasileiro, o autor sustenta:

A presença dos militares no sistema de ensino por meio da instrução pré-militar foi de pequeno alcance e de pouca duração. Quanto à sua influência no desenvolvimento da educação física no Brasil, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos, quanto à sua prática, esta foi real e duradoura.<sup>52</sup>

Assim como Ferreira Neto, Horta também não se debruçou sobre fontes escolares, ou seja, não investigou o problema do ponto de vista das práticas militares no âmbito da escola. As fontes utilizadas em sua pesquisa foram: periódicos de época, legislação, anais do Ministério da Educação e Saúde, e o Arquivo Gustavo Capanema.

As obras de Ferreira Neto e Horta são importantes marcos para o tema aqui desenvolvido, especialmente porque os autores estudam com maior profundidade a questão da relação entre a educação física e os militares e a da instrução pré-militar nas escolas. A historiografia da educação e da educação física tende a registrar os

---

<sup>51</sup> HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 64

<sup>52</sup> HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 53.

militares como atores importantes naquele contexto. Ferreira Neto, ao fazer o estado da arte da pesquisa histórica na educação física brasileira, aponta:

[...] na maioria das dissertações e teses consultadas, um segmento social aparece com freqüência, como sujeito determinante na construção de políticas públicas para a Educação Física a serem implantadas na sociedade: os militares.<sup>53</sup>

Os dois autores também se aproximam, na medida em que afirmam que a influência da caserna na escola se dá por meio da educação física, de forma indireta. Dito de outra forma, concluem que a formação de professores de educação física nos meios militares ou sob influência direta militar deve ser considerada como vetor do contato entre a caserna e a escola. De outro lado, não faz parte do escopo de pesquisa desses autores a verificação da atuação dos instrutores militares nas escolas.

Inezil Pena Marinho, intelectual de larga produção em diversas áreas, inclusive da de história da educação física, tem grande responsabilidade na fundação de uma interpretação historiográfica acerca da relação entre militares e educação física. Em sua obra mais importante sobre a história da educação física no Brasil, *Contribuição para a história da educação física no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República*, publicada em 1943 e posteriormente republicada em quatro volumes com o nome de *História da Educação Física e dos desportos no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República*,<sup>54</sup> em 1952, apresenta amplo estudo sobre o tema.

Na obra de Marinho, narra-se a história da educação física e dos esportes desde a colônia, apresentando-se cronologicamente datas e fatos, e transcrevendo-se documentos relevantes relacionados ao tema. As fontes apresentadas são variadas, como livros, legislação, periódicos diversos, inclusive da área da educação física, documentos de diversos tipos, oficiais e não oficiais, livros e memórias.

Por sua larga produção, por ser o primeiro sistematizador da história da educação física no Brasil e por ter realizado um grande inventário de documentos oficiais para

---

<sup>53</sup> FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*.1999. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, 1999, p. 31.

<sup>54</sup> Diversos autores reconhecem que essa é a mais importante obra de Inezil Pena Marinho, dentre eles: Amarílio Ferreira Neto e Victor Andrade de Melo.

contribuírem com o estudo da matéria, os estudos de Marinho são muito referenciados entre os investigadores da história da educação física. Ele é considerado “o mais importante nome da historiografia da educação física brasileira na forma Episódica”.<sup>55</sup>

Hoje, as críticas ao autor prendem-se principalmente ao fato de sua periodização para o objeto de estudo seguir os marcos da política nacional e à forma autônoma com que trata a educação física, sem relacioná-la com outras práticas e aspectos sociais. Também é criticado pelo fato de boa parte de suas fontes serem oficiais e por sobrevalorizar os sujeitos que nelas aparecem. De outro lado, reconhece-se sua contribuição para a história da educação física, especialmente pelo grande volume de documentos compilados e dados apresentados e pelo pioneirismo na sistematização de informações.

A obra de Marinho é marcada pela apresentação de datas, fatos e documentos. Raras são as análises interpretativas. Ainda assim, é possível perceber uma análise mecânica na inter-relação de militares, educação física e escola. Pode-se considerar que essa análise mecânica foi replicada e se tornou uma interpretação corrente no âmbito dos estudos sobre a história da educação física. Em sua perspectiva, a educação física escolar no Brasil seria fruto da ação dos militares e de suas instituições.

Apesar de ter sido o primeiro grande sistematizador da história da educação física no Brasil, Marinho não foi o primeiro autor a tratar do tema. O primeiro livro sobre o assunto foi *História da Educação Física*, publicado, em 1931, pelos militares Laurentino Lopes Bonorino, Antonio de Mendonça Molina e Carlos M. de Medeiros. A obra aborda a trajetória da educação física desde a Antiguidade e pouco trata do assunto no Brasil. Embasados na concepção de que a “história é a ciência que tem por fim a narração verídica dos fatos e acontecimentos mais importantes, passados nas sociedades humanas e as relações existentes entre os mesmos”,<sup>56</sup> os autores

---

<sup>55</sup> FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*.1999. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, 1999, p. 16.

<sup>56</sup> BONORINO, Laurentino Lopes; MOLINA, Antônio de Mendonça; MEDEIROS, Carlos M. de. *Historia da Educação Física*. Vitória: Imprensa Oficial, 1931, p. 3.

percebem os vínculos entre a educação física e a defesa nacional existentes no método francês e propõem que o Brasil seguisse esse exemplo.

Vemos assim, inicialmente, que o método francês achava-se intimamente ligado, por elos indissolúveis a essas duas instituições [Exército e Escola de Joinville-le-Point] que em sua finalidade constituem uma, una e única.

Se por um lado o Exército prepara para a guerra, transformando homens em soldados, por outro, a Escola de Joinville, prepara professores, instrutores e monitores para transformar em homens vigorosos a juventude francesa.

Oxalá, que dentro em pouco o C. M. E. F. [Centro Militar de Educação Física] seguindo este exemplo, colha seus frutos transmitindo à mocidade brasileira, os indispensáveis ensinamentos que se fazem mister para torná-la forte, sadia e bela.

O método francês, é eminentemente eclético, não deixa à margem, inicialmente, qualquer processo, que contribua para aperfeiçoamento real da natureza humana. É contrário ao dogmatismo e cada experiência que surta resultado, constitui para o método mais um largo passo na senda do progresso.<sup>57</sup>

Lino Castellani Filho insere-se na mesma linha interpretativa de Marinho. Um trecho de sua obra, *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*, evidencia isso:

Ao folharmos as páginas que tratam da História da Educação Física no Brasil, quase sempre nos deparamos - notadamente quando elas se reportam ao tempo do império e aos primeiros momentos do Período Republicano - a uma série de citações que vinculam à história das instituições militares em nosso país. Nesse particular, faz-se dever realçarmos o mérito do Professor Inezil Penna Marinho, por ter sido aquele que, ao longo de seus trabalhos em torno dessa questão, arquitetou a compilação das informações relativas à essa estreita relação.<sup>58</sup>

Castellani Filho se propõe a reescrever a *História da Educação Física no Brasil* a partir de Marinho. Sua maior referência teórica é a obra *História e Verdade*, do polonês Adam Schaff. A partir de uma concepção marxista, Castellani Filho não avança em relação ao problema aqui estudado. A relação que constrói entre militares e a escola se expressa em afirmações do tipo: "Discorrer sobre a Educação Física no Brasil passa, necessariamente, pela análise da influência, por ela sentida, das Instituições militares"<sup>59</sup> ou ainda, "tendo suas origens marcadas pela influência das instituições militares [...] a Educação Física no Brasil, desde o século XIX [...]"<sup>60</sup>

<sup>57</sup> BONORINO, Laurentino Lopes; MOLINA, Antônio de Mendonça; MEDEIROS, Carlos M. de. *História da Educação Física*. Vitória: Imprensa Oficial, 1931, p. 181.

<sup>58</sup> CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1991, p. 33.

<sup>59</sup> CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1991, p. 36.

<sup>60</sup> CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1991, p. 38-39.

Sobre a educação física, o autor não deixa de perceber também “a estreita relação com os propósitos da eugenia da raça brasileira”. Dessa maneira, não atribui a gênese da educação física somente aos militares. Em relação a Marinho, Castellani Filho diferencia-se pela perspectiva histórica que adota e também pelo uso de depoimentos orais como fonte de pesquisa, por exemplo. No entanto, assim como Marinho, o autor observa um vínculo muito forte entre militares e educação física e também não se interessa pelo estudo do impacto dessa relação no âmbito da escola.

Mauro Betti, em *Educação Física e sociedade*, tratou das origens da educação física e do esporte no mundo contemporâneo e no Brasil. Para o caso brasileiro, o autor inicia seus estudos no ano de 1930, acreditando tratar-se do momento em que se multiplicaram as ações governamentais relacionadas à educação física. Apesar de não focar no período anterior, no tópico *A Educação Física e o sistema militar*, desenvolve o texto a partir da ideia de que “as relações entre Educação Física e militarismo são bastante antigas no país, já existindo pelo menos desde 1890, com a reforma efetuada por Benjamim Constant no ensino do Distrito Federal [...]”.<sup>61</sup> Essas relações devem ser entendidas a partir da formação de professores: “A colaboração entre o sistema militar e o sistema educacional foi íntima na formação de recursos humanos para a Educação Física”.<sup>62</sup>

Ao analisar os trabalhos de Marinho e Betti, Ferreira Neto encontra uma semelhança entre os dois autores que

[...] dá-se exatamente pelas fontes levantadas, bem como pela forma de seu uso. Esse uso é determinado pelos quadros teóricos de análise, que também se aproximam entre si, uma vez que consideram como regra uma autonomia e especificidade na Educação Física brasileira, sem admitir que tal autonomia e especificidade sejam constituídas nos embates das forças sociais envolvidas no processo de construção das políticas públicas, inclusive educacionais, no qual se insere a Educação Física. Por outro lado, perde-se a dimensão de como essas propostas são produzidas, assimiladas, ou rejeitadas no contexto das escolas brasileiras, porque não se captam e identificam as forças políticas e nem se interpretam seus interesses no momento da elaboração das políticas para nossa área.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Editora Movimento, 1991, p. 72.

<sup>62</sup> BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Editora Movimento, 1991, p. 72.

<sup>63</sup> FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. 1999. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, 1999, p. 18.

Com o objetivo de se opor aos estudos que lidam com a educação física a partir da “análise unilateral dos elementos intrínsecos a sua ação, por exemplo, as técnicas, táticas, seqüências pedagógicas, regras disciplinares, metodologias e outros”<sup>64</sup>, Silvana Vilodre Goellner escreveu a dissertação *O método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. A autora faz críticas à historiografia da educação física comprometida com a narração de fatos lineares, isolados do contexto em que se inseriam e sem interpretação. No trabalho, cujo título revela, em boa medida, a perspectiva da autora, busca-se uma observação mais abrangente da educação física brasileira e seus *condicionantes socio-históricos*.

A obra trata das implicações do método francês na escola brasileira, especialmente no período entre 1920 a 1946, entendendo que, por ser esse um método originado de uma instituição militar, difundia uma percepção militarizada, definida assim:

Por concepção militarizada de Educação Física identifico aquela que vê no adestramento físico um objetivo central a ser alcançado, onde os conteúdos da cultura corporal são trabalhados de modo autoritário e onde o professor, por deter o conhecimento técnico possui o controle absoluto da aula. Subjacente a essa postura figura a intenção de forjar, uniformizar e disciplinar hábitos, valores e comportamentos dentro de padrões advindos de uma doutrina que, na tentativa de introjetar a lógica da submissão, trabalha a atividade física como mera instrução, voltada para a manutenção da ordem.<sup>65</sup>

A autora percebe duas vertentes relacionadas ao discurso pedagógico no período: a primeira, médico-higienista, era embasada na abordagem positivista de ciência que *invadiu o contexto escolar*, legitimada pela manutenção da saúde; a segunda, *transposta da caserna*, objetivava disciplinar, manter a ordem e impor os valores militares. Ambas visavam ao fortalecimento da raça brasileira para a consolidação da industrialização. Nessa medida, trabalha-se com a hipótese de que o método francês favoreceu, tanto na caserna como na escola, os princípios eugênicos e nacionalistas. Objetivava manter o sistema político vigente e preparar a força de trabalho.

---

<sup>64</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 1.

<sup>65</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 3.

Como fontes de pesquisa, foram utilizados regulamentos e textos franceses relacionados ao método francês desenvolvidos na Escola de Joinville-le-Pont e periódicos da área da educação física e publicações do exército.

Do ponto de vista teórico, além das opções metodológicas já apresentadas, cabe ressaltar que a dissertação é de cunho marxista, já que entende que a *ressurgência* das atividades físicas na contemporaneidade é fruto intencional da ideologia da classe burguesa revolucionária, que valorizava o trabalho corporal com vistas à produção capitalista.

A autora disserta sobre a elaboração dos métodos ginásticos europeus e centra-se no francês. Explica que a doutrina de Francisco de Amoros y Ondeano, que embasou o método, obteve grande repercussão não porque visava formar apenas o bom militar, mas porque enfatizava a disciplina e a consciência dos deveres cívicos para com o Estado. Assim, a doutrina e o método adentraram a rede escolar francesa a partir de 1850, ministrados por suboficiais do exército. Essa penetração aumentou a partir da derrota sofrida pela França em 1870.

No Brasil, Goellner percebe que nas últimas décadas do XIX a educação física, ou ginástica, contribuiu nas escolas para a ascensão social da classe militar. É nesse período que foi gestada a *ideologia da farda*, que

[...] nada mais é do que a idéia que sustenta o militar como que acima das leis, instituições, classes sociais e com direitos para intervir na ordem das coisas sempre que necessário, sob a alegação de salvar o país.<sup>66</sup>

A autora acredita que os militares influenciaram diversos setores sociais, inclusive a escola. A presença militar se fazia na educação por via da formação dos professores de educação física e de sua presença na linha editorial de revistas especializadas, propagando seus ideais. A sua principal hipótese, a de que “o método francês no

---

<sup>66</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 113.

Brasil refletiu no nível das atividades físicas, uma transposição do trabalho realizado na caserna à escola<sup>67</sup>, confirmou-se.

O estudo de Goellner, como a própria autora explicita, avança em relação a uma história da educação física episódica, que narra fatos na perspectiva de que a disciplina possuía uma autonomia em relação ao social. Os estudos de Marinho e Betti podem ser classificados nesta categoria. De outro lado, a obra de Goellner representa, em grande medida, pesquisas que se propõem a analisar aspectos da instituição escolar, mas o fazem a partir de fontes extrínsecas, que não permitem a consecução de seus objetivos.

Para esclarecer essa questão, pode-se pensar na teorização proposta por Dominique Julia. O autor discute os paradigmas teóricos de interpretação da escola e de sua história, observando que nas décadas de 1970 e 1980 predominou a concepção “de uma escola todo-poderosa, onde nada separa intenções de resultados”.<sup>68</sup> Assim, os estudos eram realizados a partir de textos normativos, que levavam a uma “visão um pouco idílica da potência absoluta” dos projetos pedagógicos e “despreza as resistências, as tensões e os apoios que os projetos têm encontrado no curso de sua execução”.<sup>69</sup> Na proposta de Julia de definição da chamada “Cultura escolar”, ressaltam-se os riscos ilusórios do poder total da escola e propõem-se a necessidade de voltar os estudos para o seu funcionamento *interno*, em contraposição às problematizações *externalistas*. Sem entrar na polêmica teórico-metodológica expressa sinteticamente pela metáfora da *caixa-preta da escola*, as considerações de Julia podem contribuir para a revisão historiográfica que se faz aqui.

Em relação à maioria dos estudos sobre a temática dos militares e da educação no Brasil e em Portugal, ora em análise, predominam os pressupostos teórico-

---

<sup>67</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 16.

<sup>68</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação; Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001, p. 12.

<sup>69</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação; Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001, p. 12.

metodológicos e interpretativos criticados por Julia. A dissertação de Goellner, por exemplo, apesar de ter por objeto de estudo a escola, como expresso no próprio título do trabalho, *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*, centra-se em fontes normativas que não permitem verificar a aplicação do método francês por meio da educação física na escola. Ou seja, assim como na maioria das investigações, acredita-se que somente os textos legislativos e aqueles de instrução dos professores são suficientes para comprovar a consecução dos objetivos militarizantes na escola. Não há preocupação com os *problemas* advindos desse processo no âmbito da escola.

Não se trata aqui de julgar anacronicamente esses muitos estudos a partir da renovação interpretativa da história e da educação e avaliá-los negativamente. Deve-se ter em mente que os avanços recentes no campo da teoria social levaram a propostas que realizam o chamado *jogo de escalas*<sup>70</sup>, em busca de maior verossimilhança entre as narrativas e o vivido. Nessa medida, os estudos históricos sobre a escola têm tentado compreender, para além das normas e programas, a experiência dos atores e sujeitos individuais e o grau de eficácia dos textos normativos. Portanto, essa renovação interpretativa recusa o mecanicismo que trata a escola como um aparelho reprodutor de ideologias. Percebe-se a educação como uma prática que se articula com outras práticas, que também produz significados e que não anda *a reboque* de outros aspectos sociais, como a política e a economia.

Pode-se dizer que a obra de Goellner, ao recusar uma interpretação autonomista da educação física brasileira e ao objetivar entender os seus “condicionantes socio-históricos vai de um extremo ao outro”, ou seja, muda-se o foco de problematização, mas essa mudança continua não se atendo às questões internas da escola. Essa leitura pode, sem dúvida nenhuma, ser feita para muitos dos estudos que versam sobre a temática dos militares e da educação no Brasil e em Portugal.

---

<sup>70</sup> A expressão é uma referência à obra *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, organizada por Jaques Revel e publicada no Brasil, em 1998, pela Editora Fundação Getúlio Vargas.

Outro autor que se debruçou no tema dos militares e a educação, tendo por objeto de análise a educação física, foi Celso Castro.<sup>71</sup> Dentre seus muitos trabalhos de história sobre os militares e as forças armadas, publicou o artigo *In corpore sano, os militares e a introdução da educação física no Brasil*, no qual estuda as iniciativas militares para introduzir, sistematizar e tornar obrigatória a educação física no exército e nos “estabelecimentos civis de ensino”. O autor demonstra que a prática da educação física está diretamente vinculada às iniciativas militares e relaciona-se à concepção de defesa nacional.

Castro acredita que “a vinculação entre educação física e defesa nacional era muito estreita. A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar”.<sup>72</sup> Outra conclusão de seu estudo é que a introdução da educação física de forma sistemática no Brasil é fruto da influência direta da Missão Francesa no Brasil. No tópico *Os militares invadem a escola*, expressão utilizada por Inezil Pena Marinho, Castro explica que, por extensão, a adoção do método francês no exército brasileiro fez com que o domínio militar sobre a educação física escolar se consolidasse, razão de este método ser totalmente voltado para a defesa nacional. No texto, não se deixa de registrar a oposição de alguns civis a essa *invasão militar da escola*. O tópico *Educação Física e autoritarismo* inicia-se com a afirmação de que durante o Estado Novo “o caráter bélico e autoritário da educação física promovida pelos militares tornou-se muito acentuado”.<sup>73</sup>

O texto de Castro constata a existência de uma hegemonia militar na educação física praticada no exército e nas escolas civis ao longo da primeira década do século XX. Assim como alguns dos seus referenciais bibliográficos (Cantarino Filho, Castellani Filho e Marinho), Castro acredita que a educação física foi transposta da caserna para a escola em uma *via de mão única*. Suas fontes e referências bibliográficas não permitem verificar possíveis tensões de projetos no entorno das

---

<sup>71</sup> Celso Castro possui diversos livros sobre militares no Brasil, dentre eles, destaca-se *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras e Militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Ambos foram publicados pela editora Jorge Zahar, o primeiro em 1990 e o segundo em 1995.

<sup>72</sup> CASTRO, Celso. *In corpore sano, os militares e a introdução da educação física no Brasil Antropolítica*, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem., 1997, p. 3.

<sup>73</sup> CASTRO, Celso. *In corpore sano, os militares e a introdução da educação física no Brasil Antropolítica*, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem., 1997, p. 14

propostas de prática da educação física e nem em possíveis tensões entre as prescrições colocadas nos regulamentos e as ações desempenhadas nas escolas. Nesse sentido, o estudo de Castro aproxima-se muito do de Goellner, tanto pela temática de investigação quanto pela interpretação desenvolvida.

A afirmação de que a partir de 1921, com a adoção do método francês, ocorreu a sistematização da educação física no Brasil pode ser repensada. A prática e a discussão acerca de métodos ginásticos europeus já se faziam presentes décadas antes. No famoso parecer de Rui Barbosa publicado em 1883 já se criticava o método alemão então praticado e sugeria-se a adoção do método sueco.<sup>74</sup> Nessa medida, pode-se afirmar que no último quarto do século XIX já se discutiam outros métodos. Assim, seria difícil tributar à França e à Missão Francesa toda a responsabilidade em consolidar a educação física no Brasil. Em conclusão, pode-se dizer que o texto de Castro polariza algumas discussões que atualmente, com a descoberta de novas fontes e com novos referenciais teóricos, estão mais bem explicadas.

Tarcísio Mauro Vago, em *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e ginástica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*, realizou um estudo de grande significado que, em relação à presença dos militares na escola, opõe-se à perspectiva de Castro e da maioria dos autores citados até aqui. O livro, originado de sua tese de doutoramento, trata, como fica claro no título, de um estudo sobre a questão da educação física e da ginástica no ensino primário. O autor não verifica protagonismo de instituições e sujeitos militares no desenvolvimento dessas práticas nas escolas primárias da Capital mineira. Essa conclusão do estudo só foi possível porque analisou as práticas corporais à luz de fontes documentais escolares, valendo-se de relatórios dos dirigentes da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior de Minas Gerais, responsável pela educação, e de relatórios de inspetores escolares e diretoras de Grupos Escolares, além de outros documentos oficiais.

---

<sup>74</sup> Esse assunto será desenvolvido no capítulo 3.

O autor buscou perceber a escolarização dos exercícios físicos no quadro de configuração de uma nova cultura escolar emergente nos grupos escolares e a constituição da ginástica como disciplina escolar. Nessa direção, Vago localiza sua investigação: “Se já dispomos de trabalhos em história da Educação Física, poucos são os trabalhos que pesquisaram a história do ensino de Educação Física, vale dizer, uma história narrada partindo das práticas escolares”.<sup>75</sup>

O estudo de Vago corrobora a hipótese deste trabalho, na medida em que verifica as tensões entre a prática da ginástica e as evoluções militares no âmbito escolar. Nessa medida, no próximo capítulo haverá constante interlocução com o seu estudo.

O autor concluiu que a ginástica configurou-se como disciplina “escolarizada por intermédio dos agentes da própria cultura escolar”, ou seja, em relação à ginástica não houve participação de militares no seu desenvolvimento. Eram as próprias professoras primárias que orientavam a matéria. A assertiva de Vago, para o caso de alguns grupos escolares belo-horizontinos, opõe-se à interpretação historiográfica corrente:

Não se quer com isso negar uma possível influência do pensamento militar (já até percebida e assinalada nas prescrições legais para o ensino de ‘Exercícios Physicos’) ou do pensamento médico, na conformação da Ginástica na cultura escolar que se organizava em Belo Horizonte, naquele momento. Mas é necessário relativizar (e, quando for o caso, recusar) o entendimento de que o seu processo de escolarização teria sido determinado por instituições ou atores externos à escola – há muito aceito como axioma entre estudiosos da história dessa disciplina, hoje chamada Educação Física.<sup>76</sup>

Além dos exercícios ginásticos, Vago pesquisa as chamadas “evoluções militares” e o funcionamento dos batalhões escolares. Em um artigo, o autor sintetiza suas conclusões, inclusive acerca das resistências a essas práticas:

Além da ginástica, havia prescrição também de submeter os meninos aos exercícios militares. Militarizar corpos masculinos: disciplina? Virilidade? Coragem? Exemplo foi a criação dos Batalhões Escolares em Grupos

---

<sup>75</sup> VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: a educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 24.

<sup>76</sup> VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: a educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 268.

Escolares de Minas Gerais. Prática freqüente no período, sendo organizados e dirigidos por soldados indicados por comandantes de quartéis militares. A escola produzida como lugar de preparação de soldados para defender a Pátria, uma maneira já de disciplinarização de corpos infantis – não sem a resistência de tantos pais, que reclamavam e recusavam a presença de seus filhos nessa prática.<sup>77</sup>

Além dos temas elencados acima, ressalta-se a percepção de Vago de que a escolarização da ginástica se dá em um momento de transição de modelos escolares. O autor explica que os Grupos Escolares são propostos para substituir as Escolas Isoladas. Essa proposição é utópica, na medida em que o Poder Público não consegue extinguir as chamadas “Escolas Isoladas”. Pelo contrário, elas continuam a ser criadas na Capital e no interior mineiro. As considerações do autor direcionam-se para o entendimento de que as práticas físicas estão muito mais presentes no novo modelo escolar, encontrando maiores dificuldades para se estabelecerem nas escolas isoladas.

Essa discussão remete ao artigo de Marcus Taborda de Oliveira *Educação do corpo na escola brasileira, teoria e história*, que abre o livro de mesmo título. Nesse artigo, o autor busca responder à seguinte pergunta: “Que tipo e qualidade de questões devem nortear um programa que pretende estudar historicamente a relação entre corporalidade e escolarização?”<sup>78</sup> O trabalho é o resultado parcial do projeto *Transformações nos padrões de manifestação e controle corporais na escola elementar paranaense na passagem do modelo doméstico para o modelo graduado (1882-1920)*, coordenado por Taborda de Oliveira, na Universidade Federal do Paraná. Nessa medida, indicam-se entradas possíveis de pesquisa para o estudo dos temas: “Escarlarização”, “Culturas escolares” e “Corporalidade” e de suas inter-relações, partindo-se da hipótese de que sobre a dimensão formativa da corporalidade foram realizados os maiores investimentos no processo de escolarização de massa, que é uma das características do legado do esclarecimento.

---

<sup>77</sup> VAGO, Tarcísio Mauro. A Reforma do corpo na escola. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *et al.* (Org.). *Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. No prelo.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Educação do corpo na escola brasileira, teoria e história*. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 01.

Um dos caminhos da reflexão do autor consiste em demonstrar a existência de transformações em relação à corporalidade no momento de transição de modelos escolares:

É preciso indagar que práticas, concepções e dispositivos corporais foram constituidores do novo modelo e/ou constituídos por ele, e o que teria permanecido, em termos de preocupações com o corpo do aluno, na passagem de um modelo para outro.<sup>79</sup>

Taborda de Oliveira observa que é nesse contexto de mudanças, já no âmbito do novo modelo, que surgiu um conjunto de ações variadas e de saberes escolares que atuavam sobre a corporalidade: ginástica, higiene, trabalhos manuais, prendas domésticas, exercícios militares, educação física, desenho e canto orfeônico, entre outros.

Esta tese não tem o objetivo de comparar dialogicamente a questão dos exercícios físico-militares no modelo de escolas isoladas e no modelo de escolas graduadas. De qualquer maneira, as questões levantadas por Vago e Oliveira são instigantes. Ainda que não seja foco específico desta pesquisa, nos capítulos posteriores fica evidente que todas as práticas de caráter militar se efetivaram tanto no Brasil quanto em Portugal no contexto de consolidação do modelo escolar graduado.

Em relação a esta questão, cumpre registrar a convergência dos estudos dos dois citados autores. Ambos atuam na perspectiva de que as práticas militares devem ser compreendidas à luz de uma nova cultura escolar e sob o conceito de escolarização. Essa convergência não é casuística; pode-se dizer que as diversas ações relacionadas às práticas militares – batalhões escolares e exercícios físico-militares, dentre outras – consolidaram-se no âmbito da escola seriada e que os estudos sobre sua escolarização são de grande relevância.

---

<sup>79</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação do corpo na escola brasileira, teoria e história. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 5.

Assim como Vago, Eustáquia Salvadora de Souza<sup>80</sup> pesquisou o ensino da educação física na Capital mineira. Na tese *A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897 – 1991)*, a autora tem como categoria central de análise as relações de gênero. Ela observa a presença militar no ensino da educação física voltada para os meninos nas primeiras décadas do século XX:

[...] essa influência militar no ensino da Educação Física escolar não se constituía em uma exclusividade das escolas mineiras, pois, desde a sua implantação no ensino brasileiro, fundamentava-se em princípios militares.<sup>81</sup>

Outro estudo a ser considerado é o de Rosa Fátima de Souza, publicado no artigo *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. A autora investigou as práticas de natureza patriótica militarizantes no ensino primário paulista no início do século XX, batalhões infantis, escotismo escolar, comemorações cívicas e a disciplina *Ginástica e exercícios militares*. Sua abordagem dirige-se no sentido de entender como a escola primária contribuiu para a consolidação do projeto político-ideológico de construção da nacionalidade brasileira e ação do Estado no processo de inovação educacional e de imposição de modelos culturais. A História Cultural, a História do Currículo e a concepção de cultura escolar são os referenciais teóricos apresentados no texto.

A narrativa desenrola-se desde a primeira reforma educacional republicana em São Paulo, datada de 1892, em que foram instituídas as disciplinas ginástica e exercícios militares, até a década de 1940, quando o escotismo escolar deixou de existir. Para a autora, fazem parte desse processo os batalhões infantis, criados na última década do século XIX e regulamentados em 1904, e as linhas de tiro criadas no início da década de 1920. O escotismo<sup>82</sup> substituiu, de certa maneira, os batalhões infantis, na medida em que “participando das comemorações cívicas, os grupos de

---

<sup>80</sup> SOUZA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1991)*. 1994. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

<sup>81</sup> SOUZA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1991)*. 1994. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994, p. 109.

<sup>82</sup> O tema do escotismo será abordado posteriormente nas análises sobre Brasil e Portugal realizada nos capítulos 3 e 4.

escoteiros recriavam o fascínio popular despertado pelos batalhões infantis no início do século XX”.<sup>83</sup>

A autora entende todas essas práticas como expressão do militarismo e do nacionalismo na educação brasileira. Apesar de trabalhar com os referenciais teóricos da chamada “História Cultural”, em especial o conceito de práticas culturais e o de cultura escolar, ela não realiza o estudo das práticas cotidianas previsto nessa concepção historiográfica.

A conclusão apresenta uma visão dos processos educacionais estudados como tentativa frustrada de imposição de valores à educação:

As práticas de militarização da infância revelam mais uma das faces da configuração do currículo do ensino primário. Elas demonstram como as políticas de educação popular aliam a educação moral e cívica às políticas do corpo. Civismo, patriotismo, nacionalização. Esses ideais expressam as tentativas inolvidáveis, porém nem sempre bem-sucedidas, de se transformarem as escolas primárias em agências de civilização das massas.<sup>84</sup>

O estudo de Souza, por tratar de tema muito próximo ao desta tese, é de grande interesse. No entanto, ressalta-se que a obra refere-se a processos muito complexos e em período histórico de duração estendida em poucas páginas. Isso significa que o texto é uma introdução ao tema e fica-se com a sensação de que para a confirmação da hipótese e dos objetivos propostos seria preciso maior aprofundamento. Também se deve ressaltar a crítica – já realizada anteriormente na leitura outras obras – de que o militarismo na educação é percebido como constituinte de um processo macrossocial que se impõe a uma escola que em determinados momentos comporta-se de forma refratária e, em outros, ressonante.

Se para a maioria dos autores citados não há dúvidas sobre a preponderância do pensamento e dos meios militares na constituição da ginástica e da educação física no Brasil, para outros, como Meily Assbú Linhales, esse predomínio não é hegemônico. Ao estudar as relações entre esporte e educação escolar nas décadas

---

<sup>83</sup> SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*. Campinas. Nº 52, nov. de 2000, p. 116.

<sup>84</sup> SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*. Campinas. Nº 52, nov. de 2000, p. 118.

de 1920 e 1930, a partir da discussão ocorrida no âmbito da Associação Brasileira de Educação, a autora percebe a existência de diferentes projetos culturais defendidos por diferentes grupos sociais para além do projeto militar. No estudo, a autora critica a perspectiva historiográfica de que a Associação Brasileira de Educação foi a única instituição a se manifestar contra o projeto de intervenção na educação física elaborado por militares, que consolidou a militarização da disciplina na década de 1930. Segundo Linhales, essa verdade histórica foi e tem sido apresentada por diversos autores, como Celso Castro, José Tarcísio Grunennvaldt, Carmen Lúcia Soares, Mário Cantarino Filho, Inezil Penna Marinho e Amarílio Ferreira Neto.

Linhales acredita que na década de 1920 o poder político do exército fortaleceu-se e

[...] esse fortalecimento também colaborou para a ampliação do controle do exército sobre a sociedade e sobre temas considerados relevantes para a vida do País.

O esporte e a educação física não passaram imunes. Ao contrário disso, foram constituídos como uma espécie de linguagem por meio da qual a caserna passaria a “dialogar” com a sociedade em nome da mobilização e da defesa nacional. Diálogo talvez seja um termo forte para práticas hierarquicamente ordenadas. Uma troca de informações! Quando essas eram consideradas necessárias à organização das forças promotoras da nacionalidade. O exército buscou com excelência estabelecer com a sociedade uma troca de informações e, nesse processo, a educação escolar e nela, de modo mais específico, a organização pedagógica da disciplina Educação Física tinha lugar de relevo. Reafirmar essa premissa não implica, entretanto, desconsiderar a existência, desde o século XIX, de outros projetos educativos sendo experienciados no processo de enraizamento escolar desse componente curricular.<sup>85</sup>

A chave de leitura aberta por Linhales é interessante, na medida em que busca matizar os diversos projetos existentes no campo da educação física no Brasil. Em sua leitura, a importância dos militares não é negada, e sim relativizada. Sua leitura ajuda a sustentar a hipótese deste trabalho, que procura esclarecer de que forma ocorreu a atuação dos militares e suas propostas no interior das escolas civis, atuação considerada limitada.

---

<sup>85</sup> LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a “energização do caráter”: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*, 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 107 e 108.

Dentre os diversos estudos brasileiros a serem citados nesse levantamento historiográfico, é importante registrar a existência de muitas obras monográficas que tangenciam o tema dos militares e da educação. O fato de a passagem do século XIX para o XX ser marcada por grande efervescência da temática faz com que ela seja referência muito presente em estudos diversos no âmbito da história da educação. Nessa medida, seria impossível realizar um levantamento que esgotasse o tema. Um levantamento de estado da arte deve analisar estudos que de alguma forma são referências indispensáveis à análise do tema.

Nessa medida, considera-se importante registrar abordagem do assunto em, pelo menos, quatro estudos monográficos, três deles sobre instituições escolares, reconhecendo-se que seria impossível registrar aqui a totalidade desse tipo de estudo, dada a existência de inúmeras obras com essa característica.

O registro dessas quatro obras é importante por demonstrar a expressiva presença da temática e também como a questão dos militares na educação existia em diferentes espaços, tempos e níveis de ensino. Os estudos em questão foram apresentados em três dissertações e em uma tese.

A dissertação de Jardel Costa Pereira, *Grupo Escolar de Lavras: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907 – 1918)*, busca acompanhar a ordenação de uma nova cultura escolar<sup>86</sup> a partir da trajetória do Grupo Escolar no sul de Minas Gerais. No item *Aprendendo a proteger a ordem pública: a instrução militar*, o autor analisa o funcionamento, na escola, do Batalhão Escolar e da instrução militar no período de 1907 a 1914, concluindo que as práticas militares foram instituídas com *seriedade*. A dissertação de Pereira dialoga com o já citado estudo de Vago, que, ao pesquisar a ginástica nos grupos escolares belo-horizontinos, percebeu a prática de exercícios militares. Ambos os estudos desenrolam-se no período posterior à chamada “Reforma João Pinheiro”, instituída em 1906.

---

<sup>86</sup> PEREIRA, Jardel Costa. *Grupo escolar de Lavras: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907-1918)*. 2005. 424 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002, p. 12.

A dissertação de Aleluia Heringes Lisboa Teixeira, *A “gymnastica” no gymnasio mineiro – internato e externato (1890 – 1916)*, também trata da cultura escolar em uma instituição escolar mineira. No entanto, em relação ao estudo de Pereira, diferencia-se pelo período temporal estudado, por analisar uma instituição secundária e por focar-se exclusivamente na ginástica. A autora teve por objetivo central “acompanhar e investigar o movimento de inserção e de permanência da ginástica como constitutiva da cultura escolar no Ginásio Mineiro (Internato e Externato)”.<sup>87</sup> No estudo, as evoluções militares são referência constante, pois era prática constitutiva da Ginástica. Também se refere à existência do Batalhão Escolar. Teixeira discute questões importantes, como as tensões entre o corpo discente e o docente do Ginásio e os instrutores militares que desenvolviam atividades na instituição.

Outro trabalho é a dissertação de Diogo Rodrigues Puchta, *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882 – 1924)*, que privilegia a história da disciplina a partir do *plano das ideias e prescrições* pensadas por políticos e intelectuais. O autor verifica que na década de 1920 a ginástica se torna mais militarizada, com a introdução de exercícios militares e da prática do escotismo:

Inserir a organização dos escoteiros associada ao ensino da gymnastica contribuiu para a aplicação de uma atividade ainda mais militarizada. Uma das principais influências que a educação militar proporcionava era a promoção de hábitos de disciplina. A necessidade de estabelecer consensos quanto à importância do respeito às regras formava nas crianças uma espécie de “unidade de doutrina”.<sup>88</sup>

Henrique Witoslawsky também realizou uma investigação focada na cidade de Curitiba que originou a dissertação *Discursos sobre modernização e militarização juvenil em Curitiba (1919-1928)*. O autor entende que desde a Proclamação da República iniciou-se um processo de militarização social e que “a maneira mais enfática para mostrar essa militarização à população, e ao mesmo tempo destacar

---

<sup>87</sup> TEIXEIRA, Aleluia Heringes Lisboa. *A “gymnastica” no gymnasio mineiro – internato e externato (1890-1916)*. 180 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, p. 11.

<sup>88</sup> PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882-1924)*. 115 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2007, p. 88.

sua eficácia, foram os desfiles pelas ruas da cidade”.<sup>89</sup> Nessa direção, o autor discute a “representação discursiva dos desfiles” de Tiros de Guerra, entendidos como batalhões escolares, e grupos escoteiros a partir de dois periódicos diários curitibanos.

Ao encerrar essa revisão historiográfica, pode-se dizer que existem diversas vertentes interpretativas sobre as questões relacionadas à relação entre militares e educação civil no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Também é possível notar diversos temas de estudo acerca dessa relação. Sem dúvida, predominam os estudos ligados à educação do corpo, educação física e ginástica. Os marcos teórico-metodológicos também são diversos.

Pode-se dizer que há duas grandes linhas interpretativas acerca do papel dos militares na constituição e difusão da educação física. Uma primeira vertente confere grande responsabilidade aos indivíduos e instituições militares nesse processo. Não por acaso essa linha interpretativa lida mais com fontes documentais oficiais, prescritivas e não escolares. São análises *externalistas*, na perspectiva de Dominique Julia. De maneira geral, podem-se identificar como representantes dessa vertente os seguintes autores: Inezil Penna Marinho, Lino Castellani Filho, Mauro Betti, Silvana Vilodre Goellner, Celso Castro e Rosa Fátima de Souza, dentre outros. É necessário ressaltar que o grau de participação dos militares na história da educação física que cada um desses autores citados atribui é variável. Também as perspectivas teóricas e metodológicas são diversas.

Outra vertente reconhece a importância militar, mas nega sua hegemonia e preponderância. Nessa linha interpretativa, predominam estudos que lidam com fontes documentais não oficiais e, em alguns casos, fontes escolares. A tendência dessa linha prioriza a realização de estudos sobre a história escolar da educação física. Seus representantes: são Tarcísio Mauro Vago, Marcus Taborda de Oliveira, Meily Assbú Linhales, Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior, Jardel Costa Pereira e Aleluia Heringer Lisboa Teixeira, dentre outros.

---

<sup>89</sup> WITOSLAWSKY, Henrique. *Discursos sobre modernização e militarização juvenil em Curitiba (1919-1928)*. 162 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009, p. 2.

Os processos narrados pela historiografia brasileira sobre o tema dos militares e da educação na passagem do século XIX para o XX são, em certa medida, internacionais. A correlação entre nacionalismo, defesa nacional e exercícios físico-militares na escola pode ser verificada em diversos países. Essa correlação será melhor apresentada e analisada no segundo capítulo. Esse processo também ecoou em Portugal e foi estudado pela historiografia daquele país.

Em Portugal, assim como no Brasil, a chamada “educação do corpo”, presente na escola sobretudo por meio da ginástica ou da educação física, é o ponto de contato maior com a caserna. Isso é o que aponta, de maneira geral, a historiografia portuguesa.

### **A historiografia portuguesa e os exercícios físico-militares nas escolas**

O principal estudo desenvolvido sobre os exercícios físico-militares nas escolas portuguesas foi realizado por Joaquim Pintassilgo na obra *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. No estudo, buscou-se explicitar o processo de formação de cidadãos no contexto do início da República portuguesa, percebendo-se que a escola primária naquele contexto era entendida como *escola do povo*, responsável por essa formação.

Dentre os diversos temas de estudo, o capítulo *Preparação militar e educação cívica* aborda o funcionamento dos batalhões escolares e da instrução militar preparatória na passagem do século XIX para o XX. Na introdução, o autor informa que acredita

[...] ser esta a primeira tentativa de abordagem sistemática e global da problemática da educação moral e cívica na escola republicana, sendo igualmente a primeira vez que alguns desses temas são tratados de forma detalhada (são os casos, por exemplo, da festa da árvore e da Instrução Militar Preparatória).<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 20.

Nesse estudo pioneiro percebe-se a tentativa de militarização da juventude escolar como constituinte do projeto regenerador republicano de formação de cidadãos patriotas. O autor narra as resistências à implantação dos batalhões escolares e da instrução militar preparatória, que, após a implantação da república, “chegaram a conhecer um relativo sucesso” e afirma:

[...] a tentativa republicana de militarizar os jovens alunos das escolas primárias portuguesas não terá, à semelhança do que aconteceu noutros países, uma solução de continuidade. Convém não esquecer, no entanto, o contributo positivo que a iniciativa terá dado para a difusão da educação física em Portugal, acabando esta por se libertar da tutela militar a que surgiu associada na fase inicial.<sup>91</sup>

Destacam-se duas questões nesse trecho. Em primeiro lugar, a comparação entre a descontinuidade da militarização infanto-juvenil em Portugal e a longevidade do processo em outros países. Em segundo lugar, o autor revela a existência de associação entre educação física e militares naquele país. A obra não aprofunda a discussão acerca dessa relação. Seu foco de análise é no entendimento das propostas militarizantes como constituintes da educação cívica.

Essa correlação entre militares e educação física – ou seja, o vínculo entre a defesa nacional e a educação física escolar – também é apontada por outros autores portugueses.

Luis Viana, ao tratar da história da educação física em Portugal, a partir de finais do século XIX, entende que, naquele país, há uma perspectiva médica da educação física, com fins terapêuticos, uma perspectiva militar, que ressalta a defesa nacional, a preparação militar ou pré-militar e uma perspectiva formativa, que atribui à disciplina a função de formação do caráter. Segundo o autor, essas três perspectivas acerca da educação física degladiaram-se em Portugal desde a instituição da disciplina nos liceus, em 1887, até pelo menos a década de 1940, quando foi criado o Instituto Nacional de Educação Física (INEF). Antes disso, o que definia se a disciplina seria de *vertente militar* ou de *índole médica* era a formação profissional originária do professor. A polarização percebida por Viana fica evidente em alguns textos do período.

---

<sup>91</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 20.

Augusto Filipe Simões,<sup>92</sup> em *Educação Physica*, de 1879, disserta sobre as vantagens da educação física e elenca os imperativos de defesa nacional, apontando o exemplo da Prússia, que, em 1870, foi superior militarmente à França graças à prática da educação física. O autor trata também das vantagens médicas e formativas da disciplina. Fernando Correia,<sup>93</sup> médico português, publicou em 1935, a transcrição da palestra *A educação física e a medicina em Portugal*, em que se realiza um longo histórico sobre a educação física. Fica evidente em alguns momentos o tom crítico à perspectiva militar. Um exemplo está na explicação para a falta de êxito do ensino de ginástica nos liceus, que o autor atribui, entre outros componentes, ao fato de grande parte dos professores ser constituída de militares, que, por vezes, esquecem que um “organismo infantil não tem a mesma robustez e capacidade do dum recruta”.<sup>94</sup> Na conclusão do texto, Correia reafirma a necessidade de associar sempre a educação física e a medicina.<sup>95</sup>

José Gregório Viegas Brás investigou a construção social do currículo de educação física nos liceus portugueses na dissertação *A fabricação curricular da educação física – História de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. Em análise embasada na teoria de Michel Foucault, entende a transformação do

---

<sup>92</sup> “Augusto Filipe Simões era médico e professor da Universidade de Coimbra, destacou-se também como escritor, arqueólogo e político e pedagogo. A contribuição mais original de Augusto Filipe Simões para a pedagogia centra-se nas suas obras sobre Educação Física, a partir da dissertação que o tornou professor na Universidade. O carácter inédito da obra e o grande sucesso que obteve rapidamente a esgotaram e levaram o autor a proceder a nova edição, mais desenvolvida e profundamente reformulada, com o título Educação Física (Lisboa, 1874). Destinada a pais, mestres e directores de colégios, assumia-se como guia para a educação, estudando as práticas rotineiras menos indicadas, ensinando preceitos racionais de higiene e exercitação física, de modo a evitar a degeneração física da população e robustecer as novas gerações. [...] Globalmente, Augusto Filipe Simões reflecte as tendências gerais da época, ao defender um ensino activo, dinâmico e prático, virado para o desenvolvimento intelectual, físico e moral, em vez de estático, retórico e com grande peso da memorização”. Texto adaptado de: NÓVOA, António. *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa, 2003.

<sup>93</sup> “Crescendo num ambiente familiar vincadamente republicano, a solidariedade, o altruísmo, a generosidade e a intervenção social serão traços fortes no carácter de Fernando Correia, marcando o percurso da sua vida, o seu pensamento e acção. Assumindo-se como sanitarista e higienista, a sua actividade estrutura-se em redor dos problemas da Saúde Pública, Assistência e Serviço Social, Higiene e Saúde Escolar, e, profissionalmente, desenvolve-se em três períodos com diferente enquadramento institucional: o primeiro período corresponde às suas funções de delegado de Saúde e à experiência do Lactário-Creche das Caldas da Rainha (1921-1934); o segundo, às de Inspector de Saúde Escolar da Direcção Geral da Saúde Escolar (1934-1946); e o terceiro, às de presidente do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge (1946-1961)”. Texto adaptado de: NÓVOA, António. *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa, 2003.

<sup>94</sup> CORREIA, Fernando. *A educação física e a medicina em Portugal*. Lisboa: *Separata da Imprensa médica*, nº 12, 15 e 17, ano I, 1935, p. 37.

<sup>95</sup> CORREIA, Fernando. *A educação física e a medicina em Portugal*. Lisboa: *Separata da Imprensa médica*, nº 12, 15 e 17, ano I, 1935, p. 42.

conhecimento da educação física em matéria escolar, ou saber escolar, como parte do processo de criação da escola de massas e de seu poder disciplinar. O autor explica o conceito de *saber*:

Utilizamos a palavra saber num sentido bastante abrangente para designar as diferentes formas de conhecimento (científico, senso comum) que contribuíram para a construção da educação física, o conhecimento que faz parte da fundamentação da especialidade e ainda aquele que diz respeito às aprendizagens a realizar pelos alunos – as matérias de ensino. Mas, tal como já referimos anteriormente, o saber também não tem uma existência autónoma, o que quer dizer que não se pode falar nele sem nos referirmos ao poder.<sup>96</sup>

Nessa medida, o currículo é entendido como uma construção social que visa constituir o *habitus* das crianças. É daí que surge a hipótese de que o processo de fabricação da educação física em Portugal é caracterizado por sua estruturação como conhecimento social relevante e, posteriormente, como disciplina escolar. O autor objetiva esclarecer como as forças sociais levaram a educação física para o currículo educacional, movimento ocorrido desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

A tese narra a influência do método ginástico e conclui que a “ideia do rejuvenescimento das raças pelo método sueco, e da sua relação com o exército, também teve a sua expressão em Portugal”.<sup>97</sup> Isso se deu por meio da instrução militar preparatória, que, instituída em 1907, pretendia assegurar a defesa nacional desenvolvendo as aptidões militares dos portugueses.

A correlação entre militares e educação física e educação escolar está expressa neste trecho:

Esta medida anuncia a aproximação entre os militares e a educação física. Primeiro, porque com a Instrução Militar Preparatória se pretende levar a cabo o avigoramento da raça, o que passa pelo exercício racional da ginástica – isto vai fazer com que muitos militares se interessem por esta área do saber (o que já vinha acontecendo). Segundo, porque ao formarem-

---

<sup>96</sup> BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física. História de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006, p. 27.

<sup>97</sup> BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física. História de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006, p. 477.

se militares nesta área do saber, se admite que possam leccionar a disciplina de educação física nos liceus. Conforme figura no texto legislativo, quando o professor de educação física é um oficial do exército fica este encarregue de ministrar a instrução militar, acumulando assim as duas funções.<sup>98</sup>

José Viegas Brás publicou, junto com Maria Neves Gonçalves,<sup>99</sup> o artigo *A instrução militar preparatória na I República – A ginástica da educação cívica, a educação cívica da ginástica*. No texto, faz-se uma discussão sobre a instrução militar preparatória bastante aproximada do conteúdo da já citada tese de Brás.

Outra obra de interesse nesta revisão historiográfica é o livro de Jorge Ramos do Ó *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal, último quartel do século XIX - meados do século XX*, apesar de não ser um trabalho sobre história da educação física e nem sobre o tema dos militares e a educação. O objetivo da obra é "averiguar que tipo de actor social aquele ramo de estudos [Liceu] tentou produzir entre nós sob influência do discurso pedagógico moderno".<sup>100</sup> Assim como Brás, Jorge Ramos do Ó embasa-se na teoria foucaultiana.

No tópico *Escoteiros e Instrução Militar Preparatória*, o autor analisa rapidamente o funcionamento do grupo escoteiro do Liceu Pedro Nunes e da Sociedade de instrução militar preparatória que funcionou em estreita relação com aquele Liceu, na década de 1910. A análise conclusiva do autor é bastante interessante:

Julgo que se pode até, sem exagero de nenhuma espécie, defender que este programa nacionalista [instrução militar preparatória], assim como o dos escoteiros, claramente de pendor pacifista e ecumênico, não passavam de variantes possíveis da mesma matriz educativa.<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física. História de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006, p. 478.

<sup>99</sup> Os dois autores são integrantes do Grupo de Investigação Memórias da Educação no Espaço Lusófono, vinculado à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Um dos projetos de pesquisa do grupo intitula-se "A Ginástica da Educação Cívica. A Educação Cívica da Ginástica. A Instrução Militar Preparatória – educação cívica, ginástica e higiene", que objetiva investigar a transversalidade da disciplina educação cívica: os símbolos e os heróis nacionais, o exercício racional da ginástica e de atividade físicas que visavam regenerar e revigorar a raça. O artigo é resultado parcial do citado projeto de pesquisa.

<sup>100</sup> Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal, último quartel do século XIX - meados do século XX*. Lisboa : Educa, 2003, p. 3.

<sup>101</sup> Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal, último quartel do século XIX - meados do século XX*. Lisboa : Educa, 2003, p. 589.

Nesse trecho, o autor buscou identificar *práticas educativas* que, na sua visão, mesmo sendo bem diferentes, embasavam-se em uma matriz educativa comum. O estudo dessa matriz educativa é a base da obra de Jorge Ramos do Ó. O autor entende que a escola liceal moderna em Portugal buscou incitar o aluno a disciplinar ou transformar sua alma, corpo, pensamento e conduta por meio da autovigilância constante. Nessa medida, tanto o escotismo quanto a instrução militar preparatória fariam parte desse movimento pedagógico moderno de difusão da tecnologia do *governo de si mesmo*.

A historiografia portuguesa sobre a relação entre militares e educação civil na passagem do século XIX para o XX é restrita. Poucos são os estudos acerca da temática. Joaquim Pintassilgo autoclassifica sua obra, publicada em 1998, como a primeira a investir na investigação sobre a instrução militar preparatória.

Os estudos portugueses, de forma semelhante à realidade brasileira, lidam com a questão a partir de fontes normativas, especialmente legislativas. Não foi encontrado nenhum estudo que objetivasse realizar de forma precípua a pesquisa acerca dos exercícios físico-militares no âmbito das escolas e nem sobre a ação de instrutores militares e professores na aplicação das normas expedidas pelo governo. Assim, a mesma problemática colocada para o caso brasileiro pode ser posta para a realidade portuguesa.

### **Militares e educação: possibilidades de estudo**

A discussão acerca do papel dos indivíduos e das instituições militares na consolidação da ginástica e da educação física nas escolas é tema recorrente nos estudos sobre a história dessas práticas, tanto no Brasil quanto em Portugal. A historiografia dos dois países tem apresentado a existência de diferentes projetos em torno da educação física e da ginástica. Nessa perspectiva, o discurso e o engajamento militar em torno dessas práticas estariam em confronto com outras perspectivas.

Pode-se concluir que a educação física é, sem dúvida, o ponto de contato mais nítido entre a caserna e a escola no período em estudo. Isso nos permite reconhecer

o compartilhamento de valores entre as duas instâncias. Alguns dos valores presentes na escola contemporânea e na caserna, como o autocontrole, a disciplina, o planejamento e a rígida organização do tempo e a hierarquização das funções, entre outros, são mais difusos, estão menos evidentes mas também são compartilhados.

É possível pensar, portanto, que a educação física não é a única disciplina a pôr em contato militares e escola. Oliveira corrobora com essa perspectiva ao afirmar que

[...] muitas das disciplinas escolares, entre aquelas que conhecemos atualmente, tiveram um grande desenvolvimento em função de preocupações de caráter militar, fosse ou não da definição de determinado caráter nacional – lembremos da Matemática, do Canto, da Geografia, da História e, a que de forma mais aparente parece se relacionar com a caserna, a Educação Física [...].<sup>102</sup>

Nessa visão mais ampliada, sobressaem as possibilidades de investigação acerca da presença militar na educação civil. O ensino de história poderia ser pensado, por exemplo, como um conteúdo que dissemina valores compartilhados entre os militares e a escola. A análise dos materiais didáticos, em especial os de história, os de educação moral e cívica e os chamados “livros de leitura” podem demonstrar uma visão e uma interpretação do passado características do exército. A historiografia da educação e, mais especificamente, os estudos sobre o ensino de história têm demonstrado a existência de uma *guerra de narrativas* em torno do que se deve ou não ser ensinado acerca da história das nações.<sup>103</sup> Neste embate, os meios militares lutaram para implantar o culto a patronos militares, interpretações de momentos importantes para a história da instituição militar e da Nação.

A constituição da história como disciplina escolar ao longo do século XIX e a sua perspectiva política nacionalista comprometida com o Estado têm sido evidenciadas nos estudos sobre a disciplina. Ensina Fonseca:

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Apresentação. *Educação em Revista*, Curitiba, n. 33, 2009, p. 16.

<sup>103</sup> Sobre o assunto, ver LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999. FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

A afirmação das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares, pois cabia-lhe apresentar às crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria.<sup>104</sup>

No caso do Brasil, fica-se ainda mais convencido de que o estudo de materiais didáticos de história permite perceber a presença de uma visão militar de história na escola civil se se acredita que “a partir da década de 1890 surgiu um gênero identificável de história militar brasileira, coincidindo com o crescimento e o fortalecimento institucionais do exército”, como afirmam Castro, Izecksohn e Kraay.<sup>105</sup> Essa produção historiográfica militar tem ocorrido desde então no âmbito das forças armadas. A Editora Biblioteca do Exército é a principal responsável pela publicação dessa historiografia.

Um bom exemplo da difusão dos valores militares por meio do ensino de história é apresentado por Horta. Segundo o autor, uma campanha com o objetivo de inculcar o espírito militar nas crianças foi iniciada em 1941 pelo jornal *O Globo*. O início da campanha foi marcado pela publicação do livro *Meu Brasil*, de Sérgio Macedo. A obra, premiada em concurso pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, é a narrativa da história do Brasil feita por um pai ao filho que quer ser soldado. Nessa história pátria, o soldado aparece como personagem central na história nacional, sempre com importante papel e espírito nobre.<sup>106</sup>

Em Portugal, segundo Sérgio Campos Matos, que estudou o ensino de história nos liceus entre os anos de 1895 e 1939, “até à instauração do Estado Novo, deparamos com uma multiplicidade de discursos históricos em que predomina o factual político e militar”.<sup>107</sup> Outra conclusão do autor é que os *heróis de armas* são mais numerosos nos manuais de história, o que pode significar a difusão de valores da caserna. Assim como Matos, os estudos de Luís Reis Torgal sobre o ensino de história em Portugal no período apontam para a forte presença do espírito patriótico

---

<sup>104</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & Ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 24.

<sup>105</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. in: \_\_\_\_\_ (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 14.

<sup>106</sup> HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 57-58.

<sup>107</sup> MATOS, Sérgio Campos. *História, mitologia, imaginário nacional. A história no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, Ltda., 1990, p. 169.

e nacionalista, apoiada em uma narrativa em que os heróis e eventos militares são recorrentes.<sup>108</sup>

Essa breve digressão acerca do ensino de história tem o objetivo de registrar a potencialidade de estudos que investiguem a difusão na escola de valores militares a partir da disciplina História. No levantamento bibliográfico realizado tanto no Brasil quanto em Portugal não foram encontrados estudos desta natureza.

A atuação de instituições militares em torno da educação civil e da educação propriamente militar pode ser relacionada à constituição dos exércitos modernos. Assim, constitui-se em um processo internacional que vai além das experiências no Brasil e em Portugal. Alves corrobora com essa interpretação, tanto que, ao tratar da preocupação do exército imperial brasileiro com a difusão da instrução e com a determinação de conteúdos e métodos de ensino pedagógicos, explica:

Isso se devia, em parte, à característica geral dos exércitos modernos que, ao mesmo tempo em que caminhavam para a profissionalização, constituíam instituições escolares próprias destinadas à formação especificamente militar.<sup>109</sup>

Pode-se exemplificar esse processo a partir da própria obra de Alves quando informa sobre o protagonismo militar na implantação do método mútuo no Brasil e em Portugal:

Os estudos mais recentes sobre a introdução das escolas de ensino mútuo no Brasil demonstraram a participação ativa do exército como campo de formação de professores e de aplicação desse tipo de método, não somente no Brasil. A primeira notícia sobre o método Lancaster em Portugal esteve ligada à criação de escolas no Exército e Marinha [...].<sup>110</sup>

Portanto, é possível pensar que a relação entre militares e educação se dava por meio de diversas maneiras. A educação física é apenas uma das disciplinas em que é possível perceber essa relação. Isso pode ser percebido em outras disciplinas,

---

<sup>108</sup> TORGAL, Luis Reis. Ensino da história e ideologia. In: PROENÇA, Maria Cândida (coord.). Um século de ensino da história. Lisboa: Edições Colibri, 2001. TORGAL, Luis Reis. Ensino da história. In: TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal*. Séculos XIX-XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

<sup>109</sup> ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 226.

<sup>110</sup> ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 230.

como a história, e em outras formas, como a difusão de métodos pedagógicos protagonizados por militares.

Ao encerrar esta apresentação da historiografia brasileira e portuguesa sobre o tema em estudo, ressalta-se a aplicabilidade da discussão sociológica realizada por Norbert Elias na obra *Envolvimento e alienação*. A partir da premissa de que o conhecimento é uma rede cheia de conflitos, dilemas e contradições, reconhece-se que as implicações sociais em relação ao conhecimento variam entre dois extremos, que vão da alienação, que poderia também ser entendida como distanciamento ou afastamento, até o envolvimento. Na produção de conhecimento sobre as sociedades humanas, o envolvimento é caracterizado pelo comprometimento do pesquisador com os fatos e a sua submissão a opiniões padronizadas. A alienação significa o afastamento desses padrões e da “coerção emocional dos fatos”.

Na edição brasileira, o tradutor Alvaro de Sá sintetiza a proposta de Elias:

Resgatando essa importância do distanciamento do não envolvimento, enfim, a alienação, Norbert Elias procura estabelecer o primado da razão; semeando os fundamentos, aqui e em outros livros, da valorização da independência possível do pensamento, da investigação alienada [...].<sup>111</sup>

Elias entende que no campo do conhecimento dos processos não humanos alcançou-se um alto grau de congruência entre a realidade e o conhecimento. Isso significa que há grande verossimilhança entre a *natureza não humana* e o saber produzido pela humanidade sobre ela. Em outro extremo, o conhecimento sobre os processos sociais é baixo:

A contenção e a alienação na produção e no uso do conhecimento em níveis humanos e, portanto, no trato dos processos sociais são muito baixas. Assim, esse tipo de conhecimento também mostra nível mais baixo de congruência com a realidade. Está fortemente imbuído de fantasias e moldado pelos desejos e medos de curto prazo.<sup>112</sup>

A leitura realizada pelo sociólogo alemão é, sem dúvida, audaciosa, já que levanta a suspeita da validade do conhecimento produzido não apenas pela sociologia, mas também pelas ciências humanas em geral. Não cabe aqui discutir a razoabilidade de

---

<sup>111</sup> ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 10.

<sup>112</sup> ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 101.

sua leitura e nem seria possível verificar a ressonância dessa perspectiva nas ciências humanas. O que interessa registrar é a aplicabilidade dessa leitura de Elias em relação aos estudos históricos sobre militares e educação no Brasil e em Portugal. Especialmente para o caso brasileiro, observa-se grande enredamento entre os autores e o objeto de estudo. Isso se traduz em preconceitos e em interpretações padronizadas que vêm sendo realizadas desde os primeiros estudos sobre o tema. Notam-se a veiculação de ideias estabelecidas e a ausência de estudos que busquem ir além das interpretações já construídas. No caso de autores militares, o comprometimento e o envolvimento com análises preestabelecidas são mais evidentes. Já os autores não militares tendem a pouco distanciamento, e talvez isso se explique por ser um tema que, de forma geral, foi pouco debatido pela historiografia.

Nessa medida, nos capítulos três e quatro, busca-se a difícil tarefa de produzir conhecimento em uma perspectiva mais distanciada e menos envolvida.

## Capítulo 2

### Escola contemporânea e saber militar

A chamada “Era das revoluções”, cujos marcos históricos são a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, foi caracterizada por profundas transformações em diversos aspectos da sociedade ocidental. Em relação à educação, o fim do século XVIII e todo o século XIX são caracterizados por inovações e alterações substanciais, que conformaram a pedagogia e a escola contemporâneas. Exemplo dessas mudanças é o surgimento de sistemas escolares monopolizados e controlados pelo Estado, movimento que não foi uniforme em todos os países. Na esteira desse processo histórico, a pedagogia se tornou laica, racional e científica, e se transformou, a partir da interação com novos saberes. Sem a pretensão de esgotar essa ampla discussão, destaca-se o movimento discursivo que levou à centralidade da escola como instituição social capaz de moldar os indivíduos por meio da conformação às normas sociais e de produzir sociedades homogêneas e orgânicas.

Nesse amplo movimento de transformações sociais e da educação contemporânea ocorrido após a chamada “dupla revolução”, interessa discutir mais de perto as formas pelas quais o conhecimento militar interveio para a constituição do campo pedagógico contemporâneo e o modo como o chamado “saber militar”, dentre outros saberes, passou a interferir na escola contemporânea.

O objetivo deste capítulo é realizar essa reflexão teórica e historiográfica. Para tanto, inicia-se o texto realizando breves considerações sobre a trajetória dos exercícios físico-militares – principal forma de entrada do saber militar na escola contemporânea – na educação antiga e a relação dessa prática com a preparação para a guerra. Posteriormente, caracteriza-se o processo de constituição dos métodos ginásticos europeus que surgiram no século XIX. A sistematização desses métodos ginásticos é entendida à luz do higienismo e do nacionalismo político, que pregavam os exercícios físicos como o caminho para a regeneração física e moral, e para a formação de cidadãos aptos para defender a nação. Ao longo do texto, defende-se que os exercícios físico-militares são frutos da mudança do *habitus* das pessoas e integram o código nacionalista, que se difunde pelas relações de

interdependência entre os indivíduos e as *figurações* sociais.<sup>113</sup> Também se discute o conceito de cultura política, com o fim de demonstrar que a escola foi um dos vetores de difusão do nacionalismo político.

### **Exercícios físico-militares e educação: Breve histórico**

Os exercícios físicos com fins de treinamento para a guerra existem nas sociedades humanas desde a Antiguidade, e com esse fim passaram a fazer parte dos processos formativos. Isso é o que revelam os estudos históricos sobre educação, mais especificamente os estudos sobre a história da Educação física.

Seria difícil demarcar precisamente o início do processo histórico de introdução dos exercícios ginásticos nos processos formativos na Antiguidade. Essa dificuldade se deve à complexidade desse processo e à própria imprecisão histórica acerca do surgimento da escola como instituição social com funções bem definidas e diferenciadas de outras instituições.

Segundo Franco Cambi,<sup>114</sup> uma das grandes transformações ocorridas no âmbito da educação antiga foi a gradativo surgimento da escola, local destinado a transmitir os saberes diversos e articulados com a tradição. Esse processo iniciou-se nas chamadas “sociedades hidráulicas”, tanto do Oriente quanto do Ocidente (China, Índia, Mesopotâmia e Egito).

Acerca da prática de exercícios físicos visando à preparação para o combate na Antiguidade, o mesmo autor fala da existência de competições e jogos entre os adolescentes na Grécia, que visavam desenvolver a força e o *espírito de luta*, além da astúcia e da inteligência. A educação espartana incluía a formação de *tipo militar* para as crianças do sexo masculino entre os 7 e os 16 anos nas chamadas “escolas-ginásios”, com o objetivo de formar cidadãos-guerreiros. Entre os atenienses, ainda que não imperasse a mesma perspectiva militar espartana, havia também os

---

<sup>113</sup> Os conceitos de *habitus* e de *figuração* serão desenvolvidos mais adiante.

<sup>114</sup> CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

exercícios físicos nos *gymnasia*, visando ao desenvolvimento da força, da saúde e da beleza. Os jovens atenienses também prestavam o serviço militar.<sup>115</sup>

Mario Alighiero Manacorda também trata da sistematização dos exercícios físicos entre os antigos, relacionando-a com fins militares. O autor percebe que a formação física voltada para o *fazer* guerreiro na Grécia se democratizou ao mesmo tempo em que a escola se institucionalizou. Em Atenas, ainda de acordo com Manacorda, a educação do efebo, que surgiu com fins de preparação para a guerra, passou também a formar intelectualmente, tornando-se cada vez mais indissociável a educação do corpo e a do intelecto.

Em Roma, a situação era semelhante, na medida em que, segundo o autor, “a Educação física, que preparava o futuro cidadão para o uso das armas na defesa da própria pátria [...], era o principal e mais importante aspecto da formação do homem”.<sup>116</sup> A obra informa que os romanos realizavam, por meio dos jogos e competições, “uma preparação mais direta para a milícia e os gregos foram responsáveis por uma organização sistemática da preparação físico-militar”.<sup>117</sup>

Pode-se dizer então, que a prática dos exercícios físicos com fins militares é antiga e, talvez, até pré-histórica, pois é na Pré-história que surgiu, entre as sociedades humanas, a divisão de trabalho entre homem e mulher, entre os que produzem e os que guerreiam. Na medida em que se organizam grupos especialistas para defender militarmente um coletivo, surge também a preparação específica na arte da guerra. Os exercícios físicos são inerentes a essa preparação. Jurandir Freire Costa reconhece no século XIX um discurso sobre o “valor transhistórico dos exercícios corporais”.<sup>118</sup> Amarílio Ferreira Neto corrobora com esse princípio ao explicar que

[...] a tese do uso das práticas corporais como uma constante cultural no preparo para a guerra nas diversas sociedades persiste, uma vez que a

---

<sup>115</sup> CAMBI. *História da pedagogia*, p. 84.

<sup>116</sup> MANACORDA, Mario Alighiero. *Historia da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 100.

<sup>117</sup> MANACORDA, Mario Alighiero. *Historia da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 101.

<sup>118</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989, p.185.

ciência da guerra, independente do estágio de desenvolvimento social, necessita do trabalho corporal em maior ou menor grau.<sup>119</sup>

Não cabe neste trabalho apresentar uma história dos exercícios físicos, de suas relações com o preparo para a guerra e de sua prática no âmbito da formação de crianças e jovens dentro e fora de instituições educativas. O objetivo aqui é demonstrar que essa interação é muito antiga, secular. Por isso, foram apresentadas estas breves considerações sobre a educação na Antiguidade, com o intuito de demonstrar a existência dessa problemática já naquele período. Não se pretende caracterizar as diversas nuances e transformações históricas operadas na interação entre os exercícios físicos, a preparação para a guerra e a prática de exercícios físicos em instituições educativas. Apesar disso, reconhece-se que esse é um processo histórico complexo, que envolve mudanças e permanências, e que, portanto, não pode ser tratado como algo estático ou natural.

### **Os métodos ginásticos e a escola contemporânea: Entre o higienismo e a defesa nacional**

Interessa nesta tese tratar dos exercícios físico-militares nas instituições educativas a partir do final do século XIX e, neste segundo capítulo, mais especificamente, discutir de que forma o conhecimento ou o saber militar como ciência, dentre outros conhecimentos e saberes, interveio para a constituição do campo pedagógico na contemporaneidade. Em outras palavras, tentar-se-á explicitar como o conhecimento militar contribuiu para a conformação do campo pedagógico contemporâneo.

A prática de exercícios físico-militares com fins de preparação para a guerra é antiga, bem como sua inserção nas instituições educativas escolares. Adiante, discutir-se-á a questão no período contemporâneo.

Os estudos históricos têm mostrado que a partir de fins do século XVIII e ao longo do século XIX ocorreram profundas transformações sociais no mundo ocidental e, inclusive, grandes alterações na educação escolar. Dentre as diversas mudanças ocorridas na educação escolar, iniciaram-se, de formas diversas, mais intensamente,

---

<sup>119</sup> FERREIRA NETO. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999, p. 06.

interações entre o saber militar e a pedagogia. Ou, ainda, pode-se dizer que foi aberta uma maior comunicação entre a caserna e a escola. Para esclarecer essa interação, realiza-se aqui uma análise sobre as transformações ocorridas no âmbito da escola e da educação física no século XIX.

Uma primeira questão a ser destacada é a monopolização pelo Estado da organização da escola, ocorrida a partir do século XVIII. Esse é um fenômeno complexo e heterogêneo, que ultrapassou os limites dos setecentos e expandiu-se de forma diferenciada nas diversas nações ao longo do século XIX. O processo foi consolidado pelas reformas educacionais, que “favoreceram o desenvolvimento e a organização da moderna sociedade civilizada de base racional”.<sup>120</sup>

Essa renovação da escola se realizou em diversos níveis. Além da organização de sistemas escolares controlados pelo Estado, houve a incorporação e a consolidação de novos saberes escolares, além de novos métodos de ensino. Nessa medida, a escola se tornou mais utilitária e, conseqüentemente, menos retórica e menos humanística. Inovações no campo da didática em direção a processos mais científicos também caracterizaram esse momento. Jean-Claude Caron, ao estudar a juventude escolar europeia, define resumidamente esse movimento pedagógico e vai além, ao indicar o surgimento da crença no jovem como elemento potencial de renovação política:

[...] o fim do século XVIII é marcado por uma renovação pedagógica em que, ao lado da definição de novas práticas, afirmam-se a idéia da onipotência da educação na modelagem do homem [...] e a tomada de consciência da juventude como objeto e sujeito da renovação política que alguns então desejam.<sup>121</sup>

A educação física no século XIX concorreu para esse profundo processo de transformação social e escolar. Manacorda entende que nesse momento os exercícios físicos passaram a ser percebidos como essenciais à formação humana. Deu-se, segundo o autor, a retomada do significado que os gregos tinham em relação à educação do corpo. Essa educação física é percebida como inovadora

<sup>120</sup> VEIGA. *História da Educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

<sup>121</sup> CARON. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII.- fim do séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

capaz de contribuir para a difusão da laicidade, ao valorizar o físico, e dos valores democráticos, pois “coloca o homem à disposição de si mesmo”.<sup>122</sup> Essa leitura não é exclusiva de Manacorda. A ideia de que o século XIX é o marco de uma nova concepção de educação física é corrente na historiografia geral e, mais especificamente, na historiografia da educação.

Carmen Soares, em seu estudo sobre a história da educação física também atribui grande importância ao século XIX. Em uma perspectiva marxista, observa que “é nesse século que se elaboram conceitos básicos sobre o corpo e sobre a sua utilização como força de trabalho”.<sup>123</sup> Ela afirma que nesse período a educação física, tanto a escolar quanto a não escolar,

[...] será a expressão de uma visão biológica e naturalizada da sociedade e dos indivíduos. Ela incorporará e veiculará a ideia de hierarquia, da ordem, da disciplina, da fixidez, do esforço individual, da saúde como responsabilidade individual. Na sociedade do capital, constituir-se-á em valioso objeto de disciplinarização da vontade, de adequação e reorganização de gestos e atitudes necessários à manutenção da ordem.<sup>124</sup>

Este trecho é uma boa síntese sobre o poder e o novo significado atribuído à educação física no século XIX, no contexto de um movimento geral de ganho de centralidade da educação e da instituição escolar. Esse movimento é percebido por diversos autores e vem sendo estudado sob diversas perspectivas.

Soares tende a interpretar esse movimento como essencialmente característico da sociedade capitalista, em busca da preparação do espírito e do corpo do trabalhador. Georges Vigarello e Richard Holt<sup>125</sup> também relacionam o desenvolvimento dos exercícios físicos ao contexto social e econômico. Os autores apontam que logo nas primeiras décadas do século XIX ocorre uma “completa renovação da visão do exercício” e da “visão do corpo”, que quebra com a tradição até então vigente. Essa renovação é caracterizada pelo trabalho físico inédito

<sup>122</sup> MANACORDA. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 289.

<sup>123</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 5.

<sup>124</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 14.

<sup>125</sup> VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2.

praticado em ginásios espalhados por toda a Europa e pela mensuração e cálculo das atividades, permitindo prever e quantificar a força envolvida nas atividades físicas. Essas inovações se difundiram lentamente e, de acordo com os autores, “transformaram as aprendizagens da escola e do exército”.<sup>126</sup> A maior racionalidade das práticas corporais e o conseqüente aumento da rentabilidade das capacidades, conjugado com a economia dos gestos a partir de sua medição, contribuiriam para a produção do trabalho industrial. Em sua análise acerca dos exercícios ginásticos, os autores afirmam:

Regulamentos militares ou escolares da primeira metade do século XIX anunciam sobretudo uma mudança de visão, senão de prática: uma nova maneira de mobilizar os coletivos ao imaginar um trabalho físico de conjunto, de exercer uma influência em massa, de “garantir, como diz Carnot em 1848, o desenvolvimento físico das classes laboriosas”.<sup>127</sup>

A educação física do século XIX pode ser interpretada como fruto do mundo do trabalho, mas não se podem desconsiderar outros elementos, como as preocupações médica e higiênica presentes naquele contexto. Outra possibilidade de interpretação para o desenvolvimento dos exercícios físicos é a preparação do corpo com fins de defesa militar. Na realidade, hoje, os diversos estudiosos não acreditam que essas possibilidades ou perspectivas elencadas se excluam. Ainda mais quando são elaboradas análises mais gerais e que abarcam períodos temporais maiores e espaços geográficos mais amplos. Nesta tese, também se corrobora uma visão mais plural acerca dos fins e objetivos da educação física. Soares, Vigarello e Holt<sup>128</sup>, por exemplo, apesar de perceberem a inter-relação entre os exercícios físicos e o mundo do trabalho capitalista, não deixam de analisar, de forma consistente, as perspectivas médico-higienista e militar da educação física do século XIX.

---

<sup>126</sup> VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX, p. 407. In: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2.

<sup>127</sup> VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX, p. 418. In: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2. O trecho entre aspas é citado pelos autores. O original não foi consultado: MEUNIER, R. *Eléments pour une histoire institutionnelle de l'éducation physique*. *Travaux et recherches em EPS*. Insep, mar./1980, p. 128.

<sup>128</sup> SOARES, Carmem Lúcia. *Imagens do corpo “educado”: Um olhar sobre a Ginástica do século XIX*. In.: Pesquisa Histórica na educação física, vol 2 / Amarílio Ferreira Neto (org). Vitória: UFES. 1997. Pág. 5 a 32. Ainda, SOARES, Carmem. *Educação física: raízes Europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista. VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX. In.: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2.

Essas perspectivas não estavam restritas ao contexto europeu e se manifestavam em outros lugares do mundo, inclusive no Brasil. Um artigo publicado no periódico *Folha Sabarense*, da cidade mineira de Sabará, em 1887, é um bom exemplo da educação física percebida enquanto potencial formadora de bons soldados e de bons trabalhadores:

Admirável magia a do exercício! Exercício traduz disciplina, *training*, educação. O primeiro exercício de um povo é o militar.

O exercício militar foi a primeira educação das nações. Assim foi ensinado em larga escala o dever da obediência, a submissão à autoridade, a ação conjunta debaixo de uma só cabeça.

Esses soldados que aí vedem prontos a marcharem firmes contra uma descarga de fogo, a defrontarem com as bocas dos canhões que vomitam a morte, a escalarem as muralhas das fortalezas ou a captarem as cabeças nas pontas das baionetas, como fizeram em Bandajoz foram outrora alfaiates, sapateiros, maquinistas, cavadores, tecedores, camponeses, de boca aberta, homens descalços, pés abertos, mãos e braços caídos como longas barbatanas pendentes ás ilharoas; hoje com a marcha firme e marcial, os corpos direitos e alinhados marcham ao som da musica com o passo que abala a terra. Tão grande é o poder do exercício!

Civilizadas, as nações adotaram outros métodos de disciplina.

O exercício tornou-se industrial.

A conquista e a destruição cederam lugar à produção debaixo de mil formas.

Que troféus não tem ganho a industria! Que habilidade não há exercitado! Todos os processos industriais são executados por corpos de artistas exercitados.

Ide a Yorkshire e Lancashire, e achareis em atividade exércitos de trabalhadores exercitados, em que a disciplina é perfeita, e os resultados, com respeito á soma das produções saídas das suas mãos são prodigiosas. Do exercício e da disciplina eficaz depende inteiramente o bom êxito dos homens como indivíduos e como sociedades. O mais independente dos homens está sujeito á disciplina, e quanto mais perfeita é ela mais completa é a condição do homem.

Exercite o homem os seus desejos e tenha os debaixo de sujeição; obedeça á ordem da autoridade, se não quer ser ludibrio da paixão e de impulso. Cheia de disciplina e de voluntária repressão é a vida do religioso; sujeito ao sistema e à regra é todo o viver do negociante. O faz mais ditoso é aquele em que, a disciplina é mais perfeita que é justamente onde ela é menos sentida; porque finalmente acabamos por nos sujeitarmos a ela como a uma lei da natureza, e dobramos debaixo do seu jugo não lhe sentimos o peso.

O poder de habito não é outra cousa senão o poder do exercício.

Mal haverá hoje em dia quem se atreva a sugerir a necessidade da conscripção obrigatória; e todavia, se o povo em geral fosse compelido a passar pelo jugo da disciplina do exército, a nação seria mais forte, os homens mais sóbrios e a economia mais habitual do que é presentemente.<sup>129</sup>

Esse documento é interessante, na medida em que apresenta uma percepção rica sobre a *magia* dos exercícios físicos. Ele registra a circulação de um discurso de

---

<sup>129</sup> Economia doméstica, as caixas econômicas. A Folha Sabarense. Publicação Semanal. Sabará. Domingo, 14 de agosto de 1887.

defesa dos exercícios físicos e de sua necessidade para o desenvolvimento do trabalho, da disciplina individual e social e do seu poder civilizatório. Também, apresenta o exército como educador da nação e como a instituição capaz de fomentar as práticas físicas. A sua leitura demonstra a conexão de vários argumentos que justificariam o ensino em *larga escala* dos exercícios físicos. Essa conexão denota a potencialidade dos exercícios físicos não apenas para formar bons trabalhadores e soldados, mas também para educar bons cidadãos disciplinados, submissos e civicamente integrados à sociedade. Ao apresentá-lo aqui, interessa apenas verificar a integração de várias justificativas que embasavam a defesa das exercitações físicas e demonstrar a circulação desse discurso para além das fronteiras europeias. Por último, ressalta-se que a autoria é desconhecida. Portanto, é possível pensar em um autor militar ou civil. No artigo fica claro o entendimento de que os militares é que detinham o saber próprio para ensinar os "exercícios" e a disciplina.

A percepção dos exercícios físicos como propiciador de saúde corporal e mental tornou-se muito forte no século XIX. O Higienismo se consolidou como um ramo da medicina nos meios científicos europeus e esteve fortemente presente na pedagogia oitocentista. Cynthia Greive Veiga define o higienismo como "[...] ramo da medicina dedicado ao cuidado com o corpo, como hábitos alimentares, a necessidade de atividades físicas ao ar livre e banhos regulares".<sup>130</sup>

Para Cambi, o higienismo é

[...] ideologia que exalta o cuidado do corpo através da ginástica, o saneamento do meio ambiente, a alimentação correta, a abstinência sexual e, portanto, o fortalecimento das capacidades produtivas do indivíduo em vista de um desenvolvimento da nação.<sup>131</sup>

Ambos os autores apontam a ginástica como uma das práticas prescritas pelo higienismo. Em suas obras, não deixam de ressaltar também o conteúdo moralista presente nos discursos higienistas. A ciência médico-higienista tendia para a educação integral; ou seja, buscava educar física, intelectual e moralmente.

<sup>130</sup> VEIGA. *História da educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007, p. 119.

<sup>131</sup> CAMBI. *História da pedagogia. História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 491.

A partir da produção científica de entidades que conformaram o campo e o saber médico na corte imperial no Brasil, José Gondra realizou um amplo estudo sobre medicina, higiene e educação escolar no País. O autor verifica que a educação física, associada à educação moral e intelectual, tinha por objetivo “fortalecer, disciplinar, ordenar o trabalho nas escolas, moldar os temperamentos, estruturar o tempo escolar e regenerar”.<sup>132</sup> Em sua obra fica evidente a grande contribuição médica para o desenvolvimento da educação física escolar no Brasil oitocentista. Gondra verifica a existência de um projeto de educação escolar formulado pela intelectualidade médica que caracterizava-se por uma perspectiva civilizatória. A educação física era um dos elementos do argumento desse projeto de educação escolar.

Lilia Moritz Schwarcz em *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* estudou a construção de teorias raciais no Brasil a partir de referências européias e a singularidade dessas teorias frente a diversidade étnica brasileira. A autora estuda a produção de teses eugênicas nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro demonstrando que a educação física é cientificamente prescrita como solução para os vícios físicos e morais no Brasil.<sup>133</sup>

Jurandir Freire Costa, no clássico *Ordem médica e norma familiar*, de 1989, constata que a medicina higienista embasou as teorias racistas no século XIX. Ele indica a educação física para a saúde corporal e a formação de homens viris que pudessem integrar as forças armadas da nação independente.<sup>134</sup>

Muitos são os autores que estudam a influência da corrente médica na constituição da educação física no Brasil e em Portugal. No capítulo I, no qual se fez um estudo sobre o estado da arte acerca da questão dos militares e da educação, alguns dos estudos que trataram da relação higienismo e educação física foram apresentados. Importa aqui ressaltar que o saber médico contribuiu para a conformação do campo

<sup>132</sup> GONDRA. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 327.

<sup>133</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>134</sup> COSTA. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

pedagógico contemporâneo e, especialmente, para a organização dos exercícios físicos nas escolas.

O saber médico tem grande responsabilidade na institucionalização dos exercícios físicos como conteúdo escolar. Soares percebe esse movimento da seguinte forma:

A expansão da escola primária juntamente com as medidas sanitárias de intervenção no meio físico e com a pedagogia da 'boa higiene' através de suas 'regras de vida saudável', constituíram-se em mecanismos de controle social e de difusão de um saber próprio de uma classe – a burguesia [...] <sup>135</sup>

Outra forma de entender o desenvolvimento da educação física escolar no século XIX é por meio de sua associação ao fortalecimento e à defesa nacional. Segundo Cambi, independente do exercícios físicos, a defesa do Estado é um dos objetivos da educação, desde que a frequência escolar se tornou obrigatória nas legislações dos Estados modernos. Ao tornar obrigatória a frequência escolar, norma iniciada no século XVIII, os Estados buscavam difundir as seguintes qualidades entre os cidadãos: “sentir-se parte de um Estado, reconhecer suas leis, realizar a sua defesa ou a sua prosperidade”.<sup>136</sup> Essa leitura não invalida, é claro, a tese de que os exercícios físico-militares fazem parte das instituições educativas desde a Antiguidade.

Nessa medida, uma das finalidades da educação escolar, de acordo com o trecho citado, é preparar o cidadão para a defesa do Estado e da nação. Sendo essa uma função eminentemente militar, pode-se concluir que a escola passa a difundir, em alguma medida, valores militares ou uma cultura militar. Sem dúvida, a forma como a escola realizou essa difusão mais consistentemente foi por meio da preparação do corpo, da educação física.

Soares também percebe na escola do final do século XIX a intenção educativa para a defesa da pátria. Diferentemente de Cambi, sustenta que essa intencionalidade se expressa diretamente na educação física que, nesse momento, tem os objetivos de “regenerar a raça, fortalecer a vontade, desenvolver a moralidade e defender a

<sup>135</sup> SOARES. *Educação física: raízes Europeias e Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 34.

<sup>136</sup> CAMBI. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 390.

pátria”.<sup>137</sup> Assim, a sistematização de métodos ginásticos na Europa a partir de pressupostos científicos faz parte da trajetória da educação física no século XIX e um breve estudo desses métodos ginásticos ou escolas ginásticas revela a integração do discurso médico-higienista com o discurso militar.<sup>138</sup> A sistematização desses métodos ginásticos ocorreu primeiramente na Alemanha, Suécia e França. Na Inglaterra os exercícios físicos tiveram maior desenvolvimento por meio dos esportes, e não da ginástica.<sup>139</sup>

A Prússia foi um dos primeiros Estados a iniciar a construção de um sistema educativo orgânico.<sup>140</sup> A ginástica foi introduzida nas escolas nas reformas implantadas ainda durante a regência de Frederico II, entre 1740 e 1786. Segundo Soares, a principal finalidade da ginástica alemã no oitocentos é a defesa da pátria. De fato, por meio do sistema educativo, buscou-se a homogeneização cultural, já que a Alemanha era naquele momento um conjunto de reinos politicamente dispersos, sem unidade territorial e culturalmente fragmentados. Vigarello e Holt confirmam a tendência militar da ginástica alemã:

A ginástica tinha um aspecto normativo: ela propunha exercícios cuidadosamente graduados, que deviam ser executados de maneira precisa. A ginástica alemã, em particular, visava criar uma disciplina coletiva do corpo para fins militares evidentes.<sup>141</sup>

Como se depreende, em comparação com os outros dois métodos ginásticos europeus (sueco e francês), o alemão é o mais carregado de conteúdo militar. Isso pode ser explicado pelo contexto político, marcado pela tensão de guerras reais e potenciais. Soares assinala que “de um modo geral, o movimento de ginástica na

---

<sup>137</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 47.

<sup>138</sup> As informações apresentadas sobre os métodos ginásticos europeus são embasadas sobretudo na obra de SOARES, Carmem. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista.

<sup>139</sup> Sobre a diferença entre esses três métodos ginásticos da Europa continental e da Inglaterra, ver SOARES (2001) e VIGARELLO; HOLT (2008).

<sup>140</sup> CAMBI. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

<sup>141</sup> VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX, p. 421. In: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2

Alemanha caracterizou-se por um forte espírito nacionalista".<sup>142</sup> Após analisar o método ginástico alemão, a autora conclui:

O investimento no corpo dos indivíduos, através da ginástica de massas, ou daquela ministrada nas escolas, considera, no limite, cada indivíduo como um soldado que repete na disciplina um gesto idêntico.<sup>143</sup>

Isso não significa que na formulação do método alemão não estivesse presente também o conteúdo higiênico.

O método sueco, sistematizado por Pehr Henrick Ling, também é marcado pelo nacionalismo, na medida em que visa combater os vícios e produzir indivíduos saudáveis e aptos para o trabalho e para a defesa nacional. Segundo Soares, era dividido em quatro formas: ginástica pedagógica ou educativa; ginástica militar; ginástica médica e ortopédica; e ginástica estética. A autora explica que é também marcado pelo viés higienista e "como é um 'método' de ginástica pautado pela ciência, com fins não acentuadamente militares, mas 'pedagógicos' e 'sociais', será utilizado sempre que as nações se encontrarem em paz".<sup>144</sup>

Francisco de Amoros e Ondeaño é o principal responsável pela organização do método ginástico na França. Baseado em idéias de autores alemães<sup>145</sup>, o método francês foi pensado para toda a população e não apenas para militares, e nessa medida era semelhante ao método sueco de Ling. Explica Soares:

O desenvolvimento da ginástica na França, na segunda metade do século XIX, será pontuado por questões militares, certamente, mas estará mais próximo de cientistas, médicos higienistas e laboratórios, do que de generais e batalhas.<sup>146</sup>

---

<sup>142</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 55.

<sup>143</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 56.

<sup>144</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 60.

<sup>145</sup> Segundo Eugen Weber (1988) em sua obra *França fin-de-siècle*, a ideia da ginástica na França foi difundida via Alemanha e as primeiras sociedades ginásticas foram criadas na região da Alsácia, fronteira dos países.

<sup>146</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. ??

Ao encerrar sua análise acerca desses três métodos ginásticos, a autora conclui que todas as propostas são marcadas pelo conteúdo anatomofisiológico científico. A “moral de classe, o culto ao esforço (individual), a disciplina, obediência, ordem, adaptação, formação de hábitos” seriam também valores comuns e centrais nesses três métodos.<sup>147</sup> Ainda de acordo com a autora, “da flexão muscular ao sucesso nas lutas industriais e nas guerras, esse era o slogan da ginástica na Europa do século XIX”.<sup>148</sup>

Na Inglaterra, os exercícios físicos no século XIX são marcados pelo desenvolvimento dos esportes, e não pela sistematização de um método ginástico. Vigarello e Holt explicam que a educação física obedece a uma causa militante relacionada à constituição e desenvolvimento da nação, enquanto os esportes visam a uma finalidade competitiva. Apesar disso, os próprios autores interpretam os esportes ingleses como fator de combate à degeneração racial e de fortalecimento e prosperidade nacional. Isso fica claro no trecho a seguir: “Se a Grã-Bretanha [...] quisesse manter a sua riqueza e seu império, deveria produzir gerações de jovens fisicamente treinados para vencer a ‘luta pela vida’”.<sup>149</sup>

Assim como Soares, Vigarello e Holt estudaram os métodos ginásticos europeus e perceberam o vínculo entre a nova ginástica e a pedagogia moderna e sua disciplina coletiva:

[...] a ginástica nova sugere a reviravolta possível das aprendizagens escolares, adaptada como nunca ao espaço e ao tipo da classe, favorecendo como nunca também os dispositivos de grupo e os exercícios coletivos. Seus princípios de fragmentação orientam e orquestram uma pedagogia. ‘É indispensável estabelecer uma disciplina e comandos militares a fim de poder fazer executar ao mesmo tempo a maioria dos exercícios elementares’. As ordens dadas aos alunos são ainda mais regradas porque os movimentos são limitados e precisos, os programas são tanto melhor definidos porque as progressões se transformam em séries. A classe se torna um dispositivo geometrizado cuja exploração nova os pedagogos de meados do século medem: ‘Os exercícios simultâneos não têm apenas a vantagem de exigir dos alunos o maior silêncio, mas também de fazer com que contraíam o hábito de uma atenção constante e de uma

---

<sup>147</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 67.

<sup>148</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 62.

<sup>149</sup> VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX, p. 430. In: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2.

pronta obediência, hábito que em pouco tempo eles conservam nas classes.<sup>150</sup>

A análise empreendida até aqui permite perceber que, como em qualquer processo histórico, há uma inter-relação entre as diversas transformações e eventos. Neste caso, uma inter-relação entre as mudanças ocorridas no âmbito da educação e da pedagogia, e mais especificamente da educação do corpo e as transformações sociais ocorridas após a chamada “dupla revolução”. Em primeiro lugar, socialmente e no campo da educação, houve um processo de cientificação dos saberes. Paralelo a esse movimento, ocorreu também a chamada “politização da educação”, ponto que será desenvolvido adiante.

O surgimento do campo médico-higienista relaciona-se a esse movimento cientificista que faz parte da constituição da escola contemporânea construída em um processo de incorporação de novos saberes. Junto com os exercícios físicos médico-higiênicos, os físico-militares também fazem parte da nova configuração institucional escolar e apoiam-se também em um discurso anatomofisiológico científico e político. Em verdade, como demonstra Soares<sup>151</sup>, não há distinção entre os exercícios físicos médico-higiênicos e os exercícios físico-militares. Os métodos ginásticos do século XIX são orientados por concepções tanto médicas quanto militares nacionalistas, ou seja, havia naquele contexto forte relação entre a saúde do indivíduo e o preparo para a defesa da pátria – ou seja, entre a saúde dos indivíduos e a saúde do corpo social.

A educação física no século XIX, além de integrar o processo que constituiu a escola e a pedagogia contemporâneas por meio da cientificação dos saberes, pode ser interpretada como fruto da politização que tomou conta da pedagogia naquele contexto. É nesse período que, para Cambi, produziu-se uma politização mais forte e nítida da pedagogia, ou seja, ocorreu “um entrelaçamento máximo” da educação com as teorias e os movimentos políticos. “A pedagogia viveu em estreita simbiose com o político, tornando-se uma das ‘portas de entrada’ do fazer política”.<sup>152</sup> Sem

---

<sup>150</sup> VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX, p. 416. In: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2.

<sup>151</sup> SOARES, Carmem. *Educação física: raízes Europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista.

<sup>152</sup> CAMBI, *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 385.

dúvida, as transformações políticas, cujos marcos são a Revolução Francesa e o fim das monarquias absolutistas, espalharam o político que penetrou em diversas instituições sociais e em diversos aspectos da vida humana.

Longe de pensar a educação escolar como espelho que reproduz a ordem social ou política, vislumbra-se uma relação de ordem dinâmica, em que não há determinação do político, nem do econômico, enfim, de nenhum aspecto social sobre a educação. Essa perspectiva é, na atualidade, amplamente corrente nos estudos educacionais<sup>153</sup>. Concorde-se com a assertiva de Veiga:

Tratar a escola como um capítulo da história dos regimes políticos foi o que dominou a historiografia da educação por um bom tempo, numa perspectiva de entendimento da educação como reflexo ou consequência da ação deste ou daquele governante, ou regime político, excluindo-se as possibilidades de entendimento da educação como prática social e cultural que se articula a outras diferentes práticas. Ou ainda, nas tradições das periodizações políticas, esteve presente a produção de periodização de história da educação em que se postula uma derivação dos acontecimentos políticos de determinado regime, tomando a situação política como um dado a priori.<sup>154</sup>

É nessa perspectiva que se pode verificar a relação entre a educação escolar – e, especificamente, os exercícios físicos de conteúdo militar – e o fenômeno político nacionalista. Para esclarecer melhor essa relação, apresenta-se a seguir uma breve análise do nacionalismo como doutrina política. Posteriormente, será pensada a relação entre esse fenômeno e os exercícios físico-militares no século XIX, sobretudo em sua segunda metade.

## O nacionalismo na Europa do século XIX

Os primeiros movimentos e os teóricos do *princípio da nacionalidade* defendiam um nacionalismo literário e romântico, principalmente em países onde não havia indústrias e predominava a vida no campo. Já no início do século XIX, o *princípio da nacionalidade* levou à criação de vários Estados na Europa. Este *princípio*

---

<sup>153</sup> Sobre esse assunto, ver: PETITAT, André. *Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

<sup>154</sup> VEIGA, Cynthia. História política e história da educação. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 36.

considerava a tradição cultural dos povos como determinante para a criação de Estados Nacionais. A recuperação da tradição *folclórica* não contava com grande apoio social, e os primeiros movimentos nacionais propunham a formação de grandes nações. Não se acreditava que pequenos povos em pequenos territórios fossem capazes de construir um Estado próprio.

O final do século XIX foi marcado pela reformulação do ideário nacionalista<sup>155</sup> na Europa. Desse momento em diante, a possibilidade de autodeterminação nacional passou a ser admitida não apenas para as nações que pudessem demonstrar sua viabilidade econômica, cultural e política, mas também a todo e qualquer grupo político que reivindicasse o título de *nação*.

Surgiram grupos e movimentos políticos de direita que defendiam, de forma radical, a mobilização social contra os *inimigos* internos e externos da nação. A principal característica desse discurso nacionalista era o ataque a estrangeiros, liberais e socialistas, assim como a proposição de uma expansão agressiva do Estado Nacional, hierarquizado e autoritário. A luta contra a urbanização, o cosmopolitismo, o internacionalismo e os direitos naturais se tornou vigorosa nas doutrinas nacionalistas.

As transformações por que passava o Velho Continente e a depressão econômica e moral estão associadas a este novo momento do nacionalismo. No campo econômico, as dificuldades se agravaram em fins do século XIX. A política de expansão imperialista dos Estados Nacionais funcionou como atenuante, mas não evitou a sensação de crise e o descontentamento que a insegurança econômica gerava. Para Hobsbawm, o surgimento do nacionalismo e do patriotismo como ideologia encampada pela direita política foi uma resposta à sensação de crise econômica e moral vivida na Europa. Para combater os males nacionais, seria necessário contar com uma Nação forte, um Estado centralizado.<sup>156</sup>

---

<sup>155</sup> Diversos autores sustentam que a nação e o nacionalismo são fenômenos modernos, surgidos com a consolidação dos Estados Nacionais. Sobre este assunto, ver: ANDERSON, 1999; GELLNER 1993 e 1998; HOBBSAWM, 2001 e KOHN, 1973, entre outros.

<sup>156</sup> HOBBSAWM. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

A formação das crianças e jovens nesse momento (fins do século XIX) passou a ser uma questão essencial para as nações europeias. À infância e à juventude creditava-se um importante papel rumo à *reconstrução nacional*. Acreditava-se que as nações estavam se degenerando, física e moralmente, e que a educação dos corpos fortaleceria a moral e, conseqüentemente, o organismo social. A educação física e os esportes se desenvolveram em função dessa percepção conservadora, e surgiram movimentos educacionais infanto-juvenis apregoando os benefícios das atividades corporais.

O nacionalismo político justificava esse novo ideal de constituição da infância e da juventude, percebidas como o “germe de nova riqueza para o futuro, força capaz de aniquilar a miséria do passado, prometendo uma regeneração tanto individual quanto coletiva”.<sup>157</sup>

Imbuídos do ideal de constituição de uma nação forte e coesa, a educação física e as organizações esportivas se popularizaram na Europa. A partir da Primeira Guerra Mundial, com a radicalização das propostas xenófobas e a emergência dos regimes nazi-fascistas, o ideário nacionalista adquiriu sustentação popular.

Dentre os principais investigadores das temáticas relacionadas à trajetória histórica das nações e das doutrinas nacionalistas, destacam-se Anthony Smith, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm. Esses autores produziram interpretações sobre o fenômeno nacionalista que são centrais na historiografia acerca do tema.

Smith entende o nacionalismo a partir da seguinte definição: “um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros crêem constituir uma ‘nação real’ ou potencial”.<sup>158</sup> Smith, portanto, pressupõe o nacionalismo pode, em determinadas circunstâncias, tornar-se bandeira de luta política de grupos políticos organizados. Para Gellner, “o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende

---

<sup>157</sup> PASSERINI. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2., p. 319 a 382.

<sup>158</sup> SMITH, D. Anthony. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2001, p. 20.

que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”.<sup>159</sup> O autor explica que o nacionalismo se expressa por um sentimento que surge entre grupos e indivíduos quando há a violação desse princípio e que pode levar à criação de um movimento em sua defesa. Hobsbawm concorda com essa definição, acrescentando que no nacionalismo moderno, surgido em fins do século XIX, a devoção política do indivíduo à nação supera qualquer outra obrigação pública. Isso difere o nacionalismo moderno de formas anteriores de identidade coletiva.<sup>160</sup>

Ambos os autores, nas obras citadas, realizam exaustivos estudos sobre a história das nações, desde seu surgimento, e os movimentos nacionalistas em todo o mundo. No Brasil, existem alguns estudos que buscam as origens e a trama histórica das ideias e dos movimentos nacionalistas, como a obra de Lúcia Lippi Oliveira <sup>161</sup>, que vê na passagem do século XIX para o XX o nascimento do nacionalismo moderno no Brasil.

Assim como Gellner e Hobsbawm, Oliveira percebe o vínculo entre esse recente fenômeno da história política e o desenvolvimento econômico e tecnológico. A autora se detém no campo das ideias e dos movimentos políticos. Seu estudo busca, assim como a obra de Gellner, perceber a modernização pelo alto, ou seja, Oliveira não tem como objeto central, como o faz Hobsbawm, a difusão entre as pessoas comuns da doutrina nacionalista. Para o autor Inglês, a historiografia hoje já se preocupa também com a *visão de baixo*, com as pessoas comuns, que são o alvo do ideário nacionalista. O autor ressalta que hoje “estamos mais seguros de não confundir os editoriais de jornais escolhidos com a opinião pública”.<sup>162</sup>

Norbert Elias também observa a difusão popular e a força do nacionalismo. Ele faz uma leitura que engloba um período mais alargado e considera que o fenômeno não pode ser atribuído aos escritos românticos de autores ufanistas proeminentes:

---

<sup>159</sup> GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 11.

<sup>160</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 18.

<sup>161</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>162</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 20.

[...] o nacionalismo constitui uma das mais poderosas, talvez a mais poderosa das crenças sociais dos séculos XIX e XX. As idéias de livros constituem, para usar uma apropriada, embora muito gasta, analogia, apenas a ponta do iceberg. São as manifestações sumamente articuladas de um processo durante o qual sentimentos nacionais e um *ethos* nacional se propagam mais cedo ou mais tarde a toda a sociedade.<sup>163</sup>

A historiografia brasileira também tem buscado perceber a difusão dos princípios nacionalistas por meio das diversas instituições e vetores sociais que levam esse princípio aos *de baixo*, na perspectiva apontada por Hobsbawm. Nessa medida, os estudos acerca da história da educação no Brasil, especialmente no período republicano, apontam a escola como um desses vetores. Afinal de contas, a padronização lingüística, um dos importantes elementos de formação das nações e preocupação das doutrinas nacionalistas só pôde ser alcançada por meio da alfabetização de amplas as camadas sociais por meio da escolarização de massa. Portanto, existem condições diversas relacionadas ao desenvolvimento econômico e tecnológico que permitiram a difusão do ideário nacionalista e, conseqüentemente, a formação simbólica das nações.

Importa agora perceber as inter-relações entre esse nacionalismo político, os militares e o desenvolvimento dos exercícios físicos nas instituições educativas no final do século XIX. Na realidade, as doutrinas nacionalistas daquele período estão fortemente vinculadas ao imperialismo, ao armamentismo e ao militarismo.

O imperialismo configurou-se no final do século XIX e é parte do novo momento político-diplomático que emergiu com as unificações na Europa, especialmente a alemã. Foi um período de crescente rivalidade entre as potências europeias na disputa da partilha de territórios, que culminou com a *Conferência de Berlim*, em 1885 que repartiu a África. Embasado filosoficamente no darwinismo social, “o imperialismo afirmava-se como uma missão histórica civilizatória natural sobre os povos ‘atrasados’”.<sup>164</sup> A proximidade entre os já citados movimentos nacionalistas de direita do final do século XIX e a política imperialista é evidente. A sustentação popular dessas políticas de dava em função da doutrina nacionalista.

<sup>163</sup> ELIAS. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 141-142.

<sup>164</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Imperialismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000, p. 250.

De maneira socialmente integrada ao discurso nacionalista e ao imperialismo, era corrente a aceitação de que a guerra e a preparação para a guerra eram ações normais e aceitáveis. Assim, o armamentismo era estimulado pela competição imperialista e pelos movimentos expansionistas e revanchistas. As nações europeias, especialmente, mobilizaram-se, material e moralmente, para conquistar e manter a ordem neocolonial, buscando, cada uma, expressar o máximo possível o seu poder bélico. Todo esse movimento levava ao fortalecimento das instituições militares nacionais, que eram tomadas como exemplo de disciplina para a nação. Nessa medida, os princípios e valores militares se difundiram socialmente.

Francisco César Alves Ferraz conceitua o militarismo como o poder da instituição militar sobre a sociedade civil. Nesse sentido, o estudo do militarismo vai além dos golpes e dos governos militares e engloba o “conjunto de princípios, ações e valores que, característicos da instituição castrense, são extrapolados para a sociedade e seu sistema político”.<sup>165</sup>

Gianfranco Pasquino entende que o militarismo expressa-se em uma série de hábitos, interesses, ações e pensamentos relacionados ao uso das armas e à guerra, mas vai além dos objetivos estritamente militares. Assim, os objetivos do militarismo são, para o autor, *ilimitados* e buscam penetrar na sociedade.<sup>166</sup>

As duas conceituações de militarismo apresentadas definem a grande amplitude social do fenômeno, ou seja, os hábitos e valores tipicamente militares não se restringem às instituições militares apenas. O militarismo é caracterizado pela visão de mundo castrense, que busca extrapolar para a sociedade civil.

Profissionais da violência legítima, os militares garantiam a política imperialista dos estados europeus e eram vistos como “símbolo e instrumento de garantia de valores

---

<sup>165</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. Militarismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000, p. 307.

<sup>166</sup> PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 749-754.

como lealdade, disciplina, civismo e entusiasmo dos cidadãos”.<sup>167</sup> Dessa forma, as instituições militares se consideravam e, socialmente, em boa medida, eram considerada, como “escola de nacionalidade”. As forças armadas sempre tiveram envolvimento e participação na política, quase sempre, assumindo posições conservadoras em relação ao ordenamento social. No século XIX, essa participação se intensificou. Para John Schulz, “verifica-se que a intervenção militar na política, tanto por parte de reformadores como de reacionários, é um desenvolvimento da Europa do século XIX”.<sup>168</sup>

Com a contextualização apresentada, objetiva-se demonstrar que no âmbito político a Europa do século XIX assistiu ao desenvolvimento das doutrinas nacionalistas, que se conjugam com o imperialismo, o armamentismo e o militarismo, e que, nesse processo, veiculou-se a um discurso cívico, que tinha um componente militar, ou seja, a ideia de que todo o cidadão deveria se preparar para defender a nação se tornou corrente. A educação física no século XIX, além de estar relacionada ao cientificismo médico-higienista, pode ser entendida pela circulação de um discurso militarizante ou militarista. Inclusive, não há dissociação entre um e outro discurso. Elementos como a degenerescência física são comuns às duas interpretações. O que ocorre é um compartilhamento de visões que perpassam as diversas instituições, grupos sociais e indivíduos naquele momento.

Ferreira Neto acredita que “é clássico o papel educativo das forças armadas na constituição dos Estados-Nação”.<sup>169</sup> Um exemplo empírico que demonstra o papel educativo do exército na história nacional é o caso francês. Apresentam-se aqui alguns elementos dessa história para demonstrar os argumentos e ideias lançados até agora. Esse exemplo também será útil na medida em que tanto no Brasil quanto em Portugal ocorreram processos que se relacionam, em alguma medida, com o ocorrido na França.

---

<sup>167</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. Militarismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000, p. 307.

<sup>168</sup> SCHULZ., John. *O exército na política, origens da intervenção militar (1850-1894)*. Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 12.

<sup>169</sup> FERREIRA NETO, Amarílio. A pedagogia e a Educação física em João Ribeiro Pinheiro. : In.: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. Anais... Porto: SPCE; São Paulo: ANPEd, SBHE, 2008, p. 26.

## **Nação armada e escola contemporânea: algumas possibilidades de interpretação**

Raul Girardet, no livro *A sociedade militar*, apresenta a história do exército francês desde 1815, defendendo a tese de que nesse período há uma aproximação cada vez maior daquela instituição com a nação. Embasado nos pressupostos da história social e da história das mentalidades, o historiador demonstra que antes da guerra franco-prussiana havia entre os franceses sentimentos ambíguos em relação às forças armadas. De um lado, desprezava-se o militar; de outro, cultuava-se a ideia de nação armada e de mobilização militar em massa. O exército era naquele contexto bem diferente do que é hoje, na medida em que a obediência militar era precária e a insubordinação ameaçava todos os níveis hierárquicos. Os membros do exército pouco se identificavam com a comunidade nacional e viviam isolados em uma sociedade restrita, com dinâmica própria e fechada. Girardet transcreve o pedido de Jules Simon, um dos chefes do Partido Republicano, que, em 1867, no Parlamento, concorda sobre um projeto de reorganização do exército:

[...] queremos ter um exército de cidadãos, que seja invencível internamente e capaz de levar a guerra externamente. Nós vos pedimos, sem rodeios, que suprimais o exército permanente e trateis de armar a nação.<sup>170</sup>

Esse pronunciamento revela a vontade de constituição de um exército com menos soldados profissionais e mais cidadãos. Nessa perspectiva, a França teria mais condições de se defender de seus inimigos.

Girardet observa que após a guerra franco-prussiana e a comuna de Paris, o exército francês foi reformado e fortalecido, e o serviço militar tornou-se obrigatório. A instituição se tornou responsável pela efetivação da reforma moral e pela renovação da consciência nacional francesa. A disciplina da caserna seria a solução para instaurar a hierarquia e a ordem social e combater qualquer risco revolucionário:

Submeter os jovens franceses, durante um longo período de suas vidas, à rigorosa disciplina dos acampamentos e dos quartéis era o mesmo que

---

<sup>170</sup> GIRARDET, Raul. *A sociedade militar, de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 41.

garantir nas massas o triunfo definitivo dos grandes princípios da obediência e da submissão. Equivalia a modelar os espíritos de conformidade com todas as formas de hierarquia social. Era assegurar a manutenção da coletividade nacional no interior dos quadros tradicionais, extirpar o velho germe revolucionário e evitar a explosão de novas comunas.<sup>171</sup>

Nesse caminho de busca da revitalização e da fraternidade nacional e do restabelecimento moral, em que o exército seria o grande educador, a escola também teria um papel de destaque. A formação militar estaria diretamente ligada à escola. Esse ideal aparece claramente no discurso de um político francês em 1871:

[...] é preciso colocar por toda a parte, ao lado do professor primário, o ginasta e o militar, afim de que nossos filhos, nossos soldados e nossos concidadãos sejam aptos a portar uma espada, a manejar um fuzil, a fazer longas marchas, a passar noites ao relento, a suportar valentemente todas essas provações pela pátria.<sup>172</sup>

Outro autor, Eugen Weber, também verifica a difusão do militarismo na sociedade francesa no final do século XIX em seu estudo sobre o desenvolvimento dos esportes e da ginástica. Ele acredita que a ginástica era naquele momento um empreendimento, dentre outros, voltado claramente para o treinamento pré-militar. E confirma a grande importância da escola nesse processo:

Os paladinos do renascimento nacional logo compreenderam que a campanha pela regeneração física tinha de começar em outra parte, principalmente nas escolas, onde se podia ensinar à grande parte da juventude do país a ginástica apropriada às instituições dedicadas à disciplina e ao controle.<sup>173</sup>

Na perspectiva de que o exército seria o denominador comum da nação francesa e de que “a escola se tornaria a ante-sala da caserna”, a ginástica foi amplamente apoiada pelo Estado francês.<sup>174</sup> Isso não era novidade. Já durante o processo revolucionário de 1789 os exercícios físicos passaram a fazer parte da escola republicana, e foram criados batalhões escolares “sob a forma de *compagnies*

---

<sup>171</sup> GIRARDET, Raul. *A sociedade militar, de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 111-112.

<sup>172</sup> Discurso de Léon Gambetta em 26 de julho de 1871. Citado por: GIRARDET, Raul. *A sociedade militar, de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 114.

<sup>173</sup> WEBER, WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 261.

<sup>174</sup> GIRARDET, Raul. *A sociedade militar, de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 114.

d'élèves, jeunes bataillons ou bataillons de l'espérance – com base no pressuposto de que a formação do cidadão é indissociável da do soldado”.<sup>175</sup>

Passados mais de cem anos desde a Revolução, no citado contexto de difusão da *mística militar* da terceira república apontada por Girardet, o ano de 1881 é um marco importante da relação entre a caserna e a escola na França. Naquele ano, foi instalada uma Comissão de Educação Militar e em 1882 foram criados os batalhões escolares “para treinamento militar e ginástico em todos os estabelecimentos de ensino”.<sup>176</sup>

Girardet explica que os “batalhões escolares foram organizados militarmente, dotados de uniforme: cada semana perfaziam marcha, praticavam o tiro e o manejo das armas”.<sup>177</sup> Apesar do grande entusiasmo quando da criação dos batalhões escolares, sua existência foi curta. Segundo Eugen Weber, várias dificuldades se impunham. Em primeiro lugar, as despesas com a indumentária e com os rifles apropriados dificultavam o empreendimento. A ausência de soldados aposentados e os baixos salários pagos aos instrutores também dificultavam o recrutamento. A falta de preparo pedagógico dos instrutores também contribuiu para o fracasso dos batalhões. Por último, Weber registra que o esforço despendido nas atividades causava a necessidade de banho, mas a maioria dos estabelecimentos de ensino não possuía banheiros nem chuveiros. Ainda assim, segundo o autor, em regiões mais remotas francesas os exercícios físicos só foram praticados em função do esforço patriótico das décadas de 1880 e 1890, o que acarretou a melhoria da higiene.

O caso dos batalhões escolares pode se considerado o extremo da ideia de preparação da defesa nacional por meio da educação escolar. Ainda que tenham tido vida curta, revelam toda a mobilização militar na sociedade naquele contexto e demonstram os esforços do Ministério da Educação e do Ministério da Guerra para preparar previamente os futuros soldados da nação. Por outro lado, o fracasso da

---

<sup>175</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 201.

<sup>176</sup> WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 262.

<sup>177</sup> GIRARDET, Raul. *A sociedade militar, de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 114.

experiência pode ser naturalmente entendido como um erro de cálculo, já que era alto o investimento para a implantação e funcionamento desses batalhões. Com o passar do tempo, surgiu outro empecilho para sua existência: uma resistência social a essa prematura experiência militar de crianças.

Os batalhões escolares e o desenvolvimento da ginástica denotam a difusão social da mística militar na França naquele contexto. O exército se tornou uma escola de disciplina social e de restabelecimento moral. A ideia que se tinha era de que a França e a instituição militar haviam sido vencidas, mas estavam vivas. O exército havia sido renovado e regenerado. Pela sua experiência, servia de escola para toda a nação. A febre e o fervor patriótico instaurado após a derrota garantiram durante um período a unidade nacional. Segundo Girardet,

[...] era em torno do ideal militar que se mantivera, durante vinte anos, a unidade de um país vencido, amputado e esquartejado entre as contradições de suas aspirações políticas. Era no culto ao soldado, colocado acima das lutas partidárias, que se afirmara a coesão da coletividade nacional.<sup>178</sup>

No início do século XX, o exército francês já não era unanimidade. O antimilitarismo ressurgiu com os ataques às instituições militares. Esses ataques vieram especialmente da esquerda política. E de outro lado, segundo Girardet, um novo setor da opinião pública apoiava fanaticamente a pessoa do soldado e a chamada “mística militar”.

Ao apresentar o caso francês, objetiva-se visualizar historicamente a difusão do nacionalismo naquela sociedade e o papel que o exército adquire naquele contexto. Também se deseja destacar o papel educativo que as forças armadas adquirem e a difusão de seus ideais e valores, especialmente no âmbito da escola. Resguardadas as devidas especificidades nacionais, pode-se dizer que esse processo em que as forças armadas adquiriram o status de escolas de nacionalidade e de guias da nação não aconteceu exclusivamente na França. Foi um processo internacional. De outra forma, esse processo explicita o movimento de comunicação entre a caserna e a escola e, mais amplamente, entre a política e a educação.

---

<sup>178</sup> GIRARDET, Raul. *A sociedade militar, de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 129.

A educação física e a ginástica escolares no século XIX estão associadas a um período de profundas transformações sociais e educacionais. Nesse período, especialmente no final do século, os exercícios físicos eram justificados por diversas maneiras, inclusive pelo nacionalismo, pela potencialidade de preparo dos cidadãos para a defesa nacional e pelo combate à degenerescência física e moral. A experiência dos batalhões escolares surgida na França ultrapassou suas fronteiras, instalando-se por exemplo, na Suíça, na Espanha, no Brasil e em Portugal.<sup>179</sup> Os batalhões são o exemplo mais evidente da aproximação entre a caserna e a escola.

Observa-se que muitos dos valores que se desenvolvem no contexto de constituição dos Estados Nacionais modernos coincidem com atitudes propaladas pela escola estatal no processo de escolarização característico do século XIX. Valores como disciplina, hierarquia e ordem faziam parte do discurso político naquele contexto e estavam presentes também na escola, mais especificamente na educação física. Um trecho já citado de Soares expressa bem essa questão:

A educação física [...] incorporará e veiculará a idéia de hierarquia, da ordem, da disciplina, da fixidez, do esforço individual, da saúde como responsabilidade individual. Na sociedade do capital, constituir-se-á em valioso objeto de disciplinarização da vontade, de adequação e reorganização de gestos e atitudes necessários à manutenção da ordem.<sup>180</sup>

Nessa medida, o citado caso francês, mas não apenas ele, demonstra que os exercícios físicos desenvolveram-se atrelados a um discurso moderno e racional de ordem. Os exercícios físicos, bem como os batalhões escolares, também estavam relacionados a um saber militar. Esse saber, que também poderia ser denominado de “cultura militar” ou “espírito militar”, significa tudo aquilo que caracteriza os indivíduos e os coletivos militares no século XIX. Pragmatismo, racionalidade, disciplina, hierarquia e ordem são exemplos de valores essenciais nos quais se baseiam o mundo dos militares e suas instituições. Enfim, seu *éthos*.

---

<sup>179</sup> Sobre os batalhões escolares na Suíça, Espanha e Portugal, ver PINTASSILGO. *República e formação de cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

<sup>180</sup> SOARES. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista, p. 14.

Não existe uma conceituação universal para a expressão *espírito militar*. Ela é utilizada por numerosos autores para designar diferentes ideias e fenômenos relacionados às instituições e aos indivíduos militares. Girardet, em sua obra *A sociedade militar* utiliza a expressão para designar o espírito de corpo embasado em uma moral psicológica surgida entre os militares franceses no século XIX que os diferenciava dos paisanos. Celso Castro, em *O espírito militar: um antropólogo na caserna* utiliza a expressão para identificar a visão de mundo e os valores característicos do universo militar observados na Academia Militar das Agulhas Negras no Brasil.

Pode-se dizer que o espírito militar subtende os princípios, ações, valores e visão de mundo característicos da(s) instituição(ões) castrense(s) moderna(s). As organizações militares enquadram-se naquilo que Erving Goffman chama de “instituições totais”.<sup>181</sup> Pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida dos seus membros, estas instituições constroem identidades mais fortes e exigem uma radical transformação de suas personalidades. Assim, na perspectiva do autor, existe uma antinomia entre militar e paisano, que é resultado da forte identidade entre os profissionais da guerra.

A tese de Goffman vem sendo aplicada sobretudo por sociólogos e antropólogos. O já citado estudo de Castro está nesta perspectiva, bem como Leirner que investigou a organização social militar, chegando a formular uma teoria da hierarquia militar.<sup>182</sup> Os dois autores falam da existência do *espírito militar*, que constrói fronteiras simbólicas entre os de dentro e os de fora da caserna.

Ao citar a existência de um espírito militar, ou cultura militar, interessa perceber o saber militar como constituinte desse espírito ou cultura. Importante destacar também que o século XIX é o marco de uma intervenção maior dos militares na política e que também a escola, em transformação, passa a manter maior contato com a política. Essa reflexão busca entender o processo de maior contato da escola com a caserna, seja via exercícios físicos, batalhões escolares ou outras formas.

---

<sup>181</sup> GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>182</sup> LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia volta volver, um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Esse processo de incorporação de saberes militares à escola contemporânea pode ser interpretado a partir da teorização de Norbert Elias, especialmente pelas categorias *figuração*<sup>183</sup> e *habitus*. O conceito de *figuração* caracteriza-se por incluir os indivíduos em sua definição, sendo, portanto, uma exceção no campo sociológico. Ao mesmo tempo, nessa teorização inovadora, Elias buscou resolver o problema da relação entre indivíduo e sociedade, contrapondo-se à teoria autonomista de Max Weber e à teoria de Émile Durkheim, que reconhecia as *figurações*, mas acreditava que elas podiam existir independentemente do ser humano singular.

No entendimento de Elias, quando se fala que uma criança se tornou um indivíduo pela integração em diversas *figurações*, corre-se o risco de tomar o indivíduo como asocial, existente fora da sociedade. O segundo erro seria tomar a sociedade humana e suas *figurações* como um sistema além dos indivíduos: “esse abismo entre indivíduos e a sociedade não existe na realidade”.<sup>184</sup> Dito de outra maneira, “a sociedade que é muitas vezes colocada em oposição ao indivíduo, é inteiramente formada por indivíduos, sendo nós próprios um ser entre os outros”.<sup>185</sup>

No entendimento do autor, existem teias de dependência e interdependência que caracterizam as relações entre os indivíduos e as *figurações* sociais. Nessa medida, criticam-se os estudos das formações históricas e sociais em que o indivíduo não tem relevância. Esse tipo de leitura seria fruto da transferência de modelos conceituais das ciências naturais ou aplicadas para o estudo social, gerando um conhecimento metafísico. A reificação da sociedade que predomina nos estudos sociais tende a “explicar as formações e processos sócio-históricos como produtos necessários da ação de forças supra-individuais anônimas, que são quase totalmente imunes à intervenção humana”.<sup>186</sup> As redes de dependência e interdependência dos indivíduos criadas a partir de necessidades e funções básicas criam *figurações* também interdependentes: família, escola, cidades, igrejas,

---

<sup>183</sup> O próprio Norbert Elias utilizou os termos *figuração* e *configuração* para nomear um mesmo conceito. Optei pelo uso do termo *figuração*.

<sup>184</sup> ELIAS. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 67.

<sup>185</sup> ELIAS. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 13.

<sup>186</sup> ELIAS. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 64.

partidos e nações, dentre outras. Dessa forma, as figurações não têm limites e não podem ser definidas precisamente. Por isso, a tarefa de entender as complexas e diferenciadas figurações contemporâneas é grande, devido aos extensos elos de interdependência entre elas e entre os indivíduos que as formam. No trecho a seguir o autor explica objetivamente o significado de figuração:

A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Este o motivo por que, conforme afirmado antes, não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si. Vista deste ponto de vista básico, desaparece a cisão na visão tradicional do homem. O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamados de 'sociedade' que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um 'sistema' ou 'totalidade' para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada. Certamente é possível falar de um sistema social formado de indivíduos. Mas as conotações associadas ao conceito de sistema social na sociologia moderna fazem com que pareça forçada essa expressão. Além do mais, o conceito do sistema é prejudicado pela idéia correlata de imutabilidade.<sup>187</sup>

A teorização de Elias é sedutora. Sua proposta é inovadora e, conseqüentemente, traz desafios para seus adeptos. Ele mesmo reconhecia as dificuldades de operar na sua matriz de pensamento em função da própria linguagem já estabelecida:

[...] os instrumentos convencionais com que pensamos e falamos são geralmente construídos como se tudo aquilo que experienciássemos como externo ao indivíduo fosse uma coisa, um 'objecto' e, pior ainda, um objecto estático. Conceitos como 'família' ou 'escola' referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, a configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras. Mas a nossa maneira tradicional de formar esses conceitos faz com que esses grupos formados por seres humanos interdependentes apareçam como bocados de matérias-objectos tais como as rochas, árvores ou casas. Este modo reificante de falar, que tradicionalmente usamos, e os modos usuais de pensar sobre grupos de pessoas – mesmo quando se trata de maneiras, não só no termo 'sociedade' e no modo como a sociedade é a 'coisa' que os sociólogos estudam. Mas este modo reificante de nos exprimirmos levanta grandes

---

<sup>187</sup> ELIAS. *O processo civilizador uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, 249.

dificuldades, chegando por vezes a impedir a compreensão da natureza dos problemas sociológicos.<sup>186</sup>

A proposta de Elias aplica-se ao estudo aqui apresentado, na medida em que permite esclarecer o compartilhamento de valores, saberes e práticas entre figurações diversas, seja entre escola e caserna ou entre nações diferentes. Esses valores, saberes e práticas foram gerados por necessidades recíprocas dos indivíduos e desenvolveram-se em um processo já bastante complexo de interdependência das formações sociais no momento de consolidação das Nações-Estado no final do século XIX.

O que se quer dizer é que os exercícios físico-militares, os batalhões escolares e todos os elementos da caserna que adentraram os muros escolares no período em estudo podem ser interpretados a partir das redes de interdependência entre indivíduos e figurações. Seria mais razoável acreditar que aquilo que Girardet chama de “difusão da mística militar”, para o caso francês não pode ser entendido simplesmente como predominância de uma figuração sobre outras figurações. Na realidade, os indivíduos que formam a nação francesa desenvolveram, ou estiveram mais susceptíveis a incorporar naquele período valores e práticas que têm muito a ver com o espírito e a cultura militar. Esse processo, que não tem fronteiras nacionais, não pode ser explicado apenas pela predominância de uma figuração ou pela política do Estado. De acordo com a teoria de Elias, faz parte do processo de interação das redes de interdependência.

Outra maneira de entender esse processo à luz da teoria de Elias é por meio da percepção de que no desenvolvimento das nações desenvolveram-se também novas relações de distribuição de poder e figurações sociais que exigiram novos vínculos simbólicos. Apresentada, sobretudo na obra *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, a tese de que as Nações-Estados mais populosas e diferenciadas e com estruturas de organizações governamentais e administrativas mais complexas fizeram o autor enxergar que “os vínculos emocionais de indivíduos com a coletividade por eles formada cristalizam-se e

---

<sup>186</sup> ELIAS. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 13-14.

organizam-se em torno de símbolos comuns".<sup>189</sup> As sociedades mais simples também possuem símbolos da coletividade. Eles se distanciam das sociedades altamente diferenciadas por se organizarem em torno de figuras ou imagens de deuses ou de ancestrais. Nas nações contemporâneas, os símbolos são mais impessoais e dotam a coletividade nacional de qualidades numinosas. Os próprios nomes das nações implicam santidade e veneração. O que interessa mais de perto nessa análise elidiana é a leitura de que a mudança de ligações emocionais embasada em símbolos impessoais coletivos difere-se das ligações emocionais estabelecidas no mundo dos Estados monárquicos, na medida em que faz parte de um novo sistema de crenças nacionalistas.

O credo e a mística nacionalista de uma nação sacrossanta fizeram com que indivíduos de sociedades de massa altamente diferenciadas se ligassem a algo absoluto. Segundo o autor em questão, essa lealdade nacional exigia que

[...] os cidadãos, em aditamento, a qualquer compulsão externa, também fossem compelidos por sua própria consciência e seus próprios ideais ou, por outras palavras, por uma compulsão que exercia individualmente sobre si mesmos, a subordinar suas necessidades pessoais às da coletividade, do país ou da nação, e a doar-lhes a própria vida, se necessário.<sup>190</sup>

O surgimento dessa *nação simbólica* em uma sociedade altamente diferenciada, portanto, relaciona-se com o serviço militar obrigatório e com a participação da população nas guerras com outras nações. Outro argumento do autor é que o credo nacionalista também serviu de instrumento de dominação de determinadas classes sobre outras, já que a grande interdependência entre classes não excluía tensões em suas relações. Os sistemas nacionalistas de crenças e valores eram utilizados em benefício e conveniência de grupos sociais específicos:

Nessa situação, o apelo a sentimentos e lealdades nacionais que, por várias razões, especialmente relacionadas com as guerras e com o avanço da educação, através de escolas controladas pelo Estado, e das forças armadas, tinha ganho sólidas raízes em todas as classes e podia ser usado

---

<sup>189</sup> ELIAS. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 139.

<sup>190</sup> ELIAS. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 140-141.

numa sociedade como incentivo para promover os interesses setoriais de um ou outro dos grupos dirigentes.<sup>191</sup>

Elias fala ainda da evolução do *habitus* nesse período e do papel da educação na difusão de seus de códigos constituintes. Antes dessa análise, faz-se necessário elaborar uma breve definição da categoria.

Pierre Bourdieu é reconhecidamente o autor que criou a noção de *habitus*. Eric Dunning e Stephen Mennell, prefaciadores da edição inglesa de *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, informam que Elias usou essa palavra muito antes de sua popularização por Bourdieu. O autor alemão significava *habitus* como *segunda natureza* ou *saber social incorporado* e o utilizava para substituir a noção de *caráter nacional*, categoria estática e fixa.<sup>192</sup> Portanto, Elias acreditava que o *habitus* muda com o tempo, porque as fortunas e as experiências dos indivíduos e das figurações se transformam.

Bourdieu desenvolveu a noção que, na realidade, data da Antiguidade.<sup>193</sup> Em *O poder simbólico*, o autor explica que “a noção de habitus exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc”.<sup>194</sup> Na perspectiva do autor, o *habitus* é um *conhecimento adquirido*, um *capital*, uma *disposição incorporada*.

Importa ressaltar que na leitura de Elias, no contexto das nações, entendidas como figurações, o *habitus* dos indivíduos incorporou um duplo código de normas contraditórias. A educação escolar passou a ter grande importância na produção dessas normas. Esses códigos são:

Um código moral proveniente dos setores em ascensão do *tiers état*, igualitário no caráter, e cujo valor supremo é o ‘homem’ – o indivíduo

<sup>191</sup> ELIAS. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 141.

<sup>192</sup> ELIAS. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 9.

<sup>193</sup> Loic Wacquant demonstrou em artigo a gênese da noção de *habitus* desde a Antiguidade até o desenvolvimento de Pierre Bourdieu. Ver: WACQUANT, Loic. *Esclarecer o Habitus. Sociologia, problemas e práticas*. Lisboa, nº 14, pp. 35-41, 2004. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/255.pdf>. Acesso em 14/06/2009.

<sup>194</sup> BOURDIEU. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, p. 60.

humano como tal; e um código nacionalista derivado do código maquiavélico dos príncipes e da aristocracia dominante, de caráter não-igualitário, e cujo valor supremo é uma coletividade – o Estado, o país, a nação a que um indivíduo pertence.<sup>195</sup>

Assim, o código nacionalista voltado “para a preservação, a integridade e os interesses da sociedade-Estado” e da “coletividade soberana e tudo o que ela representa e simboliza” e o código humanista “igualitário ou moral” fazem parte das “disposições para agir, do *habitus*” nos séculos XIX e XX. Esses códigos podem ser intercalados: “assuntos particulares podem pôr em ação um código moral, eventos públicos, um código nacionalista; em tempos de paz, pode predominar o primeiro, em tempos de guerra o segundo”.<sup>196</sup>

Por meio de toda a teorização acerca da mudança do *habitus*, pode-se inferir o papel simbólico dos indivíduos e das instituições militares na constituição do código nacionalista, ou seja, a educação física no século XIX pode ser interpretada como parte do código nacionalista incorporado pelos indivíduos no processo de consolidação das nações. Esse código caracterizava-se, dentre outros elementos, pela disposição para a defesa da pátria. Deve-se ressaltar, também, o papel da escola na difusão desse código. Nessa direção, fica-se ainda mais convencido de que a educação física escolar e outras práticas, como a dos batalhões militares, realmente se inserem no processo de mudança do *habitus*.

Essa interpretação também leva ao entendimento de que as figurações nacionais por meio das redes de interdependências relacionais de indivíduos e de diversas figurações sociais difundiram esse novo código nacionalista. Assim, não se pode dizer que os exercícios físico-militares ou os batalhões escolares são fruto apenas da articulação de grupos militaristas ou de políticas de estado. Os métodos ginásticos e os batalhões compõem o código nacionalista que se difunde nas complexas teias de interdependência social. Essa afirmativa não exclui a ideia de que houve indivíduos e figurações específicas mobilizadas para a elaboração propostas voltadas para o desenvolvimento do código nacionalista.

<sup>195</sup> ELIAS. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 148.

<sup>196</sup> ELIAS. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 149.

A criação dos sistemas escolares e a constituição da escola contemporânea no século XIX fazem parte de um processo de transformações sociais que, na visão do sociólogo Norbert Elias, integram a mudança do *habitus* das pessoas. Concordando com o autor, Veiga explica que é possível

[...] pensar a escola como uma produção cultural que se fez pela necessidade de se estabelecerem unidades de referência civilizatória – ler, escrever, contar... – e não somente como questão de obediência, mas como algo compartilhado, não sem tensões, entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de escolarização. Nesse sentido, vale interrogar-nos sobre as múltiplas tensões e conflitos presentes na produção de novas configurações sociais que demandaram a escola como fator de coesão social/nacional.<sup>197</sup>

Nesse movimento de constituição das nações, pode-se dizer também que houve mudanças em relação ao imaginário coletivo-social. Para Bronislaw Baczko, um dos autores que se dedicou à conceituação e ao estudo do imaginário social, existe uma disputa em torno dos signos que o compõem, e é por meio dos imaginários que as sociedades designam suas identidades e estabelecem códigos modelares que garantem a manutenção da ordem. Assim, o autor acredita que a Revolução Francesa é o marco da elaboração de um imaginário de caráter civil difundido simbolicamente e que constitui uma mentalidade renovada. Ocorre, portanto, uma quebra com o imaginário anterior religioso e monárquico, e os processos educativos têm papel ativo nessa ruptura. Diferentemente da instrução que se limita a “dispensar um saber”, a educação pública “tem por objectivo formar as almas”. A educação pública

[...] é concebida como um empreendimento global que diz respeito a todos os cidadãos, formando o seu espírito, orientando as suas paixões, inculcando modelos formadores positivos e apontando os inimigos a derrotar.<sup>198</sup>

A discussão acerca da imaginação social proposta por Baczko parte de premissas diferentes das de Elias e Bourdieu. O que há em comum é que ambas apontam transformações que, consolidadas no século XIX, tiveram na escola um importante vetor de difusão. Essas teorias também são úteis para perceber os pontos de

<sup>197</sup> VEIGA, Cynthia Greive. História política e história da educação. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 35.

<sup>198</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 323.

contato entre a doutrina de valorização nacional (nacionalismo), os exercícios físico-militares, a escola e a política. Outra categoria bastante válida para o entendimento do objeto aqui estudado é a teorização acerca de *cultura política*.

A primeira definição conceitual de *cultura política* foi estabelecida por Gabriel Almond, Sidney Verba e Lucian W. Pye, na década de 1960.<sup>199</sup> Os autores consideram o sistema político democrático como a forma mais apurada de *cultura política* e fim último da organização das sociedades contemporâneas.

Em uma outra perspectiva, o conceito foi reelaborado na França, a partir dos novos estudos da história política nas últimas décadas. Essa reelaboração é essencial para o entendimento das questões propostas. Jean-François Sirinelli sustenta que “cultura política é uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”.<sup>200</sup>

Na mesma perspectiva de Sirinelli, Rodrigo Patto Sá Motta define cultura política como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.<sup>201</sup>

Esse conceito<sup>202</sup> permite compreender melhor a força de atração dos valores nacionalistas aos quais a educação escolar esteve vinculada por meio dos exercícios físico-militares e dos batalhões escolares. Toda cultura política (nacionalista, socialista, republicana ou qualquer outra) é elaborada e difundida a partir das instituições de formação e informação social. A família, a escola, o local de

---

<sup>199</sup> KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999. p. 227-250.

<sup>200</sup> BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

<sup>201</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm Editora, 2009, p. 20.

<sup>202</sup> Um balanço sobre os usos, definições e história do conceito pode ser encontrado em: DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas, definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, nº 28, dez., 2002.

trabalho, a universidade, os partidos políticos e o exército são espaços de formação cultural e política dos indivíduos. A mídia, sobretudo a partir do século XX, também se tornou um meio importante de difusão das culturas políticas.<sup>203</sup>

A ideia de vetores de difusão das culturas políticas aparece também em Peter Burke. Para esse autor, faz parte da cultura política a “socialização política”, que equivale aos “meios pelos quais o conhecimento, as ideias e os sentimentos são transmitidos de uma geração para outra”.<sup>204</sup> Esse argumento dos vetores sociais foi desenvolvido ainda durante as primeiras formulações do conceito. Tanto Motta quanto Burke reconhecem e ressaltam essa origem.

Isso não significa o entendimento da política como a ‘ossatura da história’<sup>205</sup>, ou seja, não equivale a dizer que é a política a mola mestra da vida humana. Ao analisar os “vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas”, Motta reconhece que

[...] nos casos de famílias e Igrejas, estamos diante de algo que envolve a ligação dos indivíduos a grupos sociais mais abrangentes, que interferem em sua formação para além da dimensão política. A adesão política, nesses casos, decorre, ao menos em parte, da identificação aos valores defendidos pelo grupo, de modo que a escolha política pode revelar, na verdade, a fidelidade aos pais ou à religião.<sup>206</sup>

Esse trecho permite entender que a política não é o aspecto da vida humana que determina a história. Os indivíduos aderem a uma cultura política porque circulam em instituições sociais diversas e mantêm contato com outros indivíduos, e é nesse processo que se forja a adesão a uma cultura política. Comunga-se com a visão de

---

<sup>203</sup> BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

<sup>204</sup> BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

<sup>205</sup> Essa expressão foi utilizada por Jacques Le Goff no texto em que discute a predominância da política nos estudos sobre o passado: LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História?. In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

<sup>206</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2009, p. 23-24.

Veiga que não compreende a “política como a última instância, ou instância única de explicação da sociedade”.<sup>207</sup>

Por lidar no âmbito das representações culturais, o conceito definido pelos historiadores franceses permite entender a existência de variadas culturas políticas em uma mesma nação. Permite também explicar as transformações e a mobilidade do ideário constituinte das culturas políticas que se adaptam constantemente à realidade objetiva.

Nessa medida, uma das hipóteses aqui sustentadas é a de que a escola foi um canal de difusão de valores e práticas estritamente associados à cultura política nacionalista, inclusive os exercícios físico militares e os batalhões escolares.

Algumas ideias e valores perpassam a escola, o saber militar e as doutrinas nacionalistas do final do século XIX. Podem ser entendidas como constituintes da cultura política nacionalista. Os ideais de racionalização, profissionalização, ordenamento, homogeneidade e disciplina social, civismo e fortalecimento da nacionalidade, dentre outros, estão vigorosamente presentes na escola e na caserna. Nessa medida, a proposta de estudar as relações entre a escola e o saber militar permite pensar a existência de pontos comuns, ainda que nem todos os elementos tenham a mesma origem ou o mesmo significado para essas organizações.

A ideia da educação como vetor da cultura política nacionalista se confirma se for considerado o papel social que a escola assume no século XIX, que pode ser definido como o “mito da educação”:

Em razão justamente de sua centralidade política e social, a educação foi vista como o fator-chave do desenvolvimento social, como o fulcro da evolução da sociedade no seu conjunto, como o ‘lugar’ em que se vem estabelecer o intercâmbio social além de sua coesão. A educação coloca-se como substituta da política, como via para operar a construção do homem moderno [...].<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> VEIGA, Cynthia Greive. História política e história da educação. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 13.

<sup>208</sup> CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 390.

Em conclusão, o estudo apresentado aponta a relação da educação física durante o século XIX com os objetivos de defesa nacional. Como demonstrado, os exercícios físicos fazem parte da educação escolar desde a Antiguidade e compõem a preparação dos homens guerreiros.

Na escola contemporânea, os exercícios físicos têm grande importância e são justificados principalmente pelo saber médico e pelo saber militar. Aos exercícios físicos atribuía-se a capacidade de civilizar e de fortalecer o corpo dos indivíduos e da nação.

Esse processo ocorreu em um contexto de mudança do *habitus* dos indivíduos, com o desenvolvimento dos códigos humanista e nacionalista. O chamado "código nacionalista" está relacionado com o nacionalismo político, que tinha como um de seus pilares a preparação das pessoas para defender a nação dos inimigos internos e externos. Socialmente, a difusão da ginástica serviu para essa preparação para a guerra e foi justificada também pela preparação para o trabalho e pelo combate à degenerescência física e moral. Na perspectiva de Vigarello e Holt, "um impacto social dessa primeira ginástica ocorreu além dos projetos escolares ou das ligações com o exército ou a indústria".<sup>209</sup>

O armamentismo e o militarismo provocados pelas políticas neocoloniais e imperialistas fizeram com que personagens políticos de proa desenvolvessem políticas de Estado voltadas para o fortalecimento das raças, com vistas à dominação política e econômica. Nesse movimento, os militares passam a ter maior destaque na política, e as instituições militares assumem relevante papel educativo. A difusão social dos saberes militares se deu por meio da interdependência das figurações sociais e levou a experiências como a dos batalhões escolares. A educação física escolar também faz parte desse movimento.<sup>210</sup>

A relação entre a cultura política nacionalista e o desenvolvimento da escola contemporânea não deve ser tomada em uma perspectiva reprodutivista ou

---

<sup>209</sup> VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2, p. 416.

<sup>210</sup> O ponto alto do nacionalismo beligerante e da tensão política iniciada no final do século XIX foi a Primeira Guerra Mundial.

mecanicista. Essa relação pode ser explicada a partir da mudança do *habitus* das pessoas e do imaginário social em transformação no século XIX. Os valores nacionais das sociedades industriais do século XIX – ordem, hierarquia, disciplina, saúde física e moral, pragmatismo e cientificismo – estão vigorosamente presentes na escola e na caserna.

A disciplina é um dos principais valores que caracteriza o mundo moderno: a disciplina para o cuidado com o corpo, para o trabalho, para o respeito à hierarquia; enfim, para os desafios da sociedade contemporânea. Especialistas no desenvolvimento e manutenção de coletividades disciplinadas, Thomas Popkewitz defende que as forças armadas emprestam à escola contemporânea essa sua experiência:

[...] las tecnologías disciplinadoras de lo militar han sido importantes en la construcción de las escuelas desde el siglo XVIII. No se pueden explicar las industrias de comprobación y medición de la escuela sin prestar atención a los problemas de reclutamiento y organización de los soldados durante las dos guerras mundiales<sup>211</sup>.

---

<sup>211</sup> POPKEWITZ, Thomas; FRANKLIN, Barry; PEREYRA, Miguel (compiladores). *Historia cultural y educación, ensayos críticos sobre conocimiento y escolarización*. Barcelona, México: Ediciones Pomares, S.A., 2003, p. 372.

### Capítulo 3

## Evoluções militares, batalhões escolares e instrução militar obrigatória no Brasil

Neste capítulo, serão investigados diversos aspectos do contato entre os militares e a escola civil no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Tanto o ensino primário quanto o secundário serão analisados. Busca-se esclarecer, sobretudo, o funcionamento e os problemas relacionados à prática nas escolas brasileiras dos exercícios físico-militares<sup>212</sup> que englobam as evoluções militares, os batalhões escolares e a instrução militar obrigatória.

O estudo foi realizado com base em diversos tipos de fontes. Os documentos utilizados sistematicamente e que estruturam a pesquisa são os legislativos e normativos, e os escolares. Outros tipos de fontes, como jornais, também foram consultados, porém em menor escala. As chamadas “fontes escolares” englobam relatórios de inspetores, de delegados fiscais, de diretores e de professores, além de correspondências trocadas entre agentes escolares e órgãos dirigentes. As fontes escolares pesquisadas tratam, sobretudo, de escolas mineiras. No Arquivo Público Mineiro, foram acessados documentos referentes ao ensino primário e no Arquivo Nacional, registros relativos ao ensino secundário. Por meio de pesquisa não sistemática a fontes documentais e de consulta bibliográfica, foram feitas referências a outros estados brasileiros.

A revisão historiográfica, realizada no Capítulo 1, aponta que no Brasil as pesquisas acerca do tema “Os militares e a educação” vêm sendo realizadas sobretudo em torno da história da educação física. Também se concluiu que boa parte dos estudos não investiga a atuação dos militares nas escolas e nem o funcionamento de exercícios físico-militares sob a direção de professores civis. Nessa medida, buscou-se esclarecer de que forma essas práticas ocorriam na escola e os problemas advindos delas. As perguntas a serem respondidas são: “Os exercícios físico-militares se estabeleceram no cotidiano escolar?”, “Quem eram os agentes responsáveis por ministrar esses exercícios?”, “Havia a atuação de militares dentro

---

<sup>212</sup> Os exercícios físico-militares incluem as chamadas evoluções militares.

das escolas?”, “Qual era o conteúdo dos exercícios físico-militares?”, “Quais eram os objetivos da prática desses exercícios?” e “Havia resistências à prática desses exercícios nas escolas?”.

A primeira escola a institucionalizar a prática da ginástica e a desenvolvê-la sistematicamente no Brasil foi, provavelmente, o Colégio Pedro II<sup>213</sup>, administrado pelo governo imperial, na cidade do Rio de Janeiro. Isso é o que apontam diversos autores, inclusive Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior em seu estudo sobre a instituição. O autor verifica que a prática da ginástica iniciou-se em 1841 no Colégio e foi oferecida por militares regularmente nas décadas seguintes. Observa, ainda, que a inspiração militar e médica da ginástica no Colégio Pedro II reflete a experiência brasileira.

Em 17 de fevereiro de 1854, o decreto que continha a chamada “Reforma Couto Ferraz” representou uma das primeiras referências à ginástica no Colégio, que não era considerada ainda uma cadeira e previa que os alunos fariam “exercícios ginásticos, debaixo da direção de um mestre especial”.<sup>214</sup> Exatamente um ano depois ocorreu a instituição legal da ginástica por meio do decreto que aprovou o regulamento do Colégio. O primeiro artigo definiu que os estudos dividir-se-iam em duas classes e que dança e exercícios físicos fariam parte da primeira classe. O documento definia ainda que “o ensino da dança e os exercícios ginásticos terão lugar durante as horas da recreação”.<sup>215</sup> Dois anos depois, o decreto que criou o Internato do Colégio Pedro II manteve os exercícios ginásticos como parte dos estudos.<sup>216</sup> Em 1870, houve alterações no regulamento do Colégio Pedro II.<sup>217</sup> ginástica, de caráter obrigatório, foi mantida para todos os alunos.

---

<sup>213</sup> O Imperial Colégio de Pedro II foi fundado em 1837 com o objetivo de tornar-se modelo de ensino secundário. Apesar de haver autonomia para as províncias organizarem e administrarem o ensino secundário público, o Colégio foi, no século XIX, uma importante referência para esse grau de ensino. A autonomia para a organização da Instrução Pública foi concedida por meio do Ato Adicional, contido na Lei 16, de 12 de agosto de 1834.

<sup>214</sup> BRASIL. Decreto 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte.

<sup>215</sup> BRASIL. Decreto 1.556, de 17 de fevereiro de 1855. Aprova o Regulamento do Colégio de Pedro II.

<sup>216</sup> BRASIL. Decreto 2.006, de 24 de outubro de 1857. Aprova o Regulamento para os colégios públicos de instrução secundária do Município da Côrte.

<sup>217</sup> BRASIL. Decreto 4.468, de 01 de fevereiro de 1870. Altera os regulamentos relativos ao Imperial Colégio de Pedro II.

Nenhuma das normas legais citadas trata do conteúdo dos exercícios ginásticos. Cunha Junior explica que a esgrima era a principal atividade de ginástica até por volta de 1860, quando o coronel Pedro Guilherme Meyer assumiu as aulas e implantou

[...] os exercícios da marcha, as corridas, os saltos, os flexionamentos de braços e pernas, os exercícios de equilíbrio, de força e de destreza, bem como a natação, a equitação, a esgrima, as lutas, os jogos e os exercícios em aparelhos.<sup>218</sup>

A referência à ginástica ministrada por militares e à prática de esgrima no Colégio Pedro II tem o objetivo de demonstrar que ao longo do século XIX já havia elementos militares no ensino daquela escola.

Apesar da descentralização político-administrativa vigente no ensino, as províncias tendiam a se embasar na legislação educacional vigente no Distrito Federal. Cunha Junior explica a importância dos estudos sobre os exercícios ginásticos no Colégio Pedro II

[...] esta instituição foi um dos primeiros lugares onde a *gymnastica* foi escolarizada em terras brasileiras. Assim, investigar a história deste saber no CPII significa refletir sobre os processos de escolarização e disciplinarização da *gymnastica/educação física* no Brasil.<sup>219</sup>

Portanto, sendo o Colégio Pedro II uma instituição-modelo de ensino, é significativa a presença de militares e a prática de exercícios físico-militares. A prática desses exercícios no ensino secundário antes da década de 1880 não é o foco da investigação.

O marco temporal de início da pesquisa é a década de 1880. É nesse momento que foram elaborados e publicados os célebres pareceres de Rui Barbosa sobre a Reforma Educacional, implantada por Carlos Leôncio de Carvalho em 1879<sup>220</sup>. Os pareceres são de grande relevância para a instituição e consolidação da ginástica e

---

<sup>218</sup> CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 148.

<sup>219</sup> CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 126.

<sup>220</sup> BRASIL. Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no Município da Côrte e o superior em todo o Império.

dos exercícios físico-militares no Brasil. Também data do final do século XIX um movimento geral de ampliação quantitativa das disciplinas curriculares nas escolas, ocorrido em diversas províncias. A citada Reforma Leôncio de Carvalho é um exemplo desse movimento no Rio de Janeiro.

### **A educação popular e os exercícios físico-militares nos pareceres de Rui Barbosa**

O parecer de Rui Barbosa, preparado no âmbito de uma Comissão na Câmara dos Deputados, com vistas a avaliar o decreto do ministro Carlos Leôncio de Carvalho de 1879, propunha uma grande reforma na educação brasileira. O parecer, que se assemelha a um tratado de pedagogia e se caracteriza por ser um amplo diagnóstico de cunho científico, foi publicado em dois momentos. Em 1882, foi publicado “Reforma do ensino secundário e superior” e, no ano seguinte, “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”.<sup>221</sup>

Dado o citado cunho científico e ilustrado da obra produzida por Rui Barbosa e por tratar-se de uma proposta de vanguarda que incluía as principais tendências pedagógicas que circulavam internacionalmente, os pareceres têm sido reconhecidos pela historiografia como importante marco da educação brasileira. Essa historiografia também reconhece que essas publicações de Barbosa, contidas em seis tomos das obras completas do autor, são um projeto para a nação; ou seja, apresentam propostas para, via educação, realizar transformações na sociedade brasileira.

Em relação à ginástica e aos exercícios físico-militares, a obra educacional de Barbosa também tem sido reconhecida como importante referência, pois contribuiu para a consolidação da educação física como disciplina escolar. Várias reformas educacionais posteriores à publicação dos pareceres seguem de perto as proposições de Rui Barbosa.<sup>222</sup>

---

<sup>221</sup> Sobre o parecer de Rui Barbosa, ver: VALDEMARIN, Vera Teresa. *O liberalismo demiurgo: O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2000.

<sup>222</sup> Sobre a proximidade das proposições de Rui Barbosa para a educação física e as reformas educacionais no Rio de Janeiro e Minas Gerais, ver: VAGO, Tarcisio Mauro. *Cultura escolar, cultivo*

O Projeto Substitutivo 224, elaborado por Rui Barbosa, previa a prática da ginástica no “Jardim de crianças”, na escola primária e no ensino secundário. Na escola primária elementar e média, recomendava-se a ginástica para meninos e a calistenia<sup>223</sup> para meninas. Na escola primária superior, foram acrescentados os exercícios militares à indicação de ginástica<sup>224</sup> para meninos e a calistenia se manteve para as meninas. No ensino secundário, Rui Barbosa previa a ginástica e exercícios militares para o curso de bacharel em Ciências e Letras, e para outros cursos secundários prescrevia-se apenas a ginástica.

Alguns autores apontam uma aparente contradição em relação ao caráter militar da ginástica prescrita por Rui Barbosa para os alunos da escola primária e do ensino secundário. O que se coloca é que ele “foi um grande defensor da ginástica sueca”<sup>225</sup> de Ling, que propunha elementos menos militares para a escola e que, o método alemão, mais militar, “foi publicamente rechaçado por Rui Barbosa”.<sup>226</sup> No trecho a seguir, fica evidente a perspectiva fisiológica da ginástica proposta por ele:

[...] não quer dizer que o nosso propósito seja inaugurar um forçado sistema de proceder para com os alunos, como se nos propuséssemos a convertê-los em ginastas de profissão ou desenvolver neles especialmente a vocação militar. Convém, até, evitar o abuso dos aparelhos muitos dos quais estão absolutamente condenados pela higiene. Não pretendemos formar acrobatas nem Hércules, mas desenvolver na criança o quantum de vigor físico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da pátria e à dignidade da espécie. ‘A super-abundância de

---

*de corpos: a educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte.* Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>223</sup> Amarílio Ferreira Neto explica o que significava calistenia para Rui Barbosa: “Há vários entendimentos par o termo calistenia, todavia, a ideia de que, por meio desse ‘sistema’, obtêm-se harmonia, beleza e vigor físico constitui características que, associadas a aspectos pedagógicos e higiênicos, marcam o ponto de vista ruiano. Ainda que Barbosa tenha tido acesso às concepções de calistenia de corte norte-americanas (contribuições Beecher, Dio Lewis e da Associação Cristã de Moços), é provável que seu alcance não ultrapasse o esquema do ‘método’ sueco. A calistenia em Barbosa corresponde à ginástica estética do ‘método’ sueco acrescida de música”. FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola, a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999, p. 105.

<sup>224</sup> Amarílio Ferreira Neto explica que “os exercícios militares equivalem à ginástica militar, que pode ser entendida como tendo origem pedagógica e objetivos guerreiros, assim, justifica-se a presença da esgrima e do tiro como conteúdos”. FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola, a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999, p. 105.

<sup>225</sup> SOARES, Carmen Lúcia. *Raízes Européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001, 2ª edição revista, p. 60.

<sup>226</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 117.

força bruta não é nada precisa; porquanto, para todos os trabalhos que demandam grandes esforços, temos cavalos, bois e máquinas a vapor'. A ginástica escolar, sem banir de todo os instrumentos, vários dos quais são convenientes e outros indispensáveis, há de consistir com especialidade em 'exercícios livres, racionalmente combinados e variados, de maneira que todos os grupos de músculos funcionem harmoniosamente, e as lições se convertam para os alunos em verdadeiros jogos, divertidos e recreativos.'<sup>227</sup>

Amarílio Ferreira Neto se dedicou ao estudo da temática da educação física na obra de Rui Barbosa. O autor percebe que Barbosa afasta-se, em certa medida, do discurso da educação física voltada para a preparação para a guerra e para a produção industrial, caminhando para as perspectivas pedagógica e fisiológica do método sueco.<sup>228</sup> Ainda assim, Barbosa recomendava a prática de exercícios físico-militares. As passagens são significativas:

[...] seria, portanto, uma lacuna imperdoável a omissão dos exercícios militares num plano de reorganização do ensino popular. Quer como meio de lançar nos hábitos da mocidade a base da defesa nacional, quer como escola das virtudes varonis do patriotismo, quer como princípio influidor de elevadas qualidades morais, este ramo de instrução encerra um valor considerável e representa um papel essencial.<sup>229</sup>

Todas as nações que caminham à vanguarda da civilização moderna, têm reconhecido, estatuidando que a escola seja a primeira iniciadora do cidadão nas agruras da arte que o deve preparar para a defesa da pátria. Por toda a parte, nos países mais livres, nos Estados menos ambiciosos, entre as nações menos belicosas, a milícia cívica estende as suas raízes até o ensino popular.<sup>230</sup>

Assim, Ferreira Neto percebe que

[...] Barbosa entra em contradição com as finalidades e metodologia, ao recomendar os exercícios militares em sua reforma. Primeiro, no 'método' sueco a ginástica militar não tem lugar relevante na escola. Segundo, a doutrina pedagógica militar difere nos princípios de hierarquia e disciplina da teoria educacional aplicada a escolas, especialmente, no tocante à liberdade de pensar e atuar criativamente. Mesmo a calistenia em sua

---

<sup>227</sup> BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. v. X, t. II, p. 97.

<sup>228</sup> Uma leitura muito semelhante à de Ferreira Neto.

<sup>229</sup> BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. v. X, t. II, p. 281.

<sup>230</sup> BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. v. X, t. II.

evolução caminhou para esquemas rígidos o suficiente para criar impasses teórico-práticos com a Pedagogia em Barbosa.<sup>231</sup>

Silvana Goellner também observa esse paradoxo no pensamento de Rui Barbosa:

Apesar de seu repúdio ao Método Alemão, é possível perceber que na essência o objetivo não se modificou, pois o modelo sueco de ginástica foi também encarado frente aos mesmos pressupostos, que estavam centrados na formação moral e física do povo brasileiro acentuando, também um caráter eugênico, higiênico e disciplinador abaixo de uma conotação militarista.<sup>232</sup>

Essa aparente contradição nas proposições de Barbosa em relação à ginástica pode, segundo Ferreira Neto, ser explicada pelo contexto histórico vivido. Os exercícios militares seriam próprios do momento de constituição e consolidação dos Estados-nação, dos exércitos nacionais modernos e dos sistemas nacionais de ensino.<sup>233</sup> A assertiva de Ferreira Neto corrobora com toda a discussão realizada no capítulo 1.

As proposições de Rui Barbosa são de grande relevância, devido à consistência apresentada pela obra, à sistematização de ideias políticas e pedagógicas que circulavam no período e ao reconhecimento que obteve pelos seus contemporâneos. Esse reconhecimento se expressa em reformas educacionais posteriores, que tiveram como referência central o pensamento educacional de Rui Barbosa.

### **A legislação e a normatização das práticas militares na educação civil escolar brasileira**

A chamada "Reforma Benjamin Constant", no Rio de Janeiro, apresentada em decreto publicado em 1890, dividia a escola primária em duas categorias: 1º grau e 2º grau. A escola primária de 1º grau subdividia-se em três cursos: o elementar, para alunos(as) de 7 a 9 anos; o médio, 9 a 11 anos; e o superior, 11 a 13 anos. Cada

---

<sup>231</sup> FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola, a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999, p. 106.

<sup>232</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 118.

<sup>233</sup> FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola, a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999, p. 106.

curso era dividido em duas classes. A escola primária de 2º grau, destinada aos alunos de 13 a 15 anos, subdividia-se em duas classes.

A ginástica e os exercícios militares faziam parte do currículo da escola primária do 1º e do 2º grau em todas as classes. O decreto informa o programa de ensino de todas as disciplinas. Já na classe 1ª do 1º grau, destinada a crianças de 7 anos, a ginástica compreendia “movimentos militares, movimentos preliminares: alinhamento por altura, numerar-se, tomar distâncias, cerrar fileiras, descanso, firmes, meia volta à direita e à esquerda, marcha em varias direções”.<sup>234</sup> Havia também outros exercícios ginásticos e jogos. Na classe 2ª do 1º grau, nas duas classes do curso médio e na classe 1ª do curso superior, as evoluções militares e os demais exercícios continuavam. Já na classe 2ª no curso superior, além das evoluções militares e demais exercícios, iniciava-se “o manejo de armas de fogo apropriadas ao uso das escolas”. No 2º grau dava-se continuidade às evoluções militares e ao manejo de armas. Na classe 1ª, iniciavam-se os exercícios com aparelhos, que continuavam nas demais. Na 2ª classe, prescrevia-se a esgrima de espada e florete; e, na 3ª, acrescia-se a baioneta.

Interessante notar que o decreto não fazia distinção entre meninos e meninas em relação à ginástica e aos exercícios militares. Contudo, em outros trechos o próprio decreto faz grande distinção de gênero ao prever trabalhos manuais para os meninos e trabalhos de agulhas para as meninas.

O decreto previa que os professores primários das escolas públicas seriam formados na Escola Normal mantida pelo governo na cidade e que a ginástica era disciplina do curso normal, porém, não menciona a presença de nenhuma excepcionalidade na condução dos exercícios militares no ensino. Assim, entende-se que os próprios professores primários formados no Curso Normal seriam os responsáveis por esses exercícios.

Para o ensino secundário, a norma legal previa a ginástica, evoluções militares e esgrima em todos os sete anos desse nível de ensino. O decreto não informava o

---

<sup>234</sup> BRASIL. Decreto 981, de 8 de novembro de 1890. Aprova o regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal.

programa da disciplina. Uma questão a ser destacada é que os responsáveis pelas disciplinas desenho, música e ginástica, evoluções militares e esgrima eram denominados “professores”, enquanto os responsáveis pelas demais disciplinas eram chamados “lentes”, o que indica uma distinção entre as duas categorias.

Alguns dias após a publicação do regulamento da Instrução no Distrito Federal, outro decreto<sup>235</sup> apresentou o regulamento do Ginásio Nacional. Em 1892, mais um regulamento foi publicado<sup>236</sup> e em relação à ginástica e aos exercícios militares não trazia nenhuma novidade em comparação ao regulamento de 1890, a não ser o fato de o regulamento de 1890 mencionar a existência de excursões aos domingos e que, havendo mau tempo, as atividades se restringiriam a *diversões* no próprio internato, enquanto o regulamento de 1892 apresentava-se de forma incisiva acerca da prescrição dessas *diversões*. Dentre essas *diversões* estavam os exercícios ginásticos e militares.

O diretor e o vice-diretor do Ginásio procurarão desenvolver em seus alunos o gosto pelos exercícios de tiro ao alvo, de besta, tiro de flecha, exercícios ginásticos livres, salto, jogo de volante, etc., e farão todos os domingos um passeio para fora do centro da cidade.<sup>237</sup>

O Regulamento do Ginásio Nacional, publicado em 1894, mencionava a criação, no estabelecimento, de um batalhão escolar.<sup>238</sup> Em 1898, surgiu um novo Regulamento<sup>239</sup>, que se aplicava também ao ensino secundário nos estados. Nele, previam-se as disciplinas ginástica, esgrima e natação. Não foram feitas referências a exercícios militares. Um ano mais tarde, novo regulamento entrou em vigor. Os exercícios militares não foram referenciados, a esgrima também deixou de existir e a ginástica não era mais uma disciplina, e sim uma prática: “no Internato haverá mais o ensino, ou antes a prática da ginástica, no ponto de vista higiênico”. O responsável pela ginástica deixou de ser um professor e passou a ser um instrutor: “no Internato

---

<sup>235</sup> BRASIL. Decreto 1.075, de 22 de novembro de 1890. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

<sup>236</sup> BRASIL. Decreto 1.194, de 28 de dezembro de 1892. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

<sup>237</sup> BRASIL. Decreto 1.194, de 28 de dezembro de 1892. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

<sup>238</sup> BRASIL. Decreto 1.652, de 15 de janeiro de 1894. Aprova o Regulamento para o Ginásio Nacional.

<sup>239</sup> BRASIL. Decreto 2.857, de 30 de março de 1898. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional e ensino secundário nos Estados.

haverá mais um instrutor de ginástica”.<sup>240</sup> Em 1901, outro regulamento manteve as condições: “no internato haverá mais, e só com o intuito higiênico, o ensino da ginástica”.<sup>241</sup>

Em relação ao Ginásio Nacional, percebe-se que a legislação aponta, na década de 1890, um movimento de institucionalização dos exercícios físico-militares incluindo o batalhão escolar. Em função da inexistência de estudos acerca do desenvolvimento dessas práticas no colégio, seria difícil interpretar esse movimento. Posteriormente, com a implantação da Instrução Militar Preparatória, em 1908, a presença de instrutores militares pode ser comprovada no ensino secundário. Esse assunto será analisado adiante.

A influência do Colégio Pedro II sobre os estabelecimentos de ensino secundário nos estados tornou-se mais formal a partir de janeiro de 1901 com a aprovação do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e que previa a equiparação entre as escolas. A equiparação significava que os estabelecimentos fundados pelos estados e por particulares e que tivessem o mesmo plano de estudos do Colégio Pedro II poderiam conferir o grau de bacharel, que daria o direito de matrícula no ensino superior. Essa possibilidade de equiparação é importante para se entender a difusão dos exercícios físico-militares nas escolas secundárias. Sendo o Colégio Pedro II o modelo de ensino e mantendo em seu currículo os exercícios físico-militares, acabou por contribuir para essa difusão.

Em janeiro de 1908, foi publicada a Lei Federal 1.860<sup>242</sup>, que regulava o alistamento e o sorteio militar e reorganizava o exército. A lei tornou obrigatória a instrução militar para os alunos maiores de 16 anos em todas as escolas secundárias:

É obrigatória a instrução do tiro de guerra e evoluções militares, até á escola da companhia, aos alunos maiores de 16 anos que cursarem as escolas superiores e estabelecimentos de instrução secundária mantidos pela União, pelos Estados ou municípios, inclusive o Distrito Federal, bem

---

<sup>240</sup> BRASIL. Decreto 3.251, de 8 de abril 1899. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

<sup>241</sup> BRASIL. Decreto 3.914, de 26 de janeiro de 1901. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

<sup>242</sup> BRASIL. Lei 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Regula o alistamento, o sorteio militar e reorganiza o Exército.

cargo aos que cursarem estabelecimentos particulares que estiverem no gozo da equiparação.

A lei não especificava de que forma seria implantada a instrução do tiro e as evoluções militares. Posteriormente, em maio do mesmo ano, o decreto Federal 6.947<sup>243</sup> regulamentou a referida lei e detalhou a Instrução Militar Obrigatória, que previa:

Ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores compete expedir as necessárias instruções para serem introduzidos nos programas de ensino das academias, escolas e colégios, o ensino do tiro de guerra e de evoluções militares para os alunos maiores de 16 anos.

Nessas instruções se marcará o número de faltas, nas aulas, que serão abonadas aos alunos que servirem como voluntários de manobras anuais.

A instrução militar obrigatória nos institutos de ensino compreenderá:

Fuzil Mauser: nomenclatura, seus acessórios e munições; limpeza e conservação; funcionamento geral do mecanismo; funcionamento da alça de mira. Instrução prática do atirador: regras de pontaria e posições do atirador; carregar e atuar sobre o gatilho; tiro com cartucho de manobra; tiro ao alvo com carga reduzida; tiro ao alvo, nas linhas de tiro, com cartucho de guerra; avaliação de distância e emprego da alça de mira; iniciação dos alunos nos exercícios de pontarias por detrás de muros, árvores e quaisquer outros abrigos, e contra alvos moveis em combinação com as instruções sobre apreciação de distâncias e emprego de alça.

Evoluções militares: instrução individual sem arma; idem com arma; instrução da esquadra em ordem unida e extensa; exercícios de flexibilidade da esquadra; instrução de combate da esquadra; divisão e subdivisão da companhia e lugares dos graduados nas diversas formações; instrução de pelotão em ordem unida e dispersa. [...]

São dispensados da incorporação quando sorteados: [...]

Os ex-alunos das escolas superiores e estabelecimentos de instrução secundária mantidos pela União, pelos Estados ou municípios, inclusive o Distrito Federal, e bem assim os dos estabelecimentos particulares de instrução equiparados, onde seja obrigatória a instrução do tiro de guerra e de evoluções militares até a escola da companhia para os alunos maiores de 16 anos de idade e que tenham concluído os respectivos cursos.

O decreto detalhou a Instrução Militar Obrigatória e definiu que o Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, que cuidava da educação nos estabelecimentos secundários, seria o responsável por introduzir os programas nas escolas. Determinava também que alunos que participassem dos exercícios nos ginásios e colégios estariam dispensados do serviço militar caso fossem sorteados.

---

<sup>243</sup> BRASIL. Decreto 6.947, de 8 de maio de 1908. Aprova o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela Lei 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

As instruções para a execução da lei e do decreto foram expedidas pela Portaria de 22 de julho de 1908, que esclarecia de que forma seria operacionalizada a Instrução Militar Obrigatória nas escolas secundárias:

O diretor de cada instituto de ensino civil, onde for obrigatória a instrução militar, requisitará do inspetor permanente da região a designação de um instrutor, declarando ao mesmo tempo o número de alunos maiores de 16 anos.

Ao instrutor cumpre:

Dar a instrução militar nos dias e horas designados no programa do instituto de ensino.

Seguir uma progressão racional e metódica nos exercícios das diversas categorias de alunos que freqüentarem as aulas de tiro e evoluções e que, a seu critério, melhor convenha para o êxito final do conjunto.

Encarregar-se à da linha de tiro existente na localidade, quando ela não tenha encarregado próprio.

Registrar depois de cada exercício, em um livro rubricado pelo diretor do estabelecimento de instrução, as ocorrências havidas e os nomes dos alunos que faltaram.

Requisitar, do comandante da força do exercito ativo na localidade, ou na mais próxima, o armamento e a munição necessários para os exercícios de tiro, bem assim as cadernetas a que se refere o art. 6º.

Requisitar do mesmo comandante uma praça para cuidar do armamento a cargo do estabelecimento de instrução e os artigos precisos para a limpeza e conservação.

Requisitar do inspetor permanente um aspirante a oficial para auxiliá-lo quando o numero dos alunos obrigados ao ensino militar for superior a 30.

Comunicar ao registro militar da região de alistamento os nomes dos alunos que concluíram os respectivos e receberam cadernetas, declarando, em relação a cada um, o nome, filiação, ano de nascimento, naturalidade e município em que residir.

O armamento necessário à instrução militar dos alunos será fornecido pelo Ministro da Guerra, por empréstimo, ao estabelecimento de ensino, não sendo, porém, o número de fuzis superior ao suficiente para armar um pelotão.

O aluno que tiver recebido a instrução militar e freqüentado, com aproveitamento, pelo menos 60 exercícios de evoluções militares e 24 de tiro ao alvo, com cartucho de guerra, receberá, quando concluir o curso do estabelecimento, a caderneta correspondente à sua classe.

O aluno de escola superior que antes tiver cursado estabelecimento, onde a instrução militar seja obrigatória, e possua a caderneta correspondente à classe a que pertença, ou deva pertencer, ficará obrigado somente a fazer mensalmente um exercício de tiro ao alvo, que será atestado, na respectiva caderneta, pelo instrutor.

A instrução militar será ministrada sem prejuízo dos trabalhos escolares.

Aos alunos que servirem como voluntários de manobras anuais serão abonadas, nas aulas, em cada ano letivo, tantas faltas quantos os dias em que se realizarem as aludidas manobras.

O documento estabelece a cooperação entre o Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores e o Ministério da Guerra. Tanto a lei, quanto o decreto e a portaria expõem o objetivo da Instrução Militar Obrigatória, consistindo em fornecer aos jovens a partir de 16 anos o treinamento militar em substituição ao serviço militar. O instrutor

militar seria designado pelo inspetor permanente da região, a pedido dos diretores das escolas secundárias, como o responsável por ministrar a instrução e escriturar as atividades com o fim de expedição da caderneta de reservista. O instrutor seria o elo entre a escola e o Ministério da Guerra. Nesse papel, deveria, por exemplo, solicitar ao Ministério o empréstimo de fuzis.

Em relação ao ensino primário, a Reforma Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, promulgada em 1889, caracteriza-se por ter sido uma das primeiras ações republicanas no campo da educação. Por meio da reforma, foram instituídos a ginástica e os exercícios militares no ensino primário. Essas práticas foram mantidas nas escolas primárias durante a passagem do século XIX para o XX. O Distrito Federal era uma importante referência para a educação em diversos estados brasileiros. Por isso, serviu de referência para a instituição de práticas militares na educação. No período republicano, manteve-se a autonomia administrativa no campo educacional, já existente durante o Império.

São Paulo foi um dos estados que não seguiu o modelo organizacional e pedagógico do Distrito Federal. A partir de 1892, iniciou-se uma reforma educacional, liderada por Antônio Caetano de Campos, por meio da qual foram introduzidos a ginástica e os exercícios militares nas escolas primárias paulistas. Posteriormente, em 1904, foram criados os batalhões infantis.<sup>244</sup>

Em Minas Gerais, a primeira reforma legal educacional no período republicano foi realizada em 1890. Não previa nenhum tipo de exercício físico para o primário nem para as escolas normais.<sup>245</sup> A primeira reforma de cunho republicano foi expedida em 1892, a chamada “Reforma Afonso Pena”, que inseriu no currículo escolar primário os exercícios ginásticos e as evoluções militares:

[...] nas escolas de crianças do sexo masculino far-se-ão trabalhos manuais e exercícios ginásticos, especialmente evoluções militares; nas do sexo

---

<sup>244</sup> Sobre a prática de exercícios físico-militares e os batalhões infantis em São Paulo, ver: SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*. Campinas. Nº 52, nov. de 2000.

<sup>245</sup> MINAS GERAIS. Lei 281, de 16 de setembro de 1890. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas.

feminino serão ensinadas prendas, trabalhos de agulha, e, especialmente, o corte e confecção de peças de vestuário masculino e feminino.<sup>246</sup>

No ano seguinte, o regulamento das escolas de instrução primária determinava que “os trabalhos manuais, exercícios ginásticos e evoluções militares serão feitos em horas de recreio, devendo além disso haver um dia da semana para eles destinado, e sem prejuízo das aulas”.<sup>247</sup> Em 1900, foi realizada outra reforma, sob a presidência de Silviano Brandão. Os exercícios ginásticos foram mantidos, conforme consta no regulamento das escolas de instrução primária.<sup>248</sup>

Em 1906, durante o governo de João Pinheiro, nova reforma educacional foi instituída, por meio da Lei 43.9249, a qual previa a prática de exercícios físicos e evoluções militares, além de abrir a possibilidade de atuação de instrutores militares nas escolas primárias. No programa dos exercícios para o primeiro ano, estava previsto:

Brincar em liberdade no pátio, com assistência e intervenção do instrutor. Marchas militares. Posição e passos diversos. Movimentos militares. Formar em linha. Variações de marcha, à direita, à esquerda, em frente. Variação da direção por fileiras. Nota - Em todas as evoluções serão observadas estritamente as regras militares. As alunas brincarão em liberdade, no pátio, alternando este exercício com o de extensão e flexão de músculos, que serão executados metodicamente, no salão ou no pátio, à sombra.<sup>250</sup>

Para os anos seguintes, mantinham-se as evoluções militares em níveis mais avançados. Apesar de prever o respeito estrito às regras militares, nem os programas, nem o regulamento<sup>251</sup> evidenciaram se os instrutores seriam somente militares ou também professores(as) do ensino primário. Na realidade, o

---

<sup>246</sup> MINAS GERAIS. Lei 41, de 3 de agosto de 1892. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas.

<sup>247</sup> MINAS GERAIS. Decreto 655, de 17 de outubro de 1893. Promulga o regulamento das escolas de instrução primária.

<sup>248</sup> MINAS GERAIS. Decreto 1.348, de 8 de janeiro de 1900. Promulga o regulamento das escolas de instrução primária.

<sup>249</sup> MINAS GERAIS Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências.

<sup>250</sup> MINAS GERAIS. Decreto 1.947, de 30 de setembro de 1906. Aprova o Programa do Ensino Primário.

<sup>251</sup> MINAS GERAIS. Decreto 1.960, de 16 de dezembro de 1906. Aprova o regulamento da instrução primária e normal do Estado.

regulamento e o Regimento Interno dos grupos escolares e escolas isoladas<sup>252</sup> não trataram das evoluções militares.

As evoluções militares ganharam forte impulso nas escolas mineiras a partir da Reforma João Pinheiro. No tópico seguinte, será realizada uma análise sobre essa prática. A reforma educacional realizada por Bueno Brandão, em 1911, manteve a ginástica e os exercícios físico-militares. No entanto, determinou que os professores fossem os responsáveis pelo seu ensino<sup>253</sup>, embora observe-se que na prática a ação de instrutores militares no interior das escolas manteve-se.

### **Evoluções militares: professores e instrutores militares no ensino primário em Minas Gerais**

O exame da citada legislação mineira mostra que os exercícios militares no ensino primário foram prescritos pela legislação educacional republicana conhecida por "Reforma Afonso Pena", que, em 1892, previa exercícios ginásticos, especialmente evoluções militares, para os meninos.

Os diversos documentos escolares, especialmente relatórios e correspondências, permitem acompanhar alguns aspectos do funcionamento dos exercícios militares nas escolas mineiras. As fontes disponíveis atualmente cobrem de forma mais abrangente o período compreendido entre 1906 e o final da década de 1910.

Em 1906, a chamada "Reforma João Pinheiro" instituiu mais consistentemente a fiscalização escolar, criando mecanismos para a ampliação da ação dos inspetores, agentes encarregados de serem os *olhos do estado*, que se deslocavam e mantinham contato direto com os professores de escolas isoladas e grupos escolares.<sup>254</sup> Também os diretores escolares faziam o papel de fiscais e agentes encarregados de fazer cumprir os desígnios contidos nas leis, regulamentos e

---

<sup>252</sup> MINAS GERAIS. Decreto 1.969, de 3 de janeiro de 1907. Aprova o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas isoladas do Estado.

<sup>253</sup> MINAS GERAIS. Decreto 3.191, de 9 de junho de 1911. Aprova o regulamento geral da instrução do Estado.

<sup>254</sup> O fortalecimento da inspeção escolar foi garantido por regulamentação de 1906. Ver: MINAS GERAIS. Decreto 1.960, de 16 de Dezembro de 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado.

programas educacionais. Os diretores de grupos escolares produziam e enviavam relatórios anuais à Secretaria do Interior. Os inspetores escolares, por sua vez, produziam relatórios das visitas realizadas nos grupos escolares, nas escolas isoladas e nas escolas agrupadas, que reuniam professores responsáveis por cadeiras de ensino autônomas em um só prédio.

Importante registrar que os inspetores representavam o Estado em suas atividades de fiscalização. Dessa forma, aquilo que era visto pelos inspetores e registrado em seus relatórios pode ser fruto de uma preparação prévia realizada especialmente para ser observada pelo representante do Governo. Os relatórios, portanto, não podem ser tomados como expressão exata do cotidiano da escola.

A Reforma de 1906, embasada em boa medida nas experiências do Rio de Janeiro e de São Paulo, é um marco na instituição dos grupos escolares e de modernização no ensino em Minas Gerais. A partir desse momento (1906), houve um aumento considerável da produção de documentos escritos e elaborados por professores, diretores, inspetores e agentes ligados à Secretaria do Interior, com a função administrativa de registrar aspectos variados do funcionamento da educação primária.

Esses documentos escolares<sup>255</sup> se encontram disponíveis no Arquivo Público Mineiro e têm sido fonte de pesquisa para diversos investigadores, sobretudo mineiros, que se debruçam sobre temas variados e buscam verificar a execução de políticas educacionais, a implantação do novo modelo escolar e aspectos ligados às práticas educativas e ao cotidiano. Tarcísio Vago observa que a reforma

[...] simboliza uma ruptura com o modelo escolar até então vigente [...], possibilitando o surgimento e a organização dos Grupos Escolares, um novo molde que paulatinamente deveria substituir o das Escolas Isoladas, viabilizando práticas educativas inéditas até então.<sup>256</sup>

---

<sup>255</sup> Esse acervo faz parte da Série 4, denominada "Instrução Pública", do Fundo Secretaria do Interior, e é composto por documentos textuais, fotográficos e cartográficos. A Série está dividida nas seguintes subséries: Subsérie 1 - Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades (Notação SI<sup>4</sup><sub>1</sub>); Subsérie 2 - Escolas Normais (Notação SI<sup>4</sup><sub>2</sub>); Subsérie 3 - Manutenção de Prédios Escolares, Material Didático e Mobiliário (Notação SI<sup>4</sup><sub>3</sub>).

<sup>256</sup> VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: a educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 13.

A documentação citada pode esclarecer muitos assuntos relacionados à reforma de 1906, inclusive sobre os exercícios físico-militares. A própria prática desses exercícios nas escolas durante, pelo menos, uma década e meia, pode ser comprovada por esses documentos, que também revelam as tensões geradas nas escolas em virtude da atuação dos instrutores militares. Os exercícios físico-militares eram, ao mesmo tempo, contestados por pais e professores contrários àquelas práticas e apoiados por simpatizantes. A partir daqui, será realizada a apresentação e análise do funcionamento dos exercícios físico-militares nas escolas primárias mineiras a partir de 1906.

A Lei de Reforma do Ensino e os programas da Reforma João Pinheiro foram publicados em setembro de 1906. O Regulamento foi aprovado por decreto do mês de dezembro. É possível observar já no primeiro semestre de 1907 a prática das evoluções militares. O inspetor João Batista Maciel registra, em 6 de abril, que “o canto coral, diversos hinos e evoluções militares têm sido praticados pelo professor”<sup>257</sup> na escola masculina de Santo Antônio das Pontes em São João del-Rei, dirigida por Fernando Farnesi de Gouveia. Em 27 de maio o inspetor Olympio de Araújo, em seu relatório referente a diversas escolas de Bambuí, Piumhi e Formiga, citando a escola masculina Porto Real de São Francisco, regida pelo normalista Severino Garcia de Carvalho, e descreve: “Ordem e disciplina na aula. Alunos faziam exercícios militares à minha chegada”.<sup>258</sup> O mesmo inspetor informa que em 30 de agosto de 1907 os alunos da escola masculina urbana de Formiga, regida por dona Maria das Dores Prodante (sic): “Entoaram em minha presença dois hinos, com bastante expressão, e fizeram evoluções militares no pátio da escola, com relativa galhardia”.<sup>259</sup>

Outros relatórios do ano de 1907 apontam a inexistência de exercícios físicos em algumas escolas. É o caso, por exemplo, da 2ª cadeira masculina do normalista José Antonio da Silva Campos, em Santo Antonio do Monte, da escola masculina de

---

<sup>257</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3250.

<sup>258</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3250.

<sup>259</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3250.

São Gonçalo do Pará, regida pelo professor Ernesto Moreira dos Santos, e da escola masculina de Itaúna, regida pelo normalista José Gonçalves de Mello.<sup>260</sup> Depreende-se que também não eram praticadas as evoluções militares. É necessário lembrar que na legislação educacional os exercícios físico-militares, denominados pela reforma de 1906 de “evoluções militares”, não apareciam isoladamente, e sim como parte do programa dos exercícios físicos. A documentação consultada permite concluir que, muitas vezes, quando se fazia referência aos *exercícios físicos* as evoluções militares estavam incluídas. Em outros momentos, faziam-se referência apenas às evoluções militares para tratar dos exercícios físicos para os meninos. Aliás, a legislação previa para os meninos apenas duas categorias de exercícios: o “brincar em liberdade” e as evoluções militares. Mesmo o “brincar em liberdade” deveria ser realizado com “assistência e intervenção do instrutor”.

Ainda no ano de 1907 o inspetor Antonio Loureiro Gomes informa sobre a 3ª cadeira masculina da cidade de Paracatu, regida pelo normalista Josino da Silva Neiva:

O programa de ensino é perfeitamente compreendido pelo professor, que é inteligente e estudioso e que aproveitou a visita que fez aos grupos escolares e escolas isoladas da Capital, não sendo ainda aplicado em todas as suas partes, faltando o ensino de evoluções militares e trabalhos manuais.

Esse documento leva a crer que o professor seria o responsável pelo ensino de evoluções militares. No caso dos relatórios citados, explicita-se claramente a responsabilidade dos docentes em relação a esses exercícios. A rigor, de acordo com a legislação, os exercícios físicos e as evoluções militares deveriam ser ministradas por instrutores militares.

É possível perceber que no período de 1907 a 1918 havia diversos atores responsáveis pelo desenvolvimento dos exercícios físico-militares. Além dos professores, das professoras e dos instrutores militares, também ministravam as

---

<sup>260</sup> Todos os relatórios que apresentam essas informações estão no seguinte código: MINAS GERAIS, Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3250.

evoluções militares os diretores e inspetores escolares e outros sujeitos sem vínculo com o sistema escolar, como maridos de professoras.

A presença de militares na escola é significativa durante todo o período estudado como demonstram os documentos citados a seguir. Em 1908, dois anos após a Reforma Educacional, muitas são as referências à presença de instrutores militares nas escolas. Em São Sebastião do Paraíso, na escola regida por Angelo de Souza Nogueira, o inspetor José Bento de Assis aponta:

O professor, para ensinar exercícios militares, alcançou a proveitosa coadjuvação do alferes Isidoro Correia Lima, delegado militar desta circunscrição, o qual tem exercitado os alunos desta escola, de forma que os alunos já desenvolvem, com prontidão e certo garbo marcial, as evoluções ordenadas.<sup>261</sup>

Em 1911, o inspetor Julio Ribeiro Gorgulho registrava que "continuava no ensino de exercícios militares o digno oficial sr. sargento Lupercio de Souza Rocha, no grupo escolar de Baependi".<sup>262</sup> Naquele mesmo ano, Alceu de Souza Novaes relata que no grupo escolar de Vila Platina, dirigido por Benedicto Chagas Leite, "os alunos fazem exercícios militares sob direção do comandante do destacamento de policia local".<sup>263</sup> Candido Prado observa sobre o grupo escolar de Oliveira, dirigido pelo professor Jacynto Pereira de Almeida: "Sob comando do instrutor sargento da Brigada mineira João Baptista de Miranda Primeiro assisti, à hora regimental os exercícios militares. Fazem exercícios todos os alunos dos 4 anos do curso".<sup>264</sup>

Em 1912, o inspetor da 4ª região literária verifica sobre o grupo escolar de Caratinga:

A instrução militar à secção masculina do instituto é dada pelo sr. alferes Arthur Tavares Corrêa, digno delegado de policia especial do município. A

---

<sup>261</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3281.

<sup>262</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3351.

<sup>263</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3366.

<sup>264</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3366.

seção feminina tem aulas de ginástica sueca no pátio de recreio, dada por uma das professoras em dias alternados.<sup>265</sup>

Em 1916, o inspetor Lindolpho Gomes relata acerca da escola mista de Tapera, em Juiz de Fora, regida pela professora dona Alvina de Araujo Alves: "Assisti também aos exercícios militares de alunos, a cargo do soldado João Maurilio, do 2º Batalhão, e que plenamente me satisfizeram".<sup>266</sup>

No último ano coberto pelos documentos escolares disponíveis no Arquivo Público Mineiro, 1918, aparecem registros de militares dirigindo exercícios físico-militares em escolas. É o caso do relato do inspetor Bento Ernesto Junior sobre o grupo escolar Joaquim Guimarães na Vila do Cláudio, em São João del-Rei, onde "fazem-se todos os exercícios no Grupo, estando as evoluções militares a cargo de uma praça do destacamento local".<sup>267</sup>

Todos esses relatos dão conta da participação efetiva de militares no desenvolvimento das evoluções militares, embora raramente a origem dos militares que atuavam nas escolas seja identificada. Quando essa informação aparece, quase sempre é a Força Pública a responsável por designar os instrutores militares. A Força Pública, juntamente com a Brigada Policial, tinha função de polícia. Também era um exército estadual. Francis Albert Cotta explica que "seus manuais, cerimônias, treinamentos, processos de formação e atividades eram de natureza bélica".<sup>268</sup>

Além de demonstrar a atuação de muitos militares nas escolas primárias, os documentos escolares registram também a ausência de instrutores, o que inviabilizava o desenvolvimento das evoluções. É o caso da escola masculina regida por Rita Octaviano de Alvarenga no distrito de Taquarassu, município de Sabará. O inspetor Bernardino de Miranda Lima informa que "não estão em prática os

---

<sup>265</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3387.

<sup>266</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3639.

<sup>267</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3789.

<sup>268</sup> COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006, p. 91. Sobre a estrutura e funcionamento dos corpos militares e policiais mineiros no período em estudo, ver a obra de Cotta.

exercícios físicos, por falta de instrutor”.<sup>269</sup> A situação se repete em 1909 no Grupo Escolar de Pedro Leopoldo, regido por Maria Augusta Alves dos Santos. O inspetor Antonio Pereira Paulino assevera:

É rigorosamente seguido o programa de ensino, sendo as lições dadas de acordo com o horário aprovado. Notei apenas a falta de evoluções militares para os alunos e isto por não haver um instrutor militar ou quem suas vezes faça.<sup>270</sup>

No mesmo ano de 1909, o inspetor José Madureira informa que nas escolas de Alvinópolis “não se ensinam os exercícios militares, para o que poderia ser encarregado o comandante do destacamento local”.<sup>271</sup> Em 1911, em dois diferentes relatórios, o inspetor Antonio Loureiro Gomes observa a ausência das evoluções militares por falta de instrutores no grupo escolar de Paracatu e na escola masculina de Patos, regida por Modesto de Mello Ribeiro. Sobre essa última, o inspetor anota:

Inteligentemente compreendido o espírito do atual programa de ensino, que é praticado, à exceção dos exercícios militares, por falta de respectivo instrutor, em todas as suas partes, nenhuma assistência teve a prestar ao professor que, não obstante a excessiva freqüência de sua escola, desempenha conscienciosamente a elevada e árdua missão do magistério com notável proveito, interessando-se igualmente pela educação dos seus discípulos.<sup>272</sup>

Em Montes Claros, em 1914, o problema também acontecia, segundo o inspetor Juscelino Theodoro de Aguiar Junior. No grupo escolar de Montes Claros, “são bem feitos os exercícios físicos pelos alunos e a ginástica sueca pelas meninas; aqueles não se tem exercitado em evoluções militares, por falta de um instrutor”.<sup>273</sup>

Esses documentos permitem afirmar que em muitas escolas a prática dos exercícios físicos era totalmente dependente da designação de um militar. Existiam escolas em que, na falta do instrutor militar, outro sujeito assumia as aulas – geralmente o

---

<sup>269</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3256.

<sup>270</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>271</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>272</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3366.

<sup>273</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3529.

professor ou professora – e escolas em que simplesmente os exercícios físicos não eram praticados em decorrência dessa ausência.

Dentre os diversos assuntos e temas contidos no acervo, são apresentadas solicitações oriundas das escolas para a designação de instrutores militares. Por meio dessas solicitações, percebe-se a interpretação de parte dos profissionais da educação de que somente os militares estariam habilitados para lecionar as evoluções. Um dos documentos evidencia a autopercepção de um professor de que não estava preparado para prática das evoluções militares. Trata-se da carta de Américo de Campos Ferreira, da cidade de Sacramento, enviada ao secretário de estado dos negócios do interior, em maio de 1908. A correspondência contém grande riqueza de informações para se pensar nas questões colocadas aqui: “Apesar de minha boa vontade e grande esforço, vejo-me impossibilitado de executar todas as ordens de Vossa Excelência, constantes no ofício de 9 de abril próximo passado”. Entre outras limitações, o professor aponta:

As evoluções militares constituem um ponto do programa, em cuja execução eu tenho, francamente, encontrado dificuldades por não saber dirigi-las, pois quando estudei na escola normal não me ensinaram isto lá. Para a fiel execução deste ponto, espero alcançar da bondade de Vossa Excelência, um favor que alguns de meus colegas lograram alcançar, isto é, a sua intervenção perante o chefe de polícia, a fim de que eu obtenha ordem para o comandante do destacamento local instruir os meus alunos nos exercícios militares. É pedido que Vossa Excelência, animado sempre de boa vontade para a causa da instrução do povo, não deixará, certamente de atender, e mais ainda, quando ele baseia em fatos precedentes.<sup>274</sup>

O documento evidencia a possível limitação do professor, que se diz incapacitado por não ter aprendido em sua formação na Escola Normal a lidar com os exercícios físico-militares. Essa é uma questão importante, na medida em que expõe a ambiguidade entre as prescrições legais e a sua possibilidade de execução nas escolas. A preparação dos professores nas Escolas Normais (ou a ausência da preparação) para lecionar as evoluções militares é, sem dúvida, um problema importante a ser discutido, o qual será analisado mais adiante.

---

<sup>274</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3282.

Outra questão que chama a atenção é o pedido para que o secretário intervenha perante o comandante do destacamento local para a designação de um instrutor militar. Esse pedido demonstra o funcionamento hierárquico-administrativo que impedia que o professor se remetesse diretamente ao órgão militar que deveria realizar a designação. Demonstra, também, o significado do ato solicitado ao secretário, que era entendido como um *favor*. Muitos outros pedidos de intervenção do secretário perante as autoridades militares foram encontrados na documentação.

Ainda em 1908, outros pedidos foram enviados diretamente ao secretário. O inspetor Jeremias Caetano Junior, da cidade de Dores do Indaiá/MG, enviou correspondência em que dizia:

Por este, venho solicitar de Vossa Excelência as providências necessárias para que, em dias determinados por mim, duas vezes por semana, em cada escola do sexo masculino desta cidade, o Cabo comandante do destacamento policial, em lugar previamente combinado, instrua os alunos das escolas sobre evoluções militares de acordo com o novo programa do ensino.<sup>275</sup>

A diretora do grupo escolar de Palmira solicitava ao secretário que "espeça uma ordem ao comandante do destacamento local para instruir os alunos sobre evoluções militares".<sup>276</sup> A resposta da Secretaria do Interior, elaborada por um funcionário não identificado, dizia:

Parece-me mais conveniente que se faça ofício ao doutor chefe de Polícia para que determine ao comandante do batalhão que tenha no destacamento de Palmira pessoa competente, pelo conhecimento das evoluções e pela delicadeza dos modos, para dar instrução militar aos alunos do Grupo e que transmita as ordens necessárias para que se faça efetiva a instrução, entendendo-se o instrutor com a Diretora do Grupo.<sup>277</sup>

Também em 1908, o inspetor Felix Augusto de Aguiar escreveu ao secretário do interior:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que em data de 28 de Maio tomei posse e entrei em exercício do cargo de Inspetor Escolar deste distrito

---

<sup>275</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3286.

<sup>276</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3288.

<sup>277</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3288.

de Santo Antonio da Coluna Município de Peçanha, pelo o qual fui nomeado por decreto de 16 de maio do corrente ano. Vendo eu o empenho que o nosso governo faz no desenvolvimento da mocidade e tendo certeza que Vossa Excelência tem fornecido militares para alguns distritos a fim de ensinar o exercício, venho pedir a Vossa Excelência se for possível nos fornecer um cabo que esteja nas condições de servir pois a nossa escola tem grande número de alunos como consta dos boletins mensais.<sup>278</sup>

Nesse documento fica evidente novamente a noção de que somente o secretário teria o poder para tomar as medidas necessárias para a designação do instrutor militar e de que esse ato seria uma concessão. O pedido é justificado pelo fato de a escola possuir um grande número de alunos. O argumento deixa claro que a Secretaria poderia ou não solicitar a designação do instrutor, o que comprova que os exercícios físico-militares não eram considerados obrigatórios.

Em relatórios de 1909, foram encontradas duas referências sobre a responsabilidade dos órgãos militares na disponibilização de instrutores militares para desenvolverem as evoluções. Acerca do Grupo Escolar de Pedro Leopoldo, então vinculado ao município de Santa Luzia, o inspetor Antonio Ferreira Paulino registrou:

Notei geral e satisfatório aproveitamento aos alunos em todas as classes. Não foi ainda iniciado o ensino de evoluções militares para os alunos, por falta de um instrutor; convinha fazer um pedido ao Excelentíssimo Senhor Doutor Chefe de Policia, para ordenar a um sargento, que atualmente permanece na localidade, esta incumbência, ficando d'esta arte preenchida a única lacuna por mim observada no grupo.<sup>279</sup>

No relatório sobre as escolas feminina, masculina e mista de São Domingos do Prata, o inspetor José Madureira d'Oliveira anotou

Nas escolas desta cidade não se tem ensinado os exercícios físicos e nem militares. Para o ensino destes, devia ser encarregado, por quem de direito, o comandante do destacamento local; para execução dos exercícios físicos é necessário que sejam remetidos às professoras livros que auxiliem neste mister.<sup>280</sup>

---

<sup>278</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3282.

<sup>279</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>280</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

Esses relatórios revelam, também, o entendimento partilhado entre alguns professores, professoras e inspetores de que os militares deveriam ser os únicos responsáveis pelo desenvolvimento dos exercícios físico-militares. Todavia, esse entendimento não é unânime, uma vez que alguns deles, mesmo não sendo militares, se viam em condições, por razões diversas e difíceis de precisar, de assumir a tarefa de ensinar esses exercícios. Na documentação, é possível encontrar vários registros de professores e professoras responsáveis pelas evoluções militares, bem como diretores e inspetores também incumbidos dessa prática.

A seguir, serão apresentados e analisados documentos que tratam da ação de atores diversos não militares no ensino de evoluções militares. Ainda sobre a solicitação de militares para atuar nas escolas, deve ser ressaltado que todos os pedidos encontrados na documentação datam de 1908 e 1909. Comprovou-se que a presença dos instrutores militares nas escolas manteve-se até, pelo menos, 1918. Seria possível levantar várias hipóteses para o fato de não haver solicitações de designação de instrutores militares para as escolas a partir de 1910. Uma das hipóteses é a possibilidade dos professores e dos inspetores, a partir desta data, realizarem o contato com os indivíduos e instituições militares diretamente, sem a intervenção da Secretaria do Interior. Dessa forma, nos documentos do órgão não apareceriam mais as solicitações.

A documentação é bastante rica no que concerne ao registro de professores e professoras lecionando evoluções militares. Alguns relatos de professores homens ministrando evoluções são apresentados a seguir. Em 1908, Francisco Lopes de Azevedo declara:

Visitei hoje a escola do sexo masculino deste distrito [Entre Rios], habitualmente regida pelo distinto professor Antonio Raymundo da Paixão, que tem como adjunto o inteligente moço José Augusto de Almeida, encontrando presentes aos trabalhos diários do dia sessenta e dois alunos dos setenta e cinco matriculados. Assistindo às lições feitas pelo escrupuloso catedrático e seu dedicado auxiliar sobre diversas disciplinas do curso primário, aos exercícios de canto e evolução militar executados pelos alunos recebi a mais agradável impressão desta verdadeira casa de instrução.<sup>281</sup>

---

<sup>281</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3268.

No mesmo ano, em Soledade de Itajubá, o inspetor Saturnino Soares da Costa comenta acerca do professor Gustavo Symphronio Moreira:

Observei que o professor cumpre a risca o programa. A uma e cinco o professor fez seus alunos dissertarem em minha presença, sobre tática militar e trabalhos físicos, os quais, desempenharam-se com disciplina e ordem, o que e muito me satisfez.<sup>282</sup>

Em 1909, Brant Junior informa sobre a cadeira masculina do distrito de Jequitibá, no município de Sete Lagoas, regida pelo *solícito* professor Victor Diniz Pinto Alves, “Assisti a todos os trabalhos, rubriquei os cadernos, examinei as escritas, ouvi hinos escolares e presenciei os exercícios militares sob a direção do professor”.<sup>283</sup>

Outros relatos deixam dúvidas quanto à responsabilidade de se ministrar as evoluções militares. Subentende-se que era o professor quem ministrava, mas não é possível afirmar com total segurança. É o caso da escola regida pelo professor substituto José Eustachio de Mirandade, da cidade de Teófilo Otoni, na qual o inspetor Vital Soriano de Souza fazia constar em 1908: “O programa está sendo executado regularmente. Há instrução dos alunos quanto aos exercícios militares e nos domingos passeio nos subúrbios da cidade com os alunos”.<sup>284</sup> No mesmo ano, o inspetor vigário José Lupertino Vieira relata sobre a escola masculina mantida pelo professor Nilson Benjamin Monção, em São Domingos de Mariana: “Assisti e muito apreciei as marchas e evoluções militares executadas pelos alunos”.<sup>285</sup>

Também foi encontrada nos documentos a presença de mulheres lecionando evoluções militares. Em dois relatórios de 1908, é possível apenas inferir que professoras lecionavam evoluções militares. No primeiro deles, o inspetor Vital Soriano de Souza percebe que na escola mista sob responsabilidade da professora efetiva dona Francisca Constança Lopes “o programa está sendo executado com

---

<sup>282</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3281.

<sup>283</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>284</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3281.

<sup>285</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3282.

desembaraço pela titular da Cadeira, contém a prática de exercícios militares e passeios em dias santificados com os alunos em ruas e subúrbios da Cidade".<sup>286</sup> O inspetor Otaviano Silva, em visita à escola masculina de Vila de Santa Quitéria, regida pela professora Ambrosina Orsini destaca: "Assisti, já por várias vezes às evoluções militares e nelas mostraram os alunos bem adiantados".<sup>287</sup>

Outra citação não deixa dúvidas sobre a existência de mulheres lecionando evoluções militares. O inspetor José Madureira d' Oliveira, em visita à escola mista do distrito de Nossa Senhora Aparecida de Córregos, município de Conceição, em 1912, elogia a professora, dona Francelina Maria de Jesus: "São admiráveis os trabalhos de desenho, cartografia e caligrafia desta escola; a professora tem ensinado, admiravelmente, até mesmo os exercícios militares que pessoalmente dirige".<sup>288</sup>

A referência nos documentos sobre o envolvimento feminino na prática docente das evoluções militares é interessante, na medida em que naquele momento havia uma distinção de gênero muito marcada em relação às questões militares, de forma geral. De outro lado, constata-se que as escolas normais que habilitavam docentes para o ensino primário preparavam as alunas, futuras professoras, para ensinar esse conteúdo. A questão do ensino de evoluções militares nas escolas normais será debatida mais à frente.

Como exposto até aqui, o ensino de evoluções militares não era de exclusividade de instrutores militares, uma vez que professores e professoras desenvolviam a atividade. Também foi encontrada na documentação uma referência de trabalho conjunto entre um professor e um militar no ensino de evoluções militares. Essa situação foi relatada em São Miguel de Guanhões, distrito do município do Serro, em 1908, pelo inspetor Juscelino da Fonseca Ribeiro, na escola regida pelo normalista Oscar Augusto Leão:

---

<sup>286</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3281.

<sup>287</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3282

<sup>288</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3385.

À hora do recreio os alunos brincam em liberdade, na rua, em frente à escola, sob a fiscalização do professor; e à tarde de todos os dias úteis, das 5 às 6 horas, fazem evoluções militares, em pátio apropriado, instruídos pelo próprio professor e pelo furriel<sup>289</sup> da policia Sr. Francisco Brandão, que a isso se tem prestado. Tive a ocasião de assistir a estes exercícios e notei que uma turma de alunos já está bastante adestrada.<sup>290</sup>

Além de militares, professores e professoras, havia outros sujeitos que ministravam evoluções militares. Um exemplo significativo é a atuação do marido de uma professora, tal como citado em dois documentos. Em 1907, Olympio de Araújo relata que na escola masculina regida por dona Ernestina de Magalhães Penido,

[...] alunos responderam satisfatoriamente sobre as matérias dos respectivos cursos, entoaram cânticos e fazem exercícios militares sob as vistas do marido da digna professora, o senhor Agostinho Penido, entendido das cousas bélicas, a despeito de seu natural anti-belicoso.<sup>291</sup>

Em 1913, outro inspetor, Arthur Queiroga fez referência à mesma professora, agora responsável pela escola masculina em Matozinhos, e seu marido: "Os meninos são exercitados pelo Senhor Penido em evoluções e com aproveitamento".<sup>292</sup> Além de demonstrarem o movimento do casal de uma cidade a outra, os dois documentos revelam a manutenção do trabalho do senhor Agostinho Penido com os alunos de sua esposa.

Também em relatório de 1918 registra-se a presença de uma pessoa provavelmente não pertencente ao corpo da escola ministrando evoluções. O relatório de Antonio Orsini referente à escola de dona Carmem de Assis Reis, em Buarque de Macedo, no município de Queluz, considera "digno também de elogios se faz o Senhor Antonio Hallais de Oliveira, que graciosamente se incumbe de praticar os alunos desta escola em evoluções militares: a que lhos registro em nome da nossa querida Pátria".<sup>293</sup> De maneira geral, os relatórios sempre que nomeiam as pessoas responsáveis pelas evoluções militares procuram evidenciar sua situação funcional

---

<sup>289</sup> Furriel - graduação militar entre cabo e sargento.

<sup>290</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3256.

<sup>291</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3250.

<sup>292</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3470.

<sup>293</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3788.

(professor, militar, etc). A ausência de qualquer identificação de Antonio Hallais leva a crer que não tinha qualquer vínculo formal com a escola e nem era militar. Isso fica mais evidente ainda em um outro documento da Secretaria do Interior que se refere ao relatório citado. O documento assevera: "Julgo digno de elogios os serviços de instrução militar prestados aos alunos, pelo Senhor Antonio H. de Oliveira (gratuitamente)".<sup>294</sup> A informação que aparece entre parênteses dizendo sobre a gratuidade dos serviços de Antonio Hallais de Oliveira pode significar que ele não tinha a obrigação de prestar tais serviços; ou seja, não era um tipo de ator social que habitualmente ministrava evoluções militares.

Diretores e inspetores escolares também ensinavam evoluções militares. É o caso do inspetor Antonio Demetrio Gonsalves, que, em 1908, em seu relatório sobre a escola da professora dona Maria de Passos Santa Rosa, diz: "Os alunos acham-se com algum desenvolvimento nas evoluções militares, sendo eu o seu instrutor há meses, com o consentimento da professora".<sup>295</sup> No mesmo ano, o inspetor Augusto Lucas da Silva fala sobre a escola masculina regida por Domingos Gomes da Silva Lima em Itabira:

Os exercícios militares são vantajosamente ministrados pelo inspetor escolar distrital, o sr. farmacêutico Trajano Procopio de Alvarenga Monteiro que, com notável inteligência, preparo, dedicação e desinteresse, tem prestado relevantes serviços à instrução neste lugar.

No ano seguinte, outro inspetor, José Madureira d'Oliveira, relata sobre o Grupo Escolar Dr. Carvalho Britto, de Itabira, dirigido por Emilio Pereira de Magalhães: "O comandante do destacamento local que dirige os exercícios militares o faz com dedicação, zelo e competência".<sup>296</sup> No mesmo relatório, fala-se, novamente, sobre a atuação do inspetor farmacêutico na escola já citada:

O professor com o operoso auxílio que lhe tem prestado o provecto Inspetor Farmacêutico Trajano Procopio, tem conseguido ensinar com perfeição os exercícios militares, tem feito excursões aos campos com os alunos, organiza as festas nocionais e escolares com representações de dramas

---

<sup>294</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3788.

<sup>295</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3282.

<sup>296</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

apropriados às crianças, e até chegou a organizar um tribunal de júri entre os alunos, para assim dar-lhes praticamente noções de lições cívicas e moraes.<sup>297</sup>

Além dos casos de inspetores escolares lecionando evoluções militares, devem-se destacar as inúmeras referências a militares que ocupavam cargos diversos no sistema educacional mineiro. É muito comum a referência a militares de diversas patentes atuando como professores, inspetores e diretores. Essa significativa presença de militares no sistema educacional merece ser mais bem analisada, proposta não contemplada nesta pesquisa.

Encerrando-se a apresentação dos atores que lidavam com evoluções militares nas escolas, registra-se a atuação de diretores de grupos escolares. Em 1913, em Araguari, o inspetor Militino Pinto de Carvalho, relata sobre o grupo escolar dirigido por Honório Guimarães: “Há exercícios de evoluções militares ministrados pelo cabo comandante do destacamento e pelo diretor”.<sup>298</sup> Também no Grupo Escolar Bueno Brandão, em Três Corações, o inspetor Francisco Lentz de Araújo observa que em 1916, o

[...] ensino de todas as classes é ministrado de acordo com o programa oficial, demonstrando a maioria dos alunos sensível aproveitamento. A educação física é objeto de especial cuidado da diretoria, que pessoalmente ensina evoluções aos alunos e dirige os exercícios calistênicos das alunas pela suas professoras.

A documentação consultada deixa evidente que a responsabilidade pelo desenvolvimento das evoluções militares nas escolas primárias em Minas Gerais, parte constituinte da educação física, era compartilhada, ficando a cargo de atores diversos, pertencentes ao corpo de profissionais da escola, de organizações militares e de sujeitos sem vínculo formal com o estado.

Foi possível sistematizar alguns dados referentes à origem dos profissionais responsáveis por ministrarem evoluções militares em Minas Gerais. Ao todo, foram pesquisados cerca de 300 documentos em diversos códices no Arquivo Público

---

<sup>297</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>298</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3462.

Mineiro. A maior parte desses documentos consistia de relatórios de inspetores e diretores escolares. Os relatórios fazem menção à educação física para informar seja sua presença ou ausência nas escolas. Cada relatório contém informações sobre várias escolas. Assim, a documentação, compreendida entre 1907 e 1918, remete a cerca de 1.200 registros diferentes em escolas espalhadas pelas diversas Circunscrições Literárias do Estado. Em função da inexistência de instrumentos de pesquisa que classifiquem a documentação contida em cada códice, a escolha das encadernações a serem pesquisadas se deu aleatoriamente. Dessa maneira, não houve o foco em uma ou outra cidade mineira. O único critério para a escolha dos códices a serem pesquisados foi o cronológico. Buscou-se cobrir todo o período de 1907 a 1918, o que foi possível em virtude de os códices reunirem documentos produzidos em um mesmo ano.

Essa explicação objetiva demonstrar a impossibilidade de realização de dados que informassem, por exemplo, se a prática das evoluções militares no período pesquisado aumentou ou diminuiu em termos absolutos ou relativos. Poder-se-ia até realizar tal estatística, mas ela possivelmente não expressaria a realidade, tendo em vista o fato de não ter sido possível identificar a expressão real dos códices pesquisados. Nessa medida, os dados referem-se exclusivamente à situação funcional dos sujeitos encarregados de ministrar as evoluções militares. A partir dos cerca de 1.200 registros encontrados, foram selecionados aqueles que demonstram explicitamente a prática de evoluções militares. Então, extraiu-se a informação sobre a situação funcional do responsável pela prática. Importante lembrar a recorrência com que os documentos relatam a prática da educação física. O conteúdo principal dessa disciplina eram as evoluções militares. No entanto, os documentos que se referiam apenas à educação física não foram considerados.

Os números encontrados serão apresentados adiante. No período de 1907 a 1918, foram encontrados 175 registros de prática das evoluções militares. Em 145 registros há a qualificação da pessoa responsável pela prática. Não apresentam essa identificação, 30 registros.

Entre os registros que informam a situação funcional da pessoa que ministrava as evoluções militares, o quadro estatístico é o seguinte: 5 Não identificados; 99

Professores e professoras (69%) sendo 48 homens (33%) e 51 mulheres (36%); 28 militares ligados à Força Pública e à Brigada Policial (19%); 13 inspetores e diretores de grupos escolares (9%); e 5 sujeitos sem vínculo formal com o estado (3%) – trata-se, por exemplo, de maridos de professoras. O Gráfico 1 permite uma melhor visualização dos números.

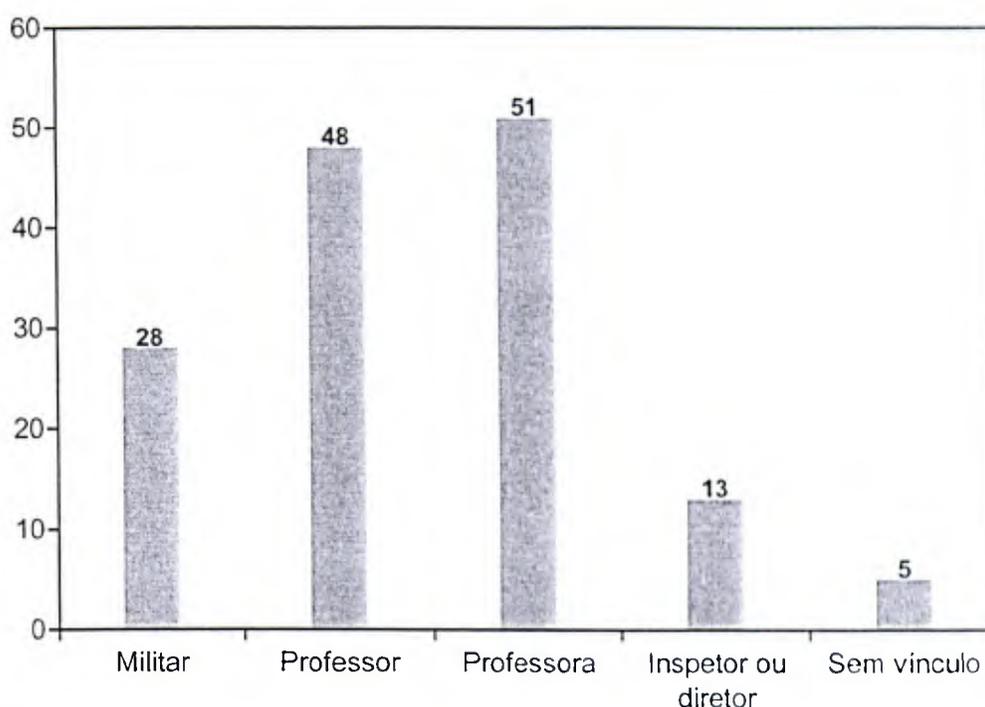


Gráfico 1 - Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares nas escolas primárias em Minas Gerais no período entre 1907 e 1918.

Fonte: documentos escolares do ensino primário integrantes do Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades disponíveis no Arquivo Público Mineiro.

Os dados expõem a grande diversidade de atores sociais encarregados de desenvolver a prática de evoluções militares (para um melhor detalhamento, ver o Anexo I, ao final da tese). Diversas inferências podem ser feitas a partir desse gráfico. Em primeiro lugar, ressalta-se a predominância de professores(as) ministrando evoluções militares, cerca de 69%. O número de mulheres é surpreendente, tendo em vista ser, em princípio, uma prática associada ao mundo masculino, não obstante o fato as evoluções militares serem prescritas apenas para os meninos e de documentos da Secretaria do Interior desaconselharem as professoras a ministrar as evoluções militares. Tais dados corroboram para um fato largamente conhecido na historiografia da educação que sinaliza para a crescente

presença feminina no magistério na passagem do século XIX para o XX, inclusive atuando em classes de meninos.<sup>299</sup>

O número de militares atuando nas escolas também é significativo: cerca de 19% dos registros. Por outro lado, evidencia-se que sua presença não é hegemônica. Outra questão a ser destacada é a participação de inspetores, diretores e atores sem nenhum vínculo formal com a escola ministrando evoluções militares. Juntos, esses sujeitos representam 12% dos registros. Apesar de ser um valor relativamente pequeno, é bastante significativo, pois demonstra que foi preciso encontrar soluções para a ausência de militares e professores(as) habilitados para a prática.

Os dados também permitem retomar a discussão iniciada a partir do citado relatório de um professor normalista que se remeteu ao secretário do interior solicitando a designação de um militar para desenvolver as evoluções militares. Na correspondência, o professor dizia que

[...] as evoluções militares constituem um ponto do programa, em cuja execução eu tenho, francamente, encontrado dificuldades por não saber dirigi-las, pois quando estudei na escola normal não me ensinaram isto lá.<sup>300</sup>

Esse posicionamento permite entrever as dificuldades para a consolidação da prática das evoluções militares prescritas na legislação educacional. No entanto, de maneira geral, em termos quantitativos, foram os professores e professoras que garantiram parte significativa de seus registros.

Dominique Julia discute a importância de se investigar a formação dos professores nos estudos sobre a história da educação. Para o autor, a partir da compreensão da formação dos professores é possível entender melhor a educação escolar. Ele argumenta que são os professores os agentes que, no cotidiano, mantêm o contato direto com os alunos, desenvolvendo os processos educativos escolares. Dessa forma, as origens dos professores e a sua formação dizem muito sobre a educação.

---

<sup>299</sup> Sobre esse assunto, ver: VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Do artesanato à profissão – Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e Memórias da educação no Brasil. Século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2004. vol. II.

<sup>300</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3282.

Julia discute a profissionalização dos professores para reforçar seus argumentos e questiona,

Na análise histórica da cultura escolar, parece-me de fato fundamental estudar como e sobre quais critérios precisos foram recrutados os professores de cada nível escolar: quais são os saberes e o *habitus* requeridos de um futuro professor?<sup>301</sup>

Note-se que o autor se utiliza da ideia de que há um *habitus* do professor que deve ser estudado no entendimento dos processos educativos. Julia propõe uma história da educação no campo microssocial das relações dos indivíduos, e por isso a referência ao *habitus* dos professores.

Seguindo a direção do autor e para o necessário entendimento da questão da formação dos professores primários em Minas Gerais, foi realizado um breve estudo sobre a prática de ensino de evoluções militares nas escolas normais mineiras. Tarcísio Mauro Vago<sup>302</sup> realizou estudos sobre o processo de consolidação da presença da educação física da formação de professores nas Escolas Normais de Minas Gerais. O autor percebe que esse processo inicia-se em 1890, quando a ginástica aparece pela primeira vez como componente curricular<sup>303</sup>, passando a constituir-se em importante marco no final da década de 1910, quando se estruturam os primeiros programas de ensino da disciplina nas Escolas Normais.

Em 1893, o regulamento das Escolas Normais já previa as evoluções militares<sup>304</sup>. Isso pode ser explicado pelo fato de a já citada reforma escolar ocorrida em 1892 ter incluído exercícios ginásticos e evoluções militares no currículo primário. Nessa medida, seria necessário que os professores e professoras se habilitassem para lecionar a disciplina.

---

<sup>301</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação; Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001, p. 24.

<sup>302</sup> Ver: VAGO, Tarcísio Mauro. A escolarização da gymnastica nas escolas normais de Minas Gerais (1883-1918). In: FERREIRA NETO, Amarílio. Pesquisa histórica na educação física., vol. 2. Vitória: UFES. Centro de Educação física e Desportos, 1997; VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: a educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>303</sup> MINAS GERAIS. Decreto 260, de 1 de dezembro de 1890. Reestrutura os programas das escolas normais.

<sup>304</sup> MINAS GERAIS. Decreto 607, de 27 de fevereiro de 1893. Promulga o Regulamento das Escolas Normais.

Em 1897, havia 12 escolas normais em Minas Gerais. Com base em fragmentos dos relatórios da Secretaria do Interior, Vago percebe a prática de ginástica e de evoluções militares nas escolas normais nesse momento. O autor pondera:

Esses registros que constam dos relatórios da Secretaria do Interior indicam que, em que pese as condições precárias, todas as escolas normais existentes em Minas Gerais, na ocasião, estavam incluindo a Ginástica em seus programas. Em outras palavras, ela estava sendo escolarizada nas escolas normais, responsáveis pela formação do professorado. Ora, isso é um fato muito importante, tendo em vista as suas possíveis repercussões no ensino primário, destinado de boa parte desse professorado.

Também deve ser destacado que os professores de Ginástica das escolas normais são cidadãos recrutados na comunidade ou na própria escola, como um padre, um secretário, um ex-aluno. Esses podem ter sido, ao que indicam os relatórios, os primeiros 'professores de Ginástica' de Minas Gerais, nas escolas normais.<sup>305</sup>

A ata de um concurso para o provimento da cadeira de ginástica e evoluções militares na Escola Normal de Sabará, em 1897, comprova a constatação de Vago de que as Escolas Normais tinham em seu cotidiano o ensino de evoluções militares. O concurso iniciou-se em 5 de março de 1897. A banca de examinadores era formada pelo diretor e pelo professor de desenho e caligrafia da Escola Normal, pelo professor de ginástica e evoluções militares da Escola Normal de Ouro Preto e por um fiscal do governo. Foram realizadas seis provas: prova escrita de ginástica (ponto sorteado "Exercício muscular com aparelho sobre a área"); prova escrita de evoluções militares (ponto sorteado: "Da formatura em seções e divisões"); prova oral de ginástica (ponto sorteado: "Regra Geral dos músculos inferiores"); prova oral de evoluções militares (Exercícios de armas); prova prática de ginástica e de evoluções militares; e argüição de ginástica e evoluções militares (pontos sorteados para três candidatos: "evoluções militares – 1 – "Fogos diversos", 2 – "Do instrutor e do recruta", 3 – "Das marchas com armas"; ginástica; 1 – "Exercícios de paralelas", 2 – "Dos efeitos dos exercícios ginásticos sobre o sistema muscular", 3 – "Divisão da anatomia"). O resultado final do concurso foi divulgado no dia 11 de março.<sup>306</sup>

---

<sup>305</sup> VAGO, Tarcísio Mauro. A escolarização da gymnastica nas escolas normais de Minas Gerais (1883-1918). In: FERREIRA NETO, Amarílio. *Pesquisa histórica na educação física*, vol. 2. Vitória: UFES. Centro de Educação física e Desportos, 1997, p. 42

<sup>306</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Seção: Escolas Normais, SI-1043.

No ano seguinte ao concurso, 1898, o ensino de ginástica e de evoluções militares foi suspenso em todas as escolas normais. Esse ato se deu em virtude da necessidade de corte de gastos. Somente em 1910<sup>307</sup> o ensino de ginástica foi retomado. Em 1912, o Regulamento das Escolas Normais Regionais previa o ensino de ginástica e exercícios militares apenas para os alunos homens. A partir de 1916 e 1918<sup>308</sup>, a ginástica retorna em todas as Escolas Normais. Na legislação desses anos já não mais aparece a menção a evoluções militares.

Tendo em vista esse breve histórico, compreende-se que a preparação dos professores primários para lecionar a ginástica e evoluções militares variou de acordo com o tempo. É possível afirmar que nem todos os professores tinham formação para lecionar a disciplina, o que pode ter influenciado a efetiva consolidação de evoluções militares como prática escolar. Também se percebe que no processo de consolidação da ginástica as evoluções militares deixaram de ser referidas na legislação.

Ao se pensar sobre o despreparo dos professores, é preciso levar em conta que não houve por parte do Estado um grande investimento de orientação sobre a filosofia-política que embasava os exercícios físico-militares nas escolas. A legislação educacional propunha introduzir princípios relacionados ao nacionalismo e ao republicanismo por meio desses exercícios mas as origens dessas propostas eram entendidas pelos profissionais da educação. Isso corrobora com a citada leitura de Dominique Julia que entende que os estudos sobre a escola devem sempre problematizar a formação dos professores.

Além da questão da formação dos professores já referenciada, também se observa nas leis e decretos, especialmente na legislação das reformas de ensino citadas no início deste capítulo, uma grande imprecisão de vários pontos relacionados a ginástica e a evoluções militares. A primeira dificuldade encontrava-se na indefinição sobre a obrigatoriedade da prática de ginástica e evoluções militares. Toda a legislação também era bastante ambígua quando se tratava de definir a

---

<sup>307</sup> MINAS GERAIS. Decreto 2.836, de maio de 1910. Reformula o programa da Escola Normal Modelo da Capital e das demais escolas normais.

<sup>308</sup> MINAS GERAIS. Decreto 4.955, de 03 de abril de 1918. Aprova os programas de ensino para as escolas normais modelo, regionais e equiparadas do Estado.

responsabilidade de quem deveria lecionar esses conteúdos. Uma terceira ordem de problemas diz respeito à indefinição do conteúdo de ginástica e de Evoluções militares. A imprecisão da legislação gerava dúvidas que aparecem na documentação escolar consultada e também corroborava com os críticos das práticas militares que argumentavam contra evoluções militares. A seguir, serão analisados alguns documentos encontrados separadamente em diversos códigos e que juntos permitem esclarecer problemas gerados pela imprecisão da legislação e pela resistência às evoluções militares.

Um primeiro documento a ser citado é o termo de visita elaborado pelo professor normalista Thomaz de Aquino Pereira, no qual informa:

Aos 24 dias do mês de setembro de 1908, ao 1/2 dia, na sala em que funciona a 1ª cadeira do sexo masculino da cidade de Jaguari, compareceu o ilustre cidadão Doutor Benjamin Guilherme de Macedo, D.D. Inspetor escolar municipal, a fim de fazer a sua visita regulamentar. Estavam presentes 42 alunos, dos 55 matriculados. Faziam-se a essa hora evoluções militares S.S<sup>a</sup>. assistiu; finda as quais e após examinar a escrituração escolar, foram chamados a ler os alunos dos 2º ano.<sup>309</sup>

Cerca de quinze dias após tal visita, em 7 de outubro de 1908, o referido professor enviou uma correspondência ao secretário do interior na qual questionava:

Determinando o programa de ensino que, na hora do recreio, o professor deve instruir os alunos em evoluções militares, consulto a V. Excia. se a pedido ou por imposição de alguns pais refratários a esses exercícios, devo ou não fazer exceções deixando à parte os respectivos discípulos.<sup>310</sup>

O questionamento do professor foi esclarecido no despacho encontrado na própria correspondência enviada pelo docente:

Deve-se responder que uma vez matriculado um aluno em uma escola pública, tem que sujeitar-se ao regulamento interno não havendo distinção para este ou aquele, sendo todos obrigados aos exercícios físicos.

No dia 11 de outubro, ou seja, quatro dias após a correspondência citada, o professor Thomaz de Aquino Pereira enviou nova carta para o secretário do interior,

---

<sup>309</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3286.

<sup>310</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3287.

na qual aparece assinatura de outro normalista, responsável pela 2ª cadeira masculina de Jaguari. A correspondência diz:

Juntamos a este o nº 98 de "Clamor", pequenino periódico aqui publicado sob direção do tipógrafo Evaristo Mussio, ex praça diretor da policia de São Paulo. Como V. Excia. verá, o dito tipógrafo critica as evoluções militares que, em observância ao Regulamento escolar, temos feito, algumas vezes, nesta cidade.

Conhecesse V.Excia. a individualidade do referido tipógrafo, redator dessa folha, e não seria preciso o nosso protesto contra inverdades exaradas em seu jornal, na parte referente aos exercicios militares. Mas, ignorando V.Excia. a conduta do mesmo tomamos a liberdade de, por este meio, orientar-lhe a respeito o bem de nosso brio de educadores da infância.

As evoluções militares nesta cidade de Jaguari têm sido praticadas na conformidade do programa de ensino, e hoje todos os pais de familia já reconhecem a utilidade dessa disciplina; tanto assim que, nos dias de exercicios, o povo aplaude os meninos pela boa vontade, presteza e satisfação com que observam a voz do comando. Os alunos são os primeiros a solicitarem dos professores esse exercicio que eles muito apreciam. Demais, isso tem concorrido poderosamente para se obter boa freqüência na escola.

Nesse trabalho temos sido auxiliados pelo distinto militar Álvaro Loreto Mendes, soldado do destacamento desta cidade, o qual, sem prejudicar o serviço policial, faz-nos esse obséquio. Esse moço além de conhecer as evoluções militares, ainda é um distinto cavalheiro, muito educado, e que trata as crianças com desvelo e carinho.

Só o Senhor Evaristo Mussio, inimigo da lei do sorteio militar, e contrário a tudo que é útil, é que tem procurado impedir que se ensine essa disciplina nas escolas desta cidade, e isso por que também é desafeiçoado do professor da 1ª cadeira.

Podemos garantir a V.Excia. que o exercicio, a que o jornal se refere, não excedeu de duas horas de duração, e isso mesmo com os repetidos descansos às sombras dos passeios, para as crianças comerem doces fornecidos pelos professores.

Ainda hoje, domingo, 4 do corrente, todos os alunos compareceram espontaneamente, solicitando que se fizesse o exercicio, o qual foi assistido por muitas familias e pelo povo em qual que a aplaudira o desfilar das crianças acompanhando a bandeira Nacional.

Si V.Excia. julgar suspeita a nossa asserção, poderá informar-se do senhor doutor inspetor escolar que também assistiu e apreciou os exercicios dos nossos alunos.<sup>311</sup>

O citado artigo, publicado pelo tipógrafo Evaristo Mussio no jornal *O clamor*, trata da prática de *instrução militar* nas escolas públicas de Jaguari, sob o comando do soldado Álvaro Loreto Mendes. O artigo critica o horário, a duração e o significado dos exercicios militares, que se estenderiam das 11 às 16 horas. Também ironiza a postura do comandante:

---

<sup>311</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3288.

[...] constituindo treinamento muito mais pesado do que o do exército: quase seis horas de exercícios naquele sol abrasador, escaldante, os pobres meninos suados, estafados, obedeciam à voz do comandante, que resguardado debaixo de um bom guarda sol comandava!.

Diz ainda: "O povo sensato, pais de família deploram esse barbarismo com nossos filhos e conclui que isto de exercícios é pura baboseiras".<sup>312</sup>

Após enviarem a já citada carta ao secretário do interior, com o intuito de expor a oposição a evoluções militares na cidade de Jaguari, os dois normalistas voltam a escrever ao secretário no dia 19 de outubro para apresentar provas contra o redator de *O clamor*:

Exmo. Senhor juntamos a este o n° 11 da "Palavra", órgão imparcial que publica nesta cidade, o qual aprecia os exercícios escolares feitos pelos alunos dos abaixo assinados. Isto prova, ainda mais, o desequilíbrio mental do pseudo redator do "Clamor" propagandista contra a lei do Sorteio Militar e dos exercícios escolares, determinados no Programa de ensino público de Minas.

Ao final da carta, aparece uma lista de pais de alunos que apoiam evoluções militares. O citado jornal, *A palavra, órgão imparcial, crítico, literário e noticioso*, redigido por José Theotônio de Campos e Altamiro de Oliveira, publicado em 18 de outubro de 1908 dizia o seguinte:

Observando, escrupulosamente, o programa do ensino público, os distintos professores desta cidade tem feito algumas evoluções militares com seus alunos, que já mostram muito adiantamento nessa utilíssima e higiênica disciplina. No domingo passado, os alunos das duas escolas, em numero superior a 90, fizeram uma passeata pelas ruas, fazendo algumas evoluções no largo da Matriz, com a assistência do exmo. doutor Inspetor Escolar, e de grande número de pessoas gradas desta cidade. Esses exercícios sobre concorrerem para o bem da saúde das crianças, ainda as habilitam a serem, futuramente, amestrados defensores da honra e da integridade nacional. Que os senhores pais de famílias auxiliem aos professores e ao governo nessa disciplina aliás necessária. Os higienistas consideram esses exercícios, como um dos meios da conservação da saúde; demais, os exercícios físicos são tão velhos como o mundo.<sup>313</sup>

---

<sup>312</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3288.

<sup>313</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3287.

Poderia se pensar que evoluções militares eram praticadas sem oposição. É o que leva a crer o primeiro documento citado. Posteriormente, quando surgiu o questionamento, o professor da 1ª cadeira masculina solicitou esclarecimentos à Secretaria do Interior, que respondeu prontamente informando a obrigatoriedade de frequência de todos os alunos às aulas de evoluções militares. Depois disso, surgiu o artigo que faz duras críticas a essa prática, e os professores da 1ª e da 2ª cadeira escreveram longa carta ao secretário para se defenderem das acusações feitas pelo jornal *O clamor*. Posteriormente, enviaram cópia de artigo de *A palavra*, que saiu em defesa de evoluções militares, para comprovar que a prática era relevante e bem aceita na cidade.

O conflito ocorrido em Jaguari revela a resistência às evoluções militares. E ainda que tenha sido gerado aparentemente por apenas um indivíduo insatisfeito, é significativo, pois mobilizou órgãos da imprensa e foi levado até a Secretaria do Interior, que, pelo menos inicialmente, interveio para esclarecer a obrigatoriedade da prática. O que impressiona é a proporção do conflito estabelecido, assim como o grau de animosidade entre os envolvidos. Destaca-se também o fato de que em uma das correspondências enviada à Secretaria do Interior os professores qualificaram o opositor como “inimigo da lei do sorteio militar”. Os professores objetivavam desqualificar o opositor demonstrando essa sua posição, e nessa medida demonstram haver correlação entre as duas coisas: lei do sorteio militar e evoluções militares. Como já referido, a chamada “Lei do sorteio militar”, de 1908, instituiu os exercícios físico-militares nacionalmente para o ensino secundário. Por meio do debate realizado em Jaguari, percebe-se que, de alguma maneira, a lei também era relacionada ao ensino primário.

Não foram encontradas informações na documentação sobre o prosseguimento do conflito. Outros documentos informam que a partir de 1911 o professor Thomaz de Aquino Pereira, que estava no centro do conflito, passou a ocupar o posto de inspetor.

A resistência à prática das evoluções militares não ocorreu apenas em Jaguari. A documentação apresenta diversas referências a problemas relacionados à oposição à prática de evoluções militares. O inspetor Francisco Lopes de Azeredo comenta

sobre o professor Gabriel Pereira da Silva da cadeira masculina de Santa Rita do Cedro em 1909:

O professor, conquanto muito moço, revela bastante inteligência do mecanismo escolar, é muito enérgico, e goza de excelente fama no local, fazendo o desdobramento do ensino de acordo com o programa vigente; está, porém, com receio de ensinar evoluções militares, porque foi essa a principal causa da falta de freqüência na escola de seu antecessor, porque os pais não querem que seus filhos aprendam manejo de soldado.<sup>314</sup>

O documento deixa evidente a possibilidade de os pais retirarem os filhos da escola por não aprovarem o ensino das evoluções militares. Também em relação à resistência a evoluções militares, outro documento demonstra a preocupação de professores em convencer os pais de alunos sobre a importância da prática. Trata-se de uma correspondência enviada ao secretário do interior pelos professores Gedor Silveira e Luisa Aurora Silveira, de São Sebastião do Paraíso, em 1908, na qual informam que elaboraram uma *circular* que foi distribuída aos pais de alunos com o objetivo de explicar a importância da educação e de algumas normas de condutas na escola. O pequeno folheto, impresso em forma de caderno, dizia sobre os exercícios físicos:

os exercícios físicos e militares que a reforma instituiu, além de darem saúde ao corpo, despertam nos meninos o sentimento de patriotismo, dão-lhes garbo e imponência necessária, porque muitos há que vêm à escola não sabendo nem... caminhar!<sup>315</sup>

Observa-se nesse caso a necessidade que os professores tiveram de explicar aos pais o significado dos exercícios físicos e das evoluções militares. Isso denota o caráter de novidade dessas práticas escolares e a importância de se convencer os pais sobre sua relevância.

A documentação evidencia em alguns momentos os motivos de resistência às evoluções militares. No já citado caso ocorrido na cidade de Jaguari questionava-se o rigor das evoluções militares que exigiriam um esforço físico que poderia causar prejuízo à saúde das crianças. O clima quente e o sol também foram citados, como

---

<sup>314</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>315</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3281.

em Jaguari, como fatores que tornavam absurda a prática de evoluções militares. Essas, que também se embasavam em um discurso higienista de cuidado com o corpo, conforme discutido no capítulo 2, são contestadas justamente pelo excessivo esforço físico que demandavam.

O relatório de João Ferreira da Silva sobre a escola masculina de Viçosa, regida pela normalista dona Anna Martins Chaves, em 1912, constata:

O canto constou de bem ensaiados hinos patrióticos. O recreio, que durou meia-hora, foi dado em frente à casa da escola e por causa do excessivo calor, não se executaram os exercícios do programa.<sup>316</sup>

Se as condições climáticas apareciam como problema para as evoluções militares, pode-se dizer o mesmo em relação à falta de espaços físicos para a realização da prática. Muitos documentos demonstram precariedade neste aspecto. Sobre o assunto, o relatório de Francisco Lopes de Azeredo sobre a primeira cadeira masculina da cidade do Pará, regida por dona Maria Elisa Borges, em 1907, sustenta que: "por falta de cômodo apropriado fazem-se na rua em frente da casa, os exercícios físicos, logo após a execução de cânticos escolares, ao meio dia".<sup>317</sup>

Esse documento também faz lembrar o horário da prática das evoluções militares, que no programa de ensino promulgado por meio do já citado decreto, em 1906, estava estabelecido entre 11h50 e 12h15. Esse horário era o intervalo das aulas e considerava-se que os exercícios físicos e as evoluções militares seriam um momento de descanso da mente, fato nem sempre possível, se se considerar a inexistência de espaços cobertos para as práticas físicas. Nessa medida, a reclamação dos pais, muitas vezes, passava pela questão do calor e do *sol escaldante*.

O documento que segue demonstra a dimensão dos problemas relacionados à oposição às evoluções militares. Em 1912, o diretor do Grupo Escolar de Caratinga, Raymundo Baptista, remeteu à Secretaria do Interior, com o intuito de defender-se

---

<sup>316</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3387.

<sup>317</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3250.

das críticas ao seu trabalho, carta em que aponta algumas das *dificuldades naturais* que enfrentam todas as escolas públicas:

[...] falta de pessoas idôneas para as substituições, o desprovimento completo de livros didáticos para o primeiro ano, protesto dos pais contra os exercícios ao ar livre, ginástica e exercícios físicos, a busca retirada de alunos pela menor e mais insignificante intriga surgida dentre os mesmos e mil cousas outras que constantemente vão aparecendo.<sup>318</sup>

O que se destaca no documento é o fato de “o protesto dos pais contra os exercícios ao ar livre, ginástica e exercícios físicos estar elencado dentre as dificuldades naturais” que todas as escolas enfrentam. Na perspectiva do diretor escolar, portanto, os exercícios físicos eram alvo de resistência generalizada.

Na documentação também é possível perceber argumentos favoráveis às evoluções militares. Esse é o caso de uma carta encaminhada à Secretaria do Interior pelo 1º tenente do exército e instrutor da Sociedade do Tiro de Ponte Nova, Jorge Augusto Sounis, em 11 de novembro de 1917, em que afirma:

Impressões de um estranho

Depois da visita que acabo de fazer a esta modelar Escolar, sinto a imperiosa necessidade de registrar a agradável impressão que, de modo indelével, fixou-se no meu coração de brasileiro e soldado.

Admirei a ordem e a disciplina ao par do moderno método de ensino. Reunindo o útil ao agradável, as crianças ao contrario da aversão que antigamente votavam a escola, sentem hoje o prazer infável nas horas deliciosas que se passam nesse santuário, ouvindo com atenção e respeito, os ensinamentos da professora, entoando alegremente canções patrióticas, exercitando militarmente nos primeiros manejos e evoluções de infantaria, desenvolvendo na ginástica, a robustez física, cultivando o espírito, tratando com bondade e fraternalmente aos seus companheiros, enfim, fortificando a moral e alevantando a educação cívica, apanágios indispensáveis aos bons cidadãos.

Terminando, felicito calorosamente as competentes professoras – normalistas senhoritas Maria Isabel Oliveira e sua adjunta senhorita Olinda Oliveira Ottoni, pelos motivos acima expostos.<sup>319</sup>

O parecer de um funcionário da Secretaria do Interior de 1908 trata de várias questões relacionadas aos exercícios físicos e evoluções militares.<sup>320</sup> O documento

---

<sup>318</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3387.

<sup>319</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3699.

foi elaborado em 16 de outubro de 1908 em resposta ao relatório do inspetor Antônio Ferreira Paulino, que criticava as atividades físicas em dias de sol e de chuva e a atuação de mulheres nesse ensino.

#### Evoluções militares em escolas regidas por professoras

A propósito de haver o inspetor técnico doutor Antônio Ferreira Paulino, em seu relatório junto notado a falta de evoluções militares aos alunos, considerou o senhor diretor que 'exercícios físicos' e 'evoluções militares' constituem uma só disciplina e que estas últimas não tem necessidade de ser ensinadas pelas professoras. O regulamento nada diz a respeito de evoluções militares, mas foram contempladas no programa; e, si ao fazer o regulamento e programa já o Governo tinha em vista colocar de preferência professoras na regência de cadeiras, parece que sua intenção foi deixar a cargo delas também o ensino de tal disciplina, visto como não cogitou da criação de instrutores especiais junto a cada uma das escolas em que há freqüência de alunos do sexo masculino, únicos que devem apreender tal disciplina.

Dado mesmo que se considere impróprio para uma senhora aprender para ensinar somente e ensinar de fato evoluções militares aos alunos do sexo masculino e não queira por isso qualquer professora praticar o ensino delas poderá, nas sedes de municípios e em poucos distritos em que há destacamentos policiais, recorrer à autoridade sob cujas ordens estiver o destacamento, pedindo designar um soldado da Brigada Policial para ensinar evoluções aos alunos, sem prejuízo de serviço policial. Nas localidades em que não houver destacamentos policiais e soldados que possam dar instruções, o professor publico, que não pode deixar de conhecer e ensinar a disciplina dispensará seus alunos para em horas convenientes ir à escola mista transmitir aos alunos as instruções que houver adquirido. Só não me ocorre sugerir algum alvitre para as escolas mistas situadas em localidades onde não houver destacamentos policiais e escolas regidas por professores, a fim de se evitar que a professora evite a disciplina.

No ofício junto, o inspetor escolar de Grão Mogol comunica que, a pedido de diversos pais de família, suspendeu temporariamente os exercícios físicos e as evoluções militares nas escolas publicas, devido à estação calorosa, imprópria para tais exercícios que são feitos ao sol ardente por falta de lugar apropriado nos edificios das escolas e suas imediações.

Embora o programa de ensino recomende com muita insistência a pratica de exercícios físicos, inegavelmente muito necessários e proveitosos ao desenvolvimento das crianças, não se pode exigir que sejam feitas sob os ardores do sol ou debaixo de chuva nas localidades cujos edificios escolares não tem uma área própria onde fiquem as crianças abrigadas do sol e da chuva. Portanto penso que bem procedeu o inspetor escolar de Grão Mogol. Penso mais que estes exercícios devem ficar ao critério dos professores e das autoridades escolares, praticando-os, na falta de comandos próprios no edificio das escolas ou suas imediações, somente quando o estado do tempo o permitir.

Com exceção das evoluções militares que obedecem a regras fixas e são instrutivas, os demais exercícios físicos não visam a instrução da criança mas seu desenvolvimento físico, proporcionando-lhe, ao mesmo tempo, o descanso intelectual, para recommençar o trabalho ao fim de 25 minutos. E si são recomendados como higiênicos, não devem ser feitos em condições que não o são, isso é, sob a ação de um sol ardente ou da chuva. As evoluções militares, também consideradas exercícios físicos, mas

---

<sup>320</sup> Esse parecer está assinado, mas não foi possível identificar a autoria, pois a assinatura está ilegível.

instrutivas, podem ser ensinadas e a criança pode aprendê-las em muito pouco tempo, podendo por isso ser dispensada nos dias em que o tempo não permitir.

O documento considera que os exercícios físicos e as evoluções militares constituem uma só disciplina e que a intenção do governo era que os professores e as professoras ministrassem esse conteúdo. Nesse ponto, o documento ignora a possibilidade de atuação de instrutores militares nas escolas. Essa atuação está claramente prevista na legislação citada anteriormente. Surge aí uma primeira e relevante ambiguidade. Posteriormente, o parecer declara que as professoras não deveriam de forma alguma ministrar evoluções militares. Isso também pode ser ponto de polêmica, pois as próprias escolas normais em alguns momentos tinham as evoluções militares como conteúdo curricular para a formação das futuras professoras. Em seguida, após discorrer sobre os problemas acarretados pelo clima, o documento pontua que a efetiva prática dos exercícios físicos e das evoluções militares deveria ser definida pelos professores e pelas autoridades escolares. Essa orientação está, em grande medida, em conflito com o previsto na legislação e com as orientações elaboradas pela própria Secretaria do Interior, citadas anteriormente. Em suma, o documento é rico, pois revela muitos paradoxos entre as normas legislativas educacionais e sua aplicação. Também fica explícito, mais uma vez, a imprecisão da legislação, o que acarretava múltiplas interpretações e uma série de confusões e indefinições em relação aos exercícios físicos e às evoluções militares.

Essa imprecisão também existia em relação ao conteúdo dos exercícios e das práticas militares. A inexistência de promoção da circulação de manuais de ginástica no ensino primário em Minas Gerais naquele período, como demonstrou Tarcísio Mauro Vago, potencializava a heterogeneidade de práticas. A documentação expõe alguns pedidos de manuais para auxiliar a realização das evoluções militares.

Em setembro de 1909, o inspetor José Ferreira de Andrade Brant Junior expõe as necessidades do professor normalista Nyilson Rodrigues Monção da escola masculina do distrito de Papagaio, “para uso do professor: Lições de Cousas (tradução pelo doutor Ruy Barbosa), Efemérides Mineiras e Tratado de Evoluções

Militares, de Moreira Cezar”.<sup>321</sup> O chamado “Regulamento Moreira Cezar” era um tratado de infantaria do exército brasileiro que recebeu esse nome em homenagem ao militar morto nos conflitos durante a Guerra de Canudos, em 1897. O Regulamento solicitado serviria de base para a prática de evoluções militares na referida escola. Na realidade, esse era o segundo pedido feito naquele ano, pois em junho o inspetor Francisco Lopes de Azeredo já havia realizado a mesma demanda, pedindo que fossem “fornecidos a esta escola um tratado de evoluções militares, cânticos escolares, mappas geographicos, carta de Parker, um tambor e trinta carteiras”.<sup>322</sup>

Além da imprecisão da legislação, dos programas e do regulamento, a dificuldade de se conhecer detalhadamente o conteúdo de evoluções militares pode ser atribuída à característica dos relatórios escolares. De maneira geral, os relatos se restringem a identificar ou não a existência de evoluções militares nas escolas. A qualificação dessa prática, quando ocorre, é sucinta e genérica. Os pedidos de materiais para uso durante as evoluções militares fornecem pistas para o conhecimento da prática.

Assim como no último documento citado, há alguns outros pedidos de tambores e de uma solicitação de corneta. Além desses pedidos, registra-se o uso de espingardas reais e de madeira. O inspetor José Ferreira de Andrade Brant Junior, acompanhado pelo inspetor Coronel Modestino Caetano Candido de Andrade, realizou, em 1909, visita à cadeira masculina do distrito de Traíras, regida por dona Virginia de Avellar Santos. Em seu relatório, aponta: “O digno Inspetor escolar que acompanhou-me na visita, pede para escola um tambor. Declarou-me que se encarregará de ministrar aos alunos instrução militar”.<sup>323</sup> Em 1911, uma lista elaborada pelo Antonio Dias do Nascimento da 3ª cadeira do sexo masculino de Januária, solicitava “2 tambores e 1 corneta para as evoluções militares”.<sup>324</sup>

---

<sup>321</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>322</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>323</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3294.

<sup>324</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3830.

Outros instrumentos que fornecem pistas sobre o conteúdo de evoluções militares são as espingardas. Em 1908, o inspetor João Moreira de Castro, em visita à escola do sexo masculino de Januária, elogiou o trabalho da professora Josina Mota, que, a suas expensas, providenciou espingardas de madeira:

A professora para completa execução do programa, mandou preparar, também à sua custa, 40 espingardinhas de madeira, com os respectivos sabres, que servem para exercícios militares, executados pelos alunos. Os meninos têm se exercitado, e disse-me a professora que pretende conseguir real adiantamento dos alunos, neste particular.<sup>325</sup>

A compra de material com recursos dos próprios professores ou com arrecadações da comunidade também era solução para munir a escola de materiais para as práticas militares. Outro exemplo dessa situação foi relatado pelo inspetor João Ferreira, no Grupo Escolar de Cataguases, em 1914:

Assisti aos exercícios físicos, feitos com interrupção devido a chuvas. Os meninos fazem também marchas militares, além dos exercícios de ginástica sueca. As meninas fazem somente os últimos exercícios. O diretor adotou uniformes decentes, econômicos e higiênicos para os alunos de um sexo e outro e aos reconhecidamente pobres, fornece-os a Caixa Escolar, sendo confeccionados por distintas senhoras. O batalhão escolar, composto de alunos do grupo, tem diversos postos e obedece a um regulamento especial. Dispõe de armamento de madeiras (32 carabinas) para os exercícios, além de 1 clarim e 1 tambor, tudo adquirido por subscrição.<sup>326</sup>

Em São Domingos da Bocaina, em 1911, o inspetor Pedro Carlos de Oliveira relata o uso de espingardas de madeira na escola regida por Avelino Ferreira da Silva,

Durante o recreio, os alunos executaram manobras militares, que pelo curto espaço de 15 dias letivos de instrução a recebem, louvei os esforços do professor. Por iniciativa do professor, usam os alunos espingardas de madeira, o que dá um tom harmonioso ao batalhão escolar.<sup>327</sup>

Ainda na busca do entendimento acerca do conteúdo das evoluções militares, foi possível encontrar o registro de prática de tiro ao alvo. Sobre uma escola primária particular de Uberaba, regida por Alceu de Souza Novaes, em 1907, o inspetor Ernesto de Mello Brandão informa que

---

<sup>325</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3282.

<sup>326</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3530.

<sup>327</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3351.

[...] os alunos fazem, com o professor, uma vez por mês, um passeio no campo, para preleções práticas de História Natural, e todos os dias, fazem, no quintal do prédio, exercícios de tiro ao alvo e de ginástica.<sup>328</sup>

O documento não esclarece qual arma era utilizada para essa prática. Acredita-se que a probabilidade maior é de que o treinamento fosse realizado com espingardas, mas é possível que fosse realizado com outro tipo de instrumento ou arma, como o arco e flecha. De qualquer maneira, toda a investigação indica que a prática de tiro ao alvo não era comum nas escolas primárias. Essa constatação é válida especialmente para as escolas públicas, que, carentes de material básico para as atividades cotidianas, não tinham condições de manter quaisquer tipos de armamentos. Até mesmo as espingardas de madeira eram raras. O registro de treinamento de tiro com armas de fogo não é exceção em escolas secundárias, como será exposto mais adiante.

Os desfiles e festas escolares são eventos diretamente relacionados às evoluções militares e auxiliam a compreender o conteúdo e o significado dessa prática. As fontes pesquisadas relatam grande número de desfiles com a participação de batalhões escolares. Nesses momentos, os alunos demonstravam aquilo que aprendiam nas aulas de evoluções militares. Os relatórios são fartos de elogios à disciplina e ao garbo militar das crianças. A historiografia política tem demonstrado a importância dos rituais e dos símbolos para a coesão dos coletivos e difusão de valores. Para Claude Rivière, os ritos são um conjunto de práticas individuais ou coletivas codificadas e repetitivas, carregadas de forte simbolismo para seus participantes e baseiam-se em

[...] uma adesão mental, eventualmente não conscientizada, a valores relativos a escolhas sociais julgadas importantes e cuja eficácia esperada não depende de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica do elo causa-efeito.<sup>329</sup>

Nessa medida, acredita-se que a apresentação ritualizada dos batalhões escolares e das evoluções militares contribuía para a difusão e o fortalecimento de laços

---

<sup>328</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3250.

<sup>329</sup> RIVIÈRE, Claude. *Os ritos profanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p. 30.

simbólicos nacionais entre as crianças que participavam como atores ativos nesses rituais e os espectadores que participavam das festas e solenidades civico-escolares.

A seguir, serão apresentados documentos que relatam a realização de festas cívicas e desfiles em que elementos militares aparecem constantemente. Em Monte Santo, o inspetor Lucas Tobias relata a festa escolar de comemoração do 13 de maio, "data redentora dos cativos", promovida pelo Colégio Espírito Santo de instrução primária e secundária

O Colégio exibiu-se no Largo da Matriz em uma parada militar; compareceram 80 alunos que com muita precisão e agilidade executaram várias evoluções militares. No local da parada compareceram distintas famílias da nossa sociedade, dando deste modo vivo realce nos festejos escolares [...]. Subiram ao ar infinidade de foguetes, tocando durante a parada a banda de música da cidade. Causaram esplendida impressão os exercícios escolares, na grande massa de povo que os assistia, verificando-se deste modo que o público toma verdadeiro interesse pela instrução. A noite o povo fez ruidosa manifestação ao Sr. Major Americo Benicio de Paiva.<sup>330</sup>

No mesmo ano, em Dores do Indaiá, dois documentos elaborados pelo inspetor de Jeremias Caetano Junior relatam as festividades ocorridas na cidade. No primeiro deles, registra as comemorações do descobrimento da América<sup>331</sup>, em 12 de outubro:

De comum acordo com o correto e digno inspetor técnico Ferreira de Carvalho solenizou-se, nesta cidade, a data do descobrimento da América com uma excursão feita pelos alunos e alunas das escolas públicas, todos uniformizados, em duas filas, acompanhados pelos professores, pelo instrutor militar e pelo povo, ao alto do "Monte" aonde se acha colocada a 'Cruz de São José', lugar donde se descortina um vasto e bellissimo horizonte, e da qual se avistam as alterosas 'Serras da Saudade' e o grande morro 'Palhares'. Ali, depois de algumas evoluções militares e dos hinos escolares entoados por todos alunos, tomou a palavra o correto inspetor técnico que, em breves frases patrióticas, discorreu sobre a memorável data.<sup>332</sup>

<sup>330</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3282.

<sup>331</sup> O grau de importância das datas cívicas republicanas sofreu variações ao longo do tempo. A data de descobrimento da América, por exemplo, nos anos iniciais da República, tinha muito mais significado do que lhe é atribuído atualmente. Sobre esse assunto, ver: LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. História, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93.

<sup>332</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3287.

No segundo documento, lamenta a morte de João Pinheiro, *ídolo das crianças*, e anunciou a programação da festa de comemoração da proclamação da República:

Amanhã 15 de novembro às 6 horas da manhã e às 4 da tarde, todos os alunos uniformizados deverão saudar o Pavilhão Nacional hasteado no Paço Municipal e incorporados às demais escolas deverão percorrer as ruas centrais, sob comando do instrutor militar, professores e Inspetor Escolar, em homenagem à Gloriosa Data.<sup>333</sup>

Em Paracatu, o inspetor Antonio Loureiro Gomes registrou, em 1911, as comemorações dos precursores da Independência, em Tiradentes:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exa. que a data de ontem, 21 de Abril, foi condignamente comemorada pelo Grupo Escolar desta cidade, que, em passeata à tarde pelas ruas fizeram os alunos, militarmente uniformizados, com muito garbo e correção diversas evoluções sob o comando do ex-aluno Alcebiades de Carvalho. De volta ao edifício, onde funciona aquele estabelecimento, foram cantados hinos patrióticos.<sup>334</sup>

Outro documento, de 1917, também relata festejos ocorridos em Ouro Preto por ocasião do 21 de abril. A diretora do Grupo Escolar da cidade, Anna Ferreira Guimarães, em relatório, destaca que a comemoração encerrou-se junto à estátua de Tiradentes, onde, após recitarem poesias patrióticas e cantarem o Hino Nacional, o Hino a Tiradentes e o Hino de Ouro Preto, os alunos “sob ordens do instrutor militar, executaram variadas evoluções militares com entusiásticos aplausos da população que em massa se dirigia à Praça da Independência”.<sup>335</sup>

A comemoração da Independência era uma das datas celebradas com maior entusiasmo, de acordo com os documentos escolares. Muitas são as referências ao Sete de Setembro. Em Caratinga, o inspetor Graciano Gomes Calçado relatou o programa da festa que ocorreria em 1914 e a participação dos alunos do Grupo Escolar:

---

<sup>333</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3288.

<sup>334</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3366.

<sup>335</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3647.

A sete de setembro próximo vindouro, às 6 horas da manhã, partirá, em forma, o préstito composto de alunos do grupo escolar, corpo docente, diretor, inspetores regional e municipal, populares e familiares, em demanda do aprazível bairro de Santa Cruz, em cujo planalto [...], será realizado um esplendido pic-nic. O préstito desfilará pelas ruas [...], sendo cada turma regimentada pelo respectivo professor [...]. Em seu percurso, precedido do estandarte brasileiro, ao som da banda de música municipal e ao espocar dos foguetes, saudará os edifícios públicos, a Câmara e a imprensa local, cantando o 'Hino da Independência' de Medeiros de Albuquerque. A uma da tarde, reunidos no edifício do grupo, terá lugar a magna sessão cívica [...].

Outro relatório de Graciano Gomes Calçado confirma a realização do programa de festas conforme o previsto. O jornal *O Povo*, anexo ao relatório, também descreve a solenidade

Na manhã daquele dia foi a nossa população despertada pelo espocar dos foguetes e dinamites que se faziam ouvir ruidosamente, despertando-nos o entusiasmo e a alegria e incendiando em nossos corações o fogo sagrado do amor à livre pátria brasileira [...]. Depois de alguma demora e executar a 'Banda Municipal' excelentes peças de seu escolhido repertório, organizou-se novamente o préstito que, sempre na melhor boa ordem, desfilou, com garbo, em regresso parando, em primeiro lugar, à frente do edifício municipal, onde, a meio pau, também se encontrava hasteada a bandeira nacional

Em Bom Jesus da Cachoeira Alegre, as impressões do professor Aristides (?) sobre as comemorações do 12 de outubro foram registradas em carta enviada ao secretário do interior:

Comunico a V. Exc. que a gloriosa data de hoje foi solenemente festejada neste distrito, pelos alunos da escola do sexo masculino, por mim regida. Houve verdadeiro entusiasmo. Em evoluções militares, os alunos percorreram as principais ruas do povoado; levando cada escolar uma carabina e sabre. À frente do pelotão via-se afraldada a bandeira nacional. Ao rufar de um tambor, e ao toque de uma corneta, garbosamente marchava o pelotão. Foram cantados diversos hinos escolares. Foram entusiasticamente aclamados nomes de V Exc., Delfim Moreira, Arthur Furtado, Arthur Bernardes, Silveira Brum, Jesus Varela e ao Brasil.<sup>336</sup>

Também fora de datas cívicas ocorriam solenidades cívicas, com a presença de elementos militares. O relatório a seguir trata da institucionalização do culto à bandeira, realizado pelo inspetor Raymundo Tavares, no Grupo Escolar Doutor Carlos Soares, na cidade do Rio Branco, dirigido por Fortunato de Moura Estevão:

---

<sup>336</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3699.

Promovi a instituição do culto diário à bandeira nacional, obtive por empréstimo um exemplar desta, de 1,50 metro com o respectivo pau, armado de lança dourada, o fitão auri-verde e um tambor. Furneci aos alunos varias formas de saudação à bandeira: uma do Doutor José Neves, uma 2<sup>a</sup> de Britto Camacho, e ainda uma 3<sup>a</sup> do Doutor José Neves, afim de que as decorassem [...]. No 2<sup>o</sup> dia, às 10h e 35 minutos, formaram-se em linhas de frente todos os alunos, à porta do grupo, para a cerimônia cívica. [...] às 10 e meia do referido dia, já no pátio se rufava o tambor, e a criançada se alvoroçava de entusiasmo e as imediações do grupo se enchia de pessoas, curiosas de assistirem a festa. Às 10 e 40, desfilou a menina, escolhida para porta bandeira, fitão a tiracolo, ladeada de seis outras, formando a guarda de honra, e do diretor em exercicios, encaminhando-se todos, em marcha escolar, ao rufo do tambor, a fim de transladar para o grupo a bandeira que se achava em uma casa fronteira ao prédio. De volta, e já em frente aos alunos, foi convidada uma aluna para efetuar a coroação, o que se fez debaixo de uma prolongada salva de palmas e rufos apropriados do tambor, sendo-lhes atiradas pétalas de rosas por alunas, previamente designadas. Seguiu-se a saudação de Britto Camacho, feita por um menino do 4<sup>o</sup> ano, verdadeiramente eletrizado pela majestade daquele ato. Durante a saudação, conservaram-se todos os meninos em continência militar, comandada por um do 3<sup>o</sup> ano, postado à frente das linhas de formatura e na mesma atitude. Terminada a saudação, nova salva de palmas, e, ao som do tambor, que rufava enérgica marcha, desfilaram os alunos, por classes, caminho das respectivas salas de aulas, acompanhados dos respectivos professores. No 3<sup>o</sup> dia, repetiu-se, nas mesmas condições, a solenidade, excetuada a coroação. Assim, ficou definitivamente criado o cultuamento ao nosso sagrado pavilhão, com realização diária dessa solenidade.<sup>337</sup>

Outro documento relacionado às festas e solenidades cívicas é a cerimônia ocorrida em Santo Antônio do Monte, por ocasião da comemoração da promulgação da Constituição do Estado. Uma carta enviada à Secretaria do Interior descreve a comemoração no Grupo Escolar Amâncio Bernardes, em 1918:

As 7 horas, formados os alunos em frente ao edificio, no qual já se achavam senhoras e cavalheiros da nossa melhor sociedade, foi entoado o hino à bandeira, após o que, ao ser executado pela banda Santa Cecilia o Hino Nacional, cantando-o os alunos, içou-se o pavilhão sobre o qual atiravam as meninas pétalas de rosas em profusão. Saudou à bandeira a aluna Erilda Celia Pereira, prestando a devida continência o batalhão infantil, corretamente instituído pelo reservista farmacêutico José Justino Bahia, as ordens do qual fez a petizada, com galhardeio, em uniforme diversas evoluções militares.

O objetivo da apresentação dessa extensa lista de longos relatos de festas cívicas escolares é demonstrar o forte componente militar nesses rituais. As festas religiosas e cívicas têm sido objeto de intenso estudo da historiografia brasileira. A investigação aqui apresentada não objetiva o aprofundamento no tema das festas. O

---

<sup>337</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3639.

que interessa é destacar que a estética militar era um elemento importante e recorrente nas festas escolares no período.

Nos rituais festivos, diversos elementos contribuíam para a criação da coesão e do sentimento de identidade. Os fogos, as marchas, os pronunciamentos de autoridades, o hasteamento e culto à bandeira e a uniformidade, ordem e disciplina constituíam um repertório simbólico. Os batalhões escolares e as evoluções militares, com sua estética militar, integravam esse repertório simbólico. Nessa medida, essas cerimônias contribuíam para a formação do *habitus* nacionalista das pessoas.<sup>338</sup>

### **A Lei do Sorteio Militar e a instrução militar obrigatória nas escolas secundárias em Minas Gerais**

Até o momento, o tema de pesquisa foi investigado a partir de fontes documentais relativas ao ensino primário. Adiante, será analisado o problema tendo em vista fontes relacionadas ao ensino secundário. A inserção de exercícios físico-militares na escola secundária remonta a meados do século XIX e teve origem, provavelmente, no Colégio Pedro II, instituição modelar de ensino no Brasil.

A organização curricular do Colégio Pedro II orientava, em grande medida, os currículos das escolas brasileiras. Essa orientação tornou-se ainda mais explícita a partir de 1901, quando foi criada a possibilidade de equiparação de colégios e ginásios ao Colégio Pedro II. A partir daí surgiu a figura do delegado fiscal, que, ligado ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, acompanharia as escolas para informar ao órgão o cotidiano dos estabelecimentos de ensino. Os relatórios elaborados pelos delegados fiscais serviam para o Ministério avaliar tanto os pedidos de equiparação quanto a manutenção dessa posição.

---

<sup>338</sup> São muitos os estudos que articulam temáticas como festas, nacionalismo, identidade nacional. Sobre este assunto, ver SCHWARCZ, Liliam M. O Império das festas e as festas do Império. In.: *As barbas do Imperador*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; GERKEN, Maria Aparecida de S. *Entre Bandeiras, árvores e bonecas: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930)*. 2009, Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Mais próximo da temática estudada aqui, mas em período posterior, ver PARADA, Maurício Barreto A. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. 256 f., 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

A documentação produzida pelos delegados fiscais que acompanhavam os estabelecimentos de ensino secundário de todo o Brasil encontra-se no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. No acervo, é possível encontrar mapas de notas, atas de exames, correspondências expedidas e recebidas, comunicados diversos e relatórios com assuntos variados que contemplam o cotidiano das escolas.<sup>339</sup> A documentação está dividida em maços que reúnem documentos de uma mesma escola, cada um possuindo um código identificador. A documentação produzida pelos delegados fiscais abrange o período de 1901 a 1911. A pesquisa no acervo concentrou-se no período entre 1908, quando foi instituída a citada lei do sorteio militar, que criou a chamada “instrução militar obrigatória”, e 1911, quando houve alteração na organização do ensino secundário brasileiro, que acarretou o fim do modelo de equiparação ao Colégio Pedro II e o fim da atuação dos delegados fiscais. Toda a documentação produzida pelos delegados fiscais que atuavam em Minas Gerais no período entre 1908 e 1911 disponível no Arquivo Nacional foi pesquisada. Em grande medida, muitas das questões observadas no ensino primário mineiro em relação aos exercícios físico-militares repetiam-se também no ensino secundário.

O primeiro tema a ser apresentado é a inserção nos regimentos internos, regulamentos e estatutos dos colégios e ginásios dos exercícios físico-militares. Assim como no Colégio Pedro II, antes mesmo da nova legislação de 1908, é possível encontrar referências aos exercícios físico-militares em diversas escolas secundárias brasileiras. No Ginásio Mineiro, as evoluções militares e a esgrima apareciam como parte da ginástica no momento de criação do estabelecimento, em 1900.<sup>340</sup> Os estatutos do Ginásio de Outro Preto previam os exercícios militares no ano de 1900.<sup>341</sup> Os regulamentos do Ginásio de Itajubá<sup>342</sup> e do Ginásio

---

<sup>339</sup> Esse conjunto de documentos escolares faz parte do Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação (IE), Subsérie Ensino Secundário (IE<sup>4</sup>).

<sup>340</sup> MINAS GERAIS. Decreto 260, de 01 de dezembro de 1890. Dá nova organização ao ensino primário, secundário e normal no Estado de Minas Gerais.

<sup>341</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-204.

<sup>342</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-189.

Leopoldinense<sup>343</sup> previam, em 1906, o ensino de evoluções militares. A partir de 1908, a determinação prevista na chamada “Lei do Sorteio Militar” aparece nos documentos normativos das escolas. Naquele ano, por exemplo, os estatutos do Colégio Dom Viçoso de Belo Horizonte previam que “haverá evoluções militares de acordo com a última lei do sorteio”.<sup>344</sup> Dois anos depois, o regulamento da escola informava: “As aulas de instrução militar serão dadas conforme o decreto 6.947, de 8 de maio de 1908, de maneira que o aluno que tiver feito o curso gozará de isenção de sorteio militar” (art. 178 do mesmo decreto).<sup>345</sup> O Regulamento do Colégio São Vicente de Paulo de 1909 estipulava: “haverá também aulas de música vocal e instrumental, de italiano, pintura, ginástica e evoluções militares, escrituração mercantil, direito constitucional, economia política e holandês”.<sup>346</sup>

Com base na documentação, constata-se que a partir de 1908, com a publicação da Lei do Sorteio Militar, iniciou-se o movimento de inclusão da instrução militar obrigatória no ensino secundário. O delegado fiscal do Ginásio Leopoldinense, em seu relatório de 1907, informa que Alberto Soares Guimarães era professor de ginástica e o tenente Luiz Carlos de Oliveira era o professor de evoluções militares. Sobre o primeiro e o segundo semestres de 1910, já no contexto da Lei do Sorteio Militar, declara:

A instrução militar tem sido ministrada pelo aspirante a oficial Franklin Emilio Rodrigues, indicado pelo governo para tal fim, conforme comunicação expedida pelo General Dantas Barreto, de 23 de abril do corrente ano.<sup>347</sup>

Permanece junto ao Ginásio como instrutor militar, por indicação do general Dantas Barreto de 23 de abril do ano findo, o aspirante a oficial Franklin Emilio Rodrigues.

No Ginásio de Itajubá, em 1911, o delegado fiscal Frederico Leite informou que

---

<sup>343</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-186.

<sup>344</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-156.

<sup>345</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-156.

<sup>346</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-205.

<sup>347</sup> Todos os documentos do Ginásio Leopoldinense citados a seguir fazem parte do seguinte maço de documentos: BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-133.

[...] foi ministrada pelo aspirante Senhor Anthero Ramalho, até o penúltimo trimestre no ano passado findo alguma instrução militar bem como exercícios de tiro, não tendo porém nenhum aluno recebido cadernetas, por não ter sido completa a referida instrução.<sup>348</sup>

Os relatórios demonstram os diversos pedidos das escolas para a designação dos instrutores militares<sup>349</sup> e a sua atuação nos anos posteriores.

No Colégio Diocesano Sagrado Coração de Jesus, de Uberaba, o início da instrução militar obrigatória ocorreu em 1908. Naquele ano, o delegado fiscal, Lauro de Oliveira Borges enviou carta ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em junho, consultando sobre os procedimentos para a indicação de um instrutor militar,

Pede-me, ainda, o Diretor do Colégio, que participe a V. Exa. que está à espera de que seja designado o instrutor para ministrar a educação militar aos alunos, de acordo com a lei e regulamento do Sorteio Militar. Como os alunos muito desejem essa instrução, consulto a V. Exa. se é preciso que o Colégio solicite ao Governo, pela pessoa de V. Exa providenciar a respeito.<sup>350</sup>

Em agosto, o Ministério respondeu:

Com referência ao pedido de um instrutor militar, de conformidade com as instruções aprovadas por portaria de 22 de junho passado findo publicada no Diário Oficial de 24 do mesmo mês, compete ao diretor dirigir-se ao Inspetor Permanente da região.

A portaria determinava que os diretores das escolas deveriam recorrer aos inspetores permanentes militares do Ministério da Guerra para obter a indicação do instrutor. Portanto, a portaria, editada em 22 de junho, visava complementar a regulamentação da Lei 1.860, de janeiro de 1908, já dada pelo Decreto 6.947, de maio daquele mesmo ano.

---

<sup>348</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-189.

<sup>349</sup> Em pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Exército (AHEX), no Rio de Janeiro, foram procurados documentos relacionados à ação dos instrutores militares do Ministério da Guerra nas escolas secundárias. A pesquisa não obteve sucesso. Representantes da instituição informaram que os *avisos*, espécie de informativo oficial que publica dados relacionados à vida funcional dos militares, publicados pelo Ministério da Guerra, continham o registro das designações de militares incumbidos de ministrarem a Instrução Militar Preparatória. Foi informado, ainda, que a 4<sup>a</sup> Região Militar localizada em Belo Horizonte poderia disponibilizar para a consulta os referidos *avisos* do período de interesse. No entanto, também não obteve-se sucesso na consulta realizada diretamente nessa instituição.

<sup>350</sup> Todos os documentos do Colégio Diocesano Sagrado Coração de Jesus de Uberaba citados a seguir fazem parte do seguinte maço de documentos: BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-133.

Ainda no ano de 1908 um instrutor militar iniciou atividades no Colégio Diocesano Sagrado Coração de Jesus de Uberaba. Em dezembro, Lauro de Oliveira Borges informa: “A instrução militar, ministrada em obediência a recente lei pelo digno instrutor senhor 2º tenente Pedro de Albuquerque, apresenta já apreciáveis resultados, embora seja curto o lapso de tempo decorrido desde o seu início”. Nos anos de 1910 e 1909, a instrução militar continuou a ser praticada. Em 1909, o delegado fiscal informou: “A instrução militar continua a ser ministrada com regularidade e competência pelo 2º tenente de cavalaria, engenheiro militar Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque”. Em 1910, o delegado fiscal Interino José Felício Buarque de Macedo fez considerações sobre os trabalhos:

Esse ano de instrução continua a ser dirigido pelo Senhor Doutor Tenente Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque.

É tal a sua boa vontade e solicitude que aos alunos chegou a despertar grande interesse pelo exercício das armas, com contraste com a lamentável repulsa da maioria de nossos compatriotas...

Os exercícios militares, aqui feitos por vezes, que te se notavam ganho e aproveitamento dos alunos, constituíram um fato de notoriedade pública e forma só por si o maior dos elogios a quem tornou tão cheio de atractivos o ensino das armas.

O efeito da instrução militar assim praticada pode-se bem aquilatar pelo resultado obtido no respectivo concurso, em que sobressairam, com brilhantismo, vários alunos.

Vai-se formando assim o espirito cívico de nossa mocidade, inculcando-lhe o sentimento de amor à Pátria, com a idéia de sua defesa em qualquer emergência a que possa levá-la o destino.

Esse relevante serviço, que o Doutor Pedro Cavalcanti vai prestando à nossa mocidade, encerra um patriótico ensinamento que o futuro há de classificar, sem dúvida, entre as mais belas obras.

Os relatórios deixaram de ser produzidos a partir de 1911, impedindo o acompanhamento da atuação dos instrutores militares.

Outros documentos que confirmam a relação direta dos diretores das escolas com o Ministério da Guerra visando à designação de instrutores militares dizem respeito ao Ginásio de Lavras. Em relatório sobre as atividades do primeiro semestre de 1909 naquele estabelecimento, o delegado fiscal, Cristiano José da Silva declara: “Cabe-me informar-vos de que não dispõe, ainda, este ginásio de um instrutor militar que já

havia sido designado pelo Exmo. Senhor Marechal ministro da Guerra".<sup>351</sup> Em documento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um funcionário não identificado comenta a situação e sugere o encaminhamento necessário

O Senhor Delegado Fiscal diz que, apesar de já ter sido designado, pelo Ministério da Guerra, um instrutor militar, o aludido ginásio ainda está até agora sem ele. Parece-me conveniente reiterar-se ao Ministério da Guerra a designação de um instrutor militar.

Ainda no âmbito do Ministério, outro funcionário, Sampaio Góes, em julho de 1909, concorda com a solução apresentada: "De acordo quanto a parte, visto caber aos diretores dos estabelecimentos requisitar diretamente do Ministério da Guerra a nomeação dos instrutores militares".

Em dezembro de 1909, a situação ainda não estava resolvida. O delegado fiscal Cristiano José da Silva voltou a informar a ausência do instrutor militar: "terminando, devo declarar-vos de que ainda não dispõe este estabelecimento de um instrutor militar cuja requisição se fez ao Exmo. Senhor Ministro da Guerra". O relatório seguinte, referente ao primeiro semestre de 1910, já registra a solução do problema: "Cabe-me informar-vos já se acha aqui o instrutor militar e já se tem dado início aos exercícios, ainda deficientes por falta de armamento necessário e que foi reclamado".

O Colégio Diocesano da cidade de Diamantina passou por problemas semelhantes. Em correspondência de fevereiro de 1909, o delegado fiscal informou

Aproveito a oportunidade para comunicar a V. Exa. que o Exmo. Senhor Diretor do estabelecimento requisitou, junto o Ministério da Guerra, instrutor militar, na conformidade da Portaria de 22 de julho de 1908, expedida para a execução do art. 17 do Regimento anexo ao Decreto 1947 de 8 de maio de 1908, não tendo porém, ainda, sido designado o oficial pelo inspetor permanente.<sup>352</sup>

Os documentos citados permitem perceber alguma falta de sintonia entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, responsável pelo gerenciamento do

---

<sup>351</sup> Todos os documentos do Ginásio de Lavras citados a seguir **fazem** parte do seguinte maço de documentos: BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-168.

<sup>352</sup> BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-122

ensino secundário, e o Ministério da Guerra, que deveria auxiliar as escolas no que diz respeito à instrução militar obrigatória. Esses problemas relacionam-se, em alguma medida, a problemas que se passavam nas escolas e que podem ser observados nas fontes documentais.

No Ginásio de Itajubá, por exemplo, no ano de 1909, o delegado fiscal recorreu ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores para solicitar armas para o treinamento na escola. O diretor de uma Seção do Ministério, Barros Barreto, despachou sobre o assunto: “Parece-me desnecessário que o Ministro da Justiça intervenha no caso de que se trata, visto estar claramente indicado no parágrafo 5º do art. das instruções ser competência do instrutor fazer a requisição”. Por meio desse evento, observa-se uma indefinição de funções e competências. O delegado fiscal pensava que a solicitação de armas deveria ser enviada ao Ministério da Justiça e Negócios, que, por sua vez, faria a solicitação ao Ministério da Guerra. No entanto, a orientação do Ministério da Justiça era para que o instrutor militar fizesse a requisição diretamente ao Ministério da Guerra, conforme norma não especificada, que, possivelmente, era a já citada portaria de 22 de junho de 1908. Dessa maneira, ainda que as funções e competências estivessem normatizadas na portaria, havia algum tipo de indefinição no cotidiano que gerava conflitos.

Outro tipo de conflito no cotidiano das escolas tanto primárias quanto secundárias era causado pela indefinição do status dos instrutores militares. Esse conflito foi registrado por Tarcísio Mauro Vago<sup>353</sup> em seu estudo sobre a ginástica nos grupos escolares primários belo-horizontinos, por Aleluia Heringes Lisboa Teixeira<sup>354</sup> em sua dissertação sobre o Ginásio Mineiro e por Carlos Fernando da Cunha Junior<sup>355</sup> em sua tese sobre o Colégio Pedro II.

Aleluia Teixeira trata de um caso ocorrido no Ginásio Mineiro em 6 de outubro de 1909 que sintetiza os problemas ligados à indefinição do lugar social dos instrutores

---

<sup>353</sup> VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: a educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>354</sup> TEIXEIRA, Aleluia Heringes Lisboa. *A “gymnastica” no gymnasio mineiro – internato e externato (1890-1916)*. 180 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

<sup>355</sup> CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

militares nas escolas. Pesquisa realizada pelo autor desta tese nas fontes documentais disponíveis no Arquivo Nacional encontraram documentos relacionados ao evento citado por Aleluia Teixeira que permitem avançar na discussão do assunto. A autora explica que a legislação e o regimento do Ginásio Mineiro definiam o que era ser professor e o que era ser lente do estabelecimento. O papel do instrutor militar não estava definido nesses documentos, revelando-se confuso. Teixeira conta que um aluno do Ginásio, insatisfeito com a posição que seu irmão alcançara no Banco de Honra por indicação do instrutor tenente Gentil Falcão, provocou o militar e os dois discutiram gravemente. O caso gerou dúvidas na comunidade escolar, e as possibilidades de a Congregação solucionar a questão se polarizaram. Caso o instrutor fosse considerado membro do corpo docente, o aluno deveria ser punido na forma do regimento; caso contrário, a instrução militar deveria ser extinta, pois o instrutor poderia não ser respeitado pelo aluno. Por fim, o aluno foi punido, e a instrução militar manteve-se. Explica Teixeira:

Esse caso evidencia uma tensão no momento em que duas instituições, a Escola e o Exército, com características e objetivos próprios, passa a dividir o mesmo espaço. O instrutor militar cumprindo uma missão dentro da escola não tinha as mesmas 'garantias escolares' que um lente ou um professor.<sup>356</sup>

A documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores comprova que o problema ocorrido no Ginásio Mineiro e as dúvidas da Congregação chegaram até o Ministério.<sup>357</sup> Em ofício de 12 de novembro de 1909, o delegado fiscal, Ismael Fransen, solicita orientação do Ministério:

Se o instrutor militar dos estabelecimentos equiparados, de que trata o artigo 3º da Portaria desse Ministério, de 22 de julho de 1908, é considerado como parte componente da Congregação dos referidos estabelecimentos e, em hipótese entrarial, qual o processo e quais as penas a serem aplicadas ao aluno que se insubordinar contra o instrutor militar. A portaria de 22 de julho de 1908 não cogita de tal hipótese e por isso solicito de V. Exa. Instruções a respeito.

Em resposta, de 23 de novembro, Antenor Nascentes, da 2ª seção da Diretoria do Interior do Ministério, orientou:

---

<sup>356</sup> TEIXEIRA, Aleluia Heringes Lisboa. *A "gymnastica" no gymnasium mineiro – internato e externato (1890-1916)*. 180 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, p. 103.

<sup>357</sup> Todos os documentos do Ginásio de Lavras citados a seguir fazem parte do seguinte maço de documentos: BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Educação, Subsérie Ensino Secundário, IE<sup>4</sup>-167.

A congregação é composta de lentes que lecionem matérias e professores que lecionem aulas; não me parece razoável a inclusão do instrutor militar nela. No caso de insubordinação contra o instrutor militar, devem, a meu ver, ser observados os artigos 46 e 47 do regulamento anexo ao decreto 3.912 de 26 de janeiro de 1901.

Novamente, a portaria de 22 de junho de 1908 é citada, comprovando que a norma era uma referência em tudo o que dizia respeito à instrução militar. No entanto, sendo omissa a portaria, o representante do Ministério orienta a aplicação das penas disciplinares previstas no Regulamento do Ginásio Nacional de 1901. Nota-se que tanto no Ginásio Mineiro quanto no Ministério da Justiça e Negócios Interiores o entendimento é que o instrutor militar não desfruta do mesmo lugar dos professores e dos lentes, ficando evidente a indefinição acerca de sua relação com as escolas.

Em conclusão, pode-se pensar sobre diversos pontos que diferenciam as práticas militares no ensino primário e no secundário. O estranhamento sofrido pelos instrutores militares no ensino secundário parece ser maior do que no ensino primário. O caso relatado demonstra isso, mas não apenas esse evento. A citada portaria do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores publicada em 1908 criou um compartilhamento de responsabilidades entre esse Ministério e a pasta da Guerra, visando ao desenvolvimento da instrução militar obrigatória. As fontes documentais relacionadas ao ensino secundário revelam as dificuldades de cooperação. Os exercícios físico-militares no ensino secundário visavam preparar os jovens militarmente, com a possibilidade, até mesmo, de dispensa do serviço obrigatório. Nessa medida, a instrução exigia muito mais recursos materiais, como armas e dedicação do instrutor, que deveria controlar as atividades de cada aluno formalmente. No ensino primário, o desenvolvimento de habilidades militares também existia, conforme previsto na legislação, porém o grau de preparação esperado era menor, até em função da idade das crianças.

Outro fator a ser considerado é a atuação significativa de professores e professoras ministrando evoluções militares. A sua própria formação diferia, é claro, do preparo dos instrutores que atuavam nas escolas secundárias e que faziam parte dos quadros do exército brasileiro. A diversidade de atores que atuavam nas escolas primárias também é um fator de diferenciação da situação ocorrida no ensino

secundário. Pelo menos entre 1908 e 1911, foi possível comprovar a presença exclusiva de militares na coordenação das atividades relacionadas à instrução militar obrigatória.

Os objetivos das práticas militares no ensino secundário eram mais bem definidos e precisos do que no ensino primário. A legislação relacionada à instrução militar obrigatória detalha razoavelmente o conteúdo a ser desenvolvido. Ainda assim, havia imprecisão, e os documentos demonstram a necessidade constante de consulta ao Ministério sobre pontos que geravam dúvidas. No ensino primário, a normatização era extremamente genérica e acarretava grandes dúvidas. A própria Secretaria do Interior, por diversas vezes, elaborou pareceres e realizou despachos contraditórios. Não havia consenso entre inspetores, professores e funcionários da Secretaria sobre questões centrais, como a obrigatoriedade da prática de evoluções militares.

A análise deve considerar o fato de a instrução militar obrigatória ser nacional e originar-se de um projeto que visava à melhor formação dos quadros militares, através do Serviço Militar, a partir de uma reforma em todo o sistema. Por fazer parte de um objetivo amplo proposto pela pasta da Guerra, gerou-se a necessidade de contato entre esta pasta da guerra e a da educação. No âmbito de Minas Gerais, as evoluções militares foram instituídas em 1892, mas tiveram grande desenvolvimento a partir de uma reforma educacional de 1906. Naquele contexto, vários estados incluíram os exercícios físico-militares no sistema escolar primário. Apesar de a legislação prever o apoio de militares da Força Pública e da Brigada Policial, constatou-se a impossibilidade de esses órgãos cederem elementos para atuar nas escolas. Nessa medida, em larga escala, foram os próprios professores e professoras que assumiram as atividades.

A realização de práticas militares nas escolas mineiras foi vigorosa ao longo do período estudado. Assim, percebe-se circulação de ideias internacionais relacionadas à formação do corpo das crianças e jovens, e da preparação militar. Comprova-se, portanto, no Brasil e em Minas Gerais a presença do ideário de difusão dos exercícios físicos e sua correlação com a preparação guerreira, conforme estudado no capítulo 2. Também se percebem resistências dos indivíduos

aos exercícios físico-militares nas escolas. Essas resistências podem estar associadas ao fato de o Brasil nunca ter vivenciado em seu território uma grande guerra. É possível pensar que isso tenha gerado a incompreensão sobre a necessidade desse tipo de preparação na infância e na juventude.

Os documentos escolares trazem pouca opinião acerca da qualidade das evoluções militares e da instrução militar obrigatória. De maneira geral, não há informações adjetivas. Talvez isso ocorra em função da natureza dos documentos que tinham por função precípua zela pelo registro e pelo controle fiscal. Nessa medida, é preciso reconhecer os limites de informação desse tipo de documento. Ainda assim, a documentação escolar sob a guarda do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Nacional permite perceber os impactos dos exercícios físico-militares nas escolas primárias e secundárias do estado. Diferentemente das fontes normativas, esse tipo de documentação revela, ainda que parcialmente, a forma como foram apropriadas as normas e as proposições previstas na legislação.

A pesquisa permite esclarecer a interiorização geográfica das evoluções militares e da instrução militar obrigatória. Estudos anteriores, como o de Tarcísio Mauro Vago e o de Aleluia Heringer Teixeira, já haviam se ocupado dessas práticas na Capital mineira. Nessa medida, foi possível comprovar a presença dessas práticas no interior mineiro. Especialmente no caso da educação primária, que possuía uma rede maior de escolas que abrangia pequenos distritos, percebeu-se que a prática de evoluções militares chegou, por intermédio de professores, professoras, instrutores e outros agentes, a localidades distantes.

As fontes utilizadas comprovam o grande valor da escola e sua centralidade como instituição social. Os exercícios físico-militares faziam parte do projeto nacional que visava moldar os indivíduos e conformá-los às normas sociais, com o fim de homogeneização. Percebe-se que esses exercícios eram fundamentais para a constituição do código nacionalista e a consequente mudança do *habitus* das pessoas.

Norbert Elias entende, em suas diversas obras já citadas, que a difusão de códigos e a formação do *habitus* passam pelas teias de dependência e interdependência que

existem entre os indivíduos e as figurações sociais. No estudo apresentado, ficou evidente a grande relevância dos indivíduos para a difusão do código nacionalista. Percebeu-se que os diversos agentes que atuavam no âmbito da escola – professores(as), instrutores, delegados inspetores – tinham papel ativo na difusão daquilo que previam os programas, regimentos contidos nas leis e decretos expedidos pelos diversos órgãos de estado. Assim, evidenciam-se a interdependência e os elos entre os indivíduos e entre as figurações.

Ainda que não especifique o cotidiano dos exercícios físico-militares, a documentação demonstra claramente seus objetivos de constituição da ordem e da disciplina. É possível perceber, especialmente nos relatos das festas e solenidades cívico-escolares, a preocupação com os exercícios graduados e com a sua precisão e rigor. Os exercícios seriados, sempre coletivos, buscavam fortalecer o sentido de grupo e de homogeneidade, e desenvolver hábitos de obediência.

## Capítulo 4

### Batalhões escolares e instrução militar preparatória em Portugal

Em Portugal, assim como no Brasil e em boa parte do mundo ocidental, os exercícios físico-militares difundiram-se na educação primária e secundária ao longo do século XIX, correlacionados à finalidade de preparar o corpo para a defesa nacional e ao higienismo. Por meio de documentação diversa, especialmente artigos publicados em periódicos educacionais, e da legislação educacional, é possível perceber a efervescente discussão em torno dos exercícios físicos e de sua consolidação nas escolas primárias e secundárias portuguesas no período que se estende entre as décadas de 1880 e 1910.

A discussão acerca do papel dos indivíduos, das instituições e do pensamento militares na consolidação da educação física nas escolas é tema recorrente nos estudos sobre a história dessas práticas em Portugal. A historiografia portuguesa tem apresentado a existência de diferentes projetos em torno da educação física, e nessa perspectiva o discurso e o engajamento militar em torno da disciplina estariam em confronto com outras perspectivas. António Nóvoa, afirma que no caso de Portugal,

[...] na transição do século XIX, para o século XX, a Educação Física funda a sua legitimidade na denúncia da degeneração da raça feita por médicos, pedagogos, militares e moralistas. A presença da disciplina nos planos de estudo justifica-se pela necessidade de corrigir as condutas e de conservar a saúde através da educação do corpo e do espírito.<sup>358</sup>

Luis Viana, ao tratar da história da educação física em Portugal, a partir de finais do século XIX, sustenta que

o percurso da disciplina não foi linear e as dependências não foram únicas – o setor militar e o médico alternaram neste domínio quando mesmo não coexistiram. Tal domínio conferiu a própria disciplina uma cambiante ora mais médica ora militar ou formativa<sup>359</sup>.

---

<sup>358</sup> NÓVOA, António. A educação nacional. In: ROSAS, Fernando (org.). *Portugal e o Estado Novo* (Nova História de Portugal – Vol XII). Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 40.

<sup>359</sup> VIANA, Luís. *A Mocidade Portuguesa e o liceu*. Lisboa: Educa, 2001, p.47.

Para o autor, a perspectiva médica da educação física é aquela com fins terapêuticos, a perspectiva militar defende a preparação militar ou pré-militar e a perspectiva formativa atribui à disciplina a formação do caráter. Outros autores que se debruçaram sobre a história da educação física em Portugal verificaram a existência de pelo menos duas correntes de pensamento, uma militar e outra médica, higienista. Esse é o caso, por exemplo, de José Viegas Brás, Fernando Correia e Eurico Serra.<sup>360</sup>

Verifica-se em Portugal um processo semelhante ao ocorrido no Brasil: ao longo do século XIX, os exercícios físicos tornaram-se conteúdo dos currículos dos ensinos primário e secundário. Esse processo foi identificado pela historiografia portuguesa, conforme demonstrado no primeiro capítulo.

No debate em torno dos exercícios físicos, que envolvia duas vertentes, uma médica, outra militar, percebe-se, em alguns momentos, uma polarização maior entre essas duas correntes; em outros momentos, caminham juntas. De forma geral, essas vertentes não são antagônicas ou excludentes. Os citados estudos sobre a trajetória histórica da educação física em Portugal buscam delimitar marcos cronológicos que definem a predominância de uma ou outra vertente.

### **A educação física escolar em fins do século XIX: entre a higiene e a defesa nacional**

O marco inicial da escolarização da educação física em Portugal é o ano de 1836, quando a chamada “Reforma Passos Manuel” incluiu a educação física no ensino primário. Posteriormente, em 1887, a disciplina foi também introduzida nos liceus. Para José Gregório Viegas Brás, a instituição legal da disciplina, na primeira metade do século XIX, não garantiu que a educação física tornasse realidade. Por isso, em seu estudo, o autor preocupou-se com o processo de implementação da disciplina,

---

<sup>360</sup> BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física*. História de uma Disciplina desde o Antigo Regime até a I República. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006. CORREIA, Fernando. A educação física e a medicina em Portugal. Lisboa: *Separata da Imprensa Médica*, nº 12, 15 e 17, ano I, 1935. SERRA, Eurico. *Desportos, Educação Física e Estado*. Lisboa: Bertrand, 1939.

ocorrido sob três direções. Sua investigação centrou-se na “criação de condições de prática, na formação de professores e no processo de construção das experiências de aprendizagem”.<sup>361</sup> Para o autor, esses três elementos foram condição para a implementação da prática da educação física, que se tornou realidade na passagem do século XIX para o XX.

Ao longo do século XIX, a imprensa portuguesa, especialmente a pedagógica, discutiu amplamente a relevância e a finalidade dos exercícios físicos. Além da imprensa, algumas obras-síntese sobre o tema foram publicadas no período, como o livro de Augusto Filippe Simões editado em 1872, *Erros e preconceitos de Educação Física*, em que o autor busca analisar, além da ginástica, tudo o que se relacionava a saúde e a higiene, em um entendimento alargado do que significava educação física no século XIX. Um dos temas de estudo na obra são os chamados “exercícios militares”. O autor disserta sobre as vantagens dos exercícios militares, elencando os imperativos de defesa nacional e apontando o exemplo da Prússia, que, em 1870, foi superior militarmente à França graças à prática da educação física.<sup>362</sup> Para Simões, a vitória alemã deve-se ao ensino de ginástica vulgarizado nas escolas, nos regimentos e em clubes, cujo exemplo deveria ser seguido por Portugal. A degeneração física da população portuguesa seria um dos elementos para derrubar as resistências em relação à educação física:

Em Portugal temos mais difícil inocular estas idéias no ânimo do povo. A maior parte da gente repugnam os exercícios. A uns parecem prejudiciais, porque desconhecem os seus salutareos efeitos; a outros ridiculos, porque as pessoas sérias não se ocupam de semelhantes coisas; a muitos enfim, próprios não de moços bem educados, mas de arlequins e acrobatas. Todavia, ha um grande exemplo que a todos devera conhecer. Percorrei as ruas de Lisboa, atentai naquelas crianças linfáticas, pálidas, prometendo escrófulas na flacidez e no descorado das carnes, anunciando tubérculos pulmonares na estreiteza das espáduas do peito. Fixai bem na memória os caracteres da degeneração da raça. Depois, encaminhai-vos a Belém. Fareis apenas alguns quilômetros; é quase como se não saísseis da cidade. Entrai na casa pia.<sup>363</sup>

---

<sup>361</sup> BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física. História de uma Disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006, p. 33.

<sup>362</sup> Neste estudo, foi utilizada a terceira edição da obra, intitulada *Educação Física*, publicada em 1879.

<sup>363</sup> SIMÕES, Augusto Filippe. *Educação Física*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1879, p. 349.

Em contraposição às crianças lisboetas, Simões fala das crianças da Casa Pia de Lisboa<sup>364</sup>, instituição educacional localizada em Belém, em que se praticavam atividades físicas, inclusive exercícios militares. No final do século XIX, a Casa Pia de Lisboa era tida como uma instituição educacional de referência por seus modernos métodos pedagógicos e, inclusive, pelo ensino de ginástica e por sua “educação militar”. Em 1896, Antonio José de Mello escreveu na *Revista de Educação e Ensino*<sup>365</sup> um artigo elogiando o programa de educação física e militar na Casa Pia de Lisboa, elaborado por um militar:

O programa publicado pelo distinto oficial do nosso exército, o sr. capitão José de Mello, tem o cunho do militarismo, por meio do qual o seu autor mira ao retemperamento necessário do organismo e do caráter dos alunos, contrabalaçando por exercícios físicos regulamentares e pela disciplina militar, a tendência demasiadamente clássica dos primeiros graus de ensino, tal como é propagado na Europa desde séculos. As idéias e o trabalho deste distinto pedagogo estão orientados no sentido das mais modernas teorias, à parte alguma severidade de execução, que poderá ser abrandada com o aperfeiçoamento dos mesmos meios e processos de educação propostos e em via de realização.<sup>366</sup>

Apesar da ressalva à severidade militar imposta às crianças pela disciplina militar, o programa da Casa Pia de Lisboa é tido como referência. De volta à obra de Augusto Filippe Simões, é importante destacar que o autor não deixa de considerar as vantagens médicas e formativas dos exercícios militares:

Os exercícios militares têm as seguintes vantagens higiênicas: as marcas dos tempos, o ritmo, os movimentos harmônicos dos membros superiores e inferiores, do lado direito e do lado esquerdo, desenvolvem a agilidade e dão elegância ao corpo. A variedade das atitudes corrige a predisposição adquirida nas aulas para os desvios da coluna vertebral. As marchas dão força e robustez. Muitos dos exercícios desenvolvem a inteligência e a destreza. Enfim, a execução imediata das vozes do comando habitua os rapazes à obediência e disciplina. Tão importantes efeitos deveriam fazer adotar imediatamente os exercícios militares em todas as casas de educação.<sup>367</sup>

---

<sup>364</sup> A Casa Pia de Lisboa foi fundada em 1780. Seu objetivo era receber crianças órfãs e abandonadas, mendigos e prostitutas. Posteriormente, a instituição passou a ser também uma escola, deixando de ser apenas asilo e orfanato.

<sup>365</sup> A *Revista de Educação e Ensino*, editada por João Manuel d'Almeida Pessanha, Manuel Ferreira Deusdado e J. V. Carneiro, entre 1886 e 1900, é considerada a principal revista do campo pedagógico na passagem do século XIX para o XX em Portugal.

<sup>366</sup> MELLO, Antonio José de. A educação física e militar no Asilo de D. Maria Pia. *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, nº 11, nov., ano XI, 1896.

<sup>367</sup> SIMÕES, Augusto Filippe. *Educação Física*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1879, p. 353.

Simões entende os exercícios militares como antídoto para a degeneração física e para o desenvolvimento do hábito da disciplina. Defende que a educação física deveria ser dirigida por indivíduos que tivessem pertencido à classe militar ou por professores que frequentassem escolas que garantissem esse tipo de formação no exterior.

A obra citada é representante, em Portugal, da perspectiva social e pedagógica que estabelecia a ligação entre educação física e instrução militar. Para entender a questão dos exercícios físico-militares, Joaquim Pintassilgo, em sua obra sobre a educação cívica nas escolas primárias, acredita ser necessário reconhecer a grande influência francesa sobre a pedagogia portuguesa, especialmente no que se refere à constituição de batalhões escolares, que serão analisados em item específico mais adiante.<sup>368</sup>

Essa influência francesa pode ser percebida, por exemplo, por meio da publicação de artigos de pedagogos franceses nas revistas portuguesas. Gabriel Compayré, inspetor geral da instrução pública da França entre 1895 e 1905, publicou vários artigos em que, de alguma forma, tratava da questão dos exercícios físico-militares. Em 1893 declarava:

Não é só em nossos dias, como seria fácil crer, que se tem pensado em exercitar as crianças no manejo das armas: 'vi ontem, escrevia madame Sévigné, um rapazinho que achei bonito, tem sete anos; o pai ensinou-lhe a exercitar-se no mosquete e no chuço: é a coisa mais bonita do mundo. Fica-se gostando tanto do pequenito; este exercício desenvolveu-lhe o corpo; ele é decidido, destro, resolutivo. Prefiro isto a ver um mestre a dançar'. É inútil insistir sobre a utilidade da ginástica militar que é uma preparação para os deveres do cidadão, um tirocinio para os hábitos do soldado, ao mesmo tempo que apresenta a maior parte das vantagens que se podem esperar da prática da ginástica. Basta lembrar o lugar que ocupam os exercícios militares desde muito nas escolas na Alemanha.<sup>369</sup>

A passagem não deixa dúvidas sobre a relação entre a educação física e a instrução militar e a apologia a esta instrução. Em outro texto publicado na *Revista de Educação e Ensino*, de 1896, Compayré volta a defender os exercícios militares e a presença dos instrutores militares nas escolas, entendendo que as crianças

<sup>368</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 202.

<sup>369</sup> COMPAYRÉ, Gabriel. A educação física e intelectual. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 2, fev., ano VIII, 1893, p. 83.

francesas seriam, no futuro, operárias e também soldados. Por meio dos exercícios militares seria garantida a restituição do “caráter militar da nação francesa”, que deveria preparar-se para a guerra justamente por “gostar da paz”. Havia também uma justificativa econômica: “Pelos exercícios militares da escola, facilitar-se-á ao legislador o encurtamento do serviço efetivo debaixo das bandeiras, sem comprometer a força nacional”.<sup>370</sup> Esse argumento foi utilizado em Portugal quando da institucionalização da chamada “instrução militar preparatória”, em 1910, e também no Brasil, como já demonstrado no capítulo anterior.

Em outro número da *Revista de Educação e Ensino*, de 1899, Manuel António Ferreira Deusdado, coeditor do periódico, traduz e comenta as ideias pedagógicas de dois autores franceses, padre Didon e Bonvallot. Em ambos, Deusdado destaca a apologia aos exercícios militares. Já no encerramento do artigo, o autor transcreve a parte da conferência de Bonvallot:

[...] se quisermos mandar os nossos filhos para as colônias, deixemos-lhes o tempo de ver a vida, de se orientarem, de exercitarem nos exercícios físicos.

Interroguei sobre isso alguns dos nossos professores do Liceu, e eles responderam-me que os programas concediam cinco minutos por semana a cada rapaz para a ginástica. Portanto, os reitores do Liceu quase que nem lhes dão tempo para respirar ar puro, não tem meios para alugar um recinto de meio hectare onde os nossos filhos possam sequer fazer uns simulacros de guerra.

Seguindo a citada leitura de Joaquim Pintassilgo, percebe-se em Portugal a circulação de ideias francesas que relacionam a educação física aos exercícios físico-militares. Pode-se dizer que, na realidade, apesar da presença significativa de referências de autores franceses no campo pedagógico português, as ideias por eles difundidas podem ser observadas além nas fronteiras da França. São proposições que perpassam várias realidades nacionais e que constituem a base dos métodos ginásticos europeus. O discurso médico-higienista também é importante base para justificar esses métodos ginásticos. Em Portugal, percebe-se o vínculo entre os argumentos higiênicos e os de defesa nacional na proposição da educação física. O trecho de um artigo de Alfredo Dias, chamado “Educação física”, explicita muito bem

---

<sup>370</sup> COMPAYRÉ, Gabriel. Os outros exercícios da escola. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 10, out., ano XI, 1896.

o entendimento alargado do significado da educação física e sua relação com a defesa nacional:

Mais funesto do que sermos um diminutivo de nação seria o tornarmo-nos diminutivos de homens. Hora precisamente apertada conjuntura que o país atravessa, sob a garra adunca do leopardo inglês, se pretendemos criar e revigorar indústrias, aguerrir exércitos, fortificar portos, aparelhar armadas, e usufruir colônias; se aspiramos em suma a bem merecer o foro de nação autônoma, não lograremos o intento sem este requisito: da massa informe de cada recém-nascido saber fazer *um homem*; mas homem que valha e que se for um mecânico tenha músculos de aço sem cabeça de pederneira, ou como pensador seja mais do que um cérebro enxertado numa alforeca. A educação física, prosseguida com afinco, sabiamente conjugada nos vários tempos e modos – desde a infância até a velhice, a começar pelos cuidados de uma amamentação idônea, até aos jogos de adolescentes, aos cantos corais, aos exercícios ginásticos, ao manejo de armas, e às diferentes formas de esporte, aqui está a panacéia curativa de alguns, preventiva de quase todos os males que nos afligem, tanto mais temerosos que sendo propriamente moléstia *in actu*, constituem por assim dizer – e como tal insidiosa – a *doença dos sãos*.<sup>371</sup>

O autor, que assina como “professor de ginástica”, defende que a educação física regeneraria o homem e a nação portuguesa, curando as doenças e a fraqueza individual e social que a afligia. Importante ressaltar que o texto de Alfredo Dias comenta um parecer publicado pela *Revista* sobre um “programa de exercícios ginásticos sem aparelhos para uso nas escolas centrais do município de Lisboa”. Esse parecer foi solicitado pelo próprio Alfredo Dias, que defendia tal programa. As reflexões em torno da educação física em Portugal realizadas por pedagogos e médicos envolvem sempre a escola, ou seja, a educação escolar é propícia para difundir os projetos relacionados à disciplina.

À escola, tributava-se papel de destaque para, potencialmente, combater a degeneração física ou aumentá-la. Em três artigos, publicados nos anos de 1899 e 1900, o médico J. Bethencourt Ferreira salienta essa percepção:

As deformações notadas nos alunos sujeitos a más condições de escola, são um fato primitivo da educação escolar, e constituem um dos fenômenos que costumamos designar pela palavra – escolaridade.

Para remediar esse mal ameaçador das raças, vários alvites e inventos tem sido levados à pratica, entre eles a modificação ainda hoje incompleta e insuficiente dos assentos e carteiras ou mesas de escrita da escola.<sup>372</sup>

<sup>371</sup> DIAS, Alfredo. *Educação Física*. Revista de Educação e Ensino, Lisboa, nº 03, mar., ano VI, 1891, p. 127-128.

<sup>372</sup> FERREIRA, J. Bethencourt. Estudos antropológicos nas escolas. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 02, fev., ano XIV, 1899, p. 67.

Em outro artigo do mesmo autor, volta-se a repetir essa preocupação:

[...] assistimos ao definhamento das raças sob um ideal de falsa civilização e temos de compreender que a instrução, tal como ela usualmente e conforme a lei se ministra, a educação segundo o costume em vigor, são causas de doença, de degeneração e até de morte, se quisermos considerar o efeito letal de certos contágios, que se dão nas escolas, como nas aglomerações de gente mal saneadas.<sup>373</sup>

Em sua visão, a educação física solucionaria os problemas higiênicos, e a medicina era o saber autorizado a discutir essa disciplina nas escolas:

A educação física, tão descurada em vários tempos na escola e agora mais para admirar sua ausência nas praticas do ensino moderno, é um dos pontos mais discutidos da pedagogia e que só pode realmente com proveito ser discutido na posse de conhecimentos de medicina.

Em um terceiro texto, Ferreira repete a preocupação com a degeneração física em Portugal, prescreve a educação física nas escolas e, avançando em suas reflexões, ataca a prática dos exercícios militares nas escolas, por seu caráter rígido e artificial, que não contribui para o desenvolvimento das características específicas na “raça portuguesa”:

De fato nota-se um definhamento já sensível em demasia, tanto nos homens como nas mulheres, principalmente nas cidades, onde passa a ser difícil encontrar um braço capaz de se afazer às armas, corpos resistentes às durezas do trabalho e às fadigas que resultam da inevitável luta pela vida.<sup>374</sup>

E, ainda:

Os exercícios ginásticos têm geralmente um caráter menos natural do que os jogos populares, os divertimentos ao ar livre, o terçar armas, as danças, os descantes.

Se aplicarmos o mesmo raciocínio à educação das crianças, veremos que para elas os naturais folguedos, estimulados e dirigidos de certo modo, as divertem muito mais e obrigam a tomar mais vivo interesse pelos movimentos executados em equilíbrio muito mais natural e proveitoso, do que quando disciplinados por mestres mais ou menos severos, de uma forma que lembra sempre muito os exercícios militares, que muitos professores tem tomado como tipo para os processos físicos de

---

<sup>373</sup> FERREIRA, J. Bethencourt. Sobre a pedagogia no ponto de vista medico. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 04, abr., ano XIV, 1899.

<sup>374</sup> FERREIRA, J. Bethencourt. Regeneração física. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 8 e 9, ago. e set., ano XV, 1900, p. 371.

robustecimento da juventude, mas que hoje está provadíssimo que não satisfazem ao fim visado e muito menos quando se pretende estabelecer uma justa harmonia entre todas as faculdades, tornando o indivíduo capaz de poderosas e bem sustentadas iniciativas.

A instrução de ginástica nas escolas, sobretudo em França e Portugal, sob um regime militar, tem sido mais nefasta do que produtiva, no sentido do aperfeiçoamento dos caracteres distintivos das raças habitantes destes países. Várias tentativas de ginástica *militar* tem sido feitas entre nós e em França com manifesto mau êxito, e abandonadas a breve trecho.<sup>375</sup>

Percebe-se que Ferreira opõe os exercícios físico-militares graduados, seriados e repetitivos, a uma educação física mais higiênica, que se caracterizaria por maior liberdade de movimentos. A educação física apropriada à escola seria aquela que resgatasse os jogos, brincadeiras e danças tradicionais com mais liberdade e prazer.

O debate em torno da educação física observado nos artigos e livros citados foi percebido pela historiografia portuguesa e remete a uma discussão que se fazia no campo pedagógico em diversos países. Fernando Correia, em artigo clássico sobre a educação física em Portugal, identifica duas vertentes em torno da disciplina, uma militar e outra médica. Por ser publicado em 1935, já um afastamento cronológico que permitiu ao autor identificar e analisar o debate ocorrido na segunda metade do século XIX. Após longo histórico sobre a educação física, demonstra o peso de sua visão de médico ao afirmar:

A falta de êxito do ensino da ginástica nos liceus, devida a várias causas entre as quais os técnicos colocavam a falta de ginásios, falta de médicos escolares, duma escola de formação de professores de educação física, o carácter violento e por vezes precipitado como eram conduzidas certas lições, atribuído ao fato de grande parte dos professores serem militares e, por falta de colaboração médico escolar, por vezes esquecerem que um organismo infantil não tem a mesma robustez e a capacidade dum recruta.<sup>376</sup>

Como observa Correia, em Portugal a institucionalização da educação física em fins do século XIX foi marcada por argumentos que oscilavam entre a higiene médica e a defesa nacional militar. A interpretação atual da historiografia portuguesa sobre a trajetória da educação física continua percebendo o conflito entre correntes distintas.

---

<sup>375</sup> FERREIRA, J. Bethencourt. Regeneração física. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 8 e 9, ago. e set., ano XV, 1900, p. 374.

<sup>376</sup> CORREIA, Fernando. A educação física e a medicina em Portugal. Lisboa: *Separata da Imprensa médica*. nº 12, 15 e 17, ano I, 1935, p. 37.

Ao tratar da disciplina nos liceus portugueses, por exemplo, Luís Viana observa a predominância da perspectiva militar no final do século XIX,

Data do século XIX, mais propriamente de 1887, a introdução da disciplina de Educação Física nos liceus. Face a uma ausência de referências teóricas em Portugal esta seguirá, sensivelmente, as diretrizes que lhe eram sugeridas pela ginástica militar.<sup>377</sup>

No ensino primário português, o marco da presença de exercícios físico-militares é o ano de 1881, quando foram criados os batalhões escolares, na cidade de Lisboa.

### Os batalhões escolares na cidade de Lisboa

Os batalhões escolares, criados em escolas primárias da cidade de Lisboa, em 1881, são percebidos pela historiografia portuguesa como influência direta da França republicana. Essa leitura é realizada por autores da atualidade, como Rómulo de Carvalho, Joaquim Pintassilgo e José Gregório Viegas Brás, e contemporâneos daquele período, como Adolpho Coelho.<sup>378</sup> Neste tópico, serão analisados o funcionamento dos batalhões escolares em Portugal e será feita uma breve menção a instrução militar preparatória instituída ainda pelo governo monárquico no ano de 1907.

A articulação que levou à criação dos batalhões escolares no município de Lisboa iniciou-se com a inclusão no orçamento público de verba para o ensino de ginástica e de exercícios militares para alunos da escola número 1 para o período de 1875-1876.<sup>379</sup> Somente em 1881 é que a proposta se consolidou, com a nomeação do tenente Mardel Ferreira para ministrar os exercícios físico-militares nas escolas números 1 e 2. Em setembro de 1882, antes da efetivação dos batalhões escolares,

---

<sup>377</sup> VIANA, Luís. *A Mocidade Portuguesa e o liceu*. Lisboa: Educa, 2001, p.46.

<sup>378</sup> CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos*. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa. Lisboa: Edições Colibri, 1998. BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física*. História de uma Disciplina desde o Antigo Regime até à I República. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006. COELHO, F. Adolpho. *Questões pedagógicas: os exercícios militares na escola*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1911

<sup>379</sup> Um breve histórico sobre a experiência dos exercícios físico-militares nas escolas de Lisboa pode ser encontrado em: COSTA, J. C. Rodrigues da. O batalhão escolar do município Lisbonense. Froebel. *Revista de Instrução Primária*. Lisboa: Secretaria de Instrução do Município de Lisboa, nº 13, 2º ano, 1883.

o seu principal idealizador, o vereador J. Elias Garcia<sup>380</sup>, fez, na *Revista de Instrução Primária Froebel*, um histórico das tentativas de institucionalização dos exercícios militares, apresentando as dificuldades enfrentadas.<sup>381</sup> Em dezembro daquele ano, o município adquiriu armamento e equipamentos para montar os dois primeiros batalhões escolares, formados por 80 alunos de duas escolas. Àquela altura, todas as seis escolas centrais masculinas já praticavam a ginástica e os exercícios militares.

Em artigo publicado na *Revista Froebel*, J. C. Rodrigues da Costa descreve a indumentária e os equipamentos dos batalhões escolares:

O uniforme é elegante, cômodo, e severo: consta de jaleco e calça de flanela azul escura, polaina de brim branco, e *boina* ou boné com borla e fitas pendentes. N'esta fita em torno da *boina* está inscrito *Escola n.º... Central*.

Os jalecos têm a gola abatida, e são avivados, bem como as calças, com pano encarnado; os botões de metal branco têm as armas do município, e estão dispostos em peitilho. As borlas dos bonés são encarnadas para a escola n.º 1 e brancas para a n.º 6.

As armas são do sistema Gras, pequeno modelo, adotado nas escolas de Paris, e pesam pouco mais ou menos 2 kg, 100, têm espada baioneta, e esta bainha de ferro. O correão compreende um cinturão de polimento preto, com pala e patrona da mesma substância.

Como estas armas Gras, pequeno modelo, não dão fogo, pensam os oficiais instrutores em adquirir qualquer pequena carabina ou arma de tiro reduzido, que embora, em pequeno número de armamentos fornecidos, possa servir à indispensável e utilíssima instrução do tiro.<sup>382</sup>

A descrição do batalhão escolar e o entusiasmo do autor, dão mostras da seriedade com que esse projeto era encarado por alguns em Portugal. Gabriel Compayré denota o mesmo entusiasmo ao falar sobre os batalhões escolares franceses, que inspiram os portugueses:

Não são pois uma vã parada os exercícios daqueles batalhões escolares, que vão entrando cada vez mais nos nossos costumes. As crianças, que tem neles grande prazer, não representam de soldados, fazem seriamente

---

<sup>380</sup> Elias Garcia era "lente da Escola do exército" e "propagandista da instrução popular". COELHO, F. Adolpho. *Questões pedagógicas: os exercícios militares na escola*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1911, p. 6.

<sup>381</sup> GARCIA, Elias J. A instrução militar na escola primária e no liceu. *Froebel. Revista de Instrução Primária*. Lisboa: Secretaria de Instrução do Município de Lisboa, nº 7, set, 1º ano, 1882.

<sup>382</sup> COSTA, J. C. Rodrigues da. O batalhão escolar do município Lisbonense. *Froebel. Revista de Instrução Primária*. Lisboa: Secretaria de Instrução do Município de Lisboa, nº 13, 2º ano, 1883, p. 98.

uma coisa importante, útil e patriótica. Prepararam-se para serem os defensores da pátria e da república.<sup>383</sup>

De volta ao artigo de J. C. Rodrigues, outra percepção do autor é a de que a constituição dos batalhões escolares significou uma grande vitória alcançada pelo município, a qual foi reconhecida pela opinião pública, em contraposição à falta de apoio do governo central:

Estamos infelizmente em Portugal muito longe de compreender e aplicar aqueles fecundos ditames de regeneração militar; mas a idéia inicial surgiu, fez adeptos, tem evangelizadores, ganhou simpatias, começa de fruir por modo tal, que é lícito esperar nos resulte dela, não só a sensata refundição das nossas instituições militares, mas, o que é muito mais, uma profunda educação moral das novas gerações, ao presente desnorteadas e perdidas entre uma organização social que se desmantela e uma nova sociedade cujos principais lineamentos mal se desenham por ora nas nebulosidades do futuro.

[...] a vitória está ganha; a imprensa militar aplaude e saúda jubilosa a tentativa; o povo abraça os pequeninos soldados e sorri-lhes como se neles renascessem as antigas cintilações do nome português, o próprio parlamento ouve com interesse e efusivo afeto a propaganda do ensino militar nas escolas, e se o governo refuga ainda à evidência dos fatos, não lhe durará a relutância, se a opinião pública teimar em fazer ouvir bem alto a expressão da sua vontade.<sup>384</sup>

Em 1885, em artigo publicado também da *Revista Froebel*, Feio Terenas incentivava as Câmaras Municipais a seguirem o mesmo exemplo da Câmara de Lisboa e tornarem obrigatória a instrução militar nas escolas. O autor lamentou o fato de o projeto que propunha a instrução militar nas escolas primárias de todo o país não ter sido discutido e destacou a facilidade para as Câmaras adotarem a medida:

Em quase todas as cabeças de distrito, e mesmo nas sedes de conselho onde haja força militar, é fácil tal instrução [militar] e de pequena despesa. Depende apenas de um instrutor que, duas vezes por semana, ao terminar a aula, ministre aos alunos instrução militar. Armas adotam-se de pau enquanto não há outras, fardamento faz-se quando o permita o cofre do município, ou por subscrição na localidade, soldados escolhem-se nas classes mais adiantadas.<sup>385</sup>

---

<sup>383</sup> COMPAYRÉ, Gabriel. Os outros exercícios da escola. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 10, out., ano XI, 1896, p. 449.

<sup>384</sup> COSTA, J. C. Rodrigues da. O batalhão escolar do município Lisbonense. *Froebel, Revista de Instrução Primária*. Lisboa: Secretaria de Instrução do Município de Lisboa, nº 13, 2º ano, 1883, p. 97.

<sup>385</sup> TERENAS, Feio. A instrução militar nas escolas. *Froebel, Revista de Instrução Primária*. Lisboa: Secretaria de Instrução do Município de Lisboa, nº 5, mar., 2ª série, 1885, p. 51.

A visão de J. C. Rodrigues de que os batalhões escolares alcançaram ou estavam alcançando a simpatia de todos e tornando-se unânimes é parcial, assim como a propaganda de apoio aos exercícios físico-militares representada no artigo de Feio Terenas. Outra impressão que pode ser contraposta à dos simpatizantes dos batalhões escolares é a de Adolpho Coelho<sup>386</sup>, ferrenho crítico da proposta e grande autoridade no campo pedagógico português.

Testemunha ocular dos batalhões escolares lisboetas da década de 1880, Adolpho Coelho publicou, em 1911, um opúsculo intitulado *Questões pedagógicas: os exercícios militares na escola*, em que explica que a obra foi escrita no ano de 1907 quando o Ministério da Guerra tentou “ressuscitar os batalhões escolares” por meio da instituição de exercícios físico-militares nas escolas primárias e secundárias em todo o país. Não tendo prosperado a iniciativa, “o artigo já escrito não veio a ser publicado”. Em 1911, após a instituição do regime republicano, a questão dos exercícios militares voltou à baila, e o autor resolveu publicar o opúsculo.

Ao falar sobre os batalhões escolares da década de 1880, Adolpho Coelho os trata com ironia e registra o escárnio com que a população lidava com a iniciativa. O autor relata a primeira solenidade em que se apresentou um batalhão escolar em Lisboa:

Em 24 de dezembro de 1882 fazia-se na Sala do risco do Arsenal da marinha distribuição solene de prêmios às crianças das escolas municipais e comparecia ali o primeiro batalhão escolar com um efetivo de 80 mais ou menos garbosos soldadinhos, que não eram de chumbos, como o do conto de Andressen, mas, sem injúria, menos interessantes por certo que esse herói do inexcedível contista dinamarquês.

Sorriam-se os pais dos rapazinhos fardados e de espingarda de Gras ao ombro, folgava o povo miúdo ao vê-los passar ou em parada, como se se tratasse duma bonita mascarada de carnaval, não tomando o negócio a sério, vendo naquilo não uma preparação para a vida de soldado, de que os pais desejariam muito livrar os filhos na idade respectiva, mas sim um divertimento, feito com mais asseio do que os batalhões que os rapazes organizam por conta e risco, pondo na cabeça barretinas de papel e nos braços divisas do mesmo material.<sup>387</sup>

---

<sup>386</sup> Adolpho Coelho é reconhecidamente uma figura de grande destaque na intelectualidade portuguesa de fins do século XIX. Filólogo, escritor e pedagogo autodidata, foi professor da Universidade de Lisboa e da Escola Normal Superior de Lisboa e diretor de Escola Primária Superior de Rodrigues Sampaio. Texto adaptado de: NÓVOA, António. *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa, 2003.

<sup>387</sup> Essa citação e as que se seguem foram extraídas da obra: COELHO, F. Adolpho. *Questões pedagógicas: Os exercícios militares na escola*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1911.

Adolpho Coelho confirma a desqualificação social quando diz que os batalhões eram chamados de “batalhão da batata”, o que equivalia dizer que aquilo era uma “palhaçada”. Continua ironizando ao dizer que a lei que criou os batalhões “procedeu a uma organização completa das forças do exército infantil, com comandantes, etc., bem gratificados”, querendo com isso denunciar os interesses dos militares responsáveis pela prática. O fim dos batalhões escolares, na perspectiva do autor, poderia ser explicado da seguinte forma:

[...] dum lado, apesar dos aplausos da imprensa periódica, aquela imprensa que se tinha anos antes vendido a Bismarck, e da propaganda dos interessados nas gratificações, o exército infantil, não escapou, do mesmo modo que entre nós, aos motejos do povo desinteressado; doutro lado as famílias sentiram que não eram dos melhores educadores dos seus filhos esses instrutores recrutados entre ex-sargentos e alferes, cheirando a caserna.

Na visão de Adolpho Coelho, na França os progressos dos estudos de fisiologia aplicada aos exercícios corporais, ou seja, a “doutrina científica”, baniram os batalhões escolares. No caso de Portugal, o autor acredita que não foram nem as “idéias científicas” e nem a “repugnância das famílias” que extinguiram os batalhões. Adolpho Coelho sustenta que o governo central via com maus olhos as inovações pedagógicas no município que traziam despesas. No caso dos batalhões escolares, a situação se agravava em função do “cheiro de republicanismo” que tinham, ainda mais por estarem ligados a Elias Garcia, chefe republicano. No entanto, o texto identifica a ironia ocorrida em 1907 quando

[...] o ministro da guerra [João Franco] dum partido monárquico que fortemente combate o republicano e é combatido por este, quem veio a renovar há pouco disposições para a introdução daqueles exercícios [militares] na escola.

Adolpho Coelho estranhava o apoio dado pela monarquia portuguesa à prática dos batalhões escolares dos exercícios físico-militares, já que, no seu entendimento, isso é típico dos regimes republicanos. Para o autor, a contradição aumentava se se pensa que a fiscalização dos exercícios físico-militares nas escolas servia para combater o republicanismo:

Da inspeção dos exercícios militares na escola por oficiais do exército saiu a inspeção pedagógica das escolas de Lisboa, entregue a três desses oficiais,

inspeção que, dizia-se, tinha principalmente por fim obstar à propaganda republicana nesses estabelecimentos.

Além de serem inconciliáveis com o regime monárquico, o autor levanta uma série de argumentos pedagógicos para demonstrar a incompatibilidade dos batalhões escolares com a escola. Vale a pena verificar alguns dos trechos do artigo de Adolpho Coelho para compreender esse importante pedagogo português<sup>388</sup>:

[...] esses exercícios imbecilizavam os rapazinhos. Assisti à instrução militar nalgumas escolas, e visitem por 1883 (e ainda depois) as aulas de quase todas as centrais já então criadas em Lisboa, e vi ali muitos alunos hirtos, sorumbáticos, mecanizados, por efeito dessa instrução, e conversando com alguns colhi a confissão suficientemente clara de que os instrutores lhes inspiravam receio de algum castigo, sem que os levassem a tomar a sério os exercícios, e a respeitar quem os instruía.

[...] não deve confiar-se essa educação [física] a militares que, pela sua natureza mesma, são agentes demasiado conservadores.

Só pelo fato de que os exercícios militares exigem tensão cerebral tão bem caracterizada como os estudos, devem eles ser proscritos. [...] Quem tenha assistido à instrução dos recrutas haverá notado que metade do tempo é empregado a ouvir de pé a explicação dos exercícios, e que a outra metade gasta-se em estarem firmes como empalados, a fim de executar movimentos sacudidos, contrários à natureza e que abalam as vísceras sem utilidade para a saúde.

Ora o que queremos é que as crianças e adolescentes tenham saúde, vida, movimento, agilidade, o que não exclui a capacidade da inibição, que lentamente se deve nelas desenvolver.

A disciplina militar, os exercícios com carabina, as manobras são o que há mais eficaz para comprimir a espontaneidade dos movimentos, enervar a mocidade, arrancar às crianças toda alegria, envelhecê-los antes do tempo, suprimir a originalidade e tornar predominante na sociedade o tipo de autômato; cria-se o tipo desses infelizes que, na luta pela vida, nada são capazes de fazer por iniciativa própria e esperam sempre ordem e impulso alheio para procederem.

Dessa maneira, Adolpho Coelho expõe sua frontal discordância em relação aos exercícios físico-militares, apresentando argumentos diversos nos campos da fisiologia e da pedagogia. Também expõe a impropriedade de se confiar crianças e jovens a militares sem formação pedagógica e conhecimentos apropriados para lidar com essas faixas etárias. Por fim, o autor disserta sobre a possibilidade de a escola preparar “de modo indireto, o que há de vir a ser soldado” fisicamente e moralmente. Fisicamente, a higiene, os jogos livres e a ginástica apropriada à idade escolar,

---

<sup>388</sup> A leitura pedagógica que Adolpho Coelho fez dos batalhões escolares foi embasada, informou o autor, na obra do italiano Angelo Mosso, *L'educazione fisica della gioventù*. Alguns dos trechos contidos no artigo de Coelho citados aqui são oriundos da obra de Mosso.

inclusive marchas e contramarchas, “sem constrangimento, sem armas”, junto com o tiro de arco e de besta e os exercícios de visão a distância, poderiam garantir essa preparação indireta. Moralmente, a obediência, “virtude elementar do soldado”, poderia ser também desenvolvida na escola primária e na secundária.

Adolpho Coelho explica que em 1892, por meio de um decreto, a ginástica, os exercícios militares e os batalhões escolares foram extintos. Somente a Casa Pia de Lisboa manteve funcionando um batalhão e “[...] de vez em quando, por ocasião de alguma solenidade, o povo indiferente via passar os alilados levando por comandante um paisano adulto, fardado de militar”. O autor parece ter razão quando expõe sua crença de que os exercícios físico-militares eram próprios dos regimes republicanos. Em 1910, a implantação da República “ressuscitou” os exercícios físico-militares em Portugal, que reapareceram com bastante vigor.

Para Joaquim Pintassilgo, em Portugal, assim como na França, os batalhões escolares entraram em crise, devido “à dissociação entre a educação física e a instrução militar, com o reforço das posições pacifistas, designadamente no seio do professorado primário”.<sup>389</sup> Outra explicação para o desaparecimento dos batalhões escolares diz respeito à sobrevalorização do seu aspecto coreográfico. Essa sobrevalorização significou que o encantamento produzido pelos desfiles e movimentos produzidos pelos batalhões acabou por dissociá-los dos objetivos iniciais de preparação militar por meio da educação física.

### **Portugal republicano e a instrução militar preparatória**

A instituição formal e sistemática dos exercícios físico-militares está relacionada, em grande medida, ao ideário e ao regime republicano português. Em 1910, logo após a implantação da república, iniciaram-se as discussões sobre a implantação da instrução militar preparatória, destinada a crianças e jovens, dos 7 aos 19 anos. A partir daquele momento, uma ampla legislação emanada do Ministério da Guerra normatizou a prática.

---

<sup>389</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 202.

Antes da implantação da República, em 1907, o regime monárquico, sob a iniciativa do Presidente do Conselho de Ministros, João Franco, havia já proposto a institucionalização legal da instrução militar preparatória. Por meio de decreto de 27 de junho de 1907<sup>390</sup>, foram criados os cursos de instrução militar preparatória. Em anexo ao decreto, o *Diário do Governo*, publicou a justificativa elaborada pela Presidência do Conselho de Ministros enviada ao rei para a aprovação. Esse documento destaca as “vantagens” ou objetivos da medida: “facilitar a diminuição do tempo do serviço efetivo”; “desenvolver entre a população os sentimentos de disciplina e de devoção cívica”; e “promover o avigoramento da raça”.<sup>391</sup> O decreto previa a criação de carreiras de tiro, que seriam os centros onde ocorreriam os exercícios físico-militares.

Verdadeiros centros de instrução militar preparatória, essas carreiras, secundando o esforço da família, do sacerdote e do professor, devem necessariamente concorrer para difundir em todas as camadas do povo português os princípios mais consentâneos com o culto de todas as virtudes cívicas e guerreiras, desenvolvendo-lhes a força física pelo exercício racional da ginástica e avigorando-lhes as qualidades de caráter, atributo indispensável ao soldado dos exércitos modernos.

A instrução militar preparatória deveria difundir a prática de tiro ao alvo, a ginástica, os exercícios militares e a educação moral do soldado. A superintendência, a administração e a inspeção das carreiras de tiro ficariam sob a responsabilidade de militares da Secretaria da Guerra. O funcionamento das carreiras ocorreria nos domingos e nos dias santificados, entre março e outubro, e nelas poderiam matricular-se os civis de 15 a 45 anos. As escolas primárias também teriam participação na instrução militar preparatória:

Aos professores das escolas primárias cabe o dever de aproveitar todos os ensejos favoráveis para desenvolver nos alunos os sentimentos patrióticos e as virtudes militares, mostrando-lhes ao mesmo tempo a elevada missão que ao exército incumbe.

Os alunos que mais aproveitamento revelarem nesta especialidade educativa receberão do Ministério da Guerra, como prêmio, um livro apropriado à exaltação das virtudes cívicas e dos sentimentos patrióticos.

---

<sup>390</sup> PORTUGAL. Decreto de 27 de junho de 1907. Determinando o estabelecimento de cursos de instrução militar nas escolas primárias e liceus.

<sup>391</sup> Essa citação e as que se seguem foram extraídas do decreto: PORTUGAL. Decreto de 27 de junho de 1907. Determinando o estabelecimento de cursos de instrução militar nas escolas primárias e liceus.

Da mesma forma, o Ministério da Guerra promoverá a concessão de adequadas recompensas aos professores que, neste ramo de ensino, mais se distinguirem.

A instrução militar preparatória também poderia ser ministrada nos estabelecimentos de educação secundária (colégios e liceus) para jovens com mais de 15 anos. Para esse fim, o Ministério da Guerra nomearia um militar oficial para servir de instrutor e disponibilizaria o “armamento, correame e munições” necessários. Nos liceus e colégios, a instrução deveria seguir o programa dos recrutas da infantaria portuguesa e a prática de tiro seria reduzida<sup>392</sup> nas unidades escolares. Os jovens que obtivessem aprovação nos exames de instrução militar desfrutariam de diversas vantagens no momento de prestação do serviço militar. Portanto, somente instrutores militares poderiam dirigir a instrução militar preparatória propriamente dita. Os professores primários poderiam auxiliar o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos e das virtudes militares.

A instrução militar preparatória, instituída ainda durante a Monarquia, é percebida como uma contradição por autores como Rómulo de Carvalho<sup>393</sup>, Adolpho Coelho<sup>394</sup> e Joaquim Pintassilgo. que afirma:

Apesar de oriundos de um governo monárquico, os decretos de 27 de Junho são, se tivermos em conta os objetivos traçados, e por paradoxal que possa parecer, claramente influenciados pela experiência francesa dos batalhões escolares, desenvolvida, como é sabido, em contexto claramente republicano.<sup>395</sup>

José Gregório Viegas Brás também interpreta a legislação de 1907 com alguma surpresa:

[...] não deixa de ser curioso que o poder monárquico, em 1907, no momento em que vigorava a ditadura de João Franco, tenha querido aproveitar-se desta ideia. Os decretos de 27 de Junho procuram regulamentar a Instrução Militar Preparatória. Quando a onda belicista e nacionalista alastravam por toda a Europa, o Ministério da Guerra tentou

---

<sup>392</sup> O tiro reduzido significa a prática em alvos em menores distâncias e com armas de baixo calibre.

<sup>393</sup> CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

<sup>394</sup> Essa citação e as que se seguem foram extraídas da obra: COELHO, F. Adolpho. *Questões pedagógicas: os exercícios militares na escola*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1911.

<sup>395</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos*. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 203.

introduzir os exercícios militares no ensino primário e secundário, mas acabou por não avançar.

Apesar da iniciativa do governo monárquico não ter avançado, pode-se afirmar que os batalhões escolares são consequência de uma posição política de esquerda. É daqui que parte a ideia de formar os cidadãos-patriotas e cidadãos-soldados.<sup>396</sup>

Como informa José Gregório Viegas Brás, seguindo a tendência da historiografia portuguesa, a instrução militar preparatória, criada legalmente em 1907, não se consolidou, talvez, dentre outros motivos, em função do paradoxo apontado pelos diversos autores citados. Após a implantação do regime republicano em Portugal (1910), o Estado instituiu novamente a instrução militar preparatória. Poucos são os estudos acerca dessa prática no período republicano. A investigação mais aprofundada foi empreendida por Joaquim Pintassilgo, na já citada obra *República e Formação de Cidadãos*, publicada em 1998. O próprio autor acredita que seu estudo sobre educação moral e cívica na escola republicana portuguesa é "a primeira tentativa de abordagem sistemática" sobre o assunto e que é a primeira vez também que o tema da instrução militar preparatória é tratado de forma "detalhada".<sup>397</sup>

Vários outros autores mencionaram a instrução militar preparatória em Portugal. Porém, o assunto aparece sempre de forma tangencial em trabalhos que têm como objetos centrais outros temas ou são obras de estudo geral da história da educação, como no caso de Rômulo de Carvalho em seu clássico *História do ensino em Portugal*.<sup>398</sup> No VII Congresso Luso-Brasileiro de História de Educação, ocorrido no Porto, em 2008, foi apresentada a comunicação intitulada *A instrução militar preparatória na I República – A ginástica da educação cívica, a educação cívica da ginástica*, de autoria de José Viegas Brás e Maria Neves Gonçalves.<sup>399</sup> A seguir, apresentar-se-á um panorama histórico sobre a questão a partir da normatização

---

<sup>396</sup> BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física*. História de uma Disciplina desde o Antigo Regime até a I República. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006, p. 372.

<sup>397</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos*. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 20.

<sup>398</sup> CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

<sup>399</sup> BRÁS; GONÇALVES. *A instrução militar preparatória na I República – A ginástica da educação cívica, a educação cívica da ginástica*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008. 19 f. Mimeografado. Os autores da comunicação, professores da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, desenvolvem projeto de pesquisa sobre o tema.

legal emanada pelo Estado português e do debate pedagógico ocorrido em diversas esferas e registrado em livros e periódicos educacionais.

Dez dias após a Revolução de 5 de outubro de 1910, o Ministério da Guerra nomeou uma comissão encarregada de elaborar um projeto de regulamento de instrução militar preparatória. No ato, justificava-se a necessidade de se formar o “cidadão-soldado” para a defesa da pátria, pois seria necessário

[...] incutir e radicar nos ânimos o espírito militar, desde a primeira adolescência. A instrução militar, a familiarização com os instrumentos mais elementares da defesa pública, deve fazer parte integrante da educação cívica, têm de começar na escola primária. [...] E esta mesma instrução deve depois acompanhar sempre os educandos, por uma forma progressiva e metódica, na sua passagem sucessiva pelas escolas, de modo que todo o jovem português aprenda e sinta bem a noção de que tem de ser, ao mesmo tempo, um soldado para defender a sua pátria e um cidadão para a engrandecer.<sup>400</sup>

Interessante notar que a primeira grande ação republicana no campo da educação foi iniciada pelo Ministério da Guerra. Só posteriormente o Ministério do Interior realizou a primeira reforma educacional republicana, por meio do decreto com força de lei, de 29 de março de 1911.<sup>401</sup> No decreto, dizia-se que “o laboratório da educação infantil está para as camadas populares, sobretudo, na escola primária, e é lá que verdadeiramente se há de formar a alma da pátria republicana”. Em relação ao conteúdo, para o ensino primário complementar incluíram-se os “jogos, ginástica; passo e atitudes militares” e no ensino primário superior, “educação física, exercícios militares, ginástica, jogos”.

A instituição da instrução militar preparatória foi criticada por contemporâneos, como o já citado pedagogo Adolpho Coelho. Outro crítico feroz daquela iniciativa foi o professor de educação física Tolentino de Sousa Ganho, em artigo publicado após a constituição da comissão encarregada de formular o regulamento da instrução militar preparatória. O artigo de Ganho inicia-se já apontando a contradição autoritária do regime republicano ao instituir tal comissão.

---

<sup>400</sup> PORTUGAL. Ato de 15 de outubro de 1910. Nomeação de comissão para elaborar um projeto de regulamento de instrução militar preparatória.

<sup>401</sup> PORTUGAL. Decreto com força de lei de 29 de março de 1911. Reorganizando os serviços da instrução primária.

[...] tão longe foi levado o poder executivo, investido, pela força das circunstâncias, nas funções do poder legislativo, e tão firme quis tornar o êxito dessa reorganização que, excedendo-se, a 15 do mesmo mês baixava o decreto inovador à cerca da Instrução Militar Preparatória, pretendendo-se preencher, assim, uma lacuna deixada em aberto pelo regime, que caíra.<sup>402</sup>

O autor preocupa-se com a possível regulamentação que poderia surgir a partir do decreto, “monstruoso pela sua doutrina”, que colocava em perigo a liberdade e o progresso da sociedade portuguesa. A democracia portuguesa deveria repelir o militarismo e buscar a paz e a fraternidade entre os povos. Citando o decreto, o autor afirma que “incutir e radicar o espírito militar” nos homens seria retroceder à barbárie. Sua argumentação é radicalmente anti-militarista e pacifista, e ele não acredita no sucesso da iniciativa, até porque “[...] as armas de tiro reduzido não prestam, porque não matam a valer, e as outras são perigosas e pesadas para mãozinhas, que devem antes acostumar-se a acariciar [...]”. Afora o manejo das armas, Ganho vê grandes problemas na atuação dos instrutores militares, argumentando que eles não se preocupam em conquistar a colaboração dos alunos e, portanto, exigem uma disciplina externa e autômata. E, mesmo que a “disciplina externa” favoreça a “disciplina interna”, seu efeito será anulado pela falta de interesse e alegria essencial em qualquer processo pedagógico.

Ganho tem uma visão avançada da educação que relativiza o que deve ser considerado como objetivo da pedagogia:

[...] o aluno em destaque, na população de uma aula, é aquele que, por um trabalho metódico e consistente, chega a suprir deficiências da sua inteligência tarda, e não o que, por dom natural, apresenta qualidades brilhantes.

Assim, a prática militar de premiar aqueles com maiores capacidades natas levaria à instauração de conflitos nas escolas e ao reconhecimento, segundo o autor, dos piores estudantes. Outro grave problema da instrução militar preparatória seria tornar os professores primários instrutores militares, trazendo grande distorção de suas funções. Por fim, o autor afirma que as competências úteis ao cidadão-soldado poderiam ser desenvolvidas pela educação física, que “dirige-se à alma através do

---

<sup>402</sup> Essa citação e as que se seguem foram extraídas da obra: GANHO, Tolentino da Sousa. A instrução militar preparatória. *Revista de Educação Geral e técnica* - Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos, Lisboa, V. 1, n. 1, jan., 1911, p. 22-35, 1911, p. 22.

corpo”, e não pela instrução militar preparatória, que “poderá atuar sobre o corpo, mas paralisando o cérebro”. Sua proposta de educação física, ao invés de instrução militar preparatória, está sintetizada no seguinte trecho:

Por um desvio mínimo, tornando mais intensivos os exercícios de marcha, carreira e salto, conseguir-se-ia, para os candidatos às fileiras, maior capacidade respiratória, ao mesmo tempo que se obtinha a matéria-prima, com que se organizam os exércitos, fortalecida, flexibilizada, capaz, enfim, de se adaptar, sem dificuldades maiores, à vida de regimento e, sobretudo, à vida de campanha.

Os temores de Tolentino da Sousa Ganho se concretizaram em maio de 1911, quando a comissão formada no ano anterior finalizou seus trabalhos e foi publicado, por meio de decreto com força de lei, o regulamento da instrução militar preparatória.<sup>403</sup> No preâmbulo do decreto, argumenta-se que somente a preparação militar desde a infância poderia garantir a defesa da pátria em caso de guerra, já que o Estado não conseguia garantir o tempo necessário de treinamento aos recrutas. A economia de gastos era um dos objetivos fundamentais da proposta:

As condições do orçamento do Estado e da economia pública não permitem nem aconselham que os recrutas permaneçam nas fileiras todo o tempo necessário para bem se desenvolver o sentimento da unificação, o espírito militar e o hábito da disciplina, condições que, em tempo algum, se poderão dispensar nos exércitos solidamente preparados para fazer a guerra, ou prontos a desempenharem honrosamente a missão que a Pátria lhes confira. Por isso se torna imprescindível lançar mão de meios especiais, que permitam suprir os inconvenientes que naturalmente derivam da redução do tempo das escolas de recrutas e do serviço ativo.

Chega-se assim à concepção da Instrução militar preparatória, cujo objetivo é preparar, desde a infância, as gerações militares, dotando-as com a alma e o saber preciso para bem desempenharem a missão que lhes incumbe. Para que os mancebos cheguem à idade viril perfeitamente educados e instruídos nos seus deveres patrióticos é necessário que comece cedo a sua aprendizagem, ministrando-se-lhes um conjunto de noções e exercícios adequados à formação dos sentimentos cívicos, ao robustecimento do organismo e à cultura das virtudes individuais, tão nobres e úteis na vida militar como na vida civil.

Ainda no preâmbulo, determina-se que a instrução militar preparatória, que compreendia educação cívica, ginástica, exercícios elementares de tática, noções militares, tiro ao alvo e equitação, seria obrigatória, inclusive para as crianças e jovens que não frequentassem as escolas primárias e secundárias. A instrução militar preparatória seria dividida em dois graus. O 1º grau era destinado a crianças

---

<sup>403</sup> As citações que se seguem são do seguinte decreto: PORTUGAL. Decreto com força de Lei de 26 de maio de 1911. Regulando os serviços de instrução militar preparatória.

e jovens, entre 7 e 17 anos. Seria obrigatória a partir dos 10 anos e ministrada ministrada pelos próprios professores nas escolas. Era constituída de educação cívica, ginástica e canto coral. Seriam dispensados da prática apenas os que tivessem “defeitos orgânicos” ou que residissem a mais de 3 quilômetros dos locais de instrução.

O 2º grau, constituído pelo “ensino propriamente militar”, congregava os jovens de 17 anos até a idade do recrutamento militar. Seria ministrada nos campos de instrução militar: sedes das escolas que possuíssem condições indispensáveis, quartéis ou unidades de tropas e carreiras de tiros. Seria ministrada preferencialmente por militares e consistia em exercícios de tática, tiro ao alvo, equitação, ginástica, educação cívica e noções militares. Neste grau de instrução, desenvolver-se-ia o “ensino propriamente militar [...] quando os mancebos estão já fisicamente aptos para os exercícios que mais se aproximam das futuras exigências e durezas do serviço militar”. Deveria ser conduzida preferencialmente por instrutores militares, oficiais ou sargentos. Estavam livres da instrução os jovens que já estivessem alistados, os considerados inaptos por comissões competentes e os que morassem a mais de 5 quilômetros do local de instrução.

Em todas as escolas, a instrução militar preparatória deveria ser ministrada “pelo pessoal civil das mesmas”, professores de instrução primária, secundária, profissional e instrutores de ginástica. Os instrutores militares deveriam cooperar para a instrução nas escolas. O decreto estabelecia qual era o material necessário para o funcionamento dos cursos, divididos em dois grupos. O primeiro grupo era formado por “objetos necessários para as lições nas salas e pequenos terreiros”, “espingarda ou carabina, equipamento, tenda, abrigo, cavalete de pontaria, cordões de limpeza, cartas topográficas, cartuchos simulados, pistola”. O segundo grupo constituía “objetos necessários para os exercícios militares no campo”, “cinturões, bolsas de cartuchos, uniformes, objetos de limpeza”. Todo o material seria fornecido pelo arsenal do exército.

O decreto informa detalhadamente sobre a prática de tiro, que seria realizada apenas no 2º grau da instrução militar preparatória, e estabelece multas para os jovens que faltassem nesse nível de instrução sem motivo justificado. Ao final, são

apresentados os “programas dos cursos da Instrução militar preparatória”: educação cívica, ginástica, exercícios e noções militares e exercícios especiais. Também se informa sobre o modelo de caderneta individual para registro das atividades desenvolvidas nos cursos e da instrução de tiro.

A publicação do decreto gerou diferentes manifestações, contrárias e favoráveis à instrução militar preparatória. Na mesma revista que havia publicado o artigo de Tolentino da Sousa Ganho opondo-se à instrução antes mesmo de sua regulamentação, outro texto radicalmente contra os exercícios físico-militares nas escolas foi publicado, por F. Pinto de Miranda.

O artigo de Miranda apresenta argumentos próximos aos de Ganho, que se direcionam no sentido de defender a educação física que preparasse homens para serem bons soldados, e não a instrução militar preparatória que fizesse soldados. O autor também se preocupa muito com a situação do professor primário, que poderia ser desvalorizado por seu envolvimento com os exercícios militares:

[...] aparecendo atualmente nos jornais diários com uma frequência significativa, as palavras – *Militarismo* – *Nação armada* – *batalhões escolares* – *Instrução militar preparatória* – *Tiro reduzido*, etc. – as mais das vezes acompanhadas de considerações que tendem não só a deturpar o verdadeiro espírito da Educação Física escolar, mas também a criar no espírito público uma corrente desfavorável ao verdadeiro papel do professor primário na formação da personalidade e pessoa do cidadão, - entendo dever abrir um parêntese para protestar contra a ideia do ensino militar na escola primária e pôr rapidamente em ordem as relações das coisas, dando a Cesar o que é de Cesar.

O autor acredita que educação física e instrução militar preparatória são meios distintos, apesar de estarem intimamente ligados. Dessa maneira, deve-se entender o desenvolvimento humano em três diferentes períodos - infância, juventude e idade adulta -, que correspondem a três instituições diferentes: escola, associação e caserna. Respeitando-se essa ordem, é na caserna que se deve “formar soldados ensinando ao cidadão os deveres precisos que exige a organização militar”.

Um dos grandes problemas levantados na argumentação de Miranda diz respeito à preparação do professor primário em relação à educação física. O autor entende que as escolas normais não oferecem a formação necessária para os professores,

apesar de a educação física estar presente nos currículos dessas escolas. Assim, entende que qualquer pessoa pode se tornar professor de educação física. Isso é percebido como um absurdo, já que a atividade mal executada pode “comprometer a saúde da criança”. Em conclusão, o autor propõe:

Em primeiro lugar é necessário diplomar professores de educação física e para isso criar uma escola de educação física, [...] autônoma, sem aplicações militares ou médicas de começo [...]. Mais tarde essa escola poderia ter o ramo de ensino de ginástica médica e militar como por outro organizar o ensino de higiene industrial, social etc.

Esse trecho tem dois importantes significados: primeiro, Miranda revela a carência de professores habilitados para o ensino da educação física, especialmente na escola primária; segundo, o autor reforça a oposição entre duas vertentes no âmbito da educação física em Portugal, uma médica e outra militar. Na realidade, o que mais interessa no artigo de Miranda é demonstrar a existência de oposição à instrução militar preparatória.

A publicação de manuais para orientar a aplicação da instrução militar preparatória e o seu conteúdo revelam a perspectiva dos apoiadores dos exercícios físico-militares. Belmiro Fernandes, autor de um manual elementar de ginástica para orientar professores primários na execução da instrução militar preparatória, assevera na introdução do opúsculo:

De resto concorrer para a educação do soldado de Portugal é um dever de todos aqueles que prezam a liberdade e o progredimento da nossa querida Pátria, e foi consêio de que cumpro uma obrigação que elaborei umas breves instruções de ginástica [...].<sup>404</sup>

Em 1912, o governo português incrementou a instrução militar preparatória por meio da regulamentação das Sociedades de instrução militar preparatória.<sup>405</sup> A portaria que regulamentou o funcionamento dessas Sociedades informava:

---

<sup>404</sup> FERNANDES, Belmiro Augusto Vieira. *Instrução militar preparatória*: manual elementar de ginástica. Barcelos: Centro de Novidades, 1914, p. 8.

<sup>405</sup> As citações que se seguem são da seguinte Portaria: PORTUGAL. Portaria de 1 de junho de 1912. Regulamento das Sociedades de instrução militar preparatória.

Estas sociedades, que serão para todos os efeitos legais declaradas patrióticas e beneméritas, constituirão centros de educação destinados a desenvolver e cimentar as altas virtudes cívicas, em que se fundamenta o espírito militar dum povo, e a fortalecer a mocidade preparando-a para bem cumprir o seu dever militar.

Essas Sociedades deveriam cumprir formalidades legais emanadas pelo Ministério da Guerra, que as registraria e fiscalizaria. Os fins das Sociedades eram diversos e, de maneira geral, deveriam envidar esforços para a consolidação da instrução militar preparatória. Suas ações, no raio da educação física, moral e cívica, visavam “reduzir o tempo de permanência [dos portugueses] nas fileiras” e incluíam, por exemplo, “dedicar o máximo esforço à extinção do analfabetismo, criando escolas de instrução primária para adultos”. Nessa medida, percebe-se que o intuito do Ministério da Guerra com a regulamentação das Sociedades de instrução militar preparatória era granjear o apoio da sociedade civil para a consecução da instrução militar. Como já previsto, o Ministério da Guerra controlaria as atividades relacionadas à instrução militar preparatória, disponibilizando os instrutores militares para dirigirem a parte técnica das atividades e cedendo o material para as atividades. O apoio financeiro se daria de diversas formas, por exemplo, cessão de edifícios para abrigarem as Sociedades e isenção de franquia postal em correspondências emitidas. A portaria define os programas a serem seguidos pelas Sociedades da mesma forma como o decreto do ano anterior.

A partir de 1912 inicia-se a fundação das Sociedades de instrução militar preparatória. O estatuto da primeira Sociedade reconhecida e registrada pelo Ministério da Guerra previa, dentre diversos objetivos:

[...] ministrar instrução militar e educação cívica aos sócios efetivos, em harmonia com os regulamentos e ordenanças militares em vigor, concorrendo quanto possível para a realização da Nação armada e para o avigoramento da raça.<sup>406</sup>

Em maio de 1913, o *Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória*, editado por duas das Sociedades e distribuído para todas as demais registradas no

---

<sup>406</sup> SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO MILITAR PREPARATÓRIA Nº 1. Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória Nº 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912, p. 3.

Ministério da Guerra, informava a existência de 17 entidades em funcionamento.<sup>407</sup> Oito delas estavam sediadas em Lisboa, demonstrando uma concentração na Capital portuguesa. No *Boletim*, lamentava-se o fato de que após quase um ano de regulamentação as Sociedades não estavam ainda “bem compreendidas por muitos indivíduos avessos ao bom sentimento coletivo e associativo, os fins a que se propõem”. No mesmo *Boletim*, havia também, em nota, uma queixa contra o Ministério da Guerra:

É triste que se diga, que tendo-se prometido no diploma que criou as Sociedades de Instrução Militar em Portugal, que o Ministério da Guerra procuraria conseguir no mais curto prazo de tempo, edifícios e isenção de franquia postal, ainda até hoje, salvo raríssimas exceções feitas por alguns municípios, nada se tenha feito neste sentido, e estejam estas Sociedades vivendo unicamente do seu bolso, ao mesmo tempo que se cedem municípios para Sociedades muito menos patrióticas.

Essa passagem dá mostras das dificuldades encontradas pelas Sociedades de instrução militar preparatória. Na documentação pesquisada, há referências ao fracasso das Sociedades e à grande limitação de suas ações. No *Boletim* seguinte, publicado no mês de junho, um artigo compara a situação portuguesa à realidade francesa:

Compara-se agora a forma como a França olha pela educação física e militar dos seus futuros soldados com o que se pratica entre nós, em que as sociedades de preparação militar, vivem unicamente da boa vontade dos seus associados, pois que o Estado apenas lhe concede que se exercitem nas paradas dos quartéis, sem armas, sendo a instrução dada graciosamente por oficiais e sargentos, que patrioticamente roubam ao seu descanso ou aos seus prazeres parte dos domingos.<sup>408</sup>

Além dos problemas relacionados à consolidação da instrução militar preparatória, o próprio Ministério da Guerra reconhecia a existência de contestação da autoridade dos instrutores militares. Isso fica evidente no preâmbulo do *Regulamento Disciplinar para a Instrução Militar Preparatória*, publicado por meio de um decreto de dezembro de 1914:

---

<sup>407</sup> Essa citação e as que se seguem são do seguinte documento: *Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória*. Sociedades de Instrução militar Preparatória, Lisboa, S. 1, nº 1, mai. 1913.

<sup>408</sup> *Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória*. Sociedades de Instrução militar Preparatória, Lisboa, S. 1, nº 2, jun. 1913, p. 16.

Aquele diploma [que instituiu a instrução militar preparatória], porém, de tão rasgada iniciativa e de tão benéficos intuítos, não encontrou o país preparado para frutificar tão prontamente como é necessário ao valor e solidez do exército.

A curta experiência de três anos, conquanto tenha demonstrado que caminhamos na proporção devida, mais de que outras nações que há anos criaram a Instrução Militar Preparatória, evidencia também a relutância dum parte da população e uma relativa falta de educação geral, que por vezes põe em cheque o prestígio dos instrutores.<sup>409</sup>

Esse Regulamento é a última ação do Governo no sentido de normatizar a instrução militar preparatória. A historiografia portuguesa tem demonstrado que essa iniciativa fracassou. Na década de 1920, já estava praticamente desaparecida. Ainda em fins da década de 1910, encontram-se elementos que comprovam o esforço para a implantação da prática, como a publicação do *Manual de instrução militar preparatória*, de Miguel Garcia, em 1917<sup>410</sup>, e da conferência proferida por Antonio Argel de Melo, intitulada *A ação das sociedades de instrução militar*, em que o palestrante, membro da direção da Sociedade de instrução militar preparatória de Figueira da Foz, lamenta a postura de alguns opositores das Sociedades:

Aqui, nesta Sociedade, já alguma coisa se tem feito. É ainda pouco, mas, desde que nos sócios haja boa vontade de corresponderem aos esforços dos dirigentes, muito mais se empreenderá. E, valha a verdade, essa boa vontade não tem faltado até agora; pelo menos na maior parte, que outros há, felizmente em limitadíssimo número, que não encarando a sério as sociedades, riem e troçam, de tudo desdenham, a tudo põem entaves, e nisto se comprazem e disto se vangloriam como se praticassem um alto feito, uma ação meritória e digna.<sup>411</sup>

Em 1916, aconteceu em Lisboa o *Primeiro Congresso Nacional de Educação Física*, promovido pelo Ginásio Clube Português, evento marcado por intensas discussões que incluíram a instrução militar preparatória. O Ministério da Guerra enviou um representante, Desidério Augusto Ferro Beça, que apresentou a tese intitulada *A Instrução Militar preparatória*. Sua comunicação é riquíssima, na medida em que permite perceber a vontade do Ministério da Guerra em unir esforços com o Ministério da Instrução Pública para a difusão da instrução militar preparatória. No início de sua comunicação, Beça admite que "cinco anos depois da publicação da lei

---

<sup>409</sup> PORTUGAL. Decreto 1.561, de 1 de dezembro de 1914. Aprovando e mandando pôr em execução o regulamento disciplinar para a instrução militar preparatória anexo ao mesmo decreto.

<sup>410</sup> GARCIA, Miguel. *Manual de instrução militar preparatória*. Lisboa: Imprensa da Livraria Ferin, 1917.

<sup>411</sup> MELO, Antonio Argel de. *A ação das sociedades de instrução militar*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1916.

da IMP, ainda ela é desconhecida do grande público e, mesmo até, de muitas individualidades, que a não poderiam nem deviam ignorar".<sup>412</sup> No entanto, o autor apresenta um quadro de frequência que registra o crescimento da instrução militar preparatória em diversos quesitos (quadro 1). No desenvolvimento do trabalho, Beça traça uma história da instrução militar preparatória e dos esforços do Ministério da Guerra para instituí-la. Informa, por exemplo, que, apesar de os esforços do estado de guerra, instituído em função do primeiro grande conflito mundial, terem diminuído o quadro de instrutores militares, foram oferecidos cursos, em que cerca de mil professores primários se formaram. O autor conclui que "os principais colaboradores tem de ser os médicos e os professores".

Que, se crie no Ministério da Instrução Publica, uma repartição de educação física, e a esta se dê – nota de mérito – , como a qualquer outro ramo do ensino.

Que a cargo dessa repartição fique a parte pedagógica e estatística da educação fisica da juventude portuguesa até aos 16 anos de idade, restabelecimento dos jogos e cânticos nacionais, etc.

Que o Ministério da Guerra fique com o encargo da Instrução Militar Preparatória que mais propriamente se devia chamar 'a preparação militar' desde os 17 anos até á data do alistamento dos mancebos, nas fileiras do exército ativo.

Que estes dois organismos devem manter mais constante e íntima ligação para garantia segura do grande princípio da 'nação armada', de forma que professores e instrutores, caminhando de mãos dadas, incutam no espírito público 'que a caserna é hoje a continuação da escola'.

As proposições de Beça expressam a vontade da pasta da Guerra de compartilhar com a pasta da Educação a responsabilidade da instrução militar preparatória. Na realidade, desde o primeiro decreto de sua regulamentação, em 1911, a responsabilidade de formação dos jovens até 17 anos era dos professores, e para isso os instrutores militares do Ministério da Guerra apenas auxiliariam as escolas. A alteração proposta por Beça visava formalizar a responsabilidade do Ministério da Instrução Pública e aparelhá-lo convenientemente. Deve-se ressaltar que, em sua visão, a cooperação seria fundamental para atingir os objetivos da instrução militar preparatória. A ata da sessão em que foi debatida a tese de Beça contém um esclarecimento que caminha nessa direção:

---

<sup>412</sup> Essa citação e as que se seguem foram retiradas da obra: BEÇA, Desidério Augusto Ferro Beça. A instrução militar preparatória. In: GINÁSIO CLUB PORTUGUÊS (Org.). *Relatório, teses, atas das sessões e documentos do Primeiro Congresso Nacional de Educação Física*, 1916. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1917. p.127-136.

O Senhor Desidério Beça explica que o Ministério da Guerra, em 1911, estabeleceu a instrução militar preparatória, não quis, nem quer, açambarcar as atribuições de ninguém e muito menos as do Ministério da Instrução, com o qual deseja a mais perfeita união. Deseja até que cada um tenha aquilo que lhe pertença; e assim, entende que deve ser da sua incumbência a educação da criança até aos 16 anos, e dos 17 em diante então iria para a ginástica aplicada.

Outro trecho da ata da mesma sessão transcreve a impressão de um congressista sobre a instrução militar preparatória:

O Senhor Melo Vieira diz que o Governo, ao decretar a instrução militar preparatória, fez a legislação, como muitas que existem, só no papel; porque, de fato, ainda não está estabelecida no nosso país a instrução militar preparatória.

Por fim, dentre os “Votos do Congresso”, a questão da responsabilidade da instrução militar preparatória dos jovens até 16 anos aparece assim:

8º voto - Que se organizem as repartições de educação pedagógica que existem no Ministério da Instrução Pública de modo que possam promover a cultura física da criança portuguesa até aos 16 anos de idade e daí por diante fique pertencendo essa função ao Ministério da Guerra.

9º voto – Que estes dois organismos devem manter a mais constante e íntima ligação para garantia segura do grande princípio da 'nação armada', de forma que os professores e instrutores, caminhando de mãos dadas inculquem no espírito público 'que a caserna é hoje a continuação da escola'.

Os documentos citados evidenciam claramente a dificuldade de consolidação da instrução militar preparatória nos moldes propostos pelo Ministério da Guerra. As dificuldades passavam pelo despreparo dos professores e por um conflito de competências entre os dois ministérios envolvidos na questão. Por outro lado, percebem-se a discussão em torno do tema, e a presença do representante do Ministério da Guerra propondo ações para o maior sucesso da instrução militar preparatória significa a vontade do governo em torná-la mais efetiva.

Alguns dias após o Congresso, foi publicada uma lei reformando o *Regulamento da Instrução Militar Preparatória* de 1911. Uma das inovações foi a criação da *Comissão Central de Propaganda e Orientação*, com o fim de difundir a instrução militar preparatória.<sup>413</sup>

---

<sup>413</sup> PORTUGAL. Lei 623, de 23 de junho de 1916. Reformando o decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, que criou e regulamentou a instrução militar preparatória.

### Quadro 1

*A frequência da IMP foi nos três anos decorridos*

Anos	1912 – 13	1913 – 14	1914 – 15	1915 – 16
Núcleos	81	165	213	330
Sociedades	17	29	39	46
Mancebos	14.489	23.364	39.200	55.523
Verba orçamental		13.000\$00	21.000\$00	29.000\$00
Média por cabeça		\$55,6	\$55	\$53
Instrutores		527	743	1.062

Fonte: BEÇA, Desidério Augusto Ferro Beça. A instrução militar preparatória. In: GINÁSIO CLUB PORTUGUÊS (Org.). *Relatório, teses, atas das sessões e documentos do Primeiro Congresso Nacional de Educação Física*, 1916. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1917, p. 134.

No mesmo Congresso, outra tese relacionada aos exercícios físico-militares foi a de Dário Cannas. O autor elenca as vantagens e necessidades da vulgarização da prática de tiro para a defesa nacional e incentiva a construção de carreiras de tiro. Em relação à prática de tiro por crianças e jovens, Cannas afirma:

Entendemos que o tiro reduzido deve ser praticado logo nas primeiras idades porque reconhecemos nele um sem número de vantagens que permitem alcançar mais tarde com uma arma de guerra, as mais brilhantes classificações.<sup>414</sup>

Outra comunicação a ser citada é a do coronel Manoel Ferreira Ribeiro, chamada "Preparação da mocidade portuguesa para a guerra". O sugestivo título indica o conteúdo da apresentação, que se inicia com a seguinte afirmativa:

É de absoluta necessidade e de maior urgência que a mocidade portuguesa se prepare civil e militarmente para a guerra, mantendo, por completo, a nossa independência com uma notável e heróica evolução social e política de mais de 8 séculos.<sup>415</sup>

<sup>414</sup> CANNAS, Dário. O tiro com arma de guerra. In: GINÁSIO CLUB PORTUGUÊS (Org.). *Relatório, teses, atas das sessões e documentos do Primeiro Congresso Nacional de Educação Física*, 1916. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1917. p.191.

<sup>415</sup> RIBEIRO, Manoel Ferreira. Preparação da mocidade portuguesa para a guerra. In: GINÁSIO CLUB PORTUGUÊS (Org.). *Relatório, teses, atas das sessões e documentos do Primeiro Congresso Nacional de Educação Física*, 1916. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1917. p.195.

Os últimos documentos citados se expressam a favor dos exercícios físico-militares para crianças e jovens. No entanto, como já demonstrado, também havia posições contrárias que indicam ser este um tema bastante polêmico em Portugal. Dentre os opositores da instrução militar preparatória, Adolfo Lima, em 1914, em artigo intitulado *A escola e a guerra*, apresenta um discurso radicalmente pacifista e repele a presença de militares nas escolas, seja para ministrar instrução militar preparatória, seja para ministrar educação física.<sup>416</sup>

Em conclusão, pode-se dizer que a discussão em torno dos exercícios físico-militares em Portugal, inspirados pela experiência republicana francesa, girou em torno da necessidade de formação do cidadão-soldado e da difusão dos valores republicanos. A presença dos exercícios físico-militares na escola portuguesa inicia-se ainda no século XIX e passa pelos batalhões escolares até a instituição da instrução militar preparatória, que se manteve até fins da década de 1910. Durante todo esse período, a justificativa mais pragmática do Governo português e dos defensores dos exercícios físico-militares era a da economia de recursos e esforços advindos da preparação militar inicial, que reduziria o tempo de permanência dos recrutas no serviço militar. Juntava-se a esse argumento a ideia do fortalecimento da raça e da necessidade de preparação de toda a sociedade para a defesa nacional em um contexto de tensão nacionalista na Europa. O desenvolvimento da disciplina individual e social também embasava os argumentos favoráveis aos exercícios físico-militares.

Os opositores dos exercícios físico-militares nas escolas argumentavam em torno da ideia de que a educação primária deveria manter distância dos exercícios físico-militares por serem eles inapropriados para crianças e jovens. Nessa leitura, a pedagogia militar chocava-se contra os objetivos da escola. Desde fins do século XIX a implantação dos exercícios físico-militares nas escolas portuguesas sofreu oposições por parte, sobretudo, de pedagogos e de médicos.

A inexistência de professores habilitados para ministrar os exercícios físico-militares foi um fator que dificultou sobremaneira a sua implantação efetiva. Em um contexto

---

<sup>416</sup> LIMA, Adolfo. *A escola e a guerra*. . *Revista de Educação Geral e técnica* - Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos, Lisboa, V. 3, n. 2, out., 1914, p. 170-172.

de desenvolvimento da educação física como disciplina escolar, registra-se a ausência de formação de professores para lecionar a disciplina. Em se tratando de exercícios físico-militares, a situação era ainda mais complexa, uma vez que. A documentação mostra que os professores não tinham condição de efetivá-la. A publicação de manuais de instrução militar preparatória, destinados aos professores primários, e a organização de cursos preparatórios pelo Ministério da Guerra denotam as tentativas de formação de professores. A documentação consultada indica a insuficiência desses recursos para a efetivação sistemática dos exercícios físico-militares nas escolas.

## Considerações finais

Ao longo deste trabalho, o objetivo principal consistiu em verificar o grau de estabelecimento dos exercícios físico-militares na educação primária e secundária no Brasil e em Portugal na passagem do século XIX para o XX. Dito de outra maneira, buscou-se analisar em que medida os exercícios físico-militares prescritos na legislação escolar tornaram-se realidade nas escolas. A historiografia brasileira e a portuguesa pouco estudaram o tema sob esta perspectiva. A análise predominante nos estudos sobre a trajetória dos exercícios físico-militares está focada em fontes oficiais e legislativas, e nos debates intelectuais em torno do assunto. Essas fontes revelam as intenções do Estado e as discussões acerca do tema ocorridas no círculo governamental e no intelectual. Nessa medida, em uma leitura geral, percebeu-se que poucos são os estudos voltados para a prática dos exercícios físico-militares na escola no Brasil e em Portugal. Uma leitura mais aproximada revelou a inexistência em Portugal de estudos que tomassem como referência a escola. No caso brasileiro, os estudos focados nas práticas de exercícios físico-militares nas escolas existem, ainda que em pequeno número.

Existem peculiaridades próprias da historiografia brasileira e da portuguesa no que se refere aos exercícios físico-militares. A diferença que *salta aos olhos* é o maior número quantitativo de trabalhos sobre o assunto no Brasil. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de no Brasil já existir um campo de pesquisas e estudos sobre a história da educação física consolidado em diversas linhas e grupos de pesquisa localizados, em geral, em programas de pós-graduação de educação e de educação física. A produção sobre o tema, numericamente menor em Portugal, poderia ser explicada pelo número reduzido de pesquisadores e de linhas de pesquisa. Também se deve considerar a menor dimensão populacional portuguesa e, de forma geral, a menor estrutura de pesquisa naquele país, inclusive em termos relativos. Não se pode desconsiderar também a existência de tradições historiográficas próprias de cada país. Essas diferenças influenciam as escolhas dos objetos e temas de pesquisa, as interpretações realizadas e a predominância de vertentes historiográficas. Assim, a constatação de que existe maior número de estudos sobre o tema no Brasil deve ser relativizada, devendo ser atribuída a uma série de fatores.

A investigação realizada só permite elencar as hipóteses apresentadas, não sendo possível explicar esse fato de forma precisa.

A historiografia dos dois países realiza uma leitura comum da relevância do papel desempenhado por militares na constituição da educação física. No entanto, uma marcante diferença é que no Brasil as análises sobre os exercícios físico-militares identificam a presença do debate sobre os diversos métodos ginásticos europeus e a alternância de domínio de um ou outro método ao longo do tempo. Em Portugal, a prática dos exercícios físico-militares é atribuída a uma influência político-pedagógica direta da Terceira República Francesa e o foco de análise não se detém nos métodos ginásticos.

O estudo permite concluir que as proposições de inserção de exercícios físico-militares emanadas da legislação e dos programas de ensino foram em parte concretizadas. Contudo, o arcabouço legislativo que buscava a popularização dos exercícios físico-militares de forma coesa não se efetivou completamente. Percebe-se a existência de uma série de limites operacionais que impediram a implantação das intenções expressas na legislação. A falta de instrutores militares e de professores formados e a resistência por parte de pais, alunos e pedagogos foram importantes entraves para a consecução dos objetivos oficiais tanto no Brasil quanto em Portugal.

As prescrições oficiais especificavam, em alguns casos, que os exercícios físico-militares deveriam ser ministrados apenas por militares. No caso das evoluções militares em Minas Gerais, notam-se recorrentes problemas para a designação de instrutores militares. Em contrapartida, verifica-se que um número significativo de professores e professoras assumiu a função que, legalmente, deveria ser desempenhada por militares. Já a instrução militar obrigatória no ensino secundário deveria ser dirigida exclusivamente por militares do exército. A documentação registra o atendimento a todos os pedidos de designação de instrutores feitos ao Ministério da Guerra no período estudado. O processo de designação era marcado por dificuldades e por longa espera. Em Portugal, a instrução militar preparatória deveria ficar a cargo dos professores na escola primária e dos instrutores militares na secundária. Assim, o problema de falta de instrutores não estava posto no ensino

primário. Na escola secundária, o problema existiu e muitas são as referências aos limites de execução da instrução militar preparatória nesse nível de ensino. Isso remete a uma importante diferença relacionada à instrução voltada para alunos do ensino secundário nos dois países.

No Brasil, a instrução militar obrigatória, instituída em 1908, deveria ser realizada exclusivamente nos colégios e ginásios. Em Portugal, a instrução militar preparatória do 2º grau, criada em 1910, poderia ser realizada nas escolas civis e nos campos de instrução militar, quartéis ou unidades de tropas e carreiras de tiros. Na realidade, em Portugal, a Instrução voltada para alunos do ensino secundário era parte de um projeto maior de constituição de exercícios físico-militares dos portugueses até 45 anos. Esse projeto objetivava a cooperação da sociedade civil, e o governo esperava e incentivava os civis a criarem associações (Sociedades de instrução militar preparatória) que promoveriam a instrução. Dessa maneira, a instrução militar preparatória de 2º grau, destinada a jovens a partir dos 17 anos, não ficava restrita às escolas.

No Brasil, no período em estudo, o governo também incentivou o treinamento militar da sociedade civil por meio das chamadas "linhas de tiro". A diferença em relação a Portugal é que não se estabeleceu a preparação físico-militar dos jovens fora das escolas secundárias. Em relação ao ensino primário, também havia diferenças estabelecidas nos diplomas da instrução militar nos dois países.

Em Portugal, o 1º grau da instrução militar preparatória deveria ser desenvolvido nas escolas primárias e envolvia crianças a partir dos 7 anos. Assim, o projeto português de exercícios físico-militares iria da infância até os 45 anos e seria implementado pelas escolas e pela sociedade civil organizada, sob a direção do Ministério da Guerra. Nessa medida, entende-se que os exercícios físico-militares nas escolas foi parte de um amplo projeto social de preparação dos civis para a defesa nacional.

No Brasil, também existiu um projeto de preparação dos civis para a defesa nacional. A Lei do Sorteio Militar, de 1908, implantada de fato somente em 1916, expressa esse projeto liderado pelo Ministério da Guerra. A legislação brasileira não evidencia a mesma disposição oficial para apoiar a associação de civis em prol dos

exercícios físico-militares como em Portugal. Existiam sociedades, vinculadas à Confederação do Tiro Brasileiro, que objetivavam o treinamento militar mas sem o amplo apoio governamental previsto em Portugal. Isso explica o fato de a instrução militar obrigatória brasileira ser voltada apenas aos alunos do ensino secundário e ser praticada exclusivamente nos estabelecimentos educacionais. Em síntese, pode-se dizer que a instrução militar preparatória portuguesa difere-se da brasileira por englobar o ensino primário, o secundário e as Sociedades que congregavam homens até 45 anos. No Brasil, apesar de existir também um projeto geral de difusão dos exercícios físico-militares, a instrução militar obrigatória só contemplava os estabelecimentos de ensino secundários.

O despreparo dos professores também aparece como um empecilho à consolidação dos exercícios físico-militares. Esses exercícios eram parte integrante da educação física, e é preciso ressaltar que no período em estudo não havia escolas voltadas para a formação de professores daquela disciplina e que as escolas normais nem sempre habilitavam para o ensino. A documentação acerca do ensino primário citada no estudo do caso brasileiro mostra bem o problema da falta de habilitação dos professores. Em Portugal, funcionaram cursos organizados pelo Ministério da Guerra para habilitar os professores primários. A documentação portuguesa consultada não permite avançar em relação ao tema, sendo possível perceber, apenas, a existência do discurso de que os professores primários não tinham condição de assumir o ensino dos exercícios físico-militares. Para o ensino secundário, esse problema não estava colocado, já que os instrutores militares é que eram os responsáveis pelo ensino.

A inexistência de escolas de educação física em Portugal e no Brasil no período em estudo ajuda a entender o problema da formação de professores. O Centro Militar de Educação Física foi criado no Rio de Janeiro apenas em 1922 e originou a Escola de Educação Física do Exército, que foi a primeira instituição nacional a formar professores de educação física. Em Portugal, a primeira escola do gênero foi o Instituto Nacional de Educação Física, criado em 1940.

A ausência de professores habilitados é uma das questões que tornou indispensável em Portugal a necessidade de estabelecer uma forma de contato entre a pasta da

Guerra e a da Educação. Isso ficou muito evidente na comunicação apresentada pelo representante do Ministério da Guerra durante um congresso de educação física, em 1916. No Brasil, para a implementação da instrução militar obrigatória, o Ministério da Justiça e Negócios Exteriores, responsável pela educação precisou manter contato com o Ministério da Guerra, que era, na realidade, o responsável por garantir as condições materiais de efetivação da prática.

No caso das evoluções militares em Minas Gerais, a pasta da Educação também se reportava à Força Pública e à Brigada Policial. Existe aqui uma diferença importante: no Brasil não houve, em nenhum momento, uma normatização nacional em relação aos exercícios físico-militares na escola primária; Foram os estados que incluíram essas práticas por meio das secretarias que dirigiam a educação. Assim, não houve por parte do Ministério da Guerra no Brasil ações voltadas para a prescrição de exercícios físico-militares no ensino primário. A situação em Portugal é diferente, na medida em que foi o Ministério da Guerra que incluiu os exercícios físico-militares no ensino primário, por meio da instrução militar preparatória.

Essa ação da pasta da Guerra gerou em Portugal um conflito que ficou evidente no citado Congresso de Educação Física. Tanto na comunicação do representante do Ministério da Guerra quanto na sessão de debates aparece um conflito acerca dos limites da *jurisdição* de cada pasta. No Brasil, isso também é perceptível. Quando as escolas primárias e secundárias recorriam aos organismos militares para solicitar instrutores ou material de trabalho, nota-se que a relação não é totalmente harmônica, havendo dificuldades, lentidão, dúvidas e indefinições. Portanto, pode-se dizer que a implantação dos exercícios físico-militares nas escolas, quando dependia de órgãos militares, era conflituosa, tendo em vista o fato de que esses exercícios estavam na fronteira entre as competências da pasta de Educação e as da pasta da Guerra.

Outra evidência desse conflito está relacionada à atuação dos instrutores militares nas escolas. No caso brasileiro, o melhor exemplo é o do instrutor militar do Ginásio Mineiro que foi desacatado por um aluno. A indefinição do *lugar* do instrutor é significativa. Ele não era professor e nem lente, e por isso surgiu a dúvida sobre qual punição deveria ser aplicada ao aluno. A indefinição e a importância do caso são tão

significativas que o Ministério foi consultado sobre qual providência deveria ser tomada. Em Portugal, alguns textos publicados em revistas pedagógicas são taxativos quanto à impropriedade da presença do instrutor militar nas escolas. Entende-se que a falta de experiência, senso pedagógico e delicadeza dos militares poderia causar grandes problemas ao ambiente escolar. Tanto os conflitos narrados quanto a recusa da presença dos instrutores militares demonstram a falta de sintonia entre a escola e as práticas físico-militares. Na passagem do século XIX para o XX, também havia indefinições sobre o *lugar* dos professores de educação física nas escolas, tema bastante discutido pela historiografia brasileira.

A resistência da comunidade escolar quanto aos exercícios físico-militares também deve ser considerada como um entrave para a sua implantação. O que está sendo chamado aqui de *comunidade escolar* são os alunos, pais e profissionais que lidavam diretamente nas escolas e nos círculos do debate pedagógico. A resistência por parte dos pais e alunos ficou mais evidente no caso brasileiro. Observam-se oposições isoladas aos exercícios físico-militares por diversos motivos, que vão desde argumentos relacionados ao horário inapropriado e à intensidade dos exercícios até aqueles associados ao temor dos pais de que a experiência na escola levasse futuramente seus filhos a serem arregimentados no exército regular. As resistências eram isoladas no sentido de que não havia associações organizadas que lutassem por esse ideal, e sim indivíduos que, de forma fragmentada, contestavam os exercícios físico-militares. Em Portugal, foi considerável a oposição aos exercícios físico-militares dentre os intelectuais que associavam o discurso pacifista a argumentos estritamente pedagógicos. O argumento mais utilizado era o de que disciplina militar, imposta, não desenvolvia o auto-domínio, que seria o verdadeiro objetivo da pedagogia escolar.

O desinteresse das sociedades brasileira e portuguesa em relação à vida militar era grande e refletia o baixo *status* das instituições militares. A publicação da Lei do Sorteio Militar, em 1908, no Brasil tinha justamente o objetivo de ampliar a seleção dos recrutas e tornar a escolha mais justa em um contexto em que se queria aumentar o contingente de soldados e profissionalizar as forças armadas.<sup>417</sup> Em

---

<sup>417</sup> Sobre o assunto, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

Portugal, o processo é semelhante, e o governo republicano fez da instrução militar preparatória um amplo projeto de educação cívico-militar dos indivíduos, como demonstra Joaquim Pintassilgo.<sup>418</sup> A institucionalização dessa instrução fazia parte também de um movimento de profissionalização e aumento das forças armadas da República portuguesa.

Tanto a documentação pesquisada quanto as condições históricas referenciadas no parágrafo anterior permitem concluir que o objetivo imediato dos exercícios físico-militares nas escolas brasileiras e portuguesas era dar noções às crianças e jovens visando economizar tempo durante o serviço militar obrigatório. Em termos de filosofia-política, o que justificava os exercícios físico-militares nas escolas era a concepção de que na República todo cidadão deveria ser um soldado. Essa concepção desenvolveu-se com vigor na França, conforme demonstrado no segundo capítulo. A ideia de que os exercícios físico-militares reduziriam o tempo dos recrutas aparece nos dois países estudados, mas era apresentada de modo muito mais claro e objetivo em Portugal. Sobre a instrução militar preparatória, José Gregório Viegas Brás afirma:

Preconizava-se que o sistema de defesa do futuro tinha que fazer a redução do tempo de serviço e, ao mesmo tempo, acabar com a ideia de exército permanente. Na perspectiva desta nova classe que ascendeu ao poder, a defesa nacional passa a ser vista como um problema de todos, devendo por isso, cada um, estar apto para prestar a mais nobre das missões que é a defesa nacional. A questão é posta como uma necessidade resultante da nova organização democrática da sociedade [...].<sup>419</sup>

Nessa medida, pode-se dizer que o ideário democrático-republicano e a concepção de cidadão-soldado circulou tanto no Brasil quanto em Portugal na passagem do século XIX para o XX e embasou as ações de governo que inseriram a prática de exercícios físico-militares nas escolas.

A instituição dos exercícios físico-militares nas escolas ocorreu em um momento em que a instituição escolar passava por transformações e novos saberes passaram a compor os currículos, juntamente com novos métodos de ensino. Dessa forma, não

---

<sup>418</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

<sup>419</sup> BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física. História de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006, p. 514.

é possível precisar com exatidão o momento em que os exercícios físico-militares, constituintes do saber militar, foram escolarizados. Trata-se de um processo histórico, e por isso complexo e multifacetado. Nesse processo, os batalhões escolares parecem ser as primeiras formas organizadas de prática de exercícios físico-militares que adentram os muros escolares. No Brasil e em Portugal, os batalhões escolares foram institucionalizados localmente, ou seja, não houve participação do governo central. A fase de funcionamento dos batalhões escolares mais vigorosa foi nas duas últimas décadas do século XIX. Alguns autores mencionam a existência dessas organizações até a década de 1940 no Brasil.

Os batalhões escolares podem ser caracterizados como organizações escolares infanto-juvenis que realizavam práticas de imitação ou reprodução de atividades militares reais. Tanto no Brasil quanto em Portugal os documentos consultados destacam o poder simbólico dos batalhões escolares. A atividade mais relatada nos documentos são os momentos de desfile durante os eventos cívicos e festivos. Esses relatos dão conta da grande comoção cívica causada por eles. O elogio ao garbo, à disciplina e à precisão dos movimentos está presente em todas as narrativas encontradas. Para Joaquim Pintassilgo, houve uma "sobrevalorização do factor coreográfico" dos batalhões escolares na França, o que levou ao afastamento de seu objetivo inicial de educação física<sup>420</sup> e a sua conseqüente decadência. Os relatos investigados confirmam essa "sobrevalorização do factor coreográfico" em Portugal e no Brasil.

A documentação investigada mostra que os batalhões escolares constituíram-se em escolas centrais mais bem organizadas e com recursos suficientes para a iniciativa que demandava capital para a compra de uniformes e equipamentos. Também era necessário um instrutor militar para adestrar o Batalhão. Isso remete a uma reflexão sobre a prática dos exercícios físico-militares em diferentes modelos escolares. No Brasil, alguns autores têm discutido as possíveis *diferenças* da educação física desenvolvida nas escolas isoladas e nas escolas graduadas. A passagem do século XIX para o XX marcou a gradativa mudança de um modelo escolar ao outro. Marcus

---

<sup>420</sup> PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 202.

Aurélio Taborda de Oliveira<sup>421</sup> ressalta a importância de se pensar e investigar quais práticas, concepções e dispositivos relacionados à educação física foram mantidos e quais foram abandonados no momento de passagem de um modelo a outro. Essa indagação pode ser colocada para os exercícios físico-militares mas não tem sido discutida pela historiografia. Silvana Goellner acredita que "as atividades físicas praticamente inexistiam nas instituições de ensino na escola isolada. Figuravam apenas a nível de discurso".<sup>422</sup> Deve-se considerar que a autora está se referindo à meados do século XIX. De qualquer maneira, é importante registrar que a documentação consultada demonstra a prática dos exercícios físico-militares em muitas escolas isoladas mineiras nos primeiros anos do século XX. Demonstra, também, a diversidade de atores responsáveis pela prática, professores, militares, inspetores e outros sujeitos. Os estudos diacrônicos sobre o tema podem ser interessantes, já que poderiam revelar diferenças e semelhanças entre os dois modelos escolares.

A investigação demonstrou a diversidade de atores dirigindo os exercícios físico-militares no Brasil no ensino primário. No caso português, os textos legislativos mostram que somente os professores ministrariam os exercícios físico-militares. Isso não pode ser comprovado, em função do limite de informação das fontes consultadas.

Um dos objetivos do trabalho foi analisar sob o ponto de vista dos sujeitos o funcionamento dos exercícios físico-militares. Nessa medida, constatou-se que os indivíduos e setores militares não eram os únicos favoráveis à implantação dos exercícios físico-militares. No momento em que professores, inspetores, diretores e outros civis assumiam o desenvolvimento desses exercícios, comprovou-se a adesão dos indivíduos aos projetos sociais nacionalistas. Na realidade, há uma interdependência entre indivíduos e figurações e os exercícios físico-militares não devem ser entendidos como apenas uma iniciativa do Ministério da Guerra ou de organizações militares anacrônicas e distantes do interesse social. Por meio da

---

<sup>421</sup> OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação do corpo na escola brasileira, teoria e história. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

<sup>422</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 110.

pesquisa, percebe-se que a difusão dos exercícios físico-militares que constituem parte do código nacionalista ocorreu por meio da escola e contou com a adesão dos indivíduos e instituições responsáveis pela educação. Ressalva-se que esse processo foi polêmico e conflituoso, como demonstram o terceiro e o quarto capítulo.

Outra pergunta formulada no plano inicial da investigação dizia respeito ao conteúdo dos exercícios físico-militares. Pensava-se na importância de se conhecer quais eram as atividades desenvolvidas durante as aulas e atividades de instrução. A investigação demonstrou alguma dificuldade para se chegar a esta informação. É possível, pela legislação, visualizar o elenco de atividades previstas, mas de forma bastante genérica. Os relatórios escolares apontam a prática ou a ausência dos exercícios físico-militares, mas pouco detalham sobre as atividades. Assim, foi possível perceber apenas parcialmente o conteúdo dos exercícios físico-militares, análise realizada no terceiro e quarto capítulo.

Por fim, registra-se, novamente, que buscar o entendimento de como ocorreu o estabelecimento dos exercícios físico-militares nas escolas brasileiras e portuguesas primárias e secundárias na passagem do século XIX para o XX foi o objetivo fundamental da investigação. Tanto a questão geral quanto as perguntas específicas e a análise desenvolvida orientaram-se a partir de uma perspectiva de entendimento do tema em uma visão interna à escola. A leitura da bibliografia produzida sobre o tema demonstrou que a maior parte dos trabalhos analisa os exercícios físico-militares a partir de uma leitura externa à escola que privilegia fontes prescritivas, tais como a legislação e os programas escolares. A perspectiva de análise aqui apresentada não é totalmente inovadora, mas pouco usual. A historiografia brasileira já tem realizado estudos dessa natureza. No caso português, não foram encontrados estudos com essa característica.

## Referências bibliográficas

- ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais militares e história da educação. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. Anais... Porto: SPCE; São Paulo: ANPEd, SBHE, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ARRIAGA, Lopes. *Mocidade Portuguesa. Breve História de uma Organização Salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARROS, José D'Assunção. História comparada, um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, jun. 2007.
- BARROSO, João. *Os liceus: organização pedagógica e administração: 1836-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.
- BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Editora Movimento, 1991.
- BONORINO, Laurentino Lopes; MOLINA, Antônio de Mendonça; MEDEIROS, Carlos M. de. *Historia da Educação Física*. Vitória: Imprensa Oficial, 1931.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano XIX, nº 48, ago/1999.
- BRÁS, José Gregório Viegas. *A fabricação curricular da educação física. História de uma Disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. 2006. 683 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A instrução militar preparatória na I República – A ginástica da educação cívica, a educação cívica da ginástica*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008. 19 f. Mimeografado.

BRÁS, José Gregório Viegas; GONÇALVES, Maria Neves. A instrução militar preparatória na I República – A ginástica da educação cívica, a educação cívica da ginástica. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. Anais... Porto: SPCE; São Paulo: ANPEd, SBHE, 2008. p. 01-11.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII.- fim do séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papyrus, 1991.

CASTRO, Celso. In corpore sano, os militares e a introdução da educação física no Brasil *Antropolítica*, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem., 1997.

\_\_\_\_\_. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. in: \_\_\_\_\_ (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

CORREIA, Fernando. A educação física e a medicina em Portugal. Lisboa: *Separata da Imprensa médica*, nº 12, 15 e 17, ano I, 1935.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

\_\_\_\_\_. Estados-nacionais e exércitos na Europa moderna. Um olhar sobre o caso português. *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol.4, ano IV, nº 3, jul./Ago./Set., 2007.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *Cultura escolar e formação da boa sociedade: uma história do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. 2002. 217 f. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DUSSEL, Inês. Uniformes escolares y la disciplina de lãs apariencias. Hacia una historia de la regulación de los cuerpos en los sistemas educativos modernos. In: POPKEWITZ, Thomas; FRANKLIN, Barry; PEREYRA, Miguel (compiladores). *Historia cultural y educación, ensayos críticos sobre conocimiento y escolarización*. Barcelona, México: Ediciones Pomares, S.A., 2003.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas, definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, nº 28, dez., 2002.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FERRAZ, Francisco César Alves. Armamentismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000.

\_\_\_\_\_. Militarismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000.

FERREIRA NETO, Amarílio. A pedagogia e a Educação Física em João Ribeiro Pinheiro. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. Anais... Porto: SPCE; São Paulo: ANPEd, SBHE, 2008. p. 26-37.

\_\_\_\_\_. *A pedagogia no exército e na escola, a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & Ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GERKEN, Maria Aparecida de S. *Entre Bandeiras, árvores e bonecas: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930)*. 2009, Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GIRARDET, Raul. *A sociedade militar, de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOMES, Paulo Alexandre Parreira do Nascimento. *A disciplina de história e o seu ensino nos liceus de Portugal de 1895 a 1968*. 2005. 2 volumes. Dissertação (Ciências da Educação) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.

GONDRA, José. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GRÁCIO, Rui. Alguns problemas da pedagogia militar. In: \_\_\_\_\_, *Rui Grácio obra completa, da educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. In: \_\_\_\_\_, *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

HOUSSAYE, Jean. *Autorité ou éducation?* Paris: Esf Éditeur, 1996.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação; Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001.

KOHN, Hans. *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Fundo de Cultura Brasil, 1963.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos Anos 30. Anteprojetos e instauração de uma Organização da Juventude". In: *Análise Social*, 122, 4ª série, vol. XXVIII, 3º, 1993.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999. p. 227-250.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História?. In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia volta volver, um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Linhas de tiro. \_\_\_\_\_. In: *Toda Crônica*: Lima Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a "energização do caráter": projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)*, 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 2006.

MARINHO, Inezil Pena. *Contribuição para a história da educação física no Brasil: Brasil colônia, Brasil império, Brasil república*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MARINHO, Inezil Penna. *História da Educação Física e dos desportos no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Divisão de Educação Física, 1952. V. 2.

MATOS, Sérgio Campos. *História, mitologia, imaginário nacional. A história no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, Ltda., 1990.

MATTOSO, José. *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mario Soares; Gradiva Publicações Ltda, 2001.

MAXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1990.

MELO, Victor Andrade de. Inezil Penna Marinho e a Escola de Educação Física e Desportos/UFRJ. *Arquivos em Movimento*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 179-188, jul./dez. 2008.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército, currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2009.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Sempre Alerta! O movimento escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil (1910-1945)*. 2004. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NAVA, Pedro. *Balão cativo*. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

NAVA, Pedro. *Chão de Ferro: memória*, 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976.

NÓVOA, António. A educação nacional. In: ROSAS, Fernando (org.). *Portugal e o Estado Novo* (Nova História de Portugal – Vol XII). Lisboa: Editorial Presença, 1992.

\_\_\_\_\_. *Evidentemente: histórias da educação*. Lisboa: Edições Asa, 2005.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa, 2003.

NÓVOA, Antônio; SANTA-CLARA, Ana Teresa (Coord.). *Liceus de Portugal*. Lisboa: Histórias Arquivos Memórias, 2005.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal, último quartel do século XIX - meados do século XX*. Lisboa : Educa, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Apresentação. *Educação em Revista*. Curitiba, n. 33, 2009.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação do corpo na escola brasileira, teoria e história. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PARADA, Maurício Barreto A. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. 256 f., 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

PASSERINI. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni;

SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens, a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2., p. 319 a 382.

PEREIRA, Jardel Costa. *Grupo escolar de Lavras produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907-1918)*. 2005. 424 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PETITAT, André. *Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINTASSILGO, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

\_\_\_\_\_. Preparação Militar e educação cívica. In: \_\_\_\_\_, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

POPKEWITZ, Thomas; FRANKLIN, Barry; PEREYRA, Miguel (compiladores). *Historia cultural y educación, ensayos críticos sobre conocimiento y escolarización*. Barcelona, México: Ediciones Pomares, S.A., 2003.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882-1924)*. 115 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2007.

RAMOS, Rui. A estranha morte da monarquia constitucional. In: MATTOSO, José (Dir). *História de Portugal. Vol. VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

REVEL, Jaques. *Jogos de escalas, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIVIÈRE, Claude. *Os ritos profanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.

ROSAS, Fernando. A invenção de Portugal. In: MATTOSO, José (Dir). *História de Portugal. Vol. VII, O Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

\_\_\_\_\_. A cultura republicana. In: MATTOSO, José (Dir). *História de Portugal. Vol. VII, O Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SCHULZ, John. *O exército na política, origens da intervenção militar (1850-1894)*. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCHWARCZ, Liliam M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. O Império das festas e as festas do Império. In.: *As barbas do Imperador*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, mai/jun/jul/ago, número 20, 2002.

SIMÕES, Augusto Filipe. *Educação Physica*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1879.

SMITH, D. Anthony. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2001.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação física: raízes Européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista.

\_\_\_\_\_. Imagens do corpo "educado": Um olhar sobre a Ginástica do século XIX. In.: *Pesquisa Histórica na educação física*, vol 2 / Amarílio Ferreira Neto (org). Vitória: UFES. 1997. Pág. 5 a 32.

\_\_\_\_\_. *Raízes Européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001. 2ª edição revista.

SOUZA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1991)*. 1994. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*. Campinas. Nº 52, nov., 2000.

TEIXEIRA, Aleluia Heringes Lisboa. *A "gymnastica" no gymnasio mineiro – internato e externato (1890-1916)*. 180 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

TORGAL, Luis Reis. Ensino da história e ideologia. In: PROENÇA, Maria Cândida (coord.). *Um século de ensino da história*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

VAGO, Tarcísio Mauro. A escolarização da gymnastica nas escolas normais de Minas Gerais (1883-1918). In: FERREIRA NETO, Amarílio. *Pesquisa histórica na educação física*. vol. 2. Vitória: UFES. Centro de Educação física e Desportos, 1997.

\_\_\_\_\_. A Reforma do corpo na escola. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, et al. (Org.). *Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. No prelo.

\_\_\_\_\_. *Cultura escolar, cultivo de corpos: a educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *O liberalismo demiurgo: O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação e Identidade Nacional. In: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta (org.). *Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira*. Bragança Paulista. Edusf, 2006, p. 113-138.

\_\_\_\_\_. História política e história da educação. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIANA, Luís. *A Mocidade Portuguesa e o liceu*. Lisboa: Educa, 2001.

VIGARELLO; HOLT. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX. In.: CORBIN, Alain. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, volume 2

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. Do artesanato à profissão – Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In. STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e Memórias da educação no Brasil. Século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2004. vol. II.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Imperialismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000.

WACQUANT, Loic. *Esclarecer o Habitus. Sociologia, problemas e práticas*. Lisboa, nº 14, pp. 35-41, 2004. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/255.pdf>. Acesso em 14/06/2009.

WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*. Brasília, v. 11, n. 1/2, 2003.

WITOSLAWSKY, Henrique. *Discursos sobre modernização e militarização juvenil em Curitiba (1919-1928)*. 162 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

### Fontes documentais

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. Obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. v. X, t. II.

BARROS, João de. *Educação Republicana*. Lisboa: Liv. Aillaud e Bertrand, 1916.

BEÇA, Desidério Augusto Ferro Beça. A instrução militar preparatória. In: GINÁSIO CLUB PORTUGUÊS (Org.). *Relatório, teses, atas das sessões e documentos do Primeiro Congresso Nacional de Educação Física*, 1916. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1917. p.127-136.

Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória. Sociedades de Instrução militar Preparatória, Lisboa, S. 1, nº 1, mai. 1913.

Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória. Sociedades de Instrução militar Preparatória, Lisboa, S. 1, nº 2, jun. 1913.

BRASIL. Decreto 1.075, de 22 de novembro de 1890. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

BRASIL. Decreto 1.194, de 28 de dezembro de 1892. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

BRASIL. Decreto 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte.

BRASIL. Decreto 1.556, de 17 de fevereiro de 1855. Aprova o Regulamento do Colégio de Pedro II.

BRASIL. Decreto 1.652, de 15 de janeiro de 1894. Aprova o Regulamento para o Ginásio Nacional.

BRASIL. Decreto 2.006, de 24 de outubro de 1857. Aprova o Regulamento para os colégios públicos de instrução secundária do Município da Côrte.

BRASIL. Decreto 2.857, de 30 de março de 1898. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional e ensino secundário nos Estados.

BRASIL. Decreto 3.251, de 8 de abril 1899. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

BRASIL. Decreto 3.914, de 26 de janeiro de 1901. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

BRASIL. Decreto 4.468, de 01 de fevereiro de 1870. Altera os regulamentos relativos ao Imperial Colégio de Pedro II.

BRASIL. Decreto 6.947, de 8 de maio de 1908. Aprova o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

BRASIL. Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no Município da Côrte e o superior em todo o Império.

BRASIL. Decreto 981, de 8 de novembro de 1890. Aprova o regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal.

BRASIL. Lei 1.860, de 04 de janeiro de 1908. Regula o alistamento, o sorteio militar e reorganiza o Exército.

CANNAS, Dario. O tiro com arma de guerra. In: GINÁSIO CLUB PORTUGUÊS (Org.). *Relatório, teses, atas das sessões e documentos do Primeiro Congresso Nacional de Educação Física*, 1916. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1917.

COELHO, F. Adolpho. *Questões pedagógicas: os exercícios militares na escola*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1911.

\_\_\_\_\_. *História dos exercícios físicos na sua relação com o desenvolvimento moral*. Separata dos Arquivos da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1915.

COMPAYRÉ, Gabriel. A educação física e intelectual. *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, nº 2, fev., ano VIII, 1893.

\_\_\_\_\_. Os outros exercícios da escola. *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, nº 10, out., ano XI, 1896.

CORREIA, Fernando. *A educação física e a medicina em Portugal*. Lisboa: Separata da Imprensa médica, nº 12, 15 e 17, ano I, 1935.

COSTA, J. C. Rodrigues da. O batalhão escolar do município Lisbonense. Froebel, *Revista de Instrução Primária*. Lisboa: Secretaria de Instrução do Município de Lisboa, nº 13, 2º ano, 1883.

DEUSDADO, Ferreira. As questões do ensino em França. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 02, fev., ano XIV, 1899.

DIAS, Alfredo. Educação Física. *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, nº 03, mar., ano VI, 1891, p. 127-128.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO MILITAR PREPARATÓRIA. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

FERNANDES, Belmiro Augusto Vieira. *Instrução militar preparatória, manual elementar de ginástica*. Barcelos: Centro de Novidades, 1914.

FERREIRA, J. Bethencourt. Estudos antropológicos nas escolas. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 02, fev., ano XIV, 1899.

\_\_\_\_\_. Regeneração física. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 8 e 9, ago. e set., ano XV, 1900.

\_\_\_\_\_. Sobre a pedagogia no ponto de vista medico. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 04, abr., ano XIV, 1899.

GANHO, Tolentino da Sousa. A instrução militar preparatória. *Revista de Educação Geral e técnica - Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos*, Lisboa, V. 1, n. 1, jan., 1911, pp. 22-35, 1911.

GARCIA, Elias J. A instrução militar na escola primária e no liceu. Froebel. *Revista de Instrução Primária*. Lisboa: Secretaria de Instrução do Município de Lisboa, nº 7, set, 1º ano, 1882.

GARCIA, Miguel. *Manual de instrução militar preparatória*. Lisboa: Imprensa da Livraria Ferin, 1917.

LIMA, Adolfo. A escola e a guerra. *Revista de Educação Geral e técnica - Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos*, Lisboa, V. 3, n. 2, out., 1914.

MELLO, Antonio José de. A educação física e militar no Asilo de D. Maria Pia. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 11, nov., ano XI, 1896.

MELO, Antonio Argel de. *A ação das sociedades de instrução militar*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1916.

MINAS GERAIS Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Decreto 655, de 17 de outubro de 1893. Promulga o regulamento das escolas de instrução primária.

MINAS GERAIS. Decreto 1.348, de 8 de janeiro de 1900. Promulga o regulamento das escolas de instrução primária.

MINAS GERAIS. Decreto 1.947, de 30 de setembro de 1906. Aprova o Programa do Ensino Primário.

MINAS GERAIS. Decreto 1.960, de 16 de Dezembro de 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado.

MINAS GERAIS. Decreto 1.969, de 3 de janeiro de 1907. Aprova o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas isoladas do Estado.

MINAS GERAIS. Decreto 2.836, de maio de 1910. Reformula o programa da Escola Normal Modelo da Capital e das demais escolas normais.

MINAS GERAIS. Decreto 3.191, de 9 de junho de 1911. Aprova o regulamento geral da instrução do Estado.

MINAS GERAIS. Decreto 4.955, de 03 de abril de 1918. Aprova os programas de ensino para as escolas normais modelo, regionais e equiparadas do Estado.

MINAS GERAIS. Lei 281, de 16 de setembro de 1890. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas.

MINAS GERAIS. Lei 41, de 3 de agosto de 1892. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas.

MIRANDA, F. Pinto de. A educação física na escola primaria. *Revista de Educação Geral e técnica - Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos*, Lisboa, V. 1, n. 3, abr., 1912, pp. 219-231, 1912.

PORTUGAL. Ato de 15 de outubro de 1910. Nomeação de comissão para elaborar um projeto de regulamento de instrução militar preparatória.

PORTUGAL. Decreto 1.561, de 1 de dezembro de 1914. Aprovando e mandando pôr em execução o regulamento disciplinar para a instrução militar preparatória anexo ao mesmo decreto.

PORTUGAL. Decreto com força de Lei, de 26 de maio de 1911. Regulando os serviços de instrução militar preparatória.

PORTUGAL. Decreto com força de Lei, de 29 de março de 1911. Reorganizando os serviços da instrução primária.

PORTUGAL. Decreto, de 27 de junho de 1907. Determinando o estabelecimento de cursos de instrução militar nas escolas primárias e liceus.

PORTUGAL. Lei 623, de 23 de junho de 1916. Reformando o decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, que criou e regulamentou a Instrução Militar Preparatória.

PORTUGAL. Portaria de 1 de junho de 1912. Regulamento das Sociedades de instrução militar preparatória.

REIS, Almeida. Exercícios físicos. *Revista de Educação e Ensino*. Lisboa, nº 9, set., ano XIII, 1898.

RIBEIRO, Manoel Ferreira. Preparação da mocidade portuguesa para a guerra. In: GINÁSIO CLUB PORTUGUÊS (Org.). *Relatório, teses, atas das sessões e documentos do Primeiro Congresso Nacional de Educação Física*, 1916. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1917.

SERRA, Eurico. *Desportos, educação física e estado*. Lisboa: Bertrand, 1939.

SIMÕES, Augusto Filipe. *Educação Física*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1879.

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO MILITAR PREPARATÓRIA Nº 1. Estatutos da Sociedade de Instrução Militar Preparatória Nº 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

TERENAS, Feio. A instrução militar nas escolas. Froebel, *Revista de Instrução Primária*. Lisboa: Secretaria de Instrução do Município de Lisboa, nº 5, mar., 2ª série, 1885.

Anexo 1

Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)

Ano	Escola / Distrito / Cidade	Nome do responsável	Situação Funcional	Situação Funcional					Código do código APM
				Professor	Professora Militar	Inspetor ou diretor	Sem vínculo	Não informada	
1907	Escola masculina de Santo Antônio das Pontes / São João Del Rei	Fernando Farnesi de Gouveia	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3250
1907	Escola Particular / Uberaba	Alceu de Souza Novaes	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3250
1907	Escola masculina de Porto Real de São Francisco / Bambuí	Severino Garcia de Carvalho	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3250
1907	Escola masculina de Rio Novo / Formiga	Agostinho Penido	Sem vínculo (marido da professora)	0	0	0	0	1	SI - 3250
1907	Escola masculina urbana de Formiga	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3250
1908	Escola do sexo masculino de São José do Carrapicho	José Evangelista de Souza Coutinho	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3268
1908	Segunda escola do sexo masculino de Bomfim / Sabará	Antonio de Almeida Junior	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3268
1908	Escola do sexo masculino do distrito de Entre Rios	Antonio Raymundo da Paixão e José Augusto de Almeida	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3268
1908	Escola do sexo masculino do distrito de Conceição da Barra	Carlos Passos Andrade	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3268
1908	Escola da cidade de Guarani	Cabo do destacamento local	Cabo militar	0	0	1	0	0	SI - 3268
1908	Primeira cadeira do sexo masculino da cidade de Jaguary	Thomaz de Aquino Pereira	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3286
1908	Grupo Escolar da villa de São Caetano da Vargem Grande	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3286
1908	Escola do sexo masculino de Santana de Cataguases	Jayme Pinto	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3286
1908	Escola pública do sexo feminino de Candeias	Maria José Barreto	Professora	0	1	0	0	0	SI - 3286
1908	Escola do sexo masculino da cidade de Dores do Indaí	Cabo do destacamento	Cabo do destacamento	0	0	1	0	0	SI - 3286
1908	Grupo escolar de Palmyra	Comandante do destacamento local	Comandante do destacamento	0	0	1	0	0	SI - 3288
1908	Escola pública	Álvaro de L. Mendes	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3288
1908	Escola pública urbana primária do sexo masculino de Estrela do Sul	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3281
1908	Escola da cidade de Bonfim	José Antonio de Almeida Junior	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3281

Anexo 1

Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)

Ano	Escola / Distrito / Cidade	Nome do responsável	Situação Funcional	Situação Funcional					Código do código APM	
				Professor	Professora	Militar	Inspector ou diretor	Sem vínculo		Não informada
1908	Escola de Soledade de Itajubá	Gustavo Symphronio Moreira	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3281
1908	Aula pública do sexo masculino de Candêas / Município de Campo Bello	Candido Olympio d' Oliveira Barreto	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3281
1908	Escola de instrução primária do sexo masculino de São Sebastião do Paraíso	Isidoro Correia Lima	Alferes	0	0	1	0	0	0	SI - 3281
1908	Primeira cadeira do sexo masculino de Theófilo Otoni	José Eustachio de Miranda	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3281
1908	Escola mista da cidade de Theófilo Otoni	Francisca Constança Lopes	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3281
1908	Escola pública do sexo masculino de Villa de Santa Quitéria	Ambrosina Orsini e Castro	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3282
1908	Escola mista do Município de Ouro Preto	Antonio Demetrio Gonsalves	Inspector	0	0	0	1	0	0	SI - 3282
1908	Escola do sexo masculino de São Domingos de Mariana	Nilson Benjamin Monção	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3282
1908	Escola do sexo masculino de Januária	Josina Mota	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3282
1908	Escola pública do sexo masculino de Soledade de Itajubá	Symphronio Moreira	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3282
1908	Aula em Santa Rita de Caldas	José Theodoro do Nascimento	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3282
1908	Escola de Monte Santo	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3282
1908	Escolas de Jaguary / Sul de Minas	Professor	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3287
1908	Escolas públicas municipais de Doreis do Indayá	Instrutor militar	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3287
1908	Primeira cadeira de Jaguari	Thomaz de Aquino Pereira	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3287
1908	Escola pública masculina de Santana do Barroso	Arthur Nelson Silva Alonrão	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3287
1908	Primeira cadeira do sexo masculino de Santa Luzia	Lucas Jose de Menezes	Sargento	0	0	1	0	0	0	SI - 3256
1908	Segunda cadeira do sexo masculino de Santa Luzia	Lucas Jose de Menezes	Sargento	0	0	1	0	0	0	SI - 3256
1908	Escolas feminina e masculina / Distrito de Pedro Leopoldo / Município de Santa Luzia	Raul Harriot	Suplente de inspetor escolar	0	0	0	1	0	0	SI - 3256
1908	Escola masculina de Capim Branco / Santa Luzia	Raymundo Nonato Corrêa Filho	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3256
1908	Escola masculina de Villa Nova de Lima	Antonio de Oliveira Fonseca	Furriel	0	0	1	0	0	0	SI - 3256
1908	Primeira cadeira do sexo feminino de Vila Nova de Lima	Antonio de Oliveira Fonseca	Furriel	0	0	1	0	0	0	SI - 3256
1908	Escola mista de Raposos / Município de Sabará	Maria Jose Augusta dos Santos	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3256

Anexo 1

Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)

Ano	Escola / Distrito / Cidade	Nome do responsável	Situação Funcional	Situação Funcional						Código do código APM
				Professor	Professora	Militar	Inspetor ou diretor	Sem vínculo	Não informada	
1908	Escola masculina de Pedro Leopoldo	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3256
1908	Escola masculina de Santa Luzia	Lucas Menezes	Sargento	0	0	1	0	0	0	SI - 3256
1908	Escola masculina de São Miguel de Ganhães / Serro	Oscar Augusto Leão e Francisco Brandão	Professor e furriel da policia	1	0	1	0	0	0	SI - 3256
1908	Escola de Divino dos Guanhães	João Vicente Alves	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3256
1908	Escola de São Miguel de Guanhães	Oscar Augusto Leão	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3256
1908	Escola do sexo masculino de Itabira	Traiano Pocopio de Alvarenga Monteiro	Inspetor escolar distrital	0	0	0	1	0	0	SI - 3256
1909	Escola mista de Dr. Lund	Clemência Maria de Jesus	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3294
1909	Cadeira masculina de Taquarassu / Município de Caethé	Rita Octaviano de Alvarenga	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3294
1909	Cadeira masculina de Cordisburgo	Candido Pereira de Souza	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3294
1909	Cadeira masculina do distrito de Jequitibá	Victor Diniz Pinto Alves	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3294
1909	Cadeira masculina do distrito de Trairas	Coronel Modestino Caelano Candido de Andrade	Inspetor escolar	0	0	0	1	0	0	SI - 3294
1909	Grupo Escolar de São José da Lagoa / Município de Itabira	José Neves Colem	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3294
1909	Grupo escolar de Itabira	Não informado	Comandante do destacamento local	0	0	1	0	0	0	SI - 3294
1909	Cadeira masculina de Santa Maria	Domingos Gomes da Silva e Lima	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3294
1909	Grupo escolar de Itabira do Malto Dentro	Emilio Pereira Magalhães	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3294
1911	Terceira cadeira do sexo masculino de Januária	Antonio Dias do Nascimento	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3830
1911	Grupo escolar de Vila Nova de Lima	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3351
1911	Primeiro Grupo Escolar de Campinas	Não informado	Oficial da policia	0	0	1	0	0	0	SI - 3351
1911	Jardim de Infância de Campinas	Não informado	Oficial do exército (irmão da diretora)	0	0	1	0	0	0	SI - 3351
1911	Escola pública do distrito de São Domingos da Bocaina	Avelino Ferreira da Silva	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3351
1911	Cadeira masculina de Nazareth	Antonio Joaquim Bueno	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3351
1911	Grupo escolar de Baependy	Adolphina Noronha de Figueiredo Peluci	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3351

## Anexo 1

## Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)

Ano	Escola / Distrito / Cidade	Nome do responsável	Situação Funcional	Situação Funcional					Código do código APM	
				Professor	Professora	Militar	Inspetor ou diretor	Sem vínculo		Não informada
1911	Grupo escolar de Baependy	Lupercio de Souza Rocha	Sargento	0	0	1	0	0	0	SI - 3351
1911	Grupo escolar da cidade de Oliveira	João Baptista de Miranda Primeiro	Sargento da Brigada Mineira	0	0	1	0	0	0	SI - 3366
1911	Grupo Escolar de Paracatu	Alcebiades de Carvalho	Ex-aluno	0	0	0	0	1	0	SI - 3366
1911	Grupo escolar de Vila Platina	Não informado	Cabo comandante do destacamento local	0	0	1	0	0	0	SI - 3366
1911	Escola estadual masculina de Monte Alegre	Não informado	Comandante do destacamento local	0	0	1	0	0	0	SI - 3366
1911	Grupo escolar de Vila Platina	Não informado	Comandante do destacamento local	0	0	1	0	0	0	SI - 3366
1911	Primeira cadeira masculina de Patrocínio	Américo Machado	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3366
1912	Grupo Escolar do município de Itaúna	Não informado	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3384
1912	Grupo escolar de Diamantina	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3385
1912	Escolas masculina do Distrito de Nossa Senhora Aparecida de Corrêgos / Município de Conceição	Francelina Maria de Jesus	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3385
1912	Escola masculina do Distrito de Nossa Senhora Aparecida de Corrêgos / Município de Conceição	Clemenina Neves	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3385
1912	Escola masculina de Nossa Senhora da Glória do Divino / Guanhães	Francisco dos Santos Carvalhaes Junior	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3385
1912	Grupo Escolar da cidade do Serro	José Augusto da Paixão e Silva	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3385
1912	Grupo Escolar de Montes Claros	Polydoro dos Reis Figueiredo	Inspetor	0	0	0	1	0	0	SI - 3385
1912	Grupo Escolar de Montes Claros	Eponina Pimenta de Carvalho	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3385
1912	Segundo ano masculino do Grupo Escolar de Montes Claros	Alvaro Prates	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3385
1912	Cadeira masculina do distrito de São Romão	Feliciano José dos Santos	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira masculina de Calambáú	Maria da Glória Duarte Guedes	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista de Calambáú	Adelina Francisca da Cruz	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira masculina de Pinheiros	Jose do Couto Valle	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista da cidade de Itabira	Cecilia Varella	Professora, com auxilio de um aluno	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista de Miguel Burnier / Ouro Preto	Guimomar Soares de Mattos	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386

Anexo 1

Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)

Ano	Escola / Distrito / Cidade	Nome do responsável	Situação Funcional	Situação Funcional					Código do código APM	
				Professor	Professora	Militar	Inspetor ou diretor	Sem vínculo		Não informada
1912	Escola masculina do distrito de Guaraciaba / Município de Piranga	Manoel Jose do Carmo	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista da cidade de Alvinópolis	Guimar de castro	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira feminina de Alvinópolis	Olinda Virginia Torres	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Segunda cadeira masculina de Alvinópolis	Domingos Gomes da Silva Lima	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira masculina do distrito de São Sebastião do Sem Peixe	José Borges de Moraes	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista do distrito de Antonio Pereira / Município de Ouro Preto	Claudemira Gonçalves Netto	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista de Cachoeiro do Campo	Antonia Augusta Ferreira	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Segunda cadeira masculina de Cachoeiro do Campo	Maria Dolores Gonçalves	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira masculina do distrito de Casa Branca	Jose Saturnino Vieira	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista de Chapada / Distrito de Antonio Dias	Josina Felix Monteiro	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista de Santa Rita / Distrito de Antonio Dias	Ermelinda Ferreira da Silva	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista de Alto da Cruz	Ceraphina Felicissimo	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista do distrito de Passagem / Município de Marianna	Maria Starling	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista de Camargos / Município de Mariana	Maria Augusta Neves	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista de Itabira do Campo / Município de Ouro Preto	Olympia Alves dos Santos	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira do sexo masculino de Itabira do Campo / Município de Ouro Preto	Angelina Quitês	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista em Itabira do Campo	Antonia Alves dos Santos	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira feminina de Congonhas do Campo	Maria Jose de Andrade	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira masculina de Ouro Branco	Jose Luiz Rodrigues	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira feminina de Ouro Branco	Maria Balbina Neves dos Santos	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista de Engenheiro Correia	Maria Carolina	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Primeira cadeira mista de S. Antonio do Leite / Município de Ouro Preto	Jovita de Figueiredo Brandão	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Segunda cadeira mista de Santo Antônio do Leite / Município de Ouro Preto	Laudelina Avelina Neves Murta	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386

Anexo 1

Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)

Ano	Escola / Distrito / Cidade	Nome do responsável	Situação Funcional	Situação Funcional					Código do código APM	
				Professor	Professora	Militar	Inspetor ou diretor	Sem vínculo		Não informada
1912	Cadeira masculina de São Gonçalo do Amarante	Antonio Vaz da Rocha	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Grupo Escolar D. Pedro II / Ouro Preto	Cabo Armindo	Cabo	0	0	1	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista do distrito de São Gonçalo do Bação / Ouro Preto	Narcida Josephina de Figueiredo	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista de Bumier / Ouro Preto	Guimar Soares de Mattos	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Escola mista do distrito de J. M e J. da Boa Vista	Idalina Calvalcante de Oliveira	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira mista de São José do Paraopeba	Delfina Severiana dos Reis	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Cadeira do sexo masculino de Bias Forte	Enoé de Araujo Gomes	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Grupo Escolar da cidade de Ayuruoca	Não informado	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3386
1912	Primeira cadeira masculina de Pomba	Maria da Silveira	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3387
1912	Escola feminina de Ponte Nova	Candida Medeiros	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3387
1912	Cadeira masculina do Grupo escolar de Caratinga	Arthur Tavares Corrêa	Alferes	0	0	1	0	0	0	SI - 3387
1912	Cadeira feminina do Grupo escolar de Caratinga	Não informado	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3387
1912	Escola masculina de Viçosa	Anna Martins Chaves	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3387
1912	Escola feminina de Viçosa	Francisca Soares	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3387
1912	Escola masculina particular de Viçosa	José Soares das Neves	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3387
1912	Escola feminina particular de Viçosa	Dona Macário	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3387
1912	Escola mista particular de Viçosa	Macrina do Nascimento	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3387
1913	Grupo escolar da cidade de Araguari	Cabo comandante do destacamento e Honório Guimarães	Cabo e diretor do grupo escolar	0	0	1	1	0	0	SI - 3462
1913	Escola masculina do distrito de Matozinhos	Agostinho de Souza Penido	Marido da professora	0	0	0	0	1	0	SI - 3470
1913	Grupo escolar de Sabará	Maria José dos Santos	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3470
1913	Grupo escolar do distrito de Capella Nova do Betim	Não informado	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3470
1914	Escola mista rural de Marianopolis / Montes Claros	Orlinda de Oliveira Bicalho	Professora	0	1	0	0	0	0	SI - 3529
1914	Grupo Escolar da Vila de São João Evangelista	José Madureira d' Oliveira, com auxílio do comandante do destacamento	Inspetor e o Comandante do destacamento	0	0	1	1	0	0	SI - 3529
1914	Grupo Escolar Monsenhor Pinheiro, em São João	Olyntho Pereira da Silva	Professor	1	0	0	0	0	0	SI - 3529

Anexo 1

Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)

Ano	Escola / Distrito / Cidade	Nome do responsável	Situação Funcional	Situação Funcional					Código do código APM
				Professor	Professora	Militar	Inspetor ou diretor	Sem vínculo	
Evangelista									
1914	Grupo escolar de São João Evangelista	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3529
1914	Escola feminina de Santana do Suassui	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3529
1914	Grupo Escolar da Vila / São João Evangelista	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3529
1914	Grupo escolar de Cataguazes	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3530
1914	Grupo escolar de Cataguazes	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3530
1914	Grupo escolar de São Manoel / Cataguases	Maria das Mercês Trindadez	Professora	0	1	0	0	0	SI - 3530
1914	Grupo Escolar de Tombos do Carangola	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3530
1915	Grupo da cidade de Pedro Leopoldo	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3530
1916	Grupo de Capella Nova do Betim / Município de Santa Quitéria	Não informado	Professora	0	1	0	0	0	SI - 3638
1916	Escola Normal de Santa Cruz	Carlos Machado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3639
1916	Escola mista de Tapera, em Juiz de Fora	João Maurílio	Soldado	0	0	1	0	0	SI - 3639
1916	Grupo Escolar da cidade do Rio Branco	Raymundo Tavares	Inspetor	0	0	0	1	0	SI - 3639
1916	Escola Brasileira, instituição particular de Rio Novo	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3639
1916	Grupo escolar do município de Aguas Virtuosas	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3639
1916	Grupo escolar do município de Três Corações	Não informado	Diretora do grupo	0	0	0	1	0	SI - 3639
1916	Grupo escolar de Caeté	Pedro Justino de Carvalho	Inspetor	0	0	0	1	0	SI - 3635
1916	Grupo João Pinheiro	Pedro Justino de Carvalho	Inspetor	0	0	0	1	0	SI - 3635
1916	Escolas do município de Santa Bárbara	Pedro Justino de Carvalho	Inspetor	0	0	0	1	0	SI - 3635
1916	Grupo escolar Sabino Barroso	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3635
1916	Grupo escolar de Diamantina	Não informado	Soldado instrutor	0	0	1	0	0	SI - 3635
1916	Grupo escolar de Diamantina	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3635
1916	Grupo escolar de Salinas	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3635
1917	Grupo Escolar de Ouro Preto	Não informado	Instrutor militar	0	0	1	0	0	SI - 3647
1917	Grupo Escolar da Vila de Antonio Dias Abaixo	Auspencado Aleixo	Comandante do destacamento local	0	0	1	0	0	SI - 3647
1917	Escola masculina de Bom Jesus da Cachoeira Alegre	Aristides	Professor	1	0	0	0	0	SI - 3699
1917	Grupo escolar de Vila Nova de Lima	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3699
1917	Escola de Morada Nova	Não informado	Não informado	0	0	0	0	1	SI - 3699
1917	Escola de Palmeiras / Ponte Nova	Maria Isabel Oliveira	Professora	0	1	0	0	0	SI - 3699

Anexo 1

Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)

Ano	Escola / Distrito / Cidade	Nome do responsável	Situação Funcional	Situação Funcional						Código do código APM
				Professor	Professora	Militar	Inspetor ou diretor	Sem vínculo	Não informada	
1918	Escola mista rural de Buarque de Macedo / Queluz	Antonio H. De Oliveira	Voluntário	0	0	0	0	1	0	SI - 3788
1918	Grupo escolar Bias Fortes / Cidade de Barbacena	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3788
1918	Escola mista de Buarque / Município de Queluz	Antonio Hallais de Oliveira	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3788
1918	Grupo escolar Joaquim Guimarães / Vila do Cláudio	Não informado	Praça do destacamento local	0	0	1	0	0	0	SI - 3789
1918	Grupo de Abbadia de Pitanguy	Esperidião de Mattos	Cabo	0	0	1	0	0	0	SI - 3779
1918	Grupo escolar do Pará	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3779
1918	Grupo escolar de São José da Lagoa	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3779
1918	Grupo escolar de Abbadia / Pará de Minas	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3779
1918	Grupo escolar de Santo Antonio do Monte	Pedro Justino de Carvalho	Inspetor escolar	0	0	0	1	0	0	SI - 3779
1918	Grupo Coronel Torquato de São Gonçalo do Pará	Não informado	Não informado	0	0	0	0	0	1	SI - 3779
1918	Grupo escolar de Santo Antonio do Monte	José Justino Bahia	Reservista e farmacêutico	0	0	0	0	1	0	SI - 3779

**Anexo 1**  
**Situação funcional dos sujeitos que ministravam evoluções militares no ensino primário mineiro (1907-1918)**

**Quadros síntese**

<b>Situação funcional</b>	Professor	48	<b>145</b>
	Professora	51	
	Militar	28	
	Inspetor ou diretor	13	
	Sem vínculo	5	

<b>Situação funcional não informada</b>	<b>30</b>
---	-----------

<b>Total de registros</b>	<b>175</b>
---------------------------	------------